

Ana Paula Hey
(organizadora)

 Coleção
Sociologia Aberta USP

Danilo Sales do Nascimento França

SEGREGAÇÃO RACIAL EM SÃO PAULO

Residências, redes pessoais e trajetórias
urbanas de negros e brancos no século XXI



Blucher Open Access

 **fflch** PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
SOCIOLOGIA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

 **CAPES**

SEGREGAÇÃO RACIAL EM SÃO PAULO

residências, redes pessoais e trajetórias
urbanas de negros e brancos no século XXI

CONSELHO EDITORIAL

André Costa e Silva

Cecilia Consolo

Dijon de Moraes

Jarbas Vargas Nascimento

Luis Barbosa Cortez

Marco Aurélio Cremasco

Rogério Lerner

DANILO SALES DO NASCIMENTO FRANÇA

SEGREGAÇÃO RACIAL
EM SÃO PAULO

residências, redes pessoais e trajetórias
urbanas de negros e brancos no século XXI

2022

Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI

© 2022 Danilo Sales do Nascimento França
Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação e produção editorial Jonas Eliakim

Revisão de texto Amanda Fabbro

Capa Laércio Flenic

Imagem da capa iStockphoto

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

França, Danilo Sales do Nascimento
Segregação racial em São Paulo : residências,
redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e
brancos no século XXI / Danilo Sales do Nascimento
França. - São Paulo : Blucher, 2022.

244 p. : il. (Coleção Sociologia Aberta USP /
organizada a por Ana Paula Belem Hey)

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-124-7 (impresso)

ISBN 978-65-5550-121-6 (eletrônico)

Open Access

1. Segregação urbana – São Paulo (SP) 2. Negros
– Segregação racial 3. Sociologia I. Título II. Hey, Ana
Paula Belem III. Série

22-1364

CDD 307.760981

Índices para catálogo sistemático:

1. Segregação urbana – São Paulo (SP)

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO *SOCIOLOGIA ABERTA USP*

A coleção *Sociologia Aberta USP* intenciona divulgar pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP), por seus discentes e docentes. Nossa escolha pelo *open access* visa facilitar a divulgação dos trabalhos por nós desenvolvidos, atingindo em escala ampliada a públicos especializados e a interessados em geral. Efetivar a devida circulação do conhecimento acadêmico produzido no âmbito do PPGS/USP, para que ele seja apropriado, debatido e venha a alcançar vastas esferas acadêmicas e sociais é a meta da coleção.

Sociologia Aberta USP expressa o trabalho coletivo desenvolvido no PPGS/USP, cuja materialidade repousa no trabalho acabado, mas revela sua gênese nas relações entre o conjunto de discentes, as atividades de ensino e debate, as interações entre orientadoras/es e orientandas/os, as discussões nos distintos grupos de pesquisa e na multiplicidade de experiências que compõem a formação acadêmica.

Inauguramos a Coleção com teses premiadas, comportando temáticas, enfoques e metodologias distintas, em sintonia com a sociologia contemporânea.

Além de editar as teses reconhecidas por sua relevância intelectual, a Coleção pretende ainda abrir espaço para a divulgação de trabalhos de seu corpo docente e de seus grupos de pesquisa, expondo a diversidade das pesquisas elaboradas. Pretende ser uma interface com os públicos nacional e estrangeiro, ao oferecer uma produção sociológica que dialoga com a sociedade brasileira, seus problemas atuais ou passados, suas perspectivas presentes e futuras.

Sociologia Aberta USP objetiva, assim, celebrar as várias décadas de formação acadêmica oferecida no PPGS/USP, dando continuidade às suas produções canônicas. Não é demais lembrar o protagonismo histórico de seus professores e

pesquisadores para dar forma à pesquisa institucionalizada em sociologia e para influenciar as políticas de organização do próprio campo, bem como a formação exitosa dos quadros que compõem a comunidade da sociologia brasileira.

Vida longa à *Sociologia Aberta USP!!*

Coordenação do PPGS/USP.

São Paulo, março de 2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo pela oportunidade de publicar este trabalho, bem como por tê-lo escolhido como a melhor tese do programa no ano de 2017. Ao PPGS-USP e à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) também sou grato pela formação de excelência e pela convivência com um ambiente universitário estimulante e de alto nível.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelas bolsas de doutorado e de pós-doutorado que possibilitaram a realização desta pesquisa e de seus desenvolvimentos subsequentes. Por estes últimos também agradeço ao Prêmio Lélia Gonzalez de Manuscritos Científicos sobre Raça e Política.

Agradeço aos professores que foram muito influentes neste trabalho e na minha trajetória na sociologia: Antonio Sérgio Guimarães, Eduardo Marques, Haroldo Torres, José Marcos Pinto da Cunha, Mário Eufrásio, Ana Barone, Edward Telles e John Logan.

É uma enorme honra e orgulho fazer parte do grupo de pesquisadores do AFRO-CEBRAP (Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), uma verdadeira “roda de bambas” dos estudos sobre relações raciais. Este grupo é coordenado pela professora Márcia Lima a quem sou muito grato por orientar esta pesquisa desde seus primórdios e por nunca deixar de me oferecer preciosas orientações. Agradeço à Márcia por ter me proporcionado tanta confiança e oportunidades, elementos fundamentais para carreiras profissionais bem-sucedidas, aos quais muitos jovens negros não têm acesso.

Agradeço a amigos que são também companheiros de jornadas acadêmicas: Flávia Rios, Matheus Gato, Rogério Barbosa, Hellen Guicheney, Paulo Ramos,

Jonas Bicev, Bruna Gisi, além de tantos outros amigos e amigas que moram no meu coração.

Agradeço a meus pais, Cida e Messias, e ao meu irmão Vinícius por estarmos sempre juntos, pelo carinho, apoio e parceria. Agradeço aos meus familiares que estão longe por estarem sempre presentes aqui comigo. Agradeço aos meus familiares e ancestrais que já se foram por estarem sempre presentes aqui comigo.

Agradeço a minha esposa Virginia por ser a companheira de todas as horas, ideias, projetos, realizações e aventuras, por me contagiar com sua energia positiva, por nunca soltar a minha mão.

Agradeço a Virginia e minhas filhas Rosa e Marina pela felicidade de com elas formar a nossa família, por serem fonte inesgotável de amor e inspiração. A elas dedico este livro.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
<i>Márcia Lima</i>	
INTRODUÇÃO	15
1. SOBRE A NOÇÃO DE SEGREGAÇÃO E O ESTUDO DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL POR RAÇA	25
2. DESIGUALDADES RACIAIS E SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA RMSP (2000–2010)	57
3. RAÇA, ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E ESPAÇO URBANO	93
4. USOS DO ESPAÇO URBANO POR NEGROS E BRANCOS DE CLASSE MÉDIA:- TRAJETÓRIAS, REDES PESSOAIS E LOCAIS FREQUENTADOS	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS	215
ANEXOS	235
EPÍLOGO	261

PREFÁCIO

Márcia Lima¹

É uma enorme alegria apresentar o livro *Segregação Racial em São Paulo: Residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI*, de Danilo França. Tive o privilégio de orientar o autor no mestrado e no doutorado, acompanhando, dessa forma, toda sua formação intelectual sintetizada nesta importante investigação.

O livro é o resultado de sua pesquisa de doutorado que recebeu o prêmio de melhor tese do Programa de Pós-graduação em Sociologia da FFLCH-USP. O autor também foi agraciado com a menção honrosa no *Prêmio Tese Destaque USP*, promovido pela Pró-reitoria de Pós-Graduação.

O que distingue a pesquisa de Danilo França? Trata-se, sobretudo, de um estudo muito bem fundamentado teoricamente, com dados de excelente qualidade e uma cuidadosa interpretação de resultados. Seus achados, sem dúvida, uma grande contribuição para a consolidação de uma nova abordagem sobre o fenômeno da segregação residencial e seus efeitos nas desigualdades raciais brasileiras.

Danilo França abre este livro com uma assertiva: “*A segregação residencial por raça é um fenômeno existente na metrópole paulistana, e também um elemento muito significativo para a estruturação das hierarquias raciais no contexto urbano da região metropolitana de São Paulo*”. A princípio pode parecer que se trata de mais um estudo que corrobora as desigualdades raciais vigentes no país. Entretanto, considerando o acúmulo dos estudos sobre segregação, essa afirmação demonstra que seu trabalho traz importantes avanços para o debate. Baseado em evidências empíricas construídas com muito rigor, o autor se contrapõe à interpretação dominante que considera o tema da segregação residencial de menor importância para a compreensão das relações raciais uma

¹ Professora do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, pesquisadora associada ao Cebap onde coordena o Afro-Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial.

vez que, nas cidades e metrópoles brasileiras, o que prevalece é a segregação por classe social.

Tendo como recorte empírico a Região Metropolitana de São Paulo, Danilo França demonstra que a segregação residencial é uma dimensão estruturante das relações raciais. Suas análises identificam uma menor segregação racial nos estratos sociais mais baixos e indicadores muito mais expressivos nos estratos médios e altos, confirmando os achados de outros estudiosos que identificam maior rigidez racial nos estratos sociais médios e altos.

Seu argumento está muito bem delineado nos quatro capítulos da obra baseados em dados quantitativos e qualitativos, outra virtude da pesquisa. Nos dois primeiros capítulos o autor dedica-se à investigação de cunho quantitativo. Para isso revisita a literatura nacional e internacional sobre o conceito de segregação e suas diferentes operacionalizações. Um dos pontos altos desse capítulo é o diálogo com a literatura estadunidense em que procura demonstrar que a interpretação sobre o baixo impacto da segregação residencial na configuração das desigualdades raciais brasileiras advém da comparação com as cidades norte-americanas. Danilo França nos demonstra com clareza e solidez as limitações dessa comparação apontando que é preciso entender esse fenômeno considerando a história e o contexto das relações raciais de cada país. E deste ponto de vista, a segregação residencial brasileira tem muito a contribuir para o entendimento das nossas desigualdades raciais. A prova disso é o crescente debate sobre a composição racial das periferias brasileiras e seu impacto no acesso a bens, serviços e direitos.

No segundo capítulo, a partir dos dados censitários de 2000 e 2010 para a região metropolitana de São Paulo, o autor aplica diferentes modelos analíticos para demonstrar que, no caso observado, trata-se de segregação residencial por raça e classe. O seu amplo domínio das técnicas quantitativas lhe permite demonstrar que negros e brancos de classes médias e alta residem em áreas distintas da metrópole e, além disso, o grupo branco se encontra muito isolado e distante dos demais grupos. Embora a classe seja uma variável importante, sem a dimensão racial não é possível entender de forma adequada a segregação residencial da região.

Embora as evidências empíricas apresentadas pela pesquisa quantitativa já signifiquem um avanço importante nos estudos sobre o tema, Danilo França se propõe a ir mais fundo e perguntar de que forma o local de residência dos indivíduos pode ampliar ou limitar suas relações. Para tratar desse ponto, o autor se dedica, no terceiro capítulo, a um profícuo diálogo com as teorias sociais sobre estratificação, raça e espaço urbano. Essa literatura lhe permite dar sentido às questões evidenciadas pela análise quantitativa e ainda lhe fornece o arcabouço

teórico da parte qualitativa da pesquisa. É digno de nota o tratamento dado a tese weberiana sobre classe e estamento para entender segregação.

Filiando-se às novas perspectivas analíticas no campo da segregação, o autor procura, no quarto capítulo, entender o deslocamento dos indivíduos e as formas de construção de suas redes de relações a partir do seu local de moradia e do pertencimento racial, constituindo o que o autor nomeia de “territórios de práticas e relações”. Baseado em entrevistas semiestruturadas e do levantamento de redes egocentradas, o capítulo se dedica a entender como que pessoas negras e brancas de classe média, relatam suas experiências nos territórios e como seus locais de moradia afetam a sua circulação na metrópole. O processo de racialização dos territórios e a configuração das desigualdades intrametropolitanas são temas cada vez mais centrais não apenas para os estudos das relações raciais, mas também outras áreas de pesquisas como a sociologia urbana e a sociologia da violência.

Considero que este livro apresenta muito mais do que os resultados de uma tese de doutorado. Ele é fruto de pelo menos uma década de muito investimento intelectual, dedicação e disciplina, qualidades que fazem deste trabalho e de seu autor referências importantes para a agenda de pesquisas sobre desigualdades raciais no país.

Boa leitura!

São Paulo, 18 de janeiro de 2022.

INTRODUÇÃO

A segregação residencial por raça é um fenômeno existente na metrópole paulistana, e também um elemento muito significativo para a estruturação das hierarquias raciais no contexto urbano da região metropolitana de São Paulo.

Esta assertiva norteia a argumentação desenvolvida no presente livro. Não é banal afirmá-la, uma vez que ela contraria discursos hegemônicos no senso comum brasileiro, ratificados por diversas análises acadêmicas. Nas versões mais pueris e malignas desse discurso, diz-se que a ausência de segregação por raça é indício de que o racismo no Brasil não é tão grave; nas versões mais esclarecidas e sofisticadas, pondera-se que o sistema de dominação racial brasileiro é tão refinado que prescinde de segregação. Em claro contraste em relação a ambos os posicionamentos, buscamos aqui demonstrar os contornos e peculiaridades que caracterizam a forma pela qual a segregação por raça se manifesta na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), bem como construir interpretações sociológicas que integrem a segregação enquanto elemento essencial da estrutura racial da sociedade brasileira.

O objetivo é demonstrar de que modo barreiras entre brancos e negros estão inscritas no espaço, moldando relações e cristalizando desigualdades. Deste modo,

a expectativa é contribuir para o acúmulo de conhecimento acadêmico acerca da importância do espaço para a estrutura de diferenciações e desigualdades raciais na sociedade brasileira.

Apesar de já existirem diversos estudos que mensuram os graus de separação das residências de negros e brancos ou descrevem características da presença negra no espaço urbano das cidades brasileiras, a segregação por raça ainda carece de uma reflexão mais profunda que vise demonstrar como os lugares ocupados ou frequentados no espaço das cidades se articulam com as relações e desigualdades raciais. Este trabalho pretende propor uma interpretação sobre a relevância da segregação residencial enquanto dimensão estruturante das relações raciais no Brasil, tendo como referência o caso da região metropolitana de São Paulo (RMSP) em período recente. Com cerca de 20 milhões de habitantes (ou em torno 10% da população do país) a RMSP é a maior metrópole brasileira e uma das maiores do mundo. Esta metrópole concentra uma ampla gama de atividades econômicas, que representa 19% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, com um mercado de trabalho complexo, estratificação social diversificada, além de fortes desigualdades sociais, raciais e espaciais (Marques, 2015; Ribeiro, 2015). Ressalta-se, porém, que não pretendemos criar generalizações para o país a partir de evidências de um contexto local, mas a partir deste, podemos levantar hipóteses maiores para a reflexão sobre raça e segregação no Brasil.

Já faz cerca de dez anos que temos nos debruçado sobre o tema da segregação residencial por raça e sobre evidências empíricas deste fenômeno na metrópole de São Paulo. A partir deste primeiro momento, nossas investigações têm tido como motivação a construção de argumentos para nos contrapor a assertivas, segundo as quais a segregação por raça não seria um elemento relevante nem para a análise das relações raciais na sociedade brasileira, nem mesmo para o estudo das nossas cidades. Para tais perspectivas, só haveria segregação por raça no Brasil na medida em que esta seria condicionada pela segregação por classe social, esta última realmente significativa.

A comparação com os Estados Unidos é o principal argumento utilizado para diminuir a importância da segregação racial no Brasil, dando destaque apenas à segregação por classe social. Como justificativa, é recorrente a alusão aos guetos negros e ao histórico do Jim Crow, cujas regras, amparadas em legislação, impediam que negros e brancos compartilhassem escolas, assentos em ônibus, bebedouros etc. Há, portanto, um imaginário que sugere que segregação racial é uma coisa dos Estados Unidos (ou então da África do Sul do *apartheid*). Este imaginário acaba sendo reforçado pelo fato dos estudos sobre

segregação residencial do mundo todo serem intensamente influenciados pela produção norte-americana, que possui o maior acúmulo de trabalhos acadêmicos e técnicas de investigação sobre este fenômeno social.

Nos Estados Unidos, a segregação racial é, de fato, um fenômeno de grandes proporções que há muito tempo desperta preocupações nos debates público e acadêmico desde o início do século XX, quando houve grande crescimento urbano neste país. Há, na sociologia norte-americana, uma grande tradição de estudos de segregação residencial, caudatária da clássica escola de Chicago. Esta tradição fixou a premissa de que a segregação residencial seria um objeto de estudo relevante para a sociologia na medida em que as distâncias físicas entre diferentes grupos sociais corresponderiam a distâncias sociais entre estes. Com isso, deu-se forte ênfase à análise da distribuição residencial dos diferentes grupos sociais, considerando-se a vizinhança como uma esfera privilegiada de sociabilidade. A partir destas proposições, a sociologia norte-americana desenvolveu uma série de técnicas de mensuração de segregação residencial – os diferenciais de localização das residências de distintos grupos –, enquanto indicadores dos graus de assimilação de negros e grupos imigrantes à sociedade urbana estadunidense.

Com o enorme desenvolvimento dos estudos sobre segregação nos Estados Unidos, as metodologias e perspectivas cultivadas neste país costumam pautar os parâmetros por meio dos quais a importância da segregação é avaliada em distintos contextos nacionais e locais. Acreditamos que a investigação da segregação residencial por raça em cidades brasileiras pode ensejar significativas rediscussões a respeito da própria noção de segregação e da maneira pela qual este fenômeno vem sendo abordado pela literatura internacional. Pesquisar segregação por raça no Brasil permite um questionamento de tais parâmetros e um posicionamento mais crítico perante certos cânones da literatura, sustentando-o por meio de resultados empíricos provenientes da aplicação de novas metodologias para a investigação do fenômeno.

De desenvolvimento recente no Brasil, os estudos sobre segregação residencial por raça têm como base, principalmente, o uso de dados censitários, a princípio para o cálculo de tradicionais medidas de segregação e, posteriormente, a partir da disseminação de sistemas de informação geográfica (SIG), por meio da espacialização de tais dados censitários, apresentados na forma de mapas. No entanto, conforme será detalhado, tais metodologias correspondem a concepções mais tradicionais sobre segregação. A proposta aqui aponta para a expansão do entendimento do conceito e aprofundamento do conhecimento do fenômeno por

meio da aplicação de novas metodologias que não mais baseadas unicamente na localização das residências em áreas delimitadas pelos recenseamentos.

Nossa primeira tarefa foi buscar caracterizar a segregação residencial em uma metrópole brasileira por meio de instrumentais desenvolvidos nos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, escapar da armadilha da comparação com este país, dando relevo às nossas circunstâncias históricas e sociais específicas e às peculiaridades que o fenômeno assume no contexto brasileiro. Devemos, então, descrever a segregação racial existente no Brasil à luz das características particulares da estrutura e das hierarquias raciais na sociedade brasileira. Nesse sentido, é indispensável que consideremos as articulações entre raça e classe para a análise da segregação residencial nas nossas metrópoles.

Ao aplicar técnicas de mensuração de segregação residencial desenvolvidas nos Estados Unidos e disseminadas mundo afora, foi possível constatar que, de um modo geral, e como afirmado por parte da literatura, a segregação por raça aqui seria qualificada como “moderada” em comparação com as metrópoles norte-americanas. Porém, esta adjetivação proviria da mera comparação de indicadores, tendo os valores obtidos nas cidades estadunidenses como parâmetro, e desprezando as especificidades do contexto brasileiro. Ora, se considerarmos o fato de não ter havido um histórico de segregação racial com sustentação legal nas cidades brasileiras, podemos julgar significativos (e não apenas “moderados”) os valores dos indicadores para São Paulo. Ou seja, a mensuração é fundamental para nosso entendimento dos fenômenos, mas a mera comparação descontextualizada entre valores de um indicador pode esconder muito mais do que revelar. Não podemos tomar os a realidade (ou o que se imagina dela) estadunidense como parâmetro para a interpretação da segregação racial na sociedade brasileira.

Em boa medida, este trabalho representa um grande desenvolvimento de interesses que foram primeiramente levantados em nossa pesquisa de mestrado (França 2010). Tal como anteriormente, há especial relevo na mensuração da segregação residencial entre negros e brancos com características socioeconômicas parecidas, visando responder às assertivas de que no Brasil não haveria um componente especificamente racial na segregação, que seria totalmente determinada pela classe social.

Assim, tendo em vista o objetivo de especificar o caráter racial da segregação (independente da classe social), calculamos indicadores de segregação residencial entre negros e brancos pertencentes a estratos sociais semelhantes. Foi possível, assim, argumentar que a raça é, sim, um fator relevante, uma vez que, apesar

de serem baixos entre os pobres, os indicadores de segregação racial crescem significativamente em camadas médias e altas. Os negros de classes médias e altas residem mais próximos dos pobres do que dos brancos destes mesmos estratos. Os brancos de classes médias e superiores residem nas áreas mais privilegiadas da metrópole, estando muito isolados e distantes de todos os outros grupos, até mesmo de negros com posição semelhante na estratificação social. Estas evidências divergem da tese de que, no Brasil, a segregação seria apenas por classe social, mas também estamos distantes da hipersegregação racial que deu má fama a cidades norte-americanas. Não se trata de raça ou classe, se trata de raça e classe.

Estes resultados nos impelem a dedicar especial atenção à segregação nas camadas sociais médias e altas, nas quais sobressaem mais fortemente as diferenças raciais. Importantes transformações sociais nas décadas recentes conferem importância adicional a este enfoque: a pesquisa realizada por Figueiredo (2003), comparando dados das PNADs¹ de 1988 e 1999, já chamava atenção para o crescimento da proporção de negros nas camadas médias e altas, realçando, inclusive, a ascensão de afirmações identitárias no decorrer deste processo de ascensão. Estudos mais recentes sobre transformações na estratificação social alimentaram um debate sobre o crescimento (ou não) das classes médias (Neri 2008; Souza 2010; Xavier Sobrinho 2011; Scalón & Salata 2012; Salata 2015). Na Região Metropolitana de São Paulo, Marques, Barbosa e Prates (2015) destacam a ocorrência, entre 1990 e 2010, de crescimento na escolarização e de transformações na estrutura produtiva, com a diminuição de empregos industriais e incremento do setor de serviços que têm levado à redução da base da pirâmide social e crescimento das ocupações profissionais.

O enfoque sobre as classes médias e altas encontra justificativa adicional na pressuposição de que, nestes estratos, os indivíduos teriam superado limitações materiais às suas possibilidades de escolher onde morar, tendo maiores chances de realizar suas preferências residenciais (Telles 1993: 14); além de, pelo menos em tese, possuírem maiores oportunidades de locomoção e de constituição de redes sociais. Desta maneira, estas camadas representariam o contexto apropriado para verificarmos os processos associados à segregação por raça. Assim, diferentemente de boa parte dos estudos sobre segregação residencial que tratam de indivíduos pobres vivendo em espaços socialmente homogêneos, buscamos entender de que maneira as distâncias físicas contribuiriam para a

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

constituição de barreiras entre indivíduos que ocupam posições semelhantes na estratificação social².

Segundo nossa perspectiva, os diferenciais nas localizações residenciais contribuiriam para constituir limites para a inserção dos negros nas camadas médias e altas. Desta maneira, tais achados nos forneceram alicerces empíricos para propor uma discussão sobre o papel do espaço urbano para a articulação entre raça e classe em nossa sociedade, mantendo os negros afastados (física e socialmente) das classes médias brancas. No entanto, para especificar os mecanismos pelos quais o espaço constitui barreira para as relações entre negros e brancos e consolidador de desigualdades raciais, a discussão sobre segregação não deve se restringir nas distâncias residenciais.

Nesse sentido, convém, aqui, narrar um exemplo proveniente dos EUA, mas que encontraria lógicas similares em diversas situações urbanas brasileiras. Durante nosso período de estágio de pesquisas no exterior (“doutorado-sanduíche”), tivemos a oportunidade de visitar e conhecer a história de Beacon Hill, área de antiga urbanização localizada na cidade de Boston. Trata-se de um pequeno morro onde, no século XIX, constituiu-se um dos primeiros bairros negros de Boston em seu lado norte, ao passo que o lado sul abrigava casas da elite branca bostoniana. Havia, de fato, dois distintos agrupamentos residenciais, de modo que uma mensuração da segregação em uma escala pequena apontaria um alto nível de segregação racial. Entretanto, Beacon Hill é uma área muito pouco extensa (cerca de 0,4 km² apenas), implicando em grande proximidade física entre os dois grupos. Se mensurada em uma escala maior, os índices de segregação apontariam mistura racial³. Como poderíamos falar de segregação racial diante deste aparente paradoxo? Como poderia haver segregação se os domicílios são tão próximos fisicamente? A severidade da segregação pode ser

² Outros autores já apontaram para a necessidade de se ampliar o escopo dos estudos sobre segregação: “Limitar o foco da pesquisa em segregação aos grupos mais baixos e discriminados é reduzir seu escopo e desconsiderar mecanismos mais amplos e grupos cujas escolhas são muito mais permitidas do que restringidas e são de fato muito mais responsáveis pelas escolhas restritas dos outros (Pahl 2001). Estudar segregação como distribuição espacial desuniforme [*uneven*] de *todos* os grupos sociais da cidade e, portanto, um pré-requisito para entender fenômenos e tendências socialmente ou espacialmente mais localizados.” (Maloutas 2012: 7).

³ O problema da escala é uma questão clássica e muito bem explorada nas discussões sobre técnicas de mensuração de segregação. Contudo, não é minha intenção neste ponto debater tecnicidades, mas levantar questões sobre as limitações das técnicas de mensuração para informar sobre o significado da própria noção de segregação.

constatada se considerarmos o fato de que as crianças negras eram impedidas de frequentar a Philips School, uma escola para brancos localizada a apenas 300 metros da Abiel Smith School, a escola da comunidade negra. Havia também separação racial na frequência a espaços comerciais, igrejas e outros locais onde se reuniam distintos públicos. Ou seja, para além da própria localização dos domicílios, importa também quais locais os moradores frequentam e com quem se relacionam.

Exemplos brasileiros similares e este (mas que não tratam diretamente de questões raciais) podem ser encontrados nas etnografias de Ribeiro (2008) e de Almeida *et al* (2008). O primeiro estudou a Cruzada de São Sebastião, conjunto habitacional popular no bairro nobre carioca do Leblon, o segundo trabalho trata de favela de Paraisópolis localizada no Morumbi, em São Paulo. Ou seja, ambos tratam de casos de localidades pobres contíguas a vizinhanças muito ricas nos quais a proximidade física não implica em relações sociais próximas nem tampouco em anulação de estigmas negativos acerca destas localidades.

Com estes exemplos pretendemos chamar atenção para o argumento de que o significado sociológico da segregação residencial, para além de constatações “demográficas” dos diferenciais de localização de moradias, provém do fato de que a separação das habitações implicaria em distintas possibilidades de integração entre os variados grupos sociais e distintas oportunidades de acesso a determinados locais, pessoas e recursos disponíveis na cidade. Defendemos que a investigação sociológica deve almejar uma perspectiva mais integral de segregação, tentando abarcar as dimensões da integração e do acesso, e incluindo explicitamente tais problemáticas nas definições do fenômeno, nas formas de operacionalização e nas práticas de pesquisa. Devemos, desta maneira, desenvolver uma descrição mais profunda e abrangente para compreender o que significa segregação por raça no Brasil e qual a importância do local de residência para as relações raciais em nossas cidades.

Nesse sentido, nossa intenção é, por um lado, empreender uma abordagem empírica que vise descrever de que modo o local de residência se articularia com a frequência a certos lugares e com a constituição de determinados relacionamentos sociais. Intentamos também dedicar grande atenção ao sentido da própria noção de segregação e porque o local de residência seria tão relevante; perscrutar as diferentes maneiras pelas quais tal conceito tem sido operacionalizado, sem perder de vista as limitações dos indicadores; e cultivar descrições mais completas e abrangentes de contextos específicos. Tais cautelas

devem favorecer a construção de interpretações da segregação racial mais adequadas à realidade de cidades brasileiras.

Empreendemos, então, uma pesquisa qualitativa que coletou trajetórias de vida, trajetos urbanos, locais frequentados, práticas espaciais e relações sociais, especialmente localizadas de negros e brancos em classes médias e altas. Os resultados da análise quantitativa subsidiaram diretrizes para o desenho da pesquisa qualitativa. Uma vez descritos os padrões de segregação por raça e classe social, procuramos investigar residentes em locais delimitados a partir dos resultados quantitativos. Na investigação qualitativa, lançamos mão de entrevistas semiestruturadas e levantamento de redes pessoais (“egocentradas”), questionando de que modo a segregação residencial implicaria em diferentes “experiências da cidade” para negros e brancos de classes média e alta. Com base nas informações levantadas, mapeamos “territórios” a partir dos trajetos e locais frequentados na vida cotidiana e da localização no espaço das redes pessoais dos indivíduos.

Assim, é possível revelar as maneiras pelas quais fronteiras sociais estão inscritas no espaço urbano, quais tipos de descontinuidades espaciais conformam barreiras sociais que organizam as relações raciais, e qual o papel do local de residência para estruturação destas barreiras. Pretendemos, então, propor uma caracterização da segregação racial à brasileira.

Deste modo, intentamos contribuir com a formulação de linhas de análise que visem responder questões como: o que significa falar de segregação por raça no contexto brasileiro? Em que medida o local de residência pode interferir nas relações raciais e moldar diferentes experiências para negros e brancos? De que maneira a segregação pautaria diferentes trajetórias, apresentando-se como um fator organizador das relações entre negros e brancos no espaço urbano?

Este livro é composto por dois pares de capítulos: o primeiro e o terceiro levantando problemáticas que são aprofundadas empiricamente pelo segundo e quarto capítulos, respectivamente.

No primeiro capítulo, apresentamos uma discussão crítica sobre a noção de segregação e o estudo da segregação residencial por raça. Trataremos das definições de segregação que norteiam a literatura, as formas de encaminhamento desta problemática de pesquisa, modos de operacionalização e mensuração, e os argumentos pelos quais os autores justificam a importância do estudo deste fenômeno. A segunda metade do capítulo visa discorrer sobre a maneira pela qual a segregação residencial por raça tem sido abordada no Brasil, seja no campo da sociologia das relações raciais, seja no campo dos estudos urbanos. Proporemos

um posicionamento com relação a esta literatura, visando bases descritivas adequadas ao nosso contexto e colocando a seguinte questão: Qual o papel da segregação para as relações e desigualdades raciais no contexto brasileiro?

Para tanto, defendemos abordagens que não se restrinjam às formas mais tradicionais de mensuração enfocadas na localização das residências e aos estudos das relações de vizinhança. Argumentamos que é necessário avançar no sentido de revelar quais as maneiras que o espaço residencial se relaciona com diferentes possibilidades de integração entre grupos sociais e oportunidades de acesso à cidade. Nesse sentido, os indicadores quantitativos não devem ser lidos como reveladores privilegiados da segregação, mas como elementos a serem analisados conjuntamente com outros tipos de materiais empíricos.

Não obstante, tais indicadores constituem o cerne das análises apresentadas no Capítulo 2. Este segundo capítulo concentra-se na análise de dados quantitativos dos censos de 2000 e 2010, visando revelar as especificidades, contornos e tendências das desigualdades raciais e da segregação residencial por raça na região metropolitana de São Paulo. Apresentamos um panorama das desigualdades raciais em educação, ocupação e renda, em 2000 e 2010, visando caracterizar a posição ocupada pelos negros na estratificação social, em comparação com os brancos. Em seguida, a segregação residencial é mensurada por meio de distintas técnicas, não apenas as mais tradicionais, para que as limitações de cada forma de medida sejam compensadas pela complementariedade entre elas.

O Capítulo 3 apresenta perspectivas sociológicas visando interpretar os resultados dos dados analisados e alicerçar a proposta de pesquisa qualitativa, cujos resultados são apresentados no capítulo seguinte. São formuladas interpretações a partir do diálogo com a teoria weberiana dos estamentos e com trabalhos da sociologia das relações raciais que tratam da articulação entre raça e estratificação social no Brasil, tentando demonstrar a importância do espaço urbano e, mais especificamente, do local de residência para tal articulação.

No final deste capítulo, partimos de críticas a abordagens tradicionais da segregação – muito enfocadas na esfera local e nas relações de vizinhança – e de uma breve revisão sobre perspectivas alternativas sobre segregação para propor novas estratégias empíricas com referenciais mais abrangentes do que a vizinhança e com o uso de técnicas qualitativas. Inspirados por estudos recentes sobre segregação e questões urbanas que dão ênfase a redes sociais, trajetos e mobilidades individuais, propomos uma estratégia de pesquisa baseada no levantamento dos lugares frequentados pelos indivíduos no espaço da metrópole

e na composição de suas respectivas redes pessoais, bem como na localização das moradias dos componentes delas.

O quarto capítulo apresenta os resultados e análises dos dados primários colhidos na pesquisa qualitativa e de redes pessoais enfocando a importância do local de residência e da raça para a conformação de distintos “territórios” nos quais se desenrolam práticas e relações sociais. Iniciamos com uma descrição do planejamento, instrumentais e procedimentos da pesquisa qualitativa desenvolvida. Foram realizadas 28 entrevistas com indivíduos de classe média, negros e brancos, homens e mulheres, em três distintas áreas do município de São Paulo: São Miguel Paulista, Tatuapé e Itaim Bibi. Neste capítulo, pretendemos demonstrar os aspectos de integração e acesso que dão sentido ao estudo da segregação, enfatizando a importância da raça e do local de residência para as experiências urbanas dos indivíduos.

Com este livro objetivamos a construção de uma proposta de interpretação sociológica sobre o papel da segregação residencial no quadro das relações raciais no Brasil, lançando mão de questionamentos teóricos e empíricos da própria noção de segregação e de suas implicações. Trata-se, assim, de tentar identificar por quais mecanismos e processos a distância física residencial e a distância social se articulam, tendo em vista especificidades de raça e classe social. Este intento abrange questionamentos não apenas acerca dos “lugares” de cidade em sua relação com determinados grupos sociais, mas também sobre as próprias relações que se estabelecem nela, os usos e possibilidades de acesso a ela, pautando distintas trajetórias, mostrando modos pelos quais padrões espaciais podem se traduzir em relações sociais (Logan 2012: 508).

SOBRE A NOÇÃO DE SEGREGAÇÃO E O ESTUDO DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL POR RAÇA

Este capítulo propõe uma discussão das principais abordagens em torno da noção de segregação, retomando parte da produção sobre o tema e avaliando os encaminhamentos e operacionalizações mais correntes acerca deste fenômeno. Faremos um apanhado (não exaustivo) das principais abordagens e chamaremos atenção para algumas insuficiências nas pesquisas sobre o tema. Objetivaremos, aqui, uma perspectiva crítica de modo a posicionar este estudo com relação à produção acadêmica sobre segregação.

Iniciamos o capítulo apresentando como a noção mais geral de segregação é entendida nas pesquisas acadêmicas. Na sociologia, segregação tem sido estudada com especial ênfase no espaço habitado, ou seja, como segregação residencial. Trataremos dos principais pressupostos subjacentes e as implicações decorrentes da adoção desta perspectiva. Em seguida, discutiremos das maneiras pelas quais a prática sociológica tem encaminhado problemáticas de pesquisa acerca da segregação, as formas de operacionalização do conceito e as principais linhas de investigação que articulam o fenômeno a processos sociais mais amplos. Dedicamos uma ampla seção aos estudos sobre efeitos de vizinhança, linha de pesquisas que tem sido muito prolífica nas últimas décadas e que destaca a relevância da segregação residencial para destinos individuais.

Apresentamos também reações e desenvolvimentos da investigação sobre segregação racial no Brasil. Parte das resistências ao debate sobre segregação racial em nossas cidades deve-se a comparações com exemplos e parâmetros norte-americanos. Em vista disso, discutimos as peculiaridades da conjuntura estadunidense enfatizando a necessidade de se levar em conta as características histórico-contextuais que cada local pesquisa para interpretar indicadores e traçar conclusões acerca da segregação. Antes de pensarmos em realizar comparações a respeito da severidade de indicadores, se quisermos acessar o que pode ser entendido como o significado sociológico da segregação residencial, convém começarmos expondo as principais formas pelas quais este conceito costuma ser mobilizado.

1.1 A NOÇÃO DE SEGREGAÇÃO

Não são raros os autores que chamam atenção para o fato de que o que se entende por segregação costuma ser eivado de ambiguidades e imprecisões (por exemplo, Brun 1994, Vignoli 2001, Schor 2004). Mesmo obras clássicas, importantes referências como *Patterns of Negro Segregation* de Charles Johnson (1943), assumem uma definição ampla como “o isolamento (...) dos mundos sociais de grupos em contato” (p. 3). Ou, mais detidamente:

Não é suficiente para as propostas do presente estudo, entretanto, limitar o conceito de segregação a meramente uma separação física ou espacial. A segregação ocupacional pode ser tão efetiva em manter uma distinção deletéria, mas a separação não é necessariamente espacial. Da mesma forma com muitos outros tipos de relacionamentos que têm o efeito de restringir ou qualificar a comunicação entre grupos em contato. Visando distinguir e analisar certos aspectos menos óbvios das políticas e práticas de segregação racial nos Estados Unidos, o termo “segregação”, como empregado aqui, inclui todas as convenções e rituais sociais que pretendem impor isolamento social e distância social (...). (Johnson 1943: 4, grifos nossos)¹.

Assim, pode-se falar de muitos tipos de segregação: segregação no mercado de trabalho, segregação de igrejas, segregação escolar etc. Florestan Fernandes (1972), inclusive, diz que a “segregação (...) Fazia parte de duplo estilo de vida que separava espacial, moral e socialmente o ‘mundo da senzala’ do ‘mundo da casa grande’” (p. 43).

¹ São nossas as traduções de todos os excertos em língua estrangeira.

Ciente das ambiguidades e das múltiplas definições, o geógrafo francês Jacques Brun (1994) pondera que, das diferentes formulações do conceito, prevalece um sentido geral de “*la mise à l'écart*” (“pôr à parte”, ou “apartar”)². Lester Freeman (1978), ao revisar distintas abordagens de segregação na sociologia norte-americana, postula que “todas as restrições à interação (...) são formas de segregação” (p. 413). Ou seja, o núcleo da ideia de segregação é separação. A segregação faz parte de processos pelos quais determinados grupos sociais se separam uns dos outros, evitando o convívio e a interação.

Há, contudo, um elemento muito bem definido nesta forma de separação: “o pôr à parte’ do qual se trata é fundado, em geral, sem ambiguidade, sobre uma relação de desigualdade entre os grupos sociais implicados” (Brun 1994: p. 24). Johnson (1943), por seu turno, diz que segregação envolve discriminação (p. 4). A segregação está, portanto, em inequívoca associação com desigualdades, hierarquias e discriminações. Seu objetivo é evitar contatos, interações e, principalmente, a mistura com grupos subordinados.

A causa profunda é o medo que o grupo excluído inspira ao grupo dominante. (...) Medo enfim da mestiçagem e da confusão (...). As frações da população que são objeto deste colocar à distância são distinguidas pela fração dominante em função de critérios variáveis, de uma precisão desigual, e entre os quais, mais uma vez, podem entrar importantes elementos imaginários. (Brun 1994: 25).

Freeman (1978) acrescenta ainda que:

É também possível que limitações à interação (...) possam ser construídas com o apoio ou mesmo com a iniciativa das pessoas com menos poder. Tipicamente, tais pessoas não podem impor a segregação no mesmo sentido que as pessoas em posições dominantes. Mas elas podem, seja se retirando para locais desocupados ou através do desenvolvimento de símbolos especiais, limitar a interação entre elas e outros. (p. 413).

² A expressão *La mise à l'écart* poderia ser traduzida como “o pôr à parte” ou “o colocar à parte”, no sentido de substantivo, de “colocação”. *La mise à l'écart* seria, então, “a colocação à parte”. Porém, convém ressaltar que sua tradução precisa para o português se mostra difícil. A palavra *écart* corresponderia a algo como um *gap*, um hiato, ou uma lacuna. Assim, talvez a melhor tradução para “*la mise à l'écart*” seria algo como “o ato de pôr uma lacuna entre”; ou talvez o próprio substantivo “separação” para o qual, porém, já existe uma palavra em francês [*séparation*], de mesma forma que também existe uma expressão para “pôr à parte” [*mettre à part*]. Grafmeyer (1994), por sua vez, trata da segregação em termos de um “pôr à distância” [*mise à distance*]. Porém, conforme argumentaremos, esta se trataria de uma perspectiva mais específica.

É na separação de grupos no contexto urbano que a segregação assume seu sentido mais comum. Em *Cidade de Muros*, apesar de não fornecer um conceito bem delimitado de segregação, Teresa Caldeira (2000), ao construir argumentos articulando as ideias de segregação, medo e formas de convivência no espaço público, indica que tratar de segregação significa tratar das possibilidades de contatos e relações com a alteridade, materializadas e mediadas pelo espaço urbano. A autora enxerga os padrões de segregação como padrões de “organização das diferenças sociais no espaço urbano” (p. 11) que “revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam (sic) no espaço da cidade” (p. 211).

A autora vai ainda mais longe ao sugerir que a emergência de determinados padrões de segregação, no caso o padrão fortemente excludente dos enclaves fortificados, representa uma reação conservadora a processos de democratização e diversificação social. Assim, as transformações em padrões de segregação resultam de disputas sociais – seja tanto por equalização e democracia quanto pela manutenção de desigualdades, discriminações e autoritarismo – cuja arena é o espaço urbano.

Brun (1994) acrescenta que, no “coração do ‘conceito de segregação’” reside “o sentimento de uma incapacidade da cidade moderna produzir a integração” (p. 47). Ou, em outros termos, a percepção de que “nossas cidades parecem eficientes máquinas de engendrar distância entre o diferente” (Netto et al 2016: p. 1084).

1.2 SEGREGAÇÃO ESPACIAL E SEGREGAÇÃO SOCIAL: A INFLUÊNCIA DA ESCOLA DE CHICAGO

Praticamente todos os autores que tratam de segregação fazem ressalvas no sentido de que segregação não se resume à separação espacial, que distâncias físicas *não necessariamente* implicam em segregação, que proximidade espacial *não necessariamente* implica em interação ou diversas outras assertivas semelhantes. Mas tais ressalvas *não necessariamente* são levadas às últimas consequências em suas práticas de pesquisa.

Michael White, por exemplo, um importante especialista em técnicas de mensuração de segregação, inicia um artigo chamando atenção para a necessidade

de demarcar a diferenciação entre segregação sociológica (ausência de interação entre grupos) e segregação geográfica (desigualdade na distribuição dos grupos pelo espaço). No entanto, o autor conclui que: “não obstante, segregação geográfica e sociológica estão provavelmente correlacionadas” (White 1983: 1009). Mais recentemente, o mesmo autor propôs uma nova técnica de medida de segregação em um artigo intitulado “Medindo a distância social” [“*Mapping Social Distance*”] (White, Kim and Glick 2005).

Ocorre que há quase um século o espaço físico (e a distância métrica) tem sido a principal via de abordagem deste fenômeno. Isso decorre de pressupostos colocados desde os anos 1920 pelos autores da escola de Sociologia de Chicago. Robert Park, figura central e um dos principais teóricos desta tradição de pesquisas já afirmava que:

É porque a geografia, a ocupação e todos os outros fatores que determinam a distribuição da população, determinam tão irresistível e fatalmente o lugar, o grupo, e os associados com os quais cada um de nós está obrigado a viver, que as relações espaciais vêm a ter, para o estudo da sociedade e da natureza humana, a importância que elas têm. É porque as relações sociais são tão frequente e tão inevitavelmente correlacionadas com relações espaciais; porque as distâncias físicas constituem, ou parecem constituir, tão frequentemente os índices das distâncias sociais, que as estatísticas têm qualquer valor para a sociologia. E isso é exato, finalmente, porque os fatos sociais e psíquicos podem ser medidos apenas até o ponto em que eles podem ser reduzidos ou correlacionados com fatos espaciais (Park 1970 [1925]: 140-1).

Para este autor, analisar as estruturas sociais a partir de posições, distâncias e movimentos no espaço permitiria que as características da sociedade pudessem ser medidas e descritas matematicamente, favorecendo um projeto de conhecimento científico. Ademais, a perspectiva da ecologia humana disseminada pela escola de Chicago defendia que as comunidades humanas se organizariam através de processos “naturais” de seleção e segregação, que agregariam grupos sociais estabelecidos em determinadas áreas do espaço urbano – chamadas “áreas naturais” – cada qual com suas características específicas (Burgess 1925; Park 1926; Guest 1985; Eufrazio 1999).

Para Brun (1994) e Grafmeyer (1994), conceber segregação a partir desta perspectiva na qual recortes espaciais corresponderiam a clivagens sociais contribui para diminuir a ambiguidade da noção de segregação e para fixar uma problemática de pesquisa situada na junção entre o social e o espacial.

Mais recentemente, diversas pesquisas empíricas têm mostrado casos de diferentes grupos sociais que, a despeito de viverem próximos, não cultivam re-

lações entre si (por exemplo, Bonilla-Silva & Embrick 2007; Rich 2009). Ainda assim, este entendimento acerca da correspondência entre distância espacial e distância social, apesar de antigo, não parece ter sido ultrapassado, manifestando-se na maior parte dos estudos sobre segregação, ou pelo menos na maior parte daqueles que se dedicam à mensuração de segregação nos tempos atuais. Assume-se hoje que se não se pode falar de total correspondência entre duas dimensões (espacial e social), as clivagens espaciais no mínimo favorecem o crescimento da diferenciação e da distância social³ entre os grupos (Sabatini, Cáceres e Cerda 2004; Negri 2008).

1.3 SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL: A PRINCIPAL FORMA DE ABORDAGEM SOCIOLOGICA DA SEGREGAÇÃO

Dada esta tradicional ênfase no espaço para o estudo da segregação, a pesquisa sociológica sobre este tema centrou-se no espaço habitado como principal objeto. Assim, o estudo dos diferenciais de localizações das moradias de distintos grupos é a principal via para debates sobre segregação na sociologia. De modo que a problemática da segregação é, na maioria dos casos, formulada como segregação residencial e abordada através de dados censitários que permitem verificar a distribuição dos grupos sociais nas áreas urbanas.

Quais que sejam os pressupostos implícitos ou explícitos que fundam o recurso ao termo segregação, a grande maioria dos trabalhos empíricos que mobilizam esta noção privilegiam na prática a dimensão residencial. O quadro analítico da pesquisa se centra então sempre, de uma maneira ou de outra, sobre a questão da distribuição diferencial de subconjuntos de uma dada população, em função do lugar de residência do indivíduo ou do domicílio” (Grafmeyer 1994: p. 100).

Da discussão apresentada até este ponto, podemos começar a elencar, então, os principais fundamentos do *mainstream* da prática sociológica de pesquisa sobre segregação: 1) A noção de segregação como separação e ausência de interação entre grupos dotados de diferenciais de poder nas hierarquias sociais. 2) A perspectiva espacial: o pressuposto de que a estes diferenciais de posição social (distância social) estão associadas distâncias espaciais materializadas no e

³ Uma discussão mais detida sobre a noção de distância social é realizada no Capítulo 3.

mediadas pelo espaço urbano. 3) O foco na residência: o local de residência dos indivíduos e grupos é o ponto focal a partir do qual as pesquisas verificam os graus de distância espacial e, daí, inferem as distâncias sociais. A estes pontos podem ser agregados outros quando consideramos os desenvolvimentos da pesquisa sobre este fenômeno, conforme apresentaremos mais adiante. No entanto, tais parâmetros são comuns na maior parte das definições de segregação, tal qual o exemplo clássico de Manuel Castells (1977 [1972]):

A distribuição das moradias no espaço produz sua diferenciação social e específica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de seus residentes estão na raiz do tipo e nível das amenidades e funções atreladas a elas. A distribuição das localizações residenciais segue as leis gerais de distribuição dos produtos [do capitalismo] e, conseqüentemente, promove reagrupamentos de acordo com a capacidade social dos sujeitos, ou seja, no sistema capitalista, de acordo com suas rendas, status profissional, nível educacional, grupo étnico, grupo etário etc. (...) Por segregação urbana, entende-se primeiramente a tendência de organização do espaço em zonas com alta homogeneidade social interna e uma forma de disparidade social entre elas, tal disparidade sendo entendida em termos não apenas de diferença, mas também de hierarquia. (Castells 1977 [1972]: 169).

Há, na literatura, diversas outras maneiras de se definir segregação que, em geral, guardam mais similaridades do que diferenças com relação à definição acima. Para além dos termos precisos das definições, Grafmeyer (1994) demarca três principais modos de encaminhamento, distintos embora interconectados, das pesquisas sobre segregação residencial, cada qual envolvendo diferentes problemáticas de pesquisa e ideais normativos.

O primeiro deles se refere aos “diferenciais de localização” das residências de grupos delimitados por sua posição social, raça, origem etc. Tais diferenciais de localização, ou dissimilaridade residencial, norteiam as mais tradicionais formas de mensuração de segregação, como o índice de dissimilaridade (que exporemos mais adiante). Esta é forma da abordagem mais diretamente caudatária dos escritos de Robert Park e da Escola de Chicago, supondo, portanto, que as distâncias físicas refletiriam as distâncias sociais entre os grupos. Há, nesta concepção, um horizonte normativo segundo o qual a mistura residencial propiciaria a constituição de laços sociais entre os diferentes grupos, favorecendo a *integração* social entre estes (ou assimilação) e a cidadania.

Nesse sentido, a expectativa é a de que quanto mais uniforme e misturada a distribuição residencial dos diferentes grupos pelo espaço da cidade, menor a distância social entre eles, ou seja, seriam minoradas as disparidades decor-

rentes das desigualdades de posição social e seriam grandes as interações entre membros de diferentes grupos. A segregação residencial seria uma expressão das possibilidades de exposição e contato de um grupo com o outro, de modo que a proximidade física dos lares favoreceria a convivência. Podemos, então, discernir outro pressuposto subjacente a estas assertivas: a centralidade das relações no entorno do espaço habitado, uma forte crença na “*neighborhood*”, a comunidade de vizinhos. Ou seja, toma-se a vizinhança como um dos espaços mais fundamentais de socialização, considerada importante esfera de interação face a face, agregando indivíduos.

(...) a ‘dissimilaridade’ só toma sentido por referência ao seu contrário, a *assimilação*, posta como uma norma a priori, como tendência inelutável da qual a observação empírica pode se atribuir a seguir um caminho diferencial segundo os tipos de minorias. Porque ela é tida como sinal (e pode ser também por fator) de assimilação, a dispersão espacial toma ao mesmo tempo a dignidade de um valor em si (Grafmeyer 1994: 88-9).

Tais perspectivas refletem realidades, questões sociais e paradigmas acadêmicos desenvolvidos nos Estados Unidos da América. Neste país, o estudo da segregação residencial enquanto dimensão constitutiva de processos de assimilação tem sido tema constante na sociologia desde a clássica escola de Chicago. Dentro desta tradição de pesquisas, o estudo da segregação residencial é tomado como um importante indicador do estágio de assimilação de minorias e grupos imigrantes à sociedade norte-americana. Estas expectativas teóricas se comprovaram muito no exame empírico do processo de assimilação de imigrantes europeus que aportaram no país no início do século XX (Massey 1985). Entretanto, a persistência da segregação dos negros norte-americanos é considerada uma das principais evidências contrárias a tais expectativas.

O segundo emprego da noção de segregação mencionado por Grafmeyer (1994) certamente não rompe com pressupostos acima, mas aponta para outras preocupações e decorrências da segregação residencial. Esta abordagem trata das distâncias espaciais tendo em vista a maneira pela qual estas engendram “chances desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade (...). É a igualdade, muito mais que a assimilação, que serve então de base e de contraponto normativo para a medida da segregação” (p. 89).

Tal perspectiva tem sido, também, fortemente cultivada nos Estados Unidos. Com a mudança de paradigma teórico dos estudos urbanos em direção à Economia Política na década de 1970, segregação residencial passou a ser pensada mais como possibilidade de *acesso* a recursos, políticas públicas, empregos, redes

sociais etc. David Harvey, um dos principais expoentes desta corrente, postula que a diferenciação residencial é uma dimensão da reprodução das relações sociais no capitalismo, uma vez que implica em acesso diferenciado a recursos e oportunidades de ascensão social. A localização residencial reforça diferenças econômicas entre os indivíduos na medida em que impõe maiores custos no que tange ao acesso aos serviços públicos e infraestrutura urbana (Harvey 2009 [1973]; Negri 2008: 137-8).

A terceira abordagem, que mescla as duas anteriores, é aquela do confinamento de populações desfavorecidas em determinados territórios, como guetos ou “bolsões de pobreza”.

(...) a atenção se centra sobre a exclusão social engendrada por seu acúmulo e redobrada pela reclusão espacial em *quartiers en crise*. Mais uma vez, o recurso à temática da segregação é parte integrante da representação de um ideal que ela vem contradizer, aquele da integração ou da inserção. (Grafmeyer 1994: 90).

Esta abordagem encontrou, na *underclass* dos guetos norte-americanos, seu objeto privilegiado de estudos. A principal figura a influenciar esta corrente de pesquisas foi William Julius Wilson (1987) que, ao estudar a *underclass* negra, deu ênfase tanto nos problemas decorrentes do isolamento social destes grupos (primeira abordagem) quanto nas barreiras para o acesso a recursos e oportunidades, reproduzindo desigualdades sociais (segunda abordagem). Ou seja, esta terceira abordagem trata-se, na verdade, de uma sobreposição das duas anteriores.

A exposição destas formas de encaminhamento da problemática da segregação nos revela o cerne dos fenômenos que se pretende compreender através do estudo da distribuição das residências de diferentes grupos sociais. Na primeira abordagem, a segregação é entendida enquanto o contrário da integração: há segregação quando os grupos sociais não se integram, não interagem, não se misturam. Na segunda abordagem, a segregação é entendida como o contrário do acesso: há segregação quando é dificultado o acesso de determinado(s) grupo(s) a recursos (materiais e simbólicos) e oportunidades presentes na cidade. Integração e acesso são as dimensões sociológicas que dão sentido às investigações sobre segregação residencial. O estudo das distribuições residenciais dos diferentes grupos sociais tem o propósito de inferir tendências de integração social e de acesso à cidade. Porém, estas inferências são baseadas em fortíssimas pressuposições a respeito da importância da proximidade física como catalisador de integração e acesso.

Como veremos, boa parte das operacionalizações acabam por perder de vista essas dimensões por se restringirem ao estudo das distribuições residenciais e assumirem, sem mais, a determinação das distâncias físicas.

1.4 MODOS DE OPERACIONALIZAÇÃO E PRÁTICAS DE PESQUISA EM SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

A noção de segregação residencial tem como núcleo a separação física das habitações dos grupos sociais no espaço. A mensuração do fenômeno costuma ser pautada pela verificação de em que medida a distribuição das residências de grupos sociais pelas áreas da cidade seria mais ou menos uniforme. Ou seja, as investigações sobre segregação residencial têm, até hoje, forte vinculação com os pressupostos da Escola de Chicago.

Assim, a definição mais operacional de segregação residencial conceberia tal fenômeno como sendo o grau em que os grupos sociais se encontram separados uns dos outros, considerando-se a localização de suas moradias no espaço urbano, ou seja, em que medida as residências de cada grupo estão fisicamente distantes de outros (Marques 2005; Massey & Denton 1988; Grafmeyer 1994). Consiste, então, no grau de concentração, no espaço, de uma categoria social com relação à outra, sendo que ambas as categorias se delimitam analiticamente.

De modo que “a segregação é – sobretudo – um fenômeno relacional: só existe segregação de um grupo quando outro grupo se segrega ou é segregado. É nesse componente relacional que as medidas de segregação vão se basear, buscando medir o grau de isolamento de um determinado grupo social em relação a outro.” (Torres 2004: 42). Decorre daí que alguns grupos estariam “mais separados” entre si, enquanto outros estariam “mais juntos”. Assim, por exemplo, nos Estados Unidos, os brancos estão mais separados dos negros do que dos hispânicos (Iceland & Wilkes 2006).

Esta operacionalização da segregação enquanto “grau” é fundante dos principais indicadores utilizados para sua mensuração, como o índice de dissimilaridade. Indicadores como este têm grande importância em pesquisas sociológicas por seu caráter sintético que favorece diagnósticos gerais, abordagens comparativas e o acompanhamento de tendências históricas. Contudo, tais medidas operam uma abstração do espaço, eclipsando as características próprias de cada lugar.

[Estas formas de mensuração] (...) colocam no coração da análise não os lugares em si, mas os intervalos que os separam, tornados, assim, diretamente comparáveis. Reduzir o espaço a um de seus atributos permite se esquivar da questão de sua natureza e de apagar particularidades que poderiam prejudicar a generalização do modelo pesquisado. (Maillochon 1998: 174).

Assim, uma análise baseada apenas na simples leitura desses indicadores arrisca recair em generalizações descontextualizadas. Ademais, estes indicadores não respondem a uma pergunta fundamental quando tratamos de espaço: o “onde”. Por fim, tais medidas não se adequariam de forma alguma, à abordagem da segregação enquanto contrário do acesso. Pois esta requer que os espaços sejam qualificados: trata-se do acesso a determinados lugares com características específicas ou a recursos e oportunidades com determinada localização.

Além disso, o uso de tais medidas associado a um apego demasiado ao pressuposto de que proximidade leva a interações faz com que muitos pesquisadores interpretem um valor alto em uma medida de segregação residencial como indicador de que negros e brancos, por exemplo, nunca se cruzarão e imaginam que um valor baixo nessas medidas deve corresponder a um contexto no qual muito provavelmente negros e brancos cultivarão relações muito próximas. Tais premissas levam a sociologia (norte-americana, principalmente) a dar uma ênfase muito acentuada às relações de vizinhança e aos chamados *neighborhood effects*, que discutiremos mais adiante.

Há um segundo ponto a ser discutido a respeito da definição operacional exposta. Apesar de formular em termos precisos e práticos (isto é, mensuráveis), a ideia da separação residencial pode ganhar distintas ênfases de acordo com a pesquisa, ou mesmo dentro da mesma pesquisa, podendo complicar, ainda, o próprio entendimento do adjetivo “segregado”. Nesta definição, segregação pode ser entendida como: (1) a distância física entre grupos, ênfase na distribuição dos grupos pelos espaços; e (2) a homogeneidade na composição social de espaços, ênfase na caracterização dos espaços⁴. Assim, sabemos, por exemplo, que as classes médias e altas cariocas têm grande concentração na Zona Sul do Rio de Janeiro (Marques, Scalon & Oliveira 2008), sendo, portanto, um grupo segregado. No entanto, não se pode dizer que a Zona Sul do Rio é um espaço segregado,

⁴ Sabatini por exemplo, diferencia três dimensões da segregação residencial: (a) a tendência de um grupo concentrar-se em algumas áreas; (b) a conformação de áreas socialmente homogêneas; e (c) as percepções dos sujeitos acerca das duas dimensões anteriores (Sabatini, Cáceres e Cerda 2004; Sabatini & Sierralta 2006).

uma vez que não há homogeneidade social nessa região, dada a presença de favelas⁵.

De um modo geral, a ênfase na homogeneidade de espaços tem prevalecido na delimitação dos objetos de pesquisa da maior parte dos estudos contemporâneos sobre segregação. Por exemplo, alguns estudos definem segregação como sendo a concentração de pobres em espaços homogeneamente pobres (Flores 2006). Nestes estudos, a distância física nem sempre é regra.

Um exemplo que combina homogeneidade e distância física, mas que cria ambiguidades entorno do que é segregado, pode ser encontrado na importante pesquisa de Eduardo Marques (2010). Este autor levantou redes sociais de indivíduos residentes em seis localidades (segregadas) caracterizadas pela concentração de pobreza, mas cuja distância física com relação aos grupos mais ricos e às centralidades é bem variada. Num primeiro momento, a segregação é pensada a partir da homogeneidade na composição social dos espaços (p. 47). Porém, mais adiante, visando determinar a importância da segregação para a formação das redes dos indivíduos, o autor diferencia as seis localidades entre “segregadas” e “não segregadas” a partir de um critério de distância com relação às centralidades (p. 116)⁶. Não obstante, este é um exemplo de pesquisa que nos permite refletir sobre segregação tanto na chave da integração quanto naquela do acesso.

O foco em espaços homogêneos – em especial, homogeneamente pobres – é marcante em pesquisas qualitativas sobre segregação. Em geral, estes estudos recortam uma área de composição social homogênea – uma favela, um bairro de periferia, um condomínio de elite etc. –, constroem questões de pesquisa acerca dos efeitos dessa homogeneidade e concentram no contexto local a coleta dos dados e evidências mais relevantes para análise. Ou seja, tais estudos dão maior destaque à esfera local e às relações aí constituídas. Remetendo, mais uma vez, a um dos pressupostos da escola de Chicago. Este “localismo”⁷ é assumido como se os indivíduos pesquisados estivessem presos ao local onde moram, quando, na verdade, isto deveria ser posto em questão. Small & Newman (2001), por exemplo, criticam o fato de que muitos destes estudos não se perguntam quanto

⁵ No limite, tais constatações apontam para uma discussão mais técnica a respeito de escalas de medida de segregação residencial, que não vem ao caso neste capítulo e já foi esboçada em França (2010).

⁶ Haroldo Torres (2004) já dizia, em debate organizado pela revista Espaço e Debates, que segregação é conceitualmente muito simples: separação residencial entre grupos. Muito mais complicado é definir uma área segregada.

⁷ Convém ressaltar que aqui não estamos tratando da noção de “localismo” conforme é definida nos estudos de análise de redes sociais.

tempo as pessoas passam em seus bairros, o quanto elas interagem com os vizinhos, ou como desenvolvem atitudes e valores tendo em vista estes contextos locais.

1.5 SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E PROCESSOS SOCIAIS MAIS AMPLOS

Recentes revisões da literatura têm justificado a importância do estudo da segregação residencial com argumentos que enfatizam sua vinculação com processos sociais mais amplos. Para Maloutas (2012), por exemplo, a “segregação residencial é um resultado e, ao mesmo tempo, parte do processo que reproduz desigualdades e discriminações nas sociedades capitalistas.” (p. 10). Neste sentido, muitos analistas procuram justificar a pertinência das pesquisas sobre segregação descrevendo tais processos que a envolvem e enfatizando seus “mecanismos formadores” e seus “impactos efetivos”, em suma, suas causas e efeitos.

Este autor desenha um esquema no qual a segregação aparece em meio a processos causais relacionados à reprodução de desigualdades e discriminações. Os processos de alocação habitacional seriam os principais organizadores (ou “filtros”, nas palavras dele) da segregação residencial. Tais processos são estruturados pelas desigualdades e discriminações que caracterizam cada sociedade. Eles se materializam principalmente através das desigualdades econômicas das famílias diante do mercado imobiliário (isto é, das possibilidades de pagar por determinado imóvel em uma dada localização) e por discriminações operadas por agentes deste mercado (e instituições financiadoras), como também são influenciados pelas “características de estruturas urbanas duráveis”, pelas características do “estoque de moradias” e por “relações legais ou sociais que ligam pessoas e moradias ou bairros” (como redes sociais, preferências residenciais, direitos de propriedade etc.). Tais processos se desenrolam historicamente e podem ter grande influência do Estado na forma de políticas de habitação, planejamento urbano, dentre outras⁸. Sobre as formas de concretização destes processos em segregação residencial por classe e/ou raça, o autor diz que:

⁸ O autor finaliza a descrição de seu esquema enunciando um grande modelo com hipóteses de características mecanicistas: “A pressuposição é que quanto mais desiguais e discriminadoras as cidades, dentro de *welfare states* menos desenvolvidos, com uma provisão de moradia mais mercantilizada, com alta mobilidade residencial e menos redes de solidariedade espera-se que elas sejam alta e crescentemente segregadas. E uma vez que a globalização capitalista

A segregação por classe é fundamentalmente um processo dirigido pelo mercado que teoricamente começa como desigualdade econômica produzida no mercado de trabalho e transformada em segregação através de mercado habitacional. A segregação etnorracial é mediada pelas desigualdades econômicas – com diferença etnorracial sendo traduzida em hierarquia etnorracial tanto no mercado de trabalho como no mercado habitacional – e também deriva diretamente de regras e práticas discriminatórias na alocação de moradias. (Maloutas 2012: 11).

Ao tratar a segregação como parte de processos sociais mais amplos, as revisões bibliográficas como a de Maloutas costumam dividir as pesquisas realizadas neste campo de estudo em duas chaves: pesquisas sobre causas da segregação e pesquisas sobre consequências da segregação (Cf., também, Charles 2003). Pesquisas empíricas visando identificar diferentes processos e causalidades que resultariam nos padrões de segregação racial observados são muito comuns na sociologia estadunidense. Nesta linha de questionamentos, destacam-se duas vertentes. Uma delas enfatiza processos discriminatórios institucionalizados que criam barreiras às possibilidades de negros residirem em determinados bairros, na qual sobressaem os estudos sobre discriminação no mercado imobiliário; é uma marca desta vertente a operacionalização de suas questões através de estudos experimentais, os chamados *audit studies*. Uma outra vertente enfatiza as escolhas residenciais individuais e disposições para integração ou para a auto-segregação voluntária (P. ex., Bobo e Zubrinsky 1996, Harris 2001, Quillian e Pager 2001), na qual destacam-se pesquisas de *survey* sobre “*neighborhood preferences*”. Tais pesquisas demonstram que, para além das determinações socioeconômicas, os estereótipos e discriminação racial são fatores relevantes que resultam na distribuição dos grupos em áreas específicas do espaço urbano.

Por outro lado, o grupo de pesquisas sobre “consequências da segregação” é quase unicamente representado pelos estudos sobre os chamados efeitos de vizinhança (*neighborhood effects*), dos quais trataremos mais detidamente a seguir.

se dirige para mais desigualdade, menos *welfare state* e mais mercantilização da moradia, pode-se razoavelmente esperar que a segregação possa ser encontrada em uma tendência de aumento.” (Maloutas 2012: 14).

1.6 CONSEQUÊNCIAS DA SEGREGAÇÃO: SOBRE OS EFEITOS DE VIZINHANÇA

No Brasil, há uma pluralidade de estudos que demonstram e dão relevo a consequências da segregação, em geral, ao enfatizar os efeitos de variáveis espaciais sobre resultados de realização individual. Dentre estas consequências podemos citar: possibilidades de inserção no mercado de trabalho, realização educacional e socioeconômica; constituição de estruturas locais específicas de desigualdades; condições de fruição da cidade e de seus bens e serviços; implementação e acesso a políticas públicas de qualidade; distância de centralidades de consumo; exposição à violência e à criminalidade; cristalização de estigmas e estereótipos; contato com determinados “modelos de comportamento” [*role models*]; constituição de redes sociais, identidades e de solidariedades intra-grupais; além de representações sociais sobre as desigualdades e sobre o próprio espaço urbano etc. (Cf., por exemplo: Telles 1995, 1996; Carvalho & Barreto 2007; Torres 2004; Torres, Ferreira & Gomes 2005; Bichir 2006, 2009; Torres & Bichir 2007; Torres et al 2010; Lima 2012; Silveira & Muniz 2014). Frequentemente, estes trabalhos fazem alusão a pesquisas norte-americanas sobre os efeitos de vizinhança citando seus achados como possíveis hipóteses explicativas para as consequências da segregação que encontram em nossas metrópoles.

Os efeitos de vizinhança são recorrentemente apontados pela literatura como sendo as principais consequências da segregação. Grosso modo, parte considerável dos estudos declara que segregação residencial é importante porque existem efeitos de vizinhança.

Segregação é geralmente considerada como uma questão importante devido a seus supostos impactos sobre as condições de vida e sobre as chances de mobilidade social. Tem havido um substancial crescimento na literatura que trata do impacto da segregação, ou seja, do efeito de vizinhança ou área. (Maloutas 2012: 20).

Este mesmo autor, define efeitos de vizinhança da seguinte maneira:

[Tratam-se de] (...)efeitos não atribuíveis às características pessoais ou de domicílio, mas os efeitos espaciais adicionais relacionados com a composição social das áreas residenciais, as suas características intrínsecas (nível de poluição, qualidade de serviços) e seus status comparativos (...) (Maloutas 2012: 10).

Robert Sampson (2012) – talvez o principal expoente desta temática de pesquisas – enfatiza que efeitos de vizinhança decorrem de processos sócio-interacionais e institucionais ancorados em aspectos coletivos das comunidades. Na sociologia estadunidense, os tais *neighborhood effects* são matéria de grande debate e possuem bastante relevância nas discussões sobre segregação e reprodução de desigualdades. Os estudos sobre efeitos de vizinhança se consolidaram e tiveram enorme impulso após a publicação de *The Truly Disadvantaged*, de William Julius Wilson, em 1987 (Cf. Massey 1998; Small & Newman 2001; Sampson 2012)⁹. Neste livro, Wilson (1987) caracteriza a nova pobreza urbana dos Estados Unidos e as transformações ocorridas nos guetos negros das grandes metrópoles daquele país. De acordo com este autor, o crescimento da pobreza e seu forte isolamento social e concentração espacial foram provocadas por mudanças macroeconômicas, fuga da classe média negra das *inner-cities*, e o forte desemprego que atingia principalmente a população negra dos guetos. A sobreposição de pobreza e dos mais diversos “problemas sociais” nessas localidades socialmente isoladas fazia multiplicar as desvantagens dos indivíduos que aí residiam.

Trabalhando na antiga tradição teórica da Universidade de Chicago, onde ele estava no momento, Wilson argumentou que a pobreza negra urbana foi transmitida e perpetuada não apenas através de mecanismos de nível individual – e familiar –, mas através de uma série de transformações estruturais que se desenrolam no nível de bairro. (Massey 1998: p. 570).

O impacto do livro de Wilson ensejou a proposição de inúmeras pesquisas sobre os efeitos de vizinhança em bairros pobres das metrópoles norte-americanas¹⁰. Mais especificamente, buscava-se identificar os mecanismos pelos quais a segregação implicaria na reprodução da pobreza através do estudo de populações que viviam em determinados espaços urbanos que se caracterizavam pela pobreza concentrada. Tais pesquisas, ao empregar sofisticadas técnicas estatísticas, buscavam isolar o efeito causal da vizinhança em resultados individuais,

⁹ Sampson (2012) aponta, também, a publicação de *American Apartheid* de Douglas Massey e Nancy Denton, em 1993, como importante impulsionador dos estudos sobre efeitos de vizinhança.

¹⁰ Percebe-se, portanto, que as constatações acerca das transformações sociais nos guetos e *inner-cities* foram os pontos de partida para os questionamentos sociológicos sobre os efeitos de vizinhança. Contudo, é interessante notar que muitas pesquisas brasileiras sobre este tema adotam hipóteses e procedimentos semelhantes aos das pesquisas norte-americanas, porém apressam-se em ressaltar que as características da pobreza urbana no Brasil não correspondem à noção de gueto.

especialmente aqueles “relacionados com habilidades cognitivas, desempenho acadêmico, e realizações educacionais” (Sharkey & Faber 2014: 562).

Small & Newman (2001) descrevem duas modalidades de mecanismos que mediarão os efeitos de vizinhança. A primeira é a dos mecanismos de socialização das pessoas que cresceram em uma dada vizinhança, pressupondo os indivíduos como relativamente passivos e recipientes de forças que podem moldar seu comportamento e suas expectativas. Há seis tipos de mecanismos nesta modalidade: (1) Epidêmico (também chamado efeito de pares): crianças tendem a seguir o comportamento daquelas com as quais são criadas, de modo que comportamentos disfuncionais (como abandono escolar ou gravidez na adolescência) podem se propagar em contextos de pobreza nos quais eles já são concentrados. (2) Socialização coletiva: adultos da comunidade exerceriam determinados papéis sociais que serviriam de modelo aos mais jovens (os chamados *role models*), inspirando suas expectativas. Assim, em contextos de pobreza não haveria muitos modelos de sucesso que influenciariam as expectativas dos mais jovens. (3) Institucional: membros de instituições que atendem os bairros segregados (como professores e policiais) tratariam as pessoas da vizinhança como “pessoas piores”, contribuindo para a estigmatização e limitação de expectativas e de oportunidades de moradores destes locais. (4) Modelo do isolamento linguístico: pessoas que crescem em vizinhanças segregadas não teriam boa absorção da norma culta da língua, prejudicando os estudos e a obtenção de emprego. (5) Modelo da privação relativa [*relative deprivation*]: as opiniões sobre si mesmo são construídas por comparação com os vizinhos. Neste caso, ser pobre em uma vizinhança rica seria pior do que naquela de pobreza concentrada. (6) Cultura Oposicional: a pobreza segregada levaria ao desenvolvimento de uma cultura de oposição (ou até confrontação) às normas e valores da chamada cultura *mainstream*.

A segunda modalidade seria a dos mecanismos instrumentais que designam como a agência individual é limitada pelas condições da vizinhança. São três: (1) *Network Isolation*: viver em uma vizinhança com muitos desempregados desconecta os indivíduos de redes onde circulam informações sobre empregos. (2) Modelo dos recursos: em vizinhanças pobres, faltam recursos institucionais que favoreceriam a criação dos filhos, como escolas, igrejas, áreas de recreação etc. (3) Dificuldade de constituição de alianças políticas que possam trazer melhorias para o local.

Além dos descritos acima, há outros mecanismos descritos por Flores (2006), também a partir da revisão de diversos estudos norte-americanos, como,

por exemplo, a espacialização da estrutura de oportunidades – que contempla o distanciamento espacial entre a oferta e a demanda pelo emprego, discriminação ou estigma que sofrem os moradores de determinados locais e as assimetrias da informação para a busca por emprego – e o fato de que o valor das propriedades em localidades segregadas desfavorece a acumulação de riqueza.

Flores (2006) aponta também o que ela chama de geografia subjetiva de oportunidades, que descreve o fato de que as percepções sobre as oportunidades disponíveis dependem da localização do indivíduo, uma vez que as informações não circulam de modo uniforme pelo espaço urbano¹¹. Neste quadro, a autora integra uma perspectiva de gênero ao citar estudos que demonstram que as mulheres tendem a obter empregos mais próximos de sua residência do que os homens¹².

Certamente tais estudos sobre efeitos de vizinhança, e seus métodos sofisticados, têm dado enormes contribuições para a demonstração da importância do espaço habitado e das relações constituídas em torno dele para destinos individuais e para a reprodução de desigualdades e estruturas sociais. Entretanto, debates recentes na sociologia norte-americana têm gerado diversos questionamentos acerca das possibilidades de isolamento empírico dos efeitos do espaço daqueles de outras variáveis individuais e grupais e, portanto, da determinação de causalidades aí implicadas. Se são eficazes, certamente os mecanismos pelos quais a segregação residencial reproduziria as desigualdades operam por vias

¹¹ “As normas dominantes do grupo, valores e padrões de conduta aceitáveis para as crianças e jovens variam de bairro para bairro. Por este motivo, o tipo da informação conseguida por um indivíduo varia de acordo com sua posição no espaço. A percepção subjetiva do indivíduo que toma decisões sobre a estrutura de oportunidades sobre a qual deve decidir será criticamente afetada pela informação disponível, que cria um filtro da percepção por meio do qual as oportunidades são entendidas e avaliadas (GALSTER; KILLEN, 1995). (...) Este filtro da percepção das oportunidades disponíveis – que restringe as oportunidades realmente acessíveis – forma-se graças à informação proveniente de duas fontes principais: os meios de comunicação de massa e as redes locais sociais (família, vizinhos, amigos, grupo de pares, instituições locais formais como clubes, associações, organizações religiosas etc.)” (Flores 2006: 202-3).

¹² “É possível argumentar que a formação da geografia subjetiva de oportunidades é diferente para homens e para mulheres, ao passo que os modelos predominantes no contexto de bairro estabelecem normas do comportamento e um processo de tomada de decisões diferente para ambos os grupos. (...) Existe evidência de que as mulheres tenderiam a preferir fontes do emprego mais próximas de seus domicílios, ao passo que os homens estariam dispostos a cobrir distâncias maiores em busca de melhores trabalhos” (Flores 2006: 203-4). Certamente não se deve tratar apenas de mera questão de “preferências”, mas de diferentes processos sociais de restrições e oportunidades que contribuem, também, para conformar certas preferências.

muito complexas¹³, demandando novas formas de abordagem da problemática (Small & Feldman 2012; Vigdor 2013).

Se nos apegarmos aos argumentos de que os efeitos de vizinhança são a razão da relevância sociológica da segregação residencial (Charles 2003; Maloutas 2012) e não se elucidar os modos pelos quais a separação física entre diferentes grupos sociais reproduzem as desigualdades, corre-se o risco de um esvaziamento da própria eficácia social da segregação.

Por outro lado, devemos refletir sobre consequências da segregação a partir de perspectivas mais abrangentes, para além dos efeitos de vizinhança (e seu afã quantitativo pelo isolamento de fatores causais). Isto é, a ideia mais ampla de consequências da segregação é tratada pela maior parte da literatura como estudo dos efeitos de vizinhança, ou ainda, como estudos sobre os efeitos da concentração da pobreza em determinados espaços da cidade. Pensamos, contudo, que este campo de estudos deve experimentar outras formas de construir seus olhares sobre a problemática e suas questões de pesquisa, além de novas abordagens metodológicas, como sugerem Small & Feldman (2012), indicando que métodos qualitativos podem proporcionar perspectivas privilegiadas, respondendo questões em aberto e propondo novas problemáticas.

¹³ “As análises empíricas reportadas claramente mostram que a desigualdade socioeconômica é perpetuada por mecanismos operando no nível da vizinhança, contudo as trajetórias [*pathways*] específicas são talvez mais complexas. Não só os efeitos de vizinhança variam em sua natureza e intensidade em diferentes idades do ciclo de vida, eles são frequentemente condicionados por gênero, mediados por processos familiares, e possivelmente há variações em como eles se combinam com fatores individuais para determinar resultados sociais” (Massey 1998: 572). “Nós devemos reiterar que a maioria destes estudos, embora possam apontar para fortes correlações, não podem fazer assertivas causais. Todavia, se estes estudos são alguma indicação, no futuro, trabalhos mais sofisticados provavelmente irão mostrar que (a) a vizinhança afeta as chances de vida durante a infância e adolescência, que (b) muitos efeitos de vizinhanças não são tão fortes quanto os da família, e que (c) as redes sociais, que as vezes estão ligadas às vizinhanças mas que frequentemente as transcendem, são críticas.” (Small & Newman 2001: 32).

1.7 SEGREGAÇÃO E DISTÂNCIA SOCIAL EM ALGUMAS PESQUISAS QUALITATIVAS BRASILEIRAS

Algumas pesquisas brasileiras (Almeida & D’Andrea 2004, 2005; Almeida et al. 2008; Ribeiro 2008; Andrade & Mendonça 2010; Andrade & Silveira 2013), em geral de caráter etnográfico, possuem feições muito interessantes no sentido de que propõem olhares pouco cultivados na América do Norte. Enquanto os estudos americanos formulavam suas questões em termos de “efeitos causais de um espaço homogeneamente pobre sobre os destinos dos indivíduos”, aqui no Brasil observamos constantemente a presença de uma expressão, proveniente da tradição da Escola de Chicago, mas que tem andado sumida nas pesquisas estadunidenses sobre efeitos de vizinhança desta fase pós-*The Truly Disadvantaged* (Wilson 1987): “distância social”¹⁴. A partir da mobilização de tal ideia, vem à tona o caráter relacional intrínseco à noção de segregação e abre-se a possibilidade de uma problematização da componente distância presente em sua definição, mas que tem sido ofuscada pela homogeneidade. Questionamentos muito comuns nestes estudos são: “em que medida as distâncias físicas constituem distâncias sociais?”, ou “em que medida a proximidade física contribui para abrandá-las?”¹⁵.

¹⁴ Sintomático disso é o fato de que a expressão “*social distance*” aparece diversas vezes num balanço bibliográfico de cerca de 30 páginas sobre segregação residencial étnica feito por Douglas Massey em 1985, porém não aparece nenhuma vez nas quase 300 páginas do já clássico *American Apartheid*, de 1993, escrito pelo mesmo autor, juntamente com Nancy Denton (Cf. Massey 1985; Massey & Denton 1993).

¹⁵ Deve-se notar, entretanto, que nenhum destes estudos fornece uma definição do conceito de “distância social”, apesar de trabalharem constantemente com essa ideia. Provavelmente, os autores de tais estudos adotam uma livre apropriação da noção de “distância social” tal como foi operacionalizada por Emory Bogardus (1925), após ter sido originalmente sugerida por Robert Park (1924). Este último define distância social como sendo os “graus de compreensão e intimidade que geralmente caracterizam as relações sociais e pessoais” (p. 229). Diz, ainda, este autor: “Não só é verdade que nós possuímos um senso de distância com relação a indivíduos com os quais temos contato, mas também nós temos muito deste mesmo sentimento com relação a classes e raças. Os termos ‘*race consciousness*’ ou ‘*class consciousness*’, com os quais muitos de nós são familiarizados, descrevem um estado mental [‘*state of mind*’] no qual nos tornamos, muitas vezes repentina ou inesperadamente, conscientes das distâncias que separam, ou parecem separar, nós das classes e raças que nós não compreendemos completamente” (Park 1925: 340). Para mais informações sobre as primeiras aplicações da noção de distância social em pesquisas sociológicas brasileiras, ver o trabalho de Janáina Damaceno (2013).

Estas pesquisas abordam principalmente os casos de proximidade física entre grupos sociais com posições muito distantes na estratificação, por exemplo, entre favelas e condomínios de elite¹⁶, algumas vezes comparando estes casos com os de populações pobres que residem a grande distância física dos mais ricos (Almeida et al. 2008; Andrade & Mendonça 2010; Lima 2012). São feitas indagações como: qual o efeito da proximidade territorial de grupos ocupando posições opostas na estrutura social: trocas e sociabilidade ou reforço de barreiras e estigmas (Ribeiro 2008)? Integração relativa através de estruturas de oportunidades criadas pela proximidade com os ricos (Almeida & D’Andrea 2005) ou violência simbólica (Ribeiro 2008; Almeida et al 2008) através da mobilização de “identificadores de distância social” em situações de proximidade física (Andrade & Silveira 2013)?

1.8 SEGREGAÇÃO POR RAÇA NO CONTEXTO BRASILEIRO: A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO

No Brasil, enormes desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos são amplamente documentadas pela pesquisa acadêmica e publicamente conhecidas. Contudo, tais diferenças raciais são frequentemente dissimuladas por discursos propagados pelos brasileiros em sua vida cotidiana. É muito comum ouvir que questões raciais no Brasil não são tão graves porque aqui não há segregação. A “não-segregação”, assim como os casamentos interraciais são apontados como evidências da “mistura racial” que caracterizaria a sociedade brasileira. Nesses discursos, o contraponto favorito são os Estados Unidos da segregação e da homogamia, exemplo negativo ao qual o Brasil se oporia enquanto caso de “harmonia racial”. Tais discursos e crenças são, na verdade, características marcantes da questão racial brasileira.

O aspecto da situação racial no Brasil, que mais impressiona, aparece sob a negação incisiva de qualquer problema “racial” ou “de cor”. O preconceito e a discriminação raciais, bem como a segregação racial, são encarados como uma espécie de pecado e de comportamento vergonhoso. Dessa maneira, temos dois níveis diferentes de percepção da realidade e de ação ligados com a “cor” e a “raça”: primeiro, o nível ma-

¹⁶ Problemática colocada para a reflexão sociológica nas ciências sociais brasileiras a partir da manifestação de um novo padrão de segregação caracterizado pelos enclaves fortificados (Caldeira 2000).

nifesto, em que a igualdade racial e a democracia racial se presumem e proclamam; segundo, o nível disfarçado, em que funções colaterais agem através, abaixo e além da estratificação social. (Fernandes 1972: 62).

Contudo, mesmo na academia, importantes pesquisadores menosprezam a segregação por raça. Donald Pierson (1971 [1942]), um dos clássicos da sociologia das relações raciais no Brasil que faz uma comparação explícita com os Estados Unidos:

Consideração importante é a de que não existia, na Bahia, esforço proposital de segregar as raças a fim de manter distinções de casta, como naquela época em várias partes dos Estados Unidos (p. 106).

Tal posicionamento é compartilhado por outros autores mais recentes, como Villaça (2004), por exemplo, que afirma que segregação racial só existiria na medida em que seria determinada pela segregação por classe social, esta, de fato, existente e significativa. Ou seja, para ele, segregação por raça nas cidades brasileiras só existe porque há mais negros entre os pobres¹⁷. Já Vasconcelos (2004), usa argumentos similares aos do senso comum ao dizer que não há segregação por raça no Brasil “tendo em vista a ausência de uma linha de cor, da grande mestiçagem e da presença de pobres ‘brancos’ em áreas precárias” (p. 264).

Nos Estados Unidos, a segregação tem um papel historicamente muito específico, sendo considerada um dos princípios organizadores das relações raciais (Massey & Denton 1993). A segregação residencial foi um dos principais elementos de um regime mais geral de segregação que, resguardada por dispositivos legais, objetivava a separação física entre negros e brancos de modo a evitar todo tipo de contatos, relacionamentos, amizades, casamentos e misturas interracialias. Neste país, não apenas a maior parte dos negros foi mantida nas posições mais baixas da hierarquia social, mas, de certa forma, a segregação também criou algo como uma estratificação social paralela, uma vez que os negros que ascendiam socialmente também eram obrigados a permanecer nos guetos. Segundo Johnson (1943), “A segregação racial nas áreas residenciais fornece a estrutura básica para outras formas de segregação institucional” (p. 8). Nos Estados Unidos, a rigidez da segregação é muito determinada pela frequência a instituições, estas

¹⁷ *Espaço Intra-urbano no Brasil*, de Flavio Villaça (1998), é o mais abrangente livro sobre a estruturação socioespacial das cidades brasileiras, mas em nenhum momento trata de diferenças raciais no espaço urbano.

com forte vínculo com seus respectivos bairros por serem pontos de agregação das comunidades locais. Talvez por isso a sociologia norte-americana dê tanta importância às relações de vizinhança. Antes de tomar tais circunstâncias como pressupostos, temos que investigar em que medida isto ocorreria de maneira similar nas cidades brasileiras.

No entanto, deve ser acrescentado que naquele país ocorrem situações de segregação muito distintas, principalmente se considerarmos diferenças regionais. Dentre tais situações, cabe destacar as diferenças entre a segregação de certas metrópoles do Norte e Nordeste dos EUA onde ocorreriam o que alguns autores chamaram de “hiperguetos”, e das cidades do Sul onde, no passado, prevaleciam as duras regras do Jim Crow. Nestas últimas, valores dos indicadores de segregação residencial são bem menores do que nas cidades do Norte. Em muitas delas, mesmo durante o período em que vigorava o Jim Crow, era comum os negros morarem (literalmente) no fundo dos quintais dos brancos, ou padrões residenciais muito similares a este. Os argumentos que pretendem diminuir a importância da segregação no Brasil contrastam-na com uma certa imagem das metrópoles dos Estados Unidos, como se neste país as cidades do Jim Crow fossem as mesmas dos “hiperguetos”.

Mesmo após a década de 1960 – com as reformas dos direitos civis e as leis contra a discriminação na moradia –, os índices de segregação vêm diminuindo muito lentamente, os negros pobres continuam confinados nos guetos, locais que foram abandonados pelos negros de classe média. Porém, estes últimos, em geral, vivem em subúrbios distintos daqueles onde moram os brancos de semelhante posição social, de maneira que a segregação entre negros e brancos perdura independentemente da classe social. Importantes autores, como Massey & Denton (1993), consideram a segregação residencial como a principal causa da atual desvantagem negra nos Estados Unidos¹⁸.

¹⁸ Algumas diferenças são evidenciadas por Telles 2012 [2004]: “Nos Estados Unidos, a segregação racial residencial foi originada principalmente com as leis Jim Crow de segregação no sul do país, que teve seu paralelo no norte através da discriminação imobiliária e do enrijecimento da *color line*. A segregação aumentou no início do século XX nas cidades do norte, especialmente através da violência contra negros, convenções restritivas e da discriminação imobiliária [*blockbusting*]. Esses tipos de segregação residencial estão ausentes no Brasil. Mais importante, os agentes institucionais que produziram grande parte da segregação nos Estados Unidos tais como os agentes imobiliários, gerentes, bancos, financiadoras, e seguradoras, não participam da maior parte do mercado imobiliário do Brasil urbano, dada a improvisação deste e, frequentemente, seu caráter informal” (p. 170). Deve-se notar, entretanto, que inexistem pesquisas sobre mecanismos de produção da segregação por raça no Brasil.

Dado que muitos estudiosos das relações raciais brasileiras costumavam ter como referência o contexto estadunidense de segregação legalmente amparada, é compreensível que a tenham rejeitado como aspecto relevante no Brasil. No entanto, é justamente pelo fato de não ter havido explícita proteção legal à segregação no Brasil que deveríamos dar especial atenção aos contornos de segregação por raça identificados em nossas cidades. Cabe questionar os processos e mecanismos constitutivos da segregação racial no Brasil a despeito da propalada “falta de esforços abertos” para separar negros e brancos¹⁹.

Além disso, não obstante a alusão a pesquisas norte-americanas ser quase que obrigatória para o estudo da segregação, não deveríamos tomar a segregação racial na sociedade norte-americana como um padrão (ou “régua”) a partir da qual analisaríamos a segregação residencial no Brasil ou em quaisquer outros países. Tal como no Brasil, nos países europeus, os indicadores de segregação de minorias e imigrantes são, também, mais baixos que os norte-americanos, mas com diferentes configurações e significados em diferentes contextos. Na Holanda, Musterd (2003) mostra que turcos, marroquinos e surinameses são igualmente segregados, mas as consequências tendem a ser piores para os dois primeiros grupos em termos de exclusão social. Autores franceses como Préteceille (2009) e Safi (2009) se queixam de que as comparações com os altos índices de segregação dos EUA mobilizadas para diminuir a importância da segregação na França são pouco pertinentes, uma vez que, se levadas em conta as diferenças históricas, os indicadores de segregação das cidades francesas devem, sim, ser considerados fortes.

Nas cidades brasileiras, os padrões espaciais de negros e brancos provavelmente devem gerar efeitos nas relações raciais de maneiras diferentes do que tem sido observado no contexto norte-americano. De acordo com Maloutas (2012) “a realidade da segregação em diversos contextos prova ser muito mais complexa e menos inclinada a comparações imediatamente significativas” (p. 9). Deve-

Ver também Wacquant (2005) para uma crítica à maneira pela qual as *banlieues* francesas foram abordadas com termos semelhantes àqueles que se tratam os guetos norte-americanos.

¹⁹ “Por causa da ausência desses dois tipos de lei, vive-se a crença de que o Brasil não é um país segregacionista, isto é, um país onde a discriminação racial não é acompanhada de fronteiras especiais definidas pela cor da pele. A segregação residencial, escolar, hospitalar, nos espaços de lazer, nos transportes públicos, nos restaurantes, nos banheiros, estádios de jogos etc. conhecida no sul dos Estados Unidos e na África do Sul durante o regime do apartheid é geralmente negada no Brasil, tanto na visão popular quanto nos discursos oficiais. A ideologia de um Brasil de mistura racial, que é uma das peças essenciais de ideologia racial no Brasil, rejeita qualquer observação de uma segregação racial implícita.” (Munanga 2006: p. XI).

mos, portanto, atentar para os diferentes significados associados ao conceito de segregação, assim como para as várias “funções sociais” que a segregação pode exercer em cada contexto específico.

Enfatizar o contexto quer dizer considerar as diferentes especificidades históricas, políticas, urbanas e socioeconômicas de cada país ou local e que o fenômeno deve ter diferentes propriedades e funções nos diferentes contextos (Maloutas 2012). Além disso, de acordo com Brun (1994) “Reunindo sob uma mesma denominação formas variadas de diferenciação social do espaço residencial, o emprego ordinário da palavra ‘segregação’ deixa entender que elas procedem todas de um mesmo sistema causal” (p. 23). Isso quer dizer que reconhecer que a segregação é importante não significa assumir que ela importa do mesmo modo em todos os lugares.

Entretanto, o fato é que não são muitos os estudos dedicados ao exame deste fenômeno e, menos ainda, aqueles que aprofundam uma discussão sobre o significado da segregação racial no Brasil.

1.9 ESTUDOS ARTICULANDO RAÇA, SEGREGAÇÃO E ESPAÇO URBANO NO BRASIL

Tradicionalmente, o estudo da segregação residencial em nossas cidades tem sido pautado pelo debate acerca da polarização entre um centro rico e uma periferia pobre. Os estudos urbanos brasileiros têm dado maior ênfase nos processos de segregação de pobres e migrantes nas periferias, áreas metropolitanas distantes do centro e carentes de infraestrutura, e nas consequências desta segregação para a reprodução das desigualdades na cidade. Mais recentemente, a maior disponibilidade de dados e a utilização de novas técnicas de mensuração e análise ensejou uma rediscussão do modelo centro-periferia. Primeiramente, reconhece-se a presença de classes altas em “enclaves fortificados” distantes do centro e de favelas e bolsões de pobreza em áreas nobres. Além disso, nas áreas periféricas, antes pensadas como homogeneamente pobres, verifica-se uma grande diversificação social, assim como melhorias na infraestrutura urbana e maior acesso aos serviços oferecidos pelo Estado em muitas localidades. Em vista de tal complexidade, passou-se a falar em periferias, no plural (Ver Caldeira 2000; Marques e Torres 2005; Bichir 2006; Marques 2015).

Observa-se, portanto, que os estudos deste campo, em sua maioria, enfatizam que os padrões habitacionais nas metrópoles brasileiras se organizam, basicamente (senão unicamente), a partir das desigualdades de classe social, sendo pouco desenvolvidas questões em torno da raça no debate sobre o espaço urbano no Brasil.

Por um lado, podemos identificar um conjunto de pesquisas formado por estudos qualitativos que tratam de aspectos simbólicos e questões identitárias, que tomam como objeto de pesquisa favelas e bairros periféricos, lançando mão de noções como “territórios negros” ou “espaços racializados”. Tais noções são mobilizadas a fim de discutir o fato de que lugares com alta concentração de negros proporcionariam uma sociabilidade menos problemática para eles e de que estigmas atribuídos ao negro estão também associados às representações de determinados espaços da cidade, podendo ser ressignificados na forma de discursos identitários (Rolnik 1989, Oliveira 1996, Carril 2003, Silva 2004, Vargas 2005; Machado & Ratts 2012). Com semelhante linha de argumentação, geógrafos como Santos (2012) e Campos (2012) propõem teorias sobre como as relações raciais “grafam” o espaço, “conformando diferentes experiências de espaço para indivíduos e grupos” (Santos 2012: 30).

Na sociologia das relações raciais, podemos encontrar estudos empregando abordagens quantitativas que incidem sobre a questão da segregação com base na raça já em autores clássicos, como na pesquisa do supracitado Donald Pierson (1971 [1942]) em Salvador, mas também nos estudos de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960) em Florianópolis, e o de Costa Pinto (1998 [1953]) sobre o negro no Rio de Janeiro.

Cardoso & Ianni (1960) notam que o “grau de contiguidade entre os grupos raciais diminui (...) à medida que subimos na escala social” (p. 158), mas ligam isto à diminuição da proporção de negros nas camadas médias e altas. Não obstante, diferenciações raciais na convivência entre vizinhos, bem como outras barreiras aos negros, levam os autores a falarem sobre “indícios de segregação” (p. 189). Já Costa Pinto (1998 [1953]), ao evidenciar a sobre-representação de negros em favelas e áreas mais pobres afirma, claramente, tratar-se de segregação (p. 146), mas também vincula este fato à maior concentração dos “elementos de cor” nas camadas mais pobres (p. 144).

A despeito destes estudos seminais terem levantado evidências que poderiam suscitar outras pesquisas que visariam um debate mais aprofundado sobre segregação por raça no Brasil, a questão permaneceu despertando pouco interesse nas décadas que se seguiram. Foi apenas na década de 1990 que a pesqui-

sa sobre segregação por linhas raciais ganhou certo destaque, principalmente a partir do trabalho do sociólogo norte-americano Edward Telles (1993, 1995, 1996), que reintroduziu esta discussão no quadro das relações raciais brasileiras e apresentou evidências empíricas da expressão da segregação racial.

Nos estudos de E. Telles (1993; 1995; 1996; 2012 [2004]), este tema ganha um tratamento mais sistemático, através da utilização de dados censitários de 1980 para a constituição de indicadores sintéticos visando à mensuração do fenômeno em 35 regiões metropolitanas brasileiras. Este autor aplicou índices de segregação (os índices de dissimilaridade, exposição e isolamento) muito utilizados nas pesquisas norte-americanas, mas que nunca haviam sido empregados no Brasil. A partir deles, Telles concluiu – novamente com base em comparações com os Estados Unidos – que havia moderados graus de segregação racial nas cidades brasileiras, mas que se tornavam mais agudos nas faixas de renda mais altas. Posteriormente, tais índices foram utilizados para mensurar a segregação residencial em Salvador por Carvalho e Barreto (2007), em São Paulo por Torres (2005), e em Belo Horizonte por Rios-Neto (2005), a partir dos dados do Censo de 2000.

Outro tipo de mensuração da segregação entre negros e brancos foi empreendido pelos trabalhos de Costa & Ribeiro (2004) sobre Belo Horizonte; Ribeiro (2007) sobre Rio de Janeiro; Garcia (2006) sobre Rio de Janeiro e Salvador; e Carvalho & Barreto (2007) sobre Salvador. Estes pesquisadores realizaram o que Prétéceille (2004) chamou de “análise tipológica”: classificaram as áreas que compõem as cidades segundo uma tipologia hierarquizada conforme os perfis socioeconômicos predominantes; e compararam a proporção de negros e brancos em cada uma dessas áreas, concluindo que, apesar de não haver segregação absoluta, as áreas superiores apresentam concentração de brancos acima da média, enquanto as áreas inferiores, maior concentração de negros. Conclusões semelhantes foram ressaltadas pelo trabalho de Silveira (2014), ao estudar segregação por raça na região metropolitana de Belo Horizonte através de indicadores espaciais e sistemas de informação geográfica.

Em nossa pesquisa de mestrado sobre raça, classe e segregação residencial no município de São Paulo (França 2010), utilizamos os dados da amostra do Censo de 2000 e aplicamos as abordagens expostas acima para investigar a segregação – índices sintéticos e análise tipológica –, além de três outras técnicas de mensuração do fenômeno: a) quocientes locais, que são medidas muito empregadas pelos estudos de economia regional; b) o índice de Moran local (Anselin 1995), cuja utilização tem crescido nos estudos brasileiros recentes (ver, p.

ex., Silveira 2014) e que permite a construção de mapas e a visualização de aglomerados de áreas contíguas nas quais ocorre determinado fenômeno (no caso, a concentração de certos grupos sociais); c) além de um experimento com os *locational-attainment models*, modelos de regressão que estimam os resultados de localização residencial a partir de atributos dos indivíduos (Alba & Logan 1992). Esta última técnica nunca havia sido empregada em estudos sociológicos brasileiros. Diversificando as técnicas, pudemos verificar em que medida as tendências apontadas por cada uma poderiam ser reforçadas ou contrastadas pelas outras e testar os alcances e limites de cada uma tendo em vista os resultados das outras. Ademais, isso acrescentou maior detalhamento na descrição da segregação em São Paulo e contribuiu para reforçar nosso argumento acerca das características específicas da segregação por raça.

Dentre os principais resultados da pesquisa descritos na dissertação, destacamos que o grau de segregação racial é baixo na camada de menor renda. No entanto, conforme consideramos os estratos mais altos – delimitados operacionalmente por faixas de renda domiciliar mensal a partir de 10 salários mínimos – a segregação por raça aumenta. Acrescenta-se que, tendo em vista as faixas de renda mais altas, a concentração dos negros em áreas periféricas é bem maior que a dos brancos, ao passo que a proporção de brancos destes estratos em áreas de elite é bem maior que a dos negros. Por fim, também demonstramos que os brancos, mesmo que de classes mais baixas, estão mais representados em áreas mais ricas da cidade do que os negros. Assim, a distância entre os grupos raciais cultivada nos estratos médios e altos se expressa não apenas nos maiores índices de segregação racial que verificamos nestes estratos, mas também no fato dos brancos pobres estarem mais próximos das classes mais altas do que os negros pobres. Ou seja, as camadas mais altas são compostas majoritariamente por brancos, ao passo que os pobres que os cercam também são brancos.

Devemos ponderar, porém, que os resultados do mestrado partem de uma delimitação de classe social por faixas de renda. Esta forma de operacionalização realçou os efeitos da raça, mas não nos permitiu revelar os efeitos de outras características ligadas à classe social não-mensuráveis por renda e que podem ter se sobreposto aos efeitos da raça. Dentre elas, podemos citar padrões de ascensão diferenciados, ascensão recente *versus* tradição, riqueza, herança, vínculos familiares etc.

1.10 CONSIDERAÇÕES E POSICIONAMENTOS

Este capítulo começou revisando as mais diversas formas de definir, operacionalizar e construir problemáticas de pesquisa a respeito de segregação. Realçamos, ainda, o quanto interpretações sobre segregação por raça no Brasil (e em outros lugares) são marcadas por comparações com os níveis e características da segregação dos Estados Unidos, não sendo, então, guiadas por parâmetros fundados no próprio contexto sobre o qual elas refletem. Por fim, mostramos que a reflexão sobre segregação racial no Brasil, apesar de não ser recente, é, ainda, pouco desenvolvida.

Este trabalho pretende contribuir com a reflexão sobre esta temática, não apenas desenvolvendo práticas empíricas variadas e abrangentes, mas também se alicerçando em posicionamentos críticos sobre os modos de encaminhamento das problemáticas sociológicas sobre segregação, que deixam diversas lacunas descritivas, e sobre a incorporação de parâmetros externos ao nosso contexto para interpretar as características específicas do fenômeno no Brasil. Isso requer novos esforços de descrição da segregação que sejam pertinentes ao contexto brasileiro.

Nossa perspectiva é a de que a segregação racial nas cidades brasileiras não deve ser avaliada a partir de uma mera comparação com os indicadores e circunstâncias de Chicago, para citar um exemplo paradigmático. Nosso foco também não será a busca de causalidades decorrentes da segregação residencial baseadas nos modelos dos *neighborhood effects*²⁰.

A segregação racial existente no Brasil deve ser, antes de tudo, descrita com termos e parâmetros próprios. Ao enfatizar o termo *descrição* temos em vista a proposta de “argumento descritivo” de Gerring (2012). Este autor defende a importância da descrição nas ciências sociais em um contexto acadêmico onde tem predominado a busca por causalidades. O argumento descritivo é aquele que – em contraste com o argumento causal – tem como objetivo caracterizar determinados aspectos do mundo. “Argumentos descritivos são sobre o que é ou foi” (p. 2). O objetivo dessa pesquisa será uma caracterização do que é a segregação por raça no Brasil (ou que tipo de segregação por raça existe no Brasil), em termos mais adequados às experiências e relações de negros e brancos em

²⁰ Bons avanços na reflexão causal sobre consequências da segregação por raça no Brasil podem ser encontrados no trabalho de Leonardo Silveira (2014).

idades brasileiras, em vez de sermos guiados por métricas e padrões estadunidenses de segregação racial.

Novamente de acordo com Gerring (2012), “toda análise descritiva envolve os objetivos gêmeos de conceituação e mensuração” (p. 15). Nesse sentido, argumentamos em seções anteriores, que em sociologia a segregação tem sido estudada como segregação residencial, deduzindo problemáticas a partir diferenças de localização das residências de certos grupos sociais. As problemáticas sociológicas que animam tais estudos são reflexões sobre a integração entre grupos sociais e as possibilidades de acesso à cidade para determinados grupos. Entretanto, muitas pesquisas sobre segregação têm se limitado a avaliar as distribuições residenciais e, a partir delas, a fazer inferências interpretativas baseadas em pressupostos que colocam enorme ênfase nas determinações da proximidade física e das relações de vizinhança. Desta maneira, tais pesquisas abrem mão de estudar diretamente os dois fundamentos da reflexão sobre segregação: a integração e o acesso. Surpreende, na verdade, que em um momento no qual existem tantos recursos metodológicos e técnicos disponíveis para a pesquisa social, a segregação continue sendo estudada apenas enquanto distribuição espacial de residências, o que apontaria para problemáticas mais demográficas do que sociológicas.

Propomos, então, incluir as dimensões de integração e acesso nas práticas de operacionalização do conceito na pesquisa. Isso não implica em abandonar as medidas e indicadores tradicionais, derivados do enfoque na distribuição espacial das residências. Devemos entender os valores resultantes dos indicadores e medidas de segregação não como reflexo integral do fenômeno, mas como “peças” ou elementos que, complementadas e contextualizadas por outros dados da realidade, irão nos permitir uma interpretação mais completa dos fenômenos sociais que são objeto desta pesquisa. Defendemos, portanto, não apenas a multiplicidade de técnicas de medida, mas também combinação de abordagens quantitativas e qualitativas a fim de revelar as mais diversas facetas do fenômeno.

Nossa proposta não implica, tampouco, em negar a importância do local de residência, da vizinhança e da proximidade física. Mas sim tratá-los como dimensões a serem investigadas em vez de pressupostas. Isso nos leva a considerar as possibilidades de mobilidade pelo espaço urbano, bem como as variadas formas de acesso a informações e constituição de redes sociais. Ao enfatizar as possibilidades de mobilidade em vez do “localismo” e dos efeitos de vizinhança, pretendemos retomar a ideia de que pesquisar segregação implica em refletir sobre de quais modos configurar-se-iam relações entre distância física e dis-

tância social, sem necessariamente pressupor uma relação direta e linear entre uma e outra. Além disso, tal ênfase nos leva a dar maior acento a uma visão de segregação mais preocupada com os aspectos ligados às distâncias físicas entre os grupos do que com a homogeneidade dos espaços.

Assim, para descrever quão significativa é a segregação não são suficientes análises comparativas dos indicadores de concentração residencial, é necessário que respondamos às seguintes questões: Partindo de seus locais de moradia, onde as pessoas vão? Onde e com quem elas constroem seus relacionamentos sociais? Ao tentar responder tais questões podemos aferir quão relevante seria o local de residência para a constituição das distâncias sociais. Ou seja, para além da própria localização dos domicílios, importa também quais locais os moradores frequentam, com quem se relacionam e onde.

Nesse sentido, o propósito empírico desta pesquisa é empreender uma abordagem que vise não apenas delinear os contornos das diferenças raciais nas localizações das residências, mas também descrever de que modo o local de residência articular-se-ia a relações sociais e a frequência a certos locais, isto é, integração e acesso. Intentamos, assim, descrever a segregação também segundo as experiências de sujeitos que vivem num contexto nacional e local específico.

Nossa estratégia empírica consiste de dois movimentos. Primeiro, aceitando de modo preliminar as definições operacionais mais tradicionais de segregação, investigamos as distribuições residenciais de negros e brancos na região metropolitana de São Paulo, oferecendo um retrato da segregação residencial racial na metrópole.

Num segundo momento, através de estratégias qualitativas de entrevistas semiestruturadas nas quais são levantadas as trajetórias individuais, trajetos no espaço urbano, locais de frequência e redes pessoais, pretendemos explorar articulações entre o local de residência (ou distintas “situações de segregação”) e as dimensões de integração entre grupos e acesso à cidade.

Deste modo, procuramos desenvolver uma descrição mais integral para compreender o que significa segregação por raça no Brasil e qual a importância do local de residência para as relações raciais em nossas cidades. Buscamos identificar mecanismos pelos quais raça, classe social e segregação residencial se articulam; dedicar grande atenção ao sentido da própria noção de segregação e porque o local de residência seria tão relevante; levar em conta as diferentes formas de operacionalização do conceito, sem perder de vista as limitações dos indicadores; e cultivar descrições que valorizem as especificidades contextuais.

DESIGUALDADES RACIAIS E SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA RMSP (2000-2010)

Este capítulo apresenta análises de dados amostrais dos Censos de 2000 e 2010 para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O diagnóstico das desigualdades educacionais, ocupacionais e de renda nos permite especificar o contexto social a partir do qual construímos nossas questões de pesquisa acerca da segregação residencial. O objetivo é dar ênfase à segregação residencial enquanto dimensão que, por um lado, decorre e compõe as desigualdades e contribui para reproduzi-las e, por outro, possui dinâmicas próprias, com descompassos com relação às mudanças nas desigualdades e estratificação social.

Compõe este capítulo uma discussão sobre classes sociais, mais especificamente sobre classes médias. Os dados de desigualdades raciais são, portanto, analisados à luz deste debate, dando relevo à inserção de negros em classes médias e sobre as mudanças na estratificação no Brasil contemporâneo.

Em seguida, técnicas de mensuração de segregação residencial são aplicadas aos dados censitários da RMSP de 2000 e 2010 visando descrever os contornos e tendências da segregação por raça na metrópole paulistana em período recente. São empregadas variadas técnicas de medida uma vez que cada uma delas tem suas próprias vantagens e limitações. Pretendemos, assim, deixar explícito que cada forma de mensuração revela um retrato parcial da segregação, que deve ser

complementado não apenas com outros indicadores, mas também com outros métodos de descrição para que possamos obter um retrato mais completo das especificidades do fenômeno.

2.1. SOBRE CLASSES SOCIAIS E A NOÇÃO DE CLASSE MÉDIA

Neste texto, como decorrência de resultados obtidos em trabalhos anteriores onde demonstramos que a segregação racial aumenta conforme consideramos camadas intermediárias e superiores da estratificação social (França 2010; 2015), damos forte ênfase a uma discussão sobre a inserção de negros na classe média bem como na segregação por raça nessa classe social. No entanto, há muito tempo o uso da expressão classe média costuma gerar entendimentos ambíguos e tais compreensões imprecisas têm aumentado no Brasil recente. Disso decorre a necessidade de delinear-mos com maior clareza nosso emprego de expressões de classe e/ou relativas à estratificação social.

A questão da classe média ou das camadas intermediárias é tradicional tema de debates na teoria sociológica. A existência das camadas intermediárias foi particularmente problemática para as teorizações marxistas. Embora tenha se referido, em suas análises, a uma multiplicidade de classes e frações de classes, Marx previa que o desenvolvimento do capitalismo levaria a um declínio da antiga classe média de artesãos e pequenos proprietários e a uma crescente polarização entre duas classes: capitalistas (burguesia) e trabalhadores (proletariado). De fato, houve um declínio desta antiga classe média, no entanto emergiu uma “nova classe média” de administradores, gerentes, supervisores, profissionais etc. Tratam-se de grupos ocupacionais que não são capitalistas, mas também não são explorados como o proletariado, detendo altos graus de autonomia e de controle de seus trabalhos (Grusky 2008). Entretanto, esta “nova classe média” não se trata da mesma “nova classe média” da qual têm-se falado no Brasil recente.

O florescimento da chamada “nova classe média” juntamente com a tese de que a esta camada pertence a maior parte da população do Brasil têm sido tema de diversos debates acadêmicos e na esfera pública brasileira nos últimos anos. Esta discussão foi suscitada por uma importante pesquisa coordenada pelo economista Marcelo Neri (2008), que revelou o crescimento das camadas intermediárias na *distribuição de renda* brasileira no início do século XXI. A “nova classe média” corresponde, na pesquisa deste autor, aos indivíduos cuja renda se

encontra entre a mediana e o nono decil da distribuição de renda; ou seja, trata-se de uma ampla faixa de renda situada acima dos 50% mais pobres e abaixo dos 10% mais ricos. Esta faixa tem sido ser chamada, também, de “Classe C”.

Esta forma de definir classe média a partir da renda provocou uma série de reações na Sociologia brasileira (por exemplo, Souza 2010; Xavier Sobrinho 2011, Scalón & Salata 2012, Salata 2015). Estes autores não discordam do crescimento da proporção de indivíduos nas camadas intermediárias de renda, mas argumentam que não se trata realmente de uma classe média, mas sim de “ex-pobres”, “remediados” que experimentaram um recente aumento de renda, “pessoas que recém emergiram da condição de pobreza (...) ainda distantes de um padrão de vida estável” (Uchoa, Kerstenetzky e Silva 2013: 20). Além disso, de acordo com diversas tradições de reflexão sociológica, um recorte de renda não seria suficiente para se falar em classe média.

Scalón e Salata (2012) mostram que autores como Charles Wright Mills, John Goldthorpe e Eric Olin Wright – cânones contemporâneos no estudo de classes sociais e vinculados a distintas tradições teóricas – definem classe média não pela renda, mas por critérios relativos às características ocupacionais dos indivíduos. Nos três autores são citados como membros da classe média os gerentes, supervisores, profissionais, técnicos de auto nível, trabalhadores de escritório etc¹.

Desta maneira, na presente pesquisa optamos também por utilizar variáveis ocupacionais para operacionalizar a noção de classe social². Nesse sentido,

¹ “Assim, na literatura sociológica sobre estratificação podemos verificar a importância que é atribuída à ocupação dos indivíduos, pois permitem melhor identificar a situação de classe dos mesmos – dada, segundo Weber (1979), pelo componente causal específico de suas chances de vida, na medida em que esse componente é representado, exclusivamente, por interesses econômicos, na posse de bens e oportunidades de rendimentos, sob as condições do mercado de produtos ou do mercado de trabalho. Nesse sentido, a(s) classe(s) média(s) costumam ser identificadas, por exemplo, pelas situações de mercado e trabalho que formam a *service class*, de Goldthorpe (2000), ou os trabalhadores de colarinho branco, de Mills (1951). Ou seja, dizem respeito a agregados de indivíduos/ocupações que partilham de *situações de classe* semelhantes, de uma maneira geral localizadas entre os grandes empregadores e os trabalhadores manuais.” (Scalón & Salata 2012: 391).

² Referimo-nos a classes sociais como classes prováveis, tal como sugerido em Bourdieu (1989), delimitadas por dados estatísticos para fins de classificação teórico-explicativa, como “conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes” (p. 136). No Capítulo 3, aprofundaremos a discussão sobre o conceito de classe social e as articulações entre classe, raça e espaço urbano no Brasil.

adotamos o “esquema” EGP de classificações ocupacionais. Trata-se de uma sistemática de estratificação sócio-ocupacional utilizada internacionalmente em estudos comparativos. Tal “esquema” foi proposto por Erikson, Goldthorpe & Portocarrero (1979) e adaptado para a estratificação da RMSP por Barbosa & Marschner (2013). São consideradas aqui oito categorias ocupacionais. Abaixo, cada uma delas com seus respectivos exemplos de ocupações incluídas:

- Proprietários e Empregadores: inclui tanto grandes empregadores quanto donos de pequenos e grandes comércios e escritórios etc.
- Profissionais, nível alto: Dirigentes e gerentes públicos e privados, engenheiros, arquitetos, médicos, dentistas, professores de ensino superior, juizes e advogados, contadores, psicólogos etc.
- Profissionais, nível baixo: Enfermeiros e técnicos de enfermagem, designers, fisioterapeutas, nutricionistas, professores de ensino médio, publicitários, jornalistas, administradores, artistas, assistentes sociais, secretários executivos, analistas de sistemas, corretores de imóveis, ações e seguros etc.
- Técnicos e Supervisores do Trabalho Manual: Técnicos em geral (eletricidade, eletrônica, química, laboratório etc.), mecânicos, supervisores da construção, fotógrafos, joalheiros etc.
- Trabalhadores Não-Manuais de Rotina, nível alto: professores de ensino fundamental e educação infantil, secretários e escriturários, educadores físicos, organizadores de eventos, trabalhadores de controle de estoques, policiais etc.
- Trabalhadores Não-Manuais de Rotina, nível baixo: telefonistas e trabalhadores de centrais de atendimentos, recepcionistas, balconistas e supervisores de lojas, garçons, caixas, vendedores a domicílio, trabalhadores de cuidados pessoais, guardas, mensageiros, carregadores e entregadores etc.
- Trabalhadores Manuais Qualificados: Cozinheiros e padeiros, cabeleireiros, trabalhadores da beleza, pedreiros, carpinteiros e marceneiros, pintores, açougueiros, operadores de máquinas, costureiros, condutores de motocicletas, automóveis e caminhões etc.
- Trabalhadores Manuais Semiquualificados ou Não-Qualificados: Trabalhadores de limpeza e de serviços domésticos, porteiros, trabalhadores elementares da indústria, carregadores, repositores de

prateleiras, vendedores ambulantes, coletores de material reciclável, classificadores de resíduos etc.

Scalon e Salata (2012), visando manter conformidade com os autores canônicos mencionados, utilizam o esquema EGP considerando como constituintes da classe média as categorias de Proprietários e Empregadores, Profissionais (de alto e baixo nível) e de Trabalhadores Não-Manuais de Rotina (de alto e baixo nível)³.

No entanto, há controvérsias se as categorias ocupacionais dos Trabalhadores Não-Manuais de Rotina devem ser consideradas como classe média. Os indicadores socioeconômicos como renda e educação dos Trabalhadores Não-Manuais tendem a aproximá-los mais da categoria dos Trabalhadores Manuais e do que das categorias dos Profissionais e dos Proprietários e Empregadores. Isso se verifica na RMSp, conforme demonstrado por Marques, Barbosa e Prates (2015)⁴. Salata (2015) destaca, ainda, a importância da identificação enquanto pertencente à classe média para a delimitação destes estratos. Nesse sentido, o autor demonstra que

a identificação com a “classe média” é destacadamente mais comum entre “profissionais” e “administradores”, pessoas com rendimentos elevados, 12 anos ou mais de escolaridade, e práticas de consumo distintas. Entre as categorias intermediárias, no entanto, a distribuição das identidades de classe é mais “apagada”, menos clara, de modo que nenhuma categoria se destaca das demais. (Salata 2015: 120).

³ Considerando este conjunto de categorias ocupacionais como representando a classe média, Scalon e Salata (2012), comparando dados das PNADs (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*) de 2002 e 2009, mostram que, diferentemente das assertivas de Neri (2008) sobre o crescimento da “nova classe média”, no Brasil, o crescimento da classe média neste período foi pequeno. A proporção de indivíduos ocupados nestas categorias cresceu de 30,9% em 2002 para 32% em 2009.

⁴ Mesmo Scalon e Salata (2012) apresentam argumentos teóricos e empíricos que distanciam este grupo da classe média. “Para Goldthorpe (2000), no entanto, os trabalhadores não manuais de rotina estariam mais próximos do *labour contract* do que do *service relationship* – esse último, típico dos profissionais e administradores. A classificação desse segmento (não manuais de rotina) entre classe média ou classe trabalhadora costuma gerar divergências” (p. 395). “a classe dos trabalhadores não manuais de rotina, que poderíamos tomar como o centro de gravidade da *nova classe média* de Mills (1951), se encontra, em termos de rendimentos, mais próxima dos trabalhadores manuais do que dos profissionais e administradores ou pequenos empregadores.” (p. 398).

Assim, neste trabalho, atribuiremos o termo *classe média* a indivíduos pertencentes às categorias ocupacionais de Profissionais (de nível alto e baixo) e de Proprietários e Empregadores.

Não obstante, paralelamente, aplicaremos outra nomenclatura. Para sintetizar e facilitar a interpretação dos diferenciais entre as oito categorias sócio-ocupacionais EGP, agruparemos elas em três *camadas sociais*, semelhante ao que fizeram Marques, Barbosa e Prates (2015: 36). Nas camadas superiores estão as categorias de proprietários e empregadores e de profissionais de alto nível; as camadas intermediárias são compostas por profissionais de nível baixo, técnicos e supervisores do trabalho manual e trabalhadores não-manuais de rotina de alto nível; as camadas baixas reúnem trabalhadores não-manuais de rotina de baixo nível, trabalhadores manuais qualificados, e trabalhadores manuais semiquualificados ou não qualificados.

2.2. DESIGUALDADES RACIAIS

A composição de uma dada população por grupos de raça/cor⁵ tem forte relevância para a caracterização das relações e desigualdades raciais. “Raça/cor” é uma variável presente nos Censos brasileiros desde o final do século XIX. Desta época até atualmente, a composição racial da população brasileira passou por muitas mudanças (Cf. Telles 2012). Mais recentemente, observa-se a diminuição da proporção daqueles que se declaram brancos, com o crescimento de pretos e pardos. Tal constatação também se verifica para o caso específico da RMSP, conforme podemos observar na Tabela 1 abaixo.

⁵ “Cor” é entendida aqui como uma categoria racial. Tal qual nos ensina Guimarães (2003: 103-4): “(...) a análise dessa categoria, no Brasil, nos leva à conclusão, sem grande dificuldade, de que a classificação por cor é orientada pela idéia (sic) de raça, ou seja, que a classificação das pessoas por cor é orientada por um discurso sobre qualidades, atitudes e essências transmitidas por sangue, que remontam a uma origem ancestral comum (...) O meu argumento é o seguinte: “cor” não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a idéia (sic) de raça que orienta essa forma de classificação.”

Tabela 1: População da RMSP por Raça / Cor. 2000 e 2010.

Raça / Cor	2000		2010	
	N (em mil)	%	N (em mil)	%
Branca	11.714	65,5	11.549	58,7
Preta	872	4,9	1.244	6,3
Parda	4.823	27,0	6.495	33,0
Amarela	295	1,7	361	1,8
Indígena	32	0,2	22	0,1
Ignorado	140	0,8	8	0,0
Total	17.879	100,0	19.683	100,0

Obs.: Números absolutos em milhares.

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE.

A população da Região Metropolitana de São Paulo cresceu algo como 1,8 milhão de habitantes, ou cerca de 10%, de 2000 para cá. Neste período houve redução absoluta e relativa da população branca (de 65,5% para 58,7%), e aumento substancial de pretos (de 4,9% para 6,3%) e pardos (de 27% para 33%). Deste modo, os brancos continuam sendo maioria, mas sua população teve queda de 1,4%, ao passo que os pardos cresceram 34% e os pretos 42%. Este substancial aumento de pretos e pardos deve ser considerado para a análise das desigualdades a fim de evitar leituras errôneas acerca de mudanças na participação destes grupos em determinadas categorias e posições na estratificação social.

É fato que os aumentos e reduções da composição por cor decorrem, em boa parte, da miscigenação e de tendências demográficas, como a migração, a fecundidade e a mortalidade em cada grupo. Não obstante, outro fator também preponderante – e que tem ganhado grande atenção num contexto de forte mobilização de identidades e de implementação de políticas públicas de recorte racial – é a reclassificação racial: o caso de indivíduos que mudam sua declaração de raça / cor no decorrer de suas vidas. Não temos evidências que nos assegurem quais seriam as razões de tais mudanças na composição racial da população, mais é provável que a reclassificação racial tenha importante papel.

No que diz respeito às realizações educacionais da população brasileira, notamos grandes evoluções neste início do século XXI: consolidou-se a (quase) universalização do ensino fundamental, houve importante crescimento do ensino médio e uma notável abertura no acesso ao ensino superior. Tais avanços edu-

cacionais tiveram clara manifestação na população da RMSP. Na Tabela 2 apresentamos o nível de instrução dos indivíduos acima de 25 anos de idade – faixas de idade nas quais os indivíduos já teriam completado seus ciclos educacionais e participariam do mercado de trabalho, trazendo consigo suas credenciais.

Tabela 2: Nível de instrução dos indivíduos acima de 25 anos na RMSP. 2000 e 2010.

Nível de Instrução		2000			
		Branços	Pardos	Pretos	Total
Sem instrução e fundamental incompleto	N (em mil)	2.167	1.339	266	3.773
	%	33,8	56,7	51,5	40,6
Fundamental completo e médio incompleto	N (em mil)	1.846	643	147	2.637
	%	28,8	27,2	28,5	28,4
Médio completo e superior incompleto	N (em mil)	1.472	324	83	1.880
	%	23,0	13,7	16,1	20,2
Superior completo	N (em mil)	927	54	19	1.002
	%	14,5	2,3	3,9	10,8
Total	N (em mil)	6.415	2.361	516	9.293
	%	100,0	100,0	100,0	100,0
Nível de Instrução		2010			
		Branços	Pardos	Pretos	Total
Sem instrução e fundamental incompleto	N (em mil)	2.287	1.756	370	4.414
	%	31,6	48,6	45,3	37,8
Fundamental completo e médio incompleto	N (em mil)	1.142	682	147	1.972
	%	15,8	18,9	18,1	16,9
Médio completo e superior incompleto	N (em mil)	2.132	965	233	3.331
	%	29,4	26,7	28,5	28,5
Superior completo	N (em mil)	1.679	212	65	1.958
	%	23,2	5,9	8,0	16,8
Total	N (em mil)	7.242	3.617	817	11.676
	%	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: Números absolutos (Ns) em milhares.

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE.

No ano 2000, era maior que 40% a proporção da população que não completou nem o primeiro ciclo educacional, o ensino fundamental. Este grupo di-

minuiu pouco, passando a contar com 37,8% da população em 2010. No entanto, neste último ano, 45,3% da população da metrópole paulistana tinha pelo menos o ensino médio, contra 31% em 2000. Assim, em 2010, as maiores parcelas da população ou não concluíram o primeiro ciclo, ou possuem diploma do ensino médio ou superior. Existe, contudo, uma associação com a idade dos indivíduos. Com isso, por um lado há uma baixa escolarização mais pronunciada nas faixas etárias mais idosas e, por outro, a conclusão do ensino fundamental seria muito mais ampla para as gerações mais novas, que buscariam, também, a conclusão do ensino médio e a entrada no superior.

No entanto, quase metade dos pretos e pardos ainda possui escolaridade mais baixa que o ensino fundamental. Para estes grupos, o principal progresso educacional no período é o crescimento da proporção de indivíduos com o diploma do ensino médio: era de cerca de 15% em 2000 e está entre 25% e 30% em 2010. Entre os pretos, a proporção daquelas nas categorias de maior escolaridade é levemente maior que entre os pardos, tanto para 2000 quanto para 2010. A posse do diploma universitário cresceu para todos os grupos, mas os brancos concentraram o acesso a tais oportunidades: quase 86% dos indivíduos com ensino superior são brancos. Em suma, apesar da melhora geral do quadro educacional, permanecem fortes as desigualdades raciais nesta dimensão: 52,6% dos brancos possui ensino médio ou superior, enquanto que 66,6% dos negros não concluiu o ensino básico. Tais desigualdades educacionais deverão se refletir nas desigualdades de rendimentos.

A Tabela 3 apresenta as médias dos rendimentos mensais do trabalho principal de brancos, pretos e pardos acima de 25 anos, participantes da população ocupada. Considerando as rendas médias, em 2000 pretos e pardos ganhavam pouco menos da metade do que ganhavam os brancos. Esta situação se alterou muito pouco em 2010: ambos os grupos continuam ganhando menos da metade do que os brancos, havendo apenas uma pequena melhora na renda dos pretos. Os dois grupos permanecem com rendas muito próximas entre si e distantes da renda média dos brancos. E, assim como em 2000, em 2010 as desigualdades raciais são menores nas duas categorias de menor escolaridade e mais fortes nas categorias de maior escolaridade. Ou seja, em consonância com a literatura recente sobre desigualdades raciais (Cf. Ribeiro 2006, por exemplo), percebemos que estas se tornam mais pronunciadas no topo da estratificação social, contrariando expectativas de que o acesso à educação traria maior igualdade entre negros e brancos.

Devemos acrescentar que, tanto em 2000 quanto em 2010, a renda média dos pretos é levemente superior à dos pardos. No entanto, em 2010, apenas entre os indivíduos com ensino superior completo a renda dos pardos supera a dos pretos. Este resultado parece indicar que diferenciações entre pretos e pardos também tendem a se tornar mais pronunciadas no topo da pirâmide.

Tabela 3: Desigualdades Raciais de Renda¹ por Nível de Instrução. RMSP, 2000 e 2010.

Nível de Instrução	Raça / Cor	2000		2010	
		Renda Média	Diferença ²	Renda Média	Diferença ²
Sem instrução e fundamental incompleto	Branços	1.087		1.149	
	Pardos	865	-20,4%	863	-24,9%
	Pretos	830	-23,7%	872	-24,2%
	Total	982		999	
Fundamental completo e médio incompleto	Branços	1.557		1.434	
	Pardos	1.121	-28,0%	1.014	-29,2%
	Pretos	1.098	-29,5%	1.084	-24,4%
	Total	1.405		1.251	
Médio completo e superior incompleto	Branços	2.591		1.873	
	Pardos	1.551	-40,1%	1.207	-35,6%
	Pretos	1.521	-41,3%	1.233	-34,2%
	Total	2.349		1.623	
Superior completo	Branços	5.678		4.852	
	Pardos	3.251	-42,7%	2.700	-44,4%
	Pretos	3.093	-45,5%	2.560	-47,2%
	Total	5.485		4.529	
Total	Branços	2.564		2.525	
	Pardos	1.135	-55,7%	1.142	-54,8%
	Pretos	1.174	-54,2%	1.207	-52,2%
	Total	2.113		1.997	

1 Renda mensal do trabalho principal, em Reais (R\$), de 2010.

2 Diferença percentual com relação aos brancos.

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE.

Desta forma, apesar dos progressos educacionais na década analisada, a desigualdade de renda entre negros e brancos continua praticamente a mesma. O único nível de instrução onde podemos observar uma pequena diminuição da

desigualdade racial foi entre os que concluíram o ensino médio, grupo que teve grande crescimento de pretos e pardos. No entanto, esta credencial educacional teve grande desvalorização no período, perdendo 31% do seu valor em rendimentos (a renda média passou de R\$ 2349 para R\$ 1623). Ou seja, se por um lado, pretos e pardos ficaram mais qualificados com a obtenção do diploma do ensino médio e tais diplomados viram diminuir sua distância em rendimentos com relação aos brancos, por outro lado, a desvalorização deste diploma fez com que não houvesse grandes ganhos monetários para estes negros.

Como já havia sido evidenciado por Comim & Barbosa (2011), a média das rendas daqueles que concluíram a universidade também vêm caindo. No caso da Região Metropolitana de São Paulo, o diploma do ensino superior desvalorizou 17,4% na década analisada. Além disso, como vimos, os brancos permanecem concentrando a maior parte dos diplomas de ensino superior e as desigualdades raciais de renda para formados na universidade tiveram uma ligeira piora.

Contudo, a mediação entre aquisição educacional e retornos em rendimentos ocorre através de posicionamentos no mercado de trabalho. Por esta razão, avaliaremos, a seguir, as mudanças na distribuição da população pelas categorias ocupacionais EGP.

Considerando a distribuição do total da população ocupada, houve poucas mudanças no período. Ressaltamos aqui aumentos nas proporções de profissionais de nível alto e de trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo; e pequenos decréscimos relativos a proprietários e empregadores, profissionais de nível baixo, técnicos e supervisores e nas categorias de trabalhadores manuais. A única categoria que teve diminuição absoluta e relativa foi a de Proprietários e Empregadores.

Comparando-se as distribuições de negros e brancos pelas categorias ocupacionais, observamos evidentes diferenças. Os negros apresentam maior concentração nas categorias mais baixas, principalmente naquelas de trabalhadores manuais (60,7% em 2000, e 55,9% em 2010), enquanto que os brancos se encontram mais bem distribuídos pelas diversas categorias da hierarquia sócio-ocupacional. Em 2010, a população ocupada branca divide-se quase que em três partes iguais entre empregadores e profissionais (32,8%); técnicos e trabalhadores não manuais (34,1%); e trabalhadores manuais (33,1%).

Na década analisada, há uma tendência geral de queda da proporção de trabalhadores manuais e crescimento de profissionais de nível alto para ambos os grupos brancos e negros⁶. Nota-se que houve aumento na proporção dos negros

⁶ De um modo geral, não há vieses significativos na análise ao se utilizar a categoria “negros” para reunir “pretos” e “pardos”, uma vez que há muito poucas desigualdades entre ambos os grupos. No que tange à desigualdade ocupacional, ponderando-se pela proporção dos pretos e pardos na população ocupada, a participação deles em cada categoria ocupacional é muito

em todas as categorias, seguindo o incremento da participação deles na população ocupada. Contudo, apesar de ainda permanecerem mais concentrados nas categorias de trabalhadores manuais, os negros tiveram importante crescimento em categorias intermediárias – como as não-manuais de rotina de nível alto e técnicos e supervisores (incremento de 35% e 31,7%, respectivamente) –, e altas: como a de empregadores e principalmente na de profissionais de nível alto (acréscimos de 29,4% e de 60,5%).

Tabela 4: Distribuição da população ocupada por categorias ocupacionais EGP por raça. RMSP: 2000 e 2010.

2000				
Categorias Ocupacionais ⁷	Todos	Negros	Branco	Participação de Negros
IVa2. Proprietários e empregadores	3,4%	0,9%	4,5%	8,7%
I. Profissionais, nível alto	8,2%	2,5%	10,9%	9,9%
II. Profissionais, nível baixo	12,0%	7,4%	14,1%	20,1%
V. Técnicos e supervisores do trabalho manual	4,9%	4,4%	5,1%	29,2%
IIIa. Não-manuais de rotina, nível alto	12,6%	9,3%	14,1%	23,9%
IIIb. Não-manuais de rotina, nível baixo	14,3%	14,7%	14,1%	33,3%
VI. Manuais qualificados	26,6%	34,8%	22,8%	42,1%
VIIa. Manuais semi ou não-qualificados	18,1%	25,9%	14,4%	46,2%
Total da População Ocupada	100,0%	100,0%	100,0%	32,3%
2010				
Categorias Ocupacionais	Todos	Negros	Branco	Participação de Negros
IVa2. Proprietários e empregadores	2,3%	0,7%	3,4%	11,2%
I. Profissionais, nível alto	11,7%	4,7%	16,1%	15,9%
II. Profissionais, nível baixo	10,5%	6,3%	13,2%	23,4%
V. Técnicos e supervisores do trabalho manual	4,0%	3,9%	4,0%	38,4%
IIIa. Não-manuais de rotina, nível alto	12,1%	10,0%	13,4%	32,3%
IIIb. Não-manuais de rotina, nível baixo	17,4%	18,5%	16,7%	41,5%
VI. Manuais qualificados	24,7%	31,5%	20,3%	49,9%
VIIa. Manuais semi ou não-qualificados	17,3%	24,4%	12,8%	55,1%
Total da População Ocupada	100,0%	100,0%	100,0%	39,1%

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE.

semelhante. Neste texto, os diferenciais entre pretos e pardos serão sempre informados em notas de rodapé.

⁷ As categorias estão ordenadas segundo as respectivas rendas médias (Cf. Marques, Barbosa e Prates 2015: 36), das mais altas para as mais baixas.

Em síntese, as evidências apresentadas nos informam que os recentes desenvolvimentos educacionais possibilitaram avanços para pretos e pardos, principalmente no que tange à conclusão do ensino médio. É muito provável que este crescimento da proporção de negros com ensino básico completo esteja relacionado com seu aumento em estratos ocupacionais intermediários como os de técnicos e supervisores e de ocupações não-manuais de nível alto. Mais notadamente, a tendência de crescimento das ocupações profissionais de nível alto também incluiu parcela significativa negros. Ou seja, observamos que nesta primeira década do século XXI houve alguns progressos com relação à realização educacional e à inserção ocupacional da população negra da Região Metropolitana de São Paulo. Entretanto, estas evoluções ainda não foram suficientes para reverter a predominância de negros em ocupações manuais, nem mesmo para diminuir as desigualdades de renda entre negros e brancos, que – num quadro de “perdas salariais”, principalmente para formados no ensino médio e superior – permanecem as mesmas⁸.

Retomando a discussão anterior sobre classe média, a partir dos dados expostos podemos concluir que foi muito baixo o crescimento da classe média (profissionais e empregadores) na RMSP na década analisada: de 23,6% em 2000 para 24,5% em 2010. Entre a população branca, o crescimento foi de 29,5% para 32,7%. Mas, entre os negros o crescimento da participação nas categorias Profissionais e de Proprietários e Empregadores foi pífio: de 10,8% para 11,7%. De fato, a última coluna da Tabela 4 mostra que houve incremento da participação de negros nestas categorias ocupacionais. No entanto, este aumento em parte reflete o crescimento da proporção de pessoas que se identificam como pretos e

⁸ Contudo, não se confirma a expectativa de que os pardos tenham características ocupacionais e de renda mais próximas dos brancos do que os pretos (Cf. Telles 2014). Ponderando-se pela participação de pretos e pardos no total da população ocupada, a participação de pretos nas categorias Profissionais (de alto e baixo nível), de Técnicos e Supervisores e de Trabalhadores Não-Manuais de Alto Nível é maior que a dos pardos. Por sua vez, os pardos têm maior participação entre Proprietários e Empregadores e nas categorias mais baixas (Trabalhadores Manuais e Não-Manuais de Nível Baixo). A renda média dos pretos é um pouco maior que a dos pardos em quase todas as categorias ocupacionais, mesmo nas mais baixas, onde há sobre-representação dos pardos. A única categoria ocupacional onde a renda média dos pardos é maior que a dos pretos é a de Proprietários e Empregadores (o grupo de maior renda, no geral). Nossos dados sugerem, portanto, que é apenas no topo da pirâmide ocupacional que há uma diferença mais significativa entre as rendas de pretos e pardos, com vantagem para estes últimos. E, apesar de que nesta categoria a distância entre pretos e pardos tenha aumentado de 2000 para 2010, a renda dos pardos é mais próxima da dos pretos do que da dos brancos.

pardos na população como um todo. Ou seja, se considerarmos tais categorias ocupacionais relativamente ao conjunto da população negra, concluímos que não houve crescimento significativo da inclusão de negros na classe média paulistana⁹.

2.3. MEDINDO SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

De acordo com Maloutas (2012), desigualdade e discriminação (pautadas pelo mercado de trabalho, pelo acúmulo de riqueza e por hierarquias étnico-raciais) conformam um importante fator causal para o processo de alocação habitacional que, por sua vez, resulta em segregação residencial. Tendo em vista o quadro de desigualdades exposto anteriormente, avaliaremos, considerando as categorias ocupacionais como marcadores de classe social, as transformações na segregação residencial por raça entre os anos 2000 e 2010¹⁰. Nesta seção iniciaremos a mensuração da segregação através de duas técnicas: o índice de dissimilaridade e o quociente locacional.

O índice de dissimilaridade (ID) é uma tradicional medida de segregação residencial que capta o grau em que dois grupos sociais *não* estão uniformemente [*evenly*] distribuídos no espaço de uma cidade. Neste sentido, a uniformidade se define a partir da proporção de cada grupo na composição da população total

⁹ Só é possível falar de uma incorporação mais significativa dos negros na classe média se considerarmos como classe média as categorias de Trabalhadores Não-Manuais de Rotina que, na verdade, estão mais próximas das categorias mais baixas. Em nossos dados, se considerarmos como classe média a união das categorias de Proprietários e Empregadores, Profissionais (de alto e baixo nível) e Trabalhadores Não-Manuais de Rotina (de alto e baixo nível), veremos que o crescimento da classe média também foi pequeno na RMSP, passando de 50,5% em 2000 para 54% em 2010. A RMSP seria, segundo esta classificação, uma metrópole majoritariamente de classe média. Considerando a população negra, a participação neste conjunto de categorias ocupacionais cresceu de 34,8% para 40,2%, entre os brancos o crescimento foi de 57,7% para 62,8% entre 2000 e 2010. Entretanto, como vimos, esta não será a delimitação de classe média adotada neste trabalho.

¹⁰ Uma discussão mais aprofundada acerca da definição de segregação é realizada em outros capítulos. Porém, tendo em vista as finalidades operacionais deste capítulo, definiremos segregação residencial como o grau de concentração, no espaço, de uma categoria social com relação à outra, sendo que ambas as categorias se delimitam analiticamente. Ou, de modo inverso, em que medida um dado grupo social possui uma distribuição não-uniforme [*uneven*] no espaço urbano.

da cidade e do quanto que a distribuição destes grupos pelas diversas áreas da cidade replica esta composição. Ou seja, este indicador evidencia a relação entre a composição da população de cada unidade espacial e a composição da população de toda a cidade.¹¹ O índice de dissimilaridade varia de 0 a 1, onde 1 significa segregação total e 0 significa uniformidade total na distribuição dos grupos.

O resultado costuma ser interpretado como indicando a proporção da população de um determinado grupo da cidade que teria que trocar de área com outro para que se obtivesse um padrão residencial uniforme do ponto de vista da proporção de cada grupo na composição da população da cidade. Por exemplo, no caso do índice de dissimilaridade resultar em 0,40, considera-se que 40% da população de um grupo deveria trocar de área para que se obtivesse uma distribuição uniforme dos grupos considerados no cálculo do índice.

O índice de dissimilaridade entre negros e brancos era de 0,27 em 2000 e passou para 0,29 em 2010, demonstrando a persistência da segregação racial na Região Metropolitana de São Paulo. Se, em 2000, 27% da população teria que trocar de área de ponderação para que a distribuição dos grupos raciais fosse homogênea, em 2010 esta proporção subiu para 29%¹².

Segundo os parâmetros norte-americanos de interpretação destas medidas, tais valores seriam considerados moderados, uma vez que abaixo de 0,30. No entanto, conforme argumentamos alhures, tal comparação não deve servir de justificativa para depreciar a segregação em São Paulo, dadas as grandes diferenças contextuais e históricas de constituição da segregação residencial no Brasil e nos Estados Unidos. Para um país onde não houve leis explicitamente segregadoras tais valores devem, sim, ser vistos como consideráveis.

É muito comum que tal indicador de segregação entre negros e brancos seja interpretado como um efeito da segregação residencial por classe social (muito bem descrita em Marques 2014), uma vez que a maior parte da população negra

¹¹ A unidade espacial de referência para a mensuração da segregação neste capítulo serão as áreas de ponderação delimitadas pelo Censo de 2010.

¹² De acordo com Cortese, Falk & Cohen (1976), o índice de dissimilaridade tende a inflacionar quando o número de membros das minorias é muito pequeno comparado à quantidade de unidades espaciais utilizadas para seu cálculo. Inversamente, quanto maior a proporção da minoria, menor deve ser o valor do índice, mas não necessariamente será menor a segregação. No caso da RMSP, houve aumento da proporção de pretos e pardos, mas também houve aumento do índice de dissimilaridade. Tal evidência afasta a possibilidade de que o crescimento do valor do indicador seja um efeito metodológico. Ou seja, segundo a concepção de segregação que pauta a construção do índice de dissimilaridade, houve, de fato, aumento da segregação racial em São Paulo.

é pobre, e que as camadas superiores são predominantemente brancas. No entanto, empreenderemos aqui uma tentativa de colocar em evidência o componente racial da segregação através da intersecção das três *camadas* sócio-ocupacionais descritas anteriormente com os grupos raciais negros e brancos¹³. Resultaram, portanto, seis agrupamentos, dos quais verificaremos os índices de segregação nas tabelas a seguir.

Nas primeiras linhas das tabelas 5 e 6, observamos que os grupos mais segregados do resto da população da metrópole são os brancos de camadas superiores, com índices bem acima dos seguintes, os negros de camadas baixas e os brancos de camadas intermediárias. Os outros grupos – brancos de camadas baixas, além de negros de camadas intermediárias e superiores – estão mais bem distribuídos pelos espaços da região metropolitana.

Tabela 5: Índice de Dissimilaridade entre Grupos Raciais e Estratos Sócio-Ocupacionais na Região Metropolitana de São Paulo, 2000.

Grupos	Brancos Sup.	Negros Sup.	Brancos Interm.	Negros Interm.	Brancos Baixo	Negros Baixo
Resto da População	0,44	0,15	0,22	0,17	0,11	0,28
Brancos Superior	-	0,39	0,26	0,52	0,45	0,58
Negros Superior	0,39	-	0,20	0,19	0,19	0,27
Brancos Interm.	0,26	0,20	-	0,30	0,23	0,38
Negros Interm.	0,52	0,19	0,30	-	0,14	0,13
Brancos Baixo	0,45	0,19	0,23	0,14	-	0,18
Negros Baixo	0,58	0,27	0,38	0,13	0,18	-

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração Própria.

¹³ Assim como as categorias EGP foram reunidas para formar três camadas sociais, as categorias de “raça/cor” de “pretos” e “pardos” foram unificadas na categoria “negros” visando obter resultados estatisticamente mais significativos na mensuração da segregação. Diferenciais entre pretos e pardos são descritos em notas de rodapé.

Tabela 6: Índice de Dissimilaridade entre Grupos Raciais e Estratos Sócio-Ocupacionais na Região Metropolitana de São Paulo, 2010.

Grupos	Branços Sup.	Negros Sup.	Branços Interm.	Negros Interm.	Branços Baixo	Negros Baixo
Resto da População	0,47	0,15	0,25	0,15	0,12	0,30
Branços Superior	-	0,40	0,26	0,53	0,48	0,61
Negros Superior	0,40	-	0,20	0,19	0,19	0,29
Branços Interm.	0,26	0,20	-	0,31	0,26	0,41
Negros Interm.	0,53	0,19	0,31	-	0,13	0,15
Branços Baixo	0,48	0,19	0,26	0,13	-	0,18
Negros Baixo	0,61	0,29	0,41	0,15	0,18	-

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Consideremos agora a segregação socioeconômica interna aos grupos raciais: os negros de diferentes classes estão mais próximos entre si do que os brancos. Na década, notamos um pequeno crescimento da segregação dos negros de classe baixa com relação aos negros dos dois outros estratos. Já entre os brancos, mais distantes entre si segundo as diferentes classes sociais, observa-se que a segregação dos brancos de classe alta tende a aumentar¹⁴.

De fato, os brancos mais ricos apresentam o maior isolamento da metrópole, distanciando-se de todos os outros grupos. O grupo mais próximo deles é o dos brancos de camadas intermediárias (0,23 em 2000 e 0,26 em 2010). Em seguida, o grupo mais próximo, mas já com um índice de dissimilaridade relativamente grande (0,37 em 2000 e 0,39 em 2010) é o dos negros de camadas superiores. Por outro lado, se avaliarmos os índices de segregação dos negros de camadas

¹⁴ Com relação à segregação residencial entre pretos e pardos, nossos cálculos revelam que o índice de dissimilaridade entre pretos e pardos é baixo nas camadas baixas (0,15 em 2000 e 0,12 em 2010) e nas camadas intermediárias (0,21 em 2000 e 0,18 em 2010), mas assume valores significativamente maiores nas camadas superiores (0,37 em 2000 e 0,27 em 2010). Isso quer dizer que, no topo da estratificação, aumenta a distância residencial entre pretos e pardos (assim como no caso dos diferenciais de renda). Mas isso não implica maior proximidade com os brancos das camadas superiores. Nota-se, também, que pardos, seja em camadas superiores ou intermediárias, estão mais próximos dos pobres do que os pretos destas camadas.

superiores (segunda coluna das tabelas 5 e 6), o grupo que menos compartilha os mesmos bairros que eles são os próprios brancos de camadas superiores. Estes dados evidenciam o tamanho isolamento da elite branca na metrópole paulistana.

No outro extremo da estratificação, o grupo mais segregado é o dos negros mais pobres. A comparação com os brancos mais pobres revela que estes últimos se encontram mais uniformemente distribuídos pelas áreas da cidade e mais próximos das camadas médias e superiores, ao passo que os negros de classe baixa tendem a concentrar-se mais em áreas específicas¹⁵.

Na década que analisamos, percebe-se uma tendência de crescimento da segregação dos brancos de camadas superiores e de camadas médias com relação ao resto da população paulistana (de 0,44 para 0,47; e de 0,22 para 0,25, respectivamente), mas principalmente com relação a negros e brancos de camadas baixas. O índice de dissimilaridade entre brancos de camadas superiores e negros de camadas baixas chega a 0,61 em 2010. Já os negros de camadas altas, por sua vez, ficaram mais distantes tanto de brancos de camadas superiores (de 0,39 para 0,40) quanto de negros de camadas baixas (de 0,27 para 0,29).

Tais resultados do índice de dissimilaridade demonstram que, para além da bem documentada segregação entre as classes sociais no espaço urbano, é possível observar também um componente racial na segregação. Isto se torna mais evidente quando comparamos os indicadores de negros e brancos pertencentes a um mesmo estrato social. A seguir, pretendemos reforçar tal evidência através do recurso a outro indicador: o quociente locacional¹⁶.

¹⁵ Realizamos uma análise de sensibilidade calculando o índice de dissimilaridade entre negros e brancos em cada uma das categorias ocupacionais EGP. O valor do indicador cresce paulatinamente das categorias ocupacionais mais baixas para as mais altas, confirmando nossas conclusões mais gerais. No intuito de submeter tais conclusões a mais um teste, julgamos interessante trocar a variável ocupação pela variável renda, uma vez que há grande variação de rendimentos no interior da cada categoria ocupacional. Assim, calculamos a segregação entre negros e brancos pertencentes a sete distintas faixas de renda. Mais uma vez, confirmamos a tendência geral de crescimento da segregação racial conforme avançamos na estratificação social. Entretanto, um dado chama atenção e deve ser matéria de avaliações futuras: se considerarmos domicílios muito pobres, com renda inferior a um salário-mínimo, a segregação racial medida pelo índice de dissimilaridade cresceu de 0,18 em 2000 para 0,24 em 2010.

¹⁶ A existência de desigualdades de renda dentro de categorias ocupacionais poderia invalidar as categorias EGP como bons controles de classe para a segregação racial. Entretanto, ao substituímos as categorias EGP por faixas de renda domiciliar, o resultado é semelhante: a segregação residencial por raça é baixa nas faixas de renda mais baixas e vai se tornando cada vez mais forte conforme consideramos as faixas de renda mais altas. Em 2010, por

O quociente locacional (QL) é uma medida de concentração que consiste na razão entre a proporção da população de um grupo em uma determinada área e a proporção da população deste mesmo grupo na cidade inteira. Ou seja, tal como o índice de dissimilaridade, o QL também pondera em que medida a proporção de um dado grupo em uma área replica a proporção deste grupo em toda a região metropolitana. Porém enquanto ID resulta num único valor para cada par dos grupos considerados, o QL resulta em valores específicos da concentração de cada um dos grupos para cada uma das áreas.

Assim, foram calculados os quocientes locais dos seis grupos para cada uma das áreas de ponderação da cidade. Nas áreas em que um dado grupo encontra-se sub-representado, o QL assume valores entre 0 e 1; onde o grupo está sobre-representado, os valores são acima de 1. Ou seja, quanto maior o valor QL, maior o grau de concentração do grupo na área.

Como estratégia para avaliar em que medida negros e brancos de um mesmo estrato social apresentariam graus semelhantes de concentração nas mesmas áreas da cidade, recorreremos às correlações estatísticas de Pearson entre os quocientes locais dos grupos analisados. Os coeficientes de correlação podem variar entre 1 e -1. Quanto mais próximo de 1 for o valor do coeficiente, maior a tendência dos QLs dos grupos serem diretamente proporcionais, ou seja, quando um for alto, o outro também será, e maior será a probabilidade dos dois grupos considerados terem alta concentração nas mesmas áreas. Quando o resultado for um valor negativo, indica correlação negativa, ou seja, quando os valores de um grupo aumentam, os valores do outro tendem a diminuir, isso significa que os grupos têm alta concentração em áreas totalmente distintas. Valores próximos de zero indicam ausência de correlação linear entre as variáveis.

exemplo, o índice de dissimilaridade entre negros e brancos é de 0,17 em domicílios com 1,5 salários-mínimos de renda per capita, sobe para 0,25 na faixa de renda entre 1,5 e 3 salários-mínimos, 0,31 entre 3 e 5 salários-mínimos, e, por fim, 0,34 em domicílios com renda per capita acima de 5 salários mínimos. Ou seja, nosso argumento subsiste ao teste empírico (troca da variável de controle de classe). Também realizamos testes desagregando pretos e pardos: ambas categorias de cor da pele encontram-se próximas entre si em todas as camadas sociais.

Tabela 7: Correlações entre os Quocientes Locacionais de Grupos Raciais e Estratos Sócio-Ocupacionais na RMSP, 2000 e 2010.

	2000	2010
Negros e Brancos de Camadas Superiores	0,144	0,166
Negros e Brancos de Camadas Intermediárias	-0,650	-0,556
Negros e Brancos de Camadas Baixas	0,420	0,486
Obs.: p-valor > 0,01 para todas as correlações.		

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Na hipótese de não haver um componente racial na segregação, os valores das correlações para negros e brancos de uma mesma camada social deveriam ser sempre positivos e próximos de 1. Nossos resultados apontam para a invalidação desta hipótese. Observamos que em 2000, negros e brancos de camadas baixas apresentam correlação positiva de 0,420, de modo que ambos teriam uma tendência positiva e significativa a estarem sobrerrepresentados nas mesmas áreas. Já a correlação entre negros e brancos de camadas intermediárias é negativa e alta (-0,650); ou seja, de um modo geral, as localidades onde há maior concentração de brancos de camadas intermediárias há baixa representação de negros de camadas intermediárias e vice-versa. Nas camadas superiores, notamos uma correlação positiva, mas bem pequena: 0,166, ou seja, não são muitas as áreas onde há forte concentração de ambos os grupos. São pequenas as diferenças entre 2000 e 2010, indicando uma permanência da segregação por raça, mas com uma leve tendência de declínio.

Devemos acrescentar que, dos coeficientes de correlação calculados, a maior correlação positiva encontrada foi entre brancos de camadas superiores e brancos de camadas intermediárias. Isto indica que estes grupos se concentram nas mesmas áreas da região metropolitana. Este dado pode ser confirmado através dos mapas apresentados nos Anexos 1 a 8.

Ambos os indicadores expostos acima demonstram diferenciais raciais internos às classes sociais na segregação residencial na região metropolitana de São Paulo. É evidente que maior proximidade racial ocorre nas camadas mais baixas, diferentemente das intermediárias e altas. Enquanto que, através do índice de dissimilaridade, ressaltamos o isolamento particular dos brancos de camadas superiores, o quociente locacional evidencia que negros e brancos das camadas

intermediárias estão substancialmente afastados. Estas duas tendências, bem como outras, poderão ser melhor averiguadas na seção seguinte.

2.4. ÍNDICE DE MORAN: UMA MEDIDA ESPACIAL DE SEGREGAÇÃO

As mensurações apresentadas na seção anterior evidenciam a segregação entre negros e brancos pertencentes a um mesmo estrato social. Mas, tratam-se de indicadores sintéticos que não nos revelam onde cada um dos grupos se concentra. Nesta seção, apresentaremos uma análise da segregação a partir do índice de Moran (Anselin 1995), outra técnica de mensuração de segregação residencial amplamente empregada. O índice de Moran é uma medida de autocorrelação espacial, ou seja, para além da distribuição de grupos por áreas, tal medida leva em conta a contiguidade das áreas onde se concentram os diferentes grupos¹⁷. Trata-se, em outras palavras, de em que medida os grupos considerados têm grande concentração em conjuntos de áreas vizinhas umas das outras. Este atributo deve ser levado em consideração para interpretação dos resultados.

Tabela 8: Índices de Moran Global na RMSP. 2000 e 2010.

Raça / Classe	2000	2010
Branco Superior	0,82	0,78
Negro Superior	0,47	0,30
Branco Intermediária	0,76	0,72
Negro Intermediária	0,77	0,66
Branco Baixa	0,73	0,68
Negro Baixa	0,78	0,75

Fonte: Censos de 2000 e 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Observando os resultados do índice de Moran Global – que varia entre -1 e +1 –, podemos considerar os indicadores de segregação para todos os grupos como sendo significativos e bastante elevados (com exceção apenas daqueles dos negros de camadas superiores, os valores foram sempre acima de 0,66).

¹⁷ O índice de Moran foi calculado a partir do quociente locacional de cada um dos seis grupos nas 633 áreas de ponderação da RMSP.

Estes valores elevados indicam que cada um dos grupos deve concentrar-se em aglomerados de áreas vizinhas entre si. Assim como nos resultados do índice de dissimilaridade, os maiores valores dizem respeito aos brancos de camadas superiores e aos negros das camadas baixas.

No período 2000-2010, observamos redução no índice de Moran Global para todos os grupos analisados. As maiores reduções nesta medida espacial de segregação podem ser observadas para os negros de camadas altas (de 0,47 para 0,30), que continuaram sendo o grupo menos segregado e para os negros de camadas intermediárias (de 0,77 para 0,66), que deixaram de ser o terceiro grupo mais segregado e passaram a ser o quinto.

As reduções observadas nos resultados do índice de Moran ao mesmo tempo em que há aumento do índice de dissimilaridade significam que, apesar dos grupos ainda permanecerem segregados do resto da população, deve ter ocorrido maior dispersão, ou menor contiguidade entre as áreas nas quais cada grupo se concentra, e isto deve ser especialmente válido para negros das camadas superiores e intermediárias. Dito de outro modo, há maior dispersão destes grupos no espaço da metrópole, mas isto não implica que estejam concentrados nas mesmas áreas que os outros grupos. Verificaremos esta hipótese em detalhe através dos *LISA Maps (Local Indicator of Spatial Autocorrelation)*. Tratam-se de mapas que representam a autocorrelação espacial dos grupos que analisamos. As áreas em vermelho denotam alta concentração da variável em questão em áreas vizinhas entre si. As áreas em azul expressam a contiguidade de áreas de baixa concentração desta variável. Áreas em branco não tiveram resultado estatisticamente significativo.

Visando apresentar as tendências gerais de forma mais sintética, apresentamos aqui os mapas de autocorrelação espacial dos Profissionais (de nível alto e baixo) brancos e negros, em 2000 e 2010¹⁸.

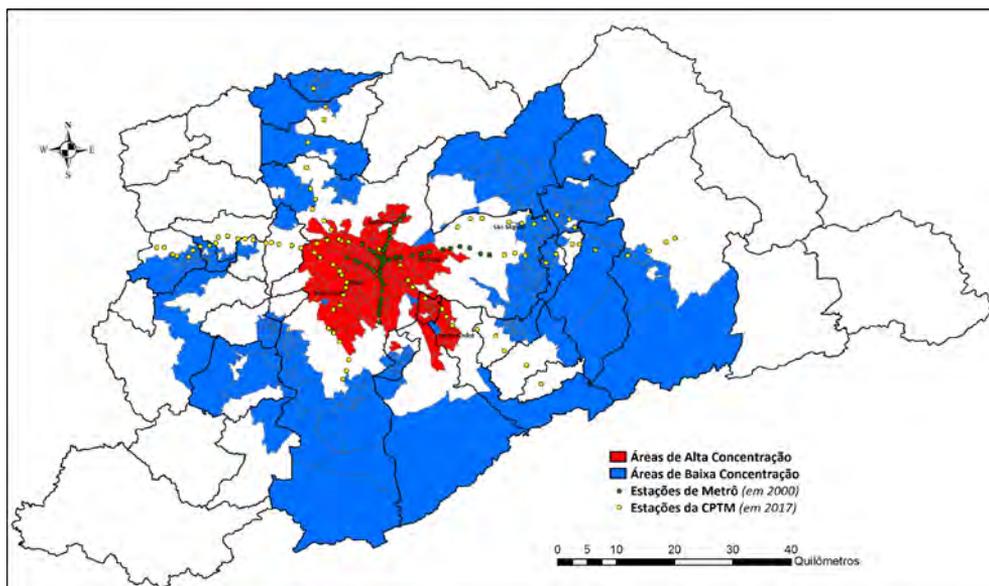
De 2000 para 2010, há poucas modificações nas áreas de alta concentração de profissionais brancos. Há um grande aglomerado de áreas de concentração de profissionais brancos em áreas do centro expandido de São Paulo, em bairros que margeiam a Marginal Pinheiros, na região de Santana (na Zona Norte), em áreas da Zona Lestes mais próximas do centro (Mooca, Tatuapé etc.) e no ABC paulista (principalmente São Caetano e Santo André). Em 2010 as transformações são em novas áreas de alta concentração em Osasco, Caieiras e no próprio ABC.

¹⁸ Versões ampliadas dos Mapas 1 a 6 encontram-se nos Anexos 9 a 14. Mais detalhes podem ser encontrados nos *LISA Maps* de negros e brancos das camadas superior e intermediária, nos Anexos 1 a 8.

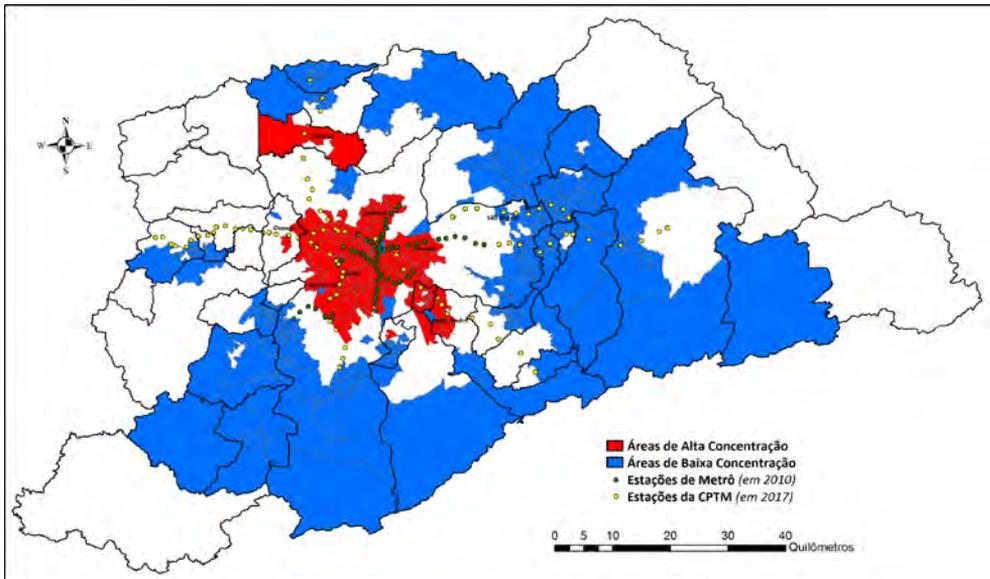
Nos Anexos 1 a 8, há *LISA Maps* para brancos em camadas superiores e intermediárias. Neles, é possível notar que os brancos de camadas intermediárias se concentram num grande agrupamento central que se sobrepõe de forma praticamente integral ao aglomerado dos brancos de camadas superiores, tendo, porém, um raio maior, ou seja, é mais extenso em todas as direções.

São vários os aglomerados de áreas de alta concentração (em vermelho) de profissionais negros e também houve diversas mudanças de 2000 para 2010. Em 2000, havia um enorme aglomerado na Zona Leste de São Paulo, se estendendo da Penha até Itaquaquecetuba (incluindo Itaquera, São Miguel, Itaim Paulista etc.). Havia outra grande “mancha vermelha” a oeste de São Paulo (incluindo áreas de Osasco, Cotia, Embu, Taboão da Serra e dos distritos de Raposo Tavares, Campo Limpo, Capão Redondo e Jardim São Luís). Destacamos, também, áreas ao sul do Jabaquara (como Diadema, Cidade Ademar, Pedreira e Cidade Dutra).

Mapa 1: *LISA Map* dos Profissionais Brancos (RMSP 2000)

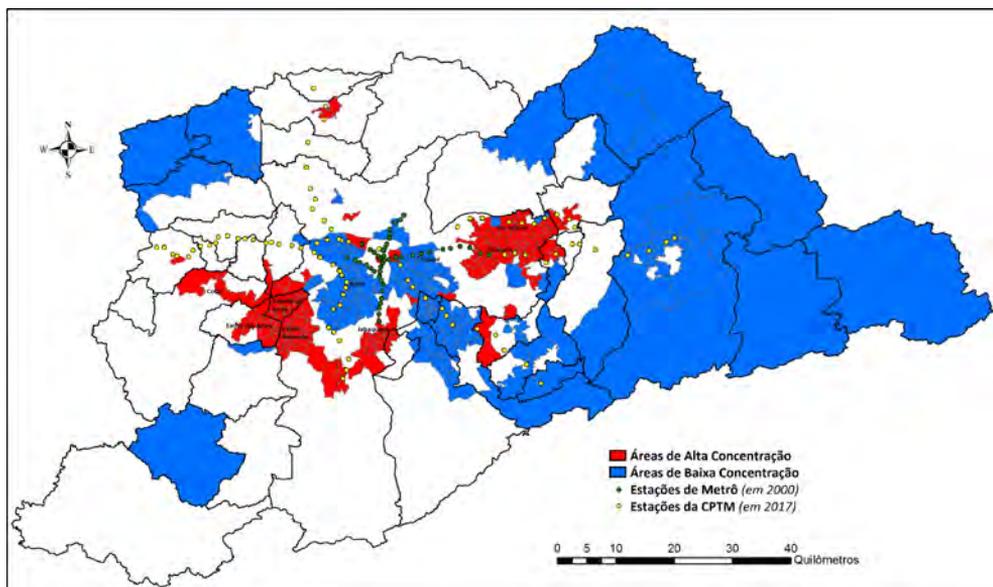


Mapa 2: LISA Map dos Profissionais Brancos (RMSP 2010)

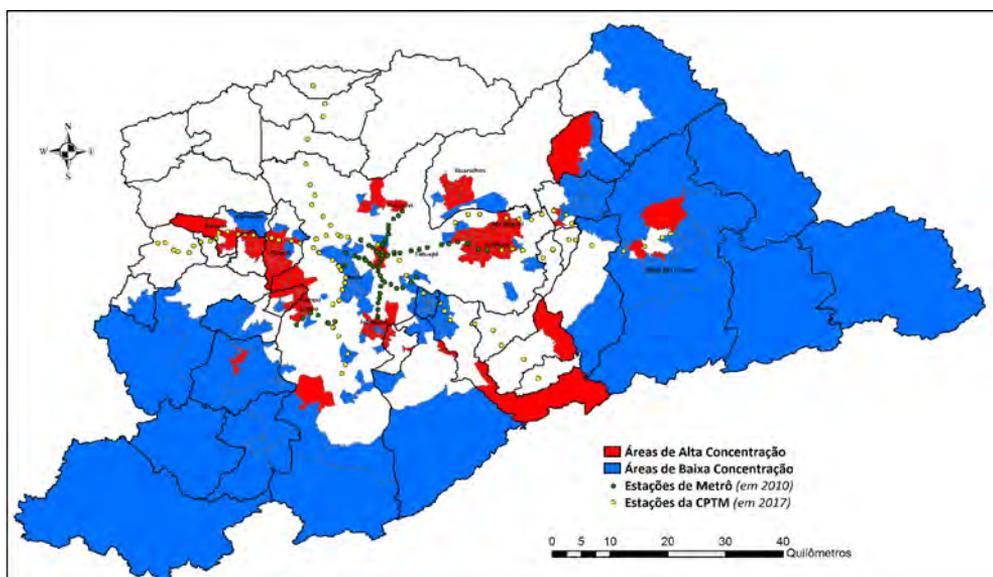


Em 2010, uma maior dispersão residencial deste grupo na metrópole pode ser verificada através da diminuição de tamanho das três grandes “manchas” que identificamos em 2000 e do surgimento de novos e menores aglomerados. Destacam-se aglomerados em distritos do centro mais antigo de São Paulo (como República, Bela Vista e Liberdade), na Zona Norte, em Guarulhos e Mogi das Cruzes. O aglomerado a oeste, apesar da significativa diminuição, passou a incluir áreas de Osasco, Carapicuíba e Barueri.

Mapa 3: *LISA Map* dos Profissionais Negros (RMSP 2000)



Mapa 4: *LISA Map* dos Profissionais Negros (RMSP 2010)

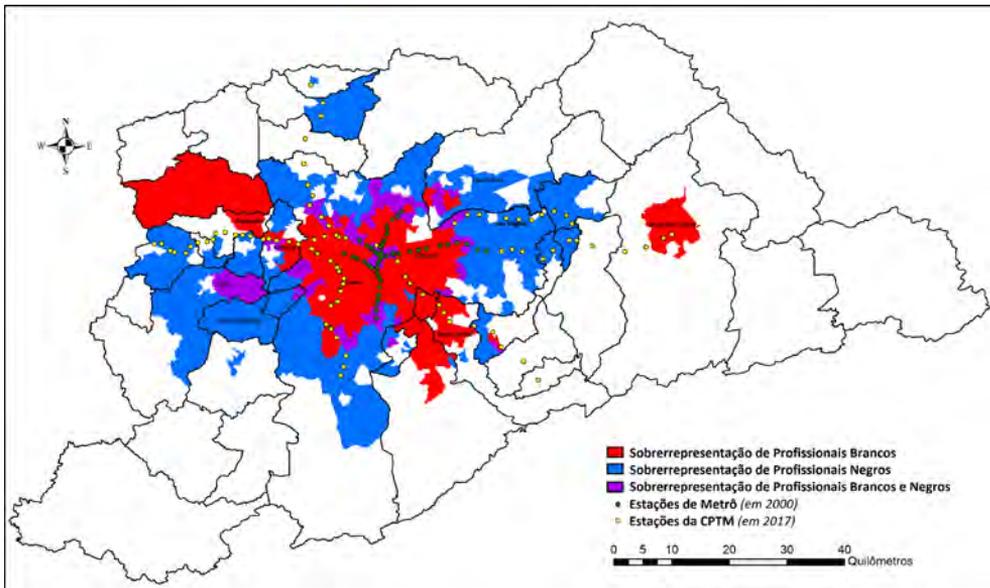


Um dado muito significativo é o fato de que diversas áreas de alta concentração de profissionais negros caracterizam-se pela existência de Conjuntos Habitacionais resultantes de políticas públicas de moradia como, por exemplo, áreas de Artur Alvim (“Cohab 1 de Itaquera”), José Bonifácio (“Cohab 2 de

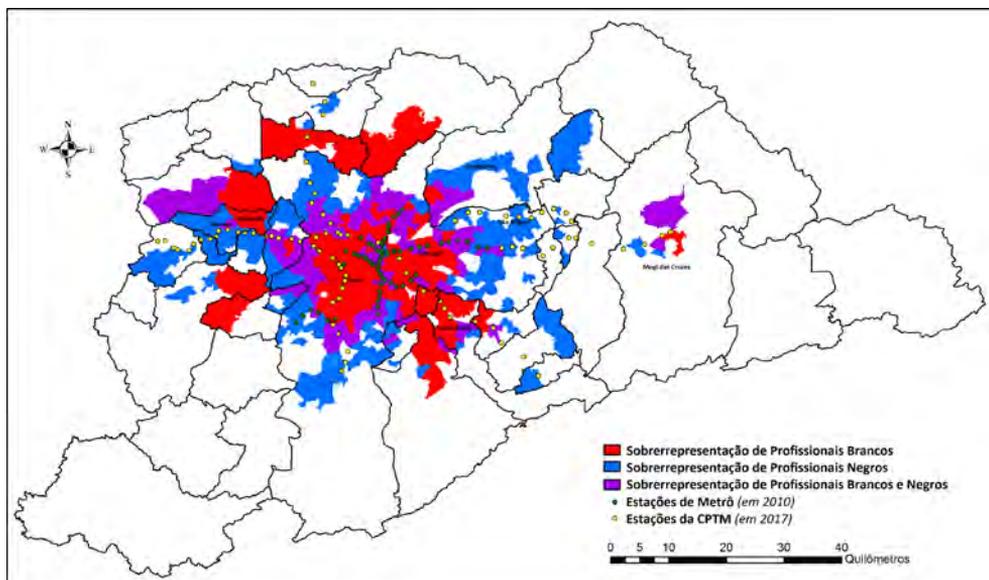
Itaquera”), Raposo Tavares e Carapicuíba. Isto certamente deverá ser matéria de pesquisas futuras que investiguem a importância destas políticas de moradia para a ascensão social de negros.

Os dados analisados nos informam uma consistente permanência nos graus de segregação residencial racial na Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, algumas tendências não coincidiram. O pequeno crescimento do índice de dissimilaridade com diminuição do índice de Moran pode ser interpretado da seguinte forma: os grupos permanecem separados entre si, mas passaram a se distribuir em áreas que não necessariamente formam aglomerados adjacentes.

Mapa 5: Áreas com Sobre-representação de Profissionais Negros e Brancos (RMSP 2000)



Mapa 6: Áreas com Sobrerrepresentação de Profissionais Negros e Brancos (RMSP 2010)



Infelizmente, os *LISA Maps* apresentam grande quantidade de áreas cujo indicador de autocorrelação espacial não é estatisticamente significativo, isso prejudica uma melhor identificação de novas áreas nas quais cada grupo passou a se concentrar. Desta maneira, o índice de Moran parece eficiente para apontar grandes tendências para todo o conjunto da região metropolitana, mas não nos permite identificar mudanças configuracionais mais específicas.

A despeito destes movimentos, um ponto importante a ser destacado da leitura destes seis mapas é que eles apresentam uma forte evidência de que a segregação residencial entre negros e brancos de classe média é uma segregação de grande escala. Não apenas se trata do fato de que cada um desses grupos se concentra em áreas *distintas*. Mais do que isso, negros e brancos de classe média se concentram em áreas muito *distantes* umas das outras, e isso deve acarretar experiências muito díspares da vida na metrópole.

Ademais, nossos questionamentos agora devem também se deslocar para além do aspecto mais geral, ou do “montante total” revelado pelos índices que mensuram a segregação. Pois, se observamos que um dado grupo continua concentrado num mesmo espaço, isto não necessariamente significa que este espaço permanece sendo o mesmo em seus atributos. Ou seja, havendo permanências dos grupos em determinadas áreas, cabe perguntar quais transformações ocorreram nestes espaços durante o período analisado: se houve transformações na

das Cruzes) há uma forte predominância de brancos de camadas superiores e intermediárias (66,3%). Aliás, convém notar que, nestes espaços, habitam mais brancos de camadas baixas (18,9%) do que negros de quaisquer outras camadas sociais, cuja soma totaliza 14,8%. Evidencia-se, portanto, que as áreas de elite de São Paulo são sobretudo espaços brancos, onde as classes altas brancas não só se concentram como estão cercadas por outros brancos.

Tabela 9: Composição dos tipos de espaços (2010)

Grupos	Espaços de elite e classe média-alta	Espaços de classes médias e baixas	Total da população
Branco Superior	36,3%	7,0%	11,9%
Negro Superior	2,3%	2,1%	2,1%
Branco Média	30,0%	16,4%	18,7%
Negro Média	3,7%	8,7%	7,9%
Branco Baixa	18,9%	32,6%	30,3%
Negro Baixa	8,9%	33,2%	29,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Censos de 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Os dados da tabela 10 a seguir demonstram, inclusive, que menos da metade dos negros que moram nestes espaços são proprietários definitivos dos imóveis onde residem. As parcelas de negros de camadas intermediárias e superiores que aí vivem, ou pagam aluguel ou ainda estão pagando o financiamento de seus domicílios.

Tabela 10: Condição de ocupação do domicílio segundo tipos de espaço e grupos de raça e classe (2010)

Grupos	Espaços de elite e classe média-alta				Total
	Próprio pago	Próprio pagando	Alugado	Outros	
Branco Superior	68,4%	9,9%	19,8%	1,9%	100,0%
Negro Superior	48,8%	13,5%	32,6%	5,1%	100,0%
Branco Média	63,5%	8,8%	24,0%	3,7%	100,0%
Negro Média	45,3%	10,3%	36,6%	7,8%	100,0%
Branco Baixa	53,0%	5,5%	32,3%	9,2%	100,0%
Negro Baixa	41,9%	6,4%	37,3%	14,4%	100,0%
Total	60,4%	8,5%	25,9%	5,2%	100,0%

Fonte: Censos de 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Assim, avaliamos os padrões residenciais de negros e brancos de semelhante posição na estratificação social através de distintas técnicas de mensuração e notamos uma permanência da segregação residencial, especificamente nas camadas sociais intermediárias e superiores. Convém notar que o critério que utilizamos como indicador de classe foram as categorias ocupacionais e que, mesmo com uma maior proporção de negros nas categorias de proprietários, profissionais e não-manuais, a segregação por raça ainda é forte nestes estratos.

2.5. *LOCATIONAL-ATTAINMENT MODELS*

Estes resultados parecem indicar uma tendência geral de que, em classes medias e altas, os brancos estão mais concentrados em áreas mais centrais e os negros em áreas mais periféricas. Porém, estudos recentes têm apontado muitas ressalvas a tal polarização centro-periferia, enfatizando a heterogeneidade social do espaço urbano. Portanto, dada tal heterogeneidade, para complementar e validar as análises anteriores, aplicaremos uma técnica que permite distinguir as áreas por características que não apenas seu posicionamento no espaço urbano.

A partir dos anos 1990s, Richard Alba e John Logan propuseram a aplicação de um novo método para o estudo da segregação, os chamados “modelos de realização locacional” [*locational-attainment models*] (Alba & Logan 1992). Tratam-se de modelos de regressão OLS que permitem a análise dos determinantes da localização dos indivíduos com base em suas características específicas. Eles se assemelham aos modelos de realização de status [*status-attainment models*] aplicados em pesquisas sobre estratificação e mobilidade social.

De acordo com os autores, esta técnica representa um avanço com relação aos tradicionais indicadores de segregação uma vez que estes últimos, como qualquer medida agregada, resultam em um único valor representando os grupos, ocultando variações individuais entre membros dos grupos delimitados. Nos *locational-attainment models*, a variável dependente expressa características das áreas nas quais os indivíduos vivem (tais como a média da renda do bairro, o percentual de brancos na população da área, a taxa de criminalidade etc.). As variáveis independentes são atributos de nível individual e do domicílio (por exemplo, renda, educação, raça, se o domicílio é próprio ou alugado etc.). Esta abordagem permite a inclusão de diversas variáveis de controle.¹⁹

¹⁹ Formalmente, tratam-se de modelos de regressão OLS que seguem a seguinte fórmula:

A partir dos dados da região metropolitana de São Paulo, apresentaremos aplicações de *locational-attainment models* semelhantes aos do artigo “How Segregated are Middle-Class African-Americans” (Alba, Logan and Stults 2000). Neste artigo, os autores escolheram a mediana das rendas domiciliares dos setores censitários como variável dependente. As variáveis independentes são condição de propriedade do imóvel (se próprio ou alugado), a localização da residência (se em subúrbios ou cidades centrais) e duas variáveis socioeconômicas: renda domiciliar e educação. O modelo é estimado separadamente para brancos e negros. Se os resultados dos valores da variável dependente preditos pelos modelos são diferentes para negros e brancos com características semelhantes, isto é uma evidência de que raça é uma variável importante no que tange a residir em um bairro mais rico.

Para aplicar tal modelo a São Paulo, realizamos algumas mudanças. A variável dependente é o logaritmo da mediana da renda domiciliar das Áreas de Ponderação²⁰. Com relação às variáveis socioeconômicas, mantivemos educação, mas optamos por não utilizar a renda domiciliar, uma vez que esta compõe a variável dependente. Em vez dela, empregamos as categorias ocupacionais EGP.

$$Y_{ij} = \alpha + \beta_1 X_{1ij} + \beta_2 X_{2ij} + \dots + \epsilon_{ij} \quad Y_{ij} = \alpha + \beta_1 X_{1ij} + \beta_2 X_{2ij} + \dots + \epsilon_{ij}$$

Nesta função, Y é a variável dependente correspondente às características do bairro j onde o indivíduo i mora. O valor da variável dependente (Y) é o mesmo para todos os indivíduos (i) residentes no mesmo bairro (j). As variáveis independentes (X) são variáveis de nível individual ou domiciliar como realização educacional ou renda. Os betas (β) são os coeficientes das variáveis independentes. “Os coeficientes em equações deste tipo podem ser interpretados em termos da capacidade dos membros de um dado grupo converterem algumas características pessoais ou domiciliares em uma localização residencial favorável” (Alba, Logan & Stults 2000: 547). O coeficiente α é o intercepto e ϵ representa os erros do modelo.

²⁰ A conversão da mediana da renda domiciliar para logaritmo melhora o poder de predição (R^2) do modelo e contribui para aproximar os resíduos para uma distribuição normal. Uma justificativa é o fato de que a distribuição de renda no Brasil possui um perfil log-normal (Santos 2005: 33-4). Uma das desvantagens da utilização da transformação logarítmica da variável dependente é a necessidade de realizar uma conversão do logaritmo para obter o valor predito.

Tabela 11. Locational Attainment Models. Coeficientes para Negros e Brancos, RMSP, 2000 e 2010.

Variáveis	2000				2010			
	Brancos		Negros		Brancos		Negros	
Gênero: Mulheres	,021	***	,033	***	,004	***	,006	***
Gênero: Homens (ref.)						***		***
EGP: Proprietários e Empregadores	,340	***	,186	***	,356	***	,237	***
EGP: Profissionais, Nível Alto	,235	***	,149	***	,261	***	,150	***
EGP: Profissionais, Nível Baixo	,150	***	,063	***	,182	***	,089	***
EGP: Técnicos e Supervisores	,057	***	,029	***	,062	***	,020	***
EGP: Trab. Não-Manuais, Nível Alto	,046	***	,029	***	,065	***	,019	***
EGP: Trab. Não-Manuais, Nível Baixo	,052	***	,039	***	,049	***	,009	***
EGP: Trab. Manuais Qualificados	,002		,001		,011	***	-,005	***
EGP: Trab. Manuais não-qualificados (ref.)								
Educação: Ensino Superior	,504	***	,332	***	,356	***	,194	***
Educação: Ensino Médio	,234	***	,129	***	,118	***	,052	***
Educação: Ensino Fundamental	,099	***	,057	***	,063	***	,033	***
Educação: Fundamental Incompleto (ref.)								
Propriedade do Imóvel: Próprio	-,052	***	-,064	***	-,029	***	-,058	***
Propriedade do Imóvel: Pagando	-,244	***	-,174	***	-,200	***	-,175	***
Propriedade do Imóvel: Alugado	,107	***	,121	***	,081	***	,060	***
Propriedade do Imóvel: Outras condições (ref.)								
Tipo de Imóvel: Casa	-,121	***	-,096	***	-,224	***	-,217	***
Tipo de Imóvel: Apartamento	,308	***	,162	***	,171	***	,047	***
Tipo de Imóvel: Outros (ref.)								
Idade, em anos	,009	***	,005	***	,007	***	,004	***
Número de pessoas no domicílio	-,014	***	-,007	***	-,011	***	-,003	***
Intercepto	7,232	***	7,312	***	7,487	***	7,586	***
R2 Ajustado	,440		,167		,441		,169	

Nota: * p > 0.05 / ** p > 0.01 / *** p > 0.001

A partir dos valores dos coeficientes Beta de cada modelo, é possível comparar os efeitos para negros e brancos em termos de “ganhos de localização”, ou seja, em que medida cada variável independente favorece viver em uma vizinhança de maior renda para indivíduos em cada grupo.

Considerando, por exemplo, as variáveis socioeconômicas de Educação e de Categorias Ocupacionais, notamos que os coeficientes dos brancos são sempre maiores que os dos negros. Isso quer dizer que, estando negros e brancos em posições socioeconômicas semelhantes, os locais de moradia dos brancos são sempre mais “ricos” que o dos negros. O crescimento do valor dos coeficientes conforme consideramos categorias mais altas em educação e ocupação demonstram que melhoras de status socioeconômico proporciona ganhos de localização para negros e brancos, mas o ganho dos brancos é sempre maior. E quanto maior o diferencial entre os coeficientes para negros e brancos, maiores as diferenças de localização residencial. O acúmulo de educação, por exemplo, favorece mais os “ganhos de localização” dos brancos do que dos negros. Além disso, os brancos extraem maiores “ganhos de localização” quando exercem ocupações de maior status (como Profissionais ou Proprietários e Empregadores). Assim, o modelo fornece uma robusta demonstração de que os negros vivem em bairros mais pobres que os brancos independentemente de status socioeconômico.

Comparando-se os diferenciais dos valores dos coeficientes das variáveis socioeconômicas de 2000 para 2010, nota-se que o *gap* entre brancos e negros aumentou para todas as categorias de educação e quase todas de ocupação, exceto nas de proprietários e de profissionais de nível baixo, cujo *gap* teve ligeira diminuição. Devemos mencionar também que, em 2000, possuir ensino superior proporcionava “ganhos de localização” muito maiores do que em 2010, para brancos e negros.

No que tange a características do imóvel, viver em apartamento está associado com vizinhanças mais ricas do que viver em casa. Isso provavelmente relaciona-se com o fato de que os bairros mais centrais e elitizados são também os mais verticalizados. Em se tratando das variáveis de propriedade de imóvel, surpreende o fato dos coeficientes dos imóveis próprios e em financiamento sejam negativos. Tal resultado deve decorrer da grande proporção de imóveis próprios nas periferias, uma das características do processo de crescimento periférico da metrópole. A quantidade de pessoas no domicílio impacta negativamente para negros e brancos, mas principalmente para negros.

Coerentemente com as teorias de mobilidade residencial, idade proporciona “ganhos de localização” (mais para branco do que para negros), uma vez que

costuma estar associada com ascensão individual em carreiras profissionais. O fato do domicílio ser chefiado por mulher se associa, também, com vizinhanças de maior renda.

Tabela 12: Valores de mediana das rendas domiciliares da área (em R\$ de 2010) preditos pelo modelo para um indivíduo hipotético de 50 anos de idade, com ensino superior, ocupação profissional de nível alto, proprietário de apartamento com quatro moradores.

	2000	2010
Homens Brancos	5.644	5.106
Mulheres Brancas	5.762	5.124
Homens Negros	3.282	3.247
Mulheres Negras	3.392	3.267

Comparemos alguns casos hipotéticos: de acordo com os resultados do modelo, em 2000, um homem branco de 50 anos de idade, com ensino superior, exercendo uma ocupação profissional de nível alto e vivendo em seu próprio apartamento com mais três pessoas deve morar em uma área cuja mediana da renda domiciliar é de 5.644 reais. Uma mulher branca com as mesmas características deve viver em uma área cuja mediana da renda domiciliar seja 5.762 reais. Um homem negro nestas circunstâncias vive em uma área de mediana de renda 3.282 e uma mulher negra de 3.392.

Em 2010, esta diferença cai um pouco mais sem melhora para os negros. Este mesmo homem branco hipotético moraria em uma área cuja mediana da renda domiciliar é de 5.106 reais, 5.124 para o caso da mulher branca, 3.247 para o caso do homem negro, e a mulher negra viveria em uma área de renda mediana de 3.267 reais.

Assim, a análise do modelo mostra que, em geral, melhorias nas características socioeconômicas trazem maiores “ganhos de localização” para brancos do que para negros. Ou seja, melhores realizações individuais contam mais para brancos do que para negros quando se trata de morar em bairros mais privilegiados.

2.6. SÍNTESE DOS RESULTADOS

Nas seções anteriores revelamos inflexões raciais nos contornos da segregação residencial na região metropolitana de São Paulo durante os primeiros dez anos do século XXI. Neste período, houve algumas transformações nas desigualdades raciais entre negros e brancos, como o crescimento da proporção de negros com diploma de ensino médio e superior. Porém, a expansão do ensino superior beneficiou muito mais brancos do que negros. Houve, também, aumento da participação de negros em categorias ocupacionais intermediárias e superiores. No entanto, num contexto de queda dos retornos em rendimento para os formados no ensino médio e superior, as desigualdades raciais de renda permaneceram fortes e iguais. Ademais, podemos também falar num diminuto crescimento na inclusão de negros na classe média (considerando classe média como formada pelas categorias ocupacionais de proprietários e profissionais).

Neste cenário, a segregação residencial por raça pouco se alterou. Tal qual constatado por pesquisas anteriores baseadas nos dados do Censo de 2000 (Pré-teceille & Cardoso 2008; França 2010), a segregação entre negros e brancos segue branda nas classes baixas e torna-se mais significativa nas classes médias e altas. Os modelos de regressão demonstraram que melhoras de status socioeconômico proporcionam maiores ganhos de localização brancos do que para negros.

A segregação por classe internamente aos grupos raciais é bem mais forte entre os brancos; ou seja, negros de diferentes classes sociais encontram-se mais próximos entre si do que os brancos. No entanto, nos espaços mais elitizados da metrópole há mais brancos pobres do que negros de quaisquer classes sociais. Há um permanente isolamento dos brancos de camadas superiores de todos os outros grupos, sendo que o grupo que mais se aproxima deles são os brancos de camadas intermediárias. Nas camadas intermediárias, aliás, observamos um substancial afastamento entre negros e brancos revelado pela correlação negativa entre os quocientes locacionais.

Neste contexto de maior inserção de negros em categorias ocupacionais não-manuais, os resultados indicam maior dispersão residencial dos negros de camadas intermediárias e superiores. Mas nossos dados não permitem asseverar se há mobilidade residencial dos negros de camadas intermediárias e superiores. Contudo, a despeito de qualquer uma destas possibilidades, o fato é que é difícil constatar que haja proximidade residencial destes grupos com brancos

dos mesmos estratos sociais. Negros e brancos de classe média continuam se concentrando em áreas muito distantes umas das outras.

Na estabilidade da segregação residencial que observamos a partir das evidências descritas neste capítulo, os dados mais salientes dizem respeito a grande separação dos brancos de camadas intermediárias e superiores de todos os outros grupos, que se encontram mais próximos entre si. São estes os principais elementos do desenho peculiar da segregação por raça e classe que observamos na metrópole paulistana. Se não houvesse as especificidades raciais aqui expostas e a segregação fosse puramente por classe social, haveria grande proximidade de negros e brancos de cada uma das classes, e não apenas entre os mais pobres. No entanto, o que observamos aqui também não se assemelha ao um modelo – típico de cidades norte-americanas – em que a raça se destacaria como sendo a principal clivagem residencial.

RAÇA, ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E ESPAÇO URBANO

No capítulo anterior apresentamos análise quantitativa da segregação residencial entre negros e brancos na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Os resultados apontam baixa segregação racial entre os mais pobres, que se torna mais acentuada em camadas médias e altas. Destacamos o particular isolamento dos brancos mais ricos, que residem nas áreas mais privilegiadas da metrópole, estando afastados inclusive de negros com semelhante posição social. Estes achados nos levam a dar especial atenção à segregação racial na classe média e suas implicações para as relações e hierarquias raciais de forma mais ampla.

O presente capítulo recorrerá a teorias sociais sobre estratificação, raça e espaço urbano para construir interpretações sociológicas dos resultados quantitativos. Tais interpretações são, também, as bases teóricas que alicerçam a concepção de nossa pesquisa qualitativa, de modo que buscaremos ratificá-las nas análises dos dados qualitativos levantados.

As primeiras três seções almejam evidenciar a importância do espaço urbano como campo onde são demarcados e reproduzidos limites e distâncias entre grupos e estratos sociais, bem como inserir as especificidades da segregação residencial por raça num quadro de análises sobre relações raciais e estratificação social no Brasil. Na última seção, avançamos propondo novos olhares

sobre segregação residencial, visando lançar luz às especificidades deste fenômeno no contexto brasileiro e embasar novas estratégias empíricas para o estudo da segregação.

As interpretações aqui desenvolvidas pretendem partir de uma abordagem estrutural, tal qual aquela defendida por Eduardo Bonilla-Silva (1997). Este autor propõe o conceito de “sistemas sociais racializados” para explicar a organização de sociedades onde as mais diferentes dimensões – econômica, política, social, ideológica etc. – são parcialmente estruturadas pela hierarquização de atores em categorias raciais. “A totalidade destas práticas e relações sociais racializadas constitui a estrutura racial de uma sociedade”. Mas, considerando que “(...) o caráter particular das hierarquias e, portanto, da estrutura racial, é variável” (p. 470), devemos descrever as características específicas das hierarquias raciais na sociedade brasileira, as quais devem estruturar as relações raciais em várias esferas sociais, inclusive quando se trata de segregação residencial. Em outras palavras, devem haver homologias entre os contornos das hierarquias raciais na estrutura de estratificação social e diversas outras esferas da sociedade. Assim, caracterizaremos o tipo específico de segregação racial que se constitui considerando a estrutura racial ou o “sistema social racializado” da sociedade brasileira.

3.1. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E RAÇA

O posicionamento de negros e brancos na estratificação social brasileira pode ser descrito a partir da teoria weberiana sobre os estamentos (ou grupos de *status*). Estes, juntamente com as classes constituem distintas formas de distribuição de poder. As classes estão vinculadas às realizações econômicas individuais e os estamentos são pautados por avaliações de prestígio que os indivíduos fazem uns dos outros a partir de características que cada um traz consigo, como por exemplo raça, “bons modos” etc. (Weber 2004).

As classes designam o fenômeno segundo o qual indivíduos cuja “situação no mercado” (de bens, de trabalho etc.) determina suas oportunidades de vida e condicionam seus interesses econômicos. Isto é, a situação de classe é determinada por fatores puramente econômicos (e racionais).

vale para o conceito de classe que a oportunidade no mercado é o condicionador comum do destino dos indivíduos. Nesse sentido, a ‘situação de classe’ significa, em última instância, a ‘situação no mercado’. Segundo essa terminologia, são interesses

inequivocamente econômicos, vinculados à existência de um ‘mercado’, que criam a ‘classe’ (Weber 2004: 177).

Assim, cada classe agrega indivíduos dotados de semelhantes oportunidades e retornos econômicos no mercado. Acrescenta-se que, dentre as possíveis situações de mercado, um importante elemento da situação de classe é a propriedade ou falta dela. De acordo com Max Weber, uma das barreiras ao funcionamento do livre mercado na sociedade, é a existência dos estamentos, que, diferentemente das classes, constituem comunidades, apesar de frequentemente de natureza amorfa.

compreendemos por ‘situação estamental’ aquele componente típico do destino vital humano que está condicionado por uma específica avaliação social, positiva ou negativa, da honra, vinculada a determinada qualidade comum a muitas pessoas. Esta honra pode também estar ligada a determinada situação de classe: as diferenças de classe combinam-se das formas mais variadas às diferenças estamentais, e a propriedade como tal, conforme já observamos, nem sempre, mas com regularidade extraordinária, adquire, a longo prazo, também significação estamental. (Weber 2004: 180).

Sell (2016), realiza uma releitura das teorizações de Weber sobre classes e estamentos e sintetiza as características da situação estamental da seguinte maneira:

[A] ‘situação estamental’ (...) baseia-se nos seguintes fatores: 1) um tipo específico de conduta de vida; 2) um modo formal de educação (que por sua vez pode ser empírico ou racional em espécie, com suas correspondentes formas de vida); e 3) fundada no prestígio derivado de descendência ou profissão. Finalmente, Weber também localiza as formas pelas quais a situação estamental de uma pessoa é manifestada. Em outras palavras, ele identifica os mecanismos sociais de distinção através dos quais um estamento delimita suas fronteiras. Estes mecanismos abrangem: 1) condições de casamento; 2) comensalidade; 3) apropriação monopolística de aquisição de oportunidades; e 4) tradições ou convenções. É através destas práticas sociais que os limites e fronteiras sociais se manifestam (p. 357).

A literatura sociológica recente e as pesquisas empíricas costumam dar forte ênfase ao fato de que os estamentos se expressam principalmente através do cultivo coletivo de uma forma específica de conduzir a vida (uma “estilização da vida”) e da limitação das relações sociais (da “comensalidade”) ao círculo estamental, incluindo a endogamia (Ver, por exemplo, Bertonecelo 2013 e Salata

2016)¹. Porém, embora muito significativas, estas dimensões são parte de uma definição mais completa dos estamentos. Outro fator de grande importância para a caracterização dos estamentos são os mecanismos de fechamento social. Para Weber,

a diferenciação estamental coincide, por toda parte, com uma monopolização de bens ou oportunidades ideais ou materiais, na forma que já conhecemos como típica. Ao lado da honra estamental específica, que sempre se baseia em distância e exclusividade, e ao lado de vantagens honoríficas (...) existem monopólios materiais de todas as espécies. Precisamente estes contribuem, por sua natureza, com os motivos mais eficazes para a exclusividade estamental, ainda que raramente sejam sua fonte única (Weber 2004: 183).

As práticas estamentais sempre vêm acompanhadas por práticas de monopolização e fechamento social (semelhantes àquelas que comumente ocorrem na formação de comunidades étnicas). É através de mecanismos monopolísticos de fechamento social que se concretizam formas de dominação e de desigualdades sociais baseadas nos estamentos².

Por fim, cabe notar que não só ocorre a coexistência de classes e estamentos nas sociedades modernas, como também é muito comum observar-se a estamentalização de diversos grupos que se definem por ter em comum sua situação de mercado, ou seja trata-se de processos de estamentalização de classes, principalmente entre as proprietárias e grupos profissionais. Tais classes passam a cultivar artifícios de fechamento e de estilização de vida, tal qual descrevemos acima. Frequentemente, isso tem como efeito o endurecimento das desigualdades já constituídas pela ordem econômica.

¹ Bertonecelo (2013) dá ênfase a uma caracterização de estamentos através do compartilhamento de estilos de vida e práticas sociais e culturais. Ou passo que Salata (2016) busca delimitar estamentos a partir dos relacionamentos íntimos entre indivíduos com semelhantes posições sociais. As pesquisas de ambos dão prosseguimento a extensas linhas de investigação cultivadas internacionalmente.

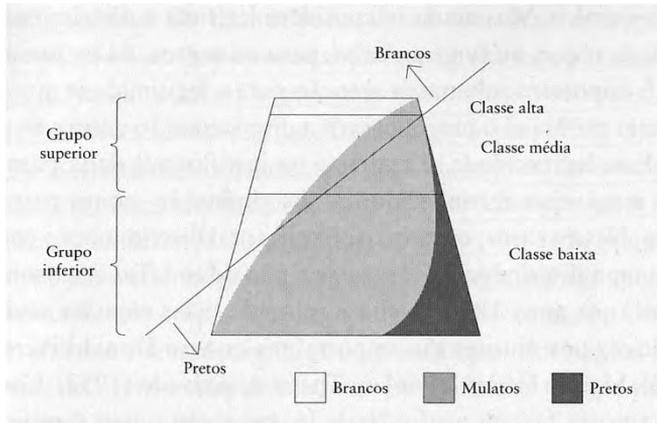
² Segundo Ollivier (2009): “Nas sociedades contemporâneas, indivíduos formalmente iguais permanecem diferenciados e estratificados de acordo com diversos critérios, incluindo classe econômica, origem étnica e gênero. Classes e grupos cujos membros ocupam postos-chave nas instituições sociais que validam as hierarquias de *status*, como escolas, governos e mídia, estão em posição de fazer com que as qualidades e os atributos de seus próprios grupos sejam percebidos como medidas universais de superioridade (Bourdieu, 1979; Parkin, 1971). A manipulação das hierarquias de *status* é um meio pelo qual os grupos preservam as vantagens coletivas ao longo do tempo, na ausência da exclusão coletiva sancionada legalmente”. (p. 63-4).

Em suma, vimos que em Weber, os estamentos (ou grupos de status) – em contraste com as classes sociais, que se baseiam na situação dos indivíduos no mercado – têm sua origem na avaliação social atribuída a indivíduos portadores de determinadas características selecionadas, interferindo em seu destino vital. As características ou qualidades em comum das quais decorrem as avaliações podem ser diversas: marcas fenotípicas (como raça/cor), pertença a famílias ou redes de sociabilidade, posse de um saber, tempo de residência em espaços, exercício de ocupações, pertença a uma dada classe social etc. Como consequência, as pessoas e grupos semelhantemente avaliados expressam sua pertença a um dado grupo de prestígio através da “estilização da vida” e do cultivo de relações sociais e até de casamentos dentro do “círculo estamental”, de forma que estes modos de conduzir a vida e a pertença a estes círculos tornam-se, também, características avaliativas que denotam um certo grau de prestígio.

Weber postula que a honra estamental pode derivar de uma posição de classe, mas, no caso brasileiro, nota-se que os negros estão impedidos de desfrutar deste “ganho de honra”. A raça é uma característica que interfere negativamente nas avaliações sociais de prestígio. De maneira que, por um lado, os negros têm limitadas possibilidades de mobilidade ascendente e, por outro, quando equiparam os brancos em realização socioeconômica, não são igualmente reconhecidos como ocupantes legítimos de posições mais altas na estratificação. Em outros termos, ao mesmo tempo em que os processos de fechamento criam barreiras às oportunidades para negros, eles são negativamente avaliados em sua honra (estamental).

Um dos mais proeminentes desenvolvimentos das noções de classes e estamentos nos clássicos da sociologia das relações raciais brasileiras encontra-se no artigo intitulado “Classes Sociais e Grupos de Prestígio”, de Thales de Azevedo (1966 [1956]), publicado originalmente em 1956, no qual o autor assume claramente sua inspiração em Weber. Neste artigo, Azevedo propõe que, na Bahia, “há um círculo de relações pessoais, definido a partir da cor e da origem familiar, que constitui uma real comunidade de status [estamento], a fazer dos brancos, ricos, e dos pretos, pobres” (Guimarães 2005: 82).

Figura 1 – Modelo proposto por Thales de Azevedo (1966 [1956]) para representar a estratificação social brasileira.



Fonte: Guimarães (2002), p. 65.

Para Thales de Azevedo (1966 [1956]), persiste, deste modo, uma correlação entre status e cor, sendo a sociedade dividida em dois “grupos de prestígio” [estamentos]. As pessoas do estamento mais elevado são identificadas aos brancos e as pessoas do estamento mais baixo identificadas aos negros. A hierarquia de classes – baseada em relações abertas e de mercado – divide a sociedade em classe alta, média e baixa. A hierarquia de prestígio divide a sociedade em dois estamentos: o dos brancos-ricos, que incorpora a classe média, e o dos pretos-pobres, que incorpora os pobres e iletrados, ainda que de cor branca (vide, na Figura 1, o diagrama proposto por Thales do Azevedo). Como veremos, Edward Telles (2012 [2004]) propõe, quase meio século depois, um quadro muito semelhante a este ao dividir a sociedade brasileira entre classe média branca e classe pobre multirracial.

O fato das avaliações de status não acompanharem as realizações socioeconômicas remete à noção de “classes nativas”, proposta por Antonio Sérgio Guimarães (2002), como sendo as representações da estrutura e das hierarquias sociais presentes no senso comum. Para este autor, a raça seria uma marca de “classe”, orientaria representações sobre “classe”, em seu sentido nativo, não sociológico. Nestas representações nativas de classe, não apenas as classes mais altas como também as posições hierárquicas superiores em geral não seriam nunca vistas como um “lugar possível” para negros, uma vez que estes carregam características fenotípicas (estamentais) relacionadas às posições hierárquicas mais baixas.

Assim, a ideia de “lugar do negro” provém do acionamento de estereótipos ligados a determinados caracteres fenotípicos, para, deste modo, conceber “lugares prováveis” que determinadas categorias de indivíduos deveriam ocupar³. Estas representações estariam presentes tanto nas situações de discriminação enfrentadas pelos negros de classe média, quanto nas aspirações cultivadas por negros e brancos. Essa concepção encontra apoio em Bourdieu (1989), para quem o sentido da posição ocupada por um sujeito no interior da estrutura social não foi simplesmente construído por si mesmo, mas foi incorporado e aceito como natural. Deste modo, de uma representação de mundo que não é própria à sua elaboração, assume-se “o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou não se pode ‘permitir-se a si mesmo’[, o que] implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites (‘isto não é para nós’) ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar” (p. 141).

É deste modo que os sujeitos reproduzem a permanência dessas relações sociais, a saber, pela naturalização e consequente legitimação – inclusive no pensar, representar, perceber, aspirar e atuar individuais – de construções representativas de mundo. Elas passam a ser vistas como formas categoriais da própria percepção das relações sociais e de sua identidade social. Ademais, as localizações residenciais dos diversos estratos sociais não só influenciam, mas também encontram amparo nas próprias percepções e representações que os indivíduos têm sobre o espaço. Tais representações de mundo e estilos de vida tendem a se reproduzir na linguagem e nos sistemas de preferência – “isto é, enquanto categorias de percepção e de apreciação ou de estruturas mentais (parisiense / provinciano, chique / não chique etc.)” (Bourdieu 1997: 162) – que são reforçados pela própria ordem dos espaços físicos. Desta feita, podemos

³ A clássica proposição de Herbert Blumer (1958) define o preconceito racial como proveniente de um “senso de posicionamento de grupo” presente nas imagens que um grupo racial forma do outro. “Isto é sintetizado na expressão chave e universal que uma determinada raça está bem no ‘seu lugar’. O senso de posição do grupo é o coração da relação entre o grupo dominante e o subordinado. Ele fornece ao grupo dominante seus esquemas de percepção, o seu padrão de julgamento, seus padrões de sensibilidade, e suas tendências emocionais. (...) Sociologicamente não é um mero reflexo das relações objetivas entre os grupos raciais. Pelo contrário, significa mais ‘o que deveria ser’ do que ‘o que é’. É um senso de onde cada grupo racial *pertence*.” (Blumer 1958: 4-5).

entender o espaço habitado como um dos componentes do processo de estilização da vida e, portanto, da honra estamental.⁴

Nesta seção, apontamos análises e argumentos teóricos visando descrever as hierarquias raciais no Brasil enquanto hierarquias estamentais. Nesta chave podemos descrever negros e brancos como dois grupos de prestígio cujas posições são reforçadas pelas representações sociais concernentes ao posicionamento de indivíduos que portam determinadas marcas fenotípicas na estratificação. Além disso, esta ordem estamental é reforçada pela distribuição dos locais de moradia de brancos e negros no espaço urbano. Deste modo, argumentamos que o fato dos negros de classe média não serem vistos como sendo da classe média nas representações nativas de classe encontraria apoio na localização residencial deste grupo, o que também ajuda a cristalizar estas representações. Ao estarem fisicamente distantes dos brancos dos mesmos estratos, eles não são reconhecidos como pertencentes a estas camadas; ao mesmo tempo, e inversamente, ao não serem vistos (e nem se verem) como possíveis moradores legítimos de bairros de classe média e alta (pois lá não é ‘lugar de negro’), eles são mantidos (e se mantêm) fora destes espaços: se a classe média não é um “lugar possível” para negros, da mesma forma um bairro nobre também não o seria. Maiores desenvolvimentos a esta argumentação são apresentados nas seções a seguir.

3.2. ESPAÇO URBANO E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A articulação da estratificação social com a segregação residencial pode ser analisada por diversas perspectivas convergentes e complementares. Uma delas dá especial ênfase ao papel das hierarquias raciais na estratificação e nas localizações das residências de negros de classe média. Trata-se do modelo teórico da

⁴ “O bairro chique, como um clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permitindo-lhes participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes; ao contrário, o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão” (Bourdieu 1997: 166). Devemos, porém, fazer a ressalva de que, em Bourdieu, diferentemente de Weber, há algo como uma correspondência entre classe e estamento; ou, dito de melhor forma, em Bourdieu “o conceito weberiano de estamento se ‘moderniza’, já não se opõe em princípio à classe, torna-se inerente a ela.” (Sallum Jr. 2005: 29).

estratificação de lugares [*place-stratification*] proposto por John Logan (1978) e utilizado para interpretar a persistência da segregação entre negros e brancos em classes médias e altas nas cidades norte-americanas. Segundo este autor, a estratificação de lugares constitui uma dimensão da estratificação social, de modo que as desigualdades entre os locais de residência implicariam em vantagens ou desvantagens para os indivíduos que lá residem. Assim, a principal ideia que sustenta este modelo afirma que as distribuições residenciais estão ligadas às posições relativas dos grupos nas hierarquias sociais.

A segregação residencial cria uma hierarquia de status dos bairros definida simplesmente pelas características dos seus residentes, ao mesmo tempo em que a classe ou o status em comum se torna um símbolo através do qual as pessoas identificam sua área física como uma comunidade. A hierarquia de status de lugares é reforçada por decisões individuais das pessoas de traduzir a ascensão social em mudança de local de residência. (Logan 1978: 407)

Como a hierarquia racial é parte da estrutura social, negros estão abaixo dos brancos nas hierarquias de status mesmo que tenham renda similar, e isto é refletido nas localizações espaciais. Os brancos preservam suas vantagens de status mantendo distância de outros grupos através da segregação (Logan 1978; Alba, Logan & Stults 2000; Charles 2003; Iceland & Wilkes 2006).

A teoria dos “efeitos de lugar” de Pierre Bourdieu (1997), embora não especifique questões raciais, parte do mesmo princípio de homologia entre estratificação social e lugar de moradia, sendo, contudo, ainda mais ampla e completa, dado que se apresenta como uma extensão da teoria bourdiesiana do espaço social. Para Bourdieu, o espaço físico habitado seria uma simbolização do espaço social, manifestando as hierarquias e distâncias sociais: as hierarquizações dos espaços correspondem a e naturalizam hierarquias sociais. Podemos, então, dizer que a posse de capitais (econômico, cultural, social etc.), na qual se baseia a organização do espaço social, molda o espaço físico que, por sua vez, atua na própria reprodução das estruturas do espaço social.

A capacidade de dominar o espaço (...) depende do capital que se possui. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que se aproximar de pessoas e coisas desejáveis (...): a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social. (Bourdieu 1997: 164).

Este aspecto de dominação ganha forte relevo nas teorias de inspiração marxista apresentadas na obra de Flávio Villaça, dedicada a aplicar tais teorizações à urbanização brasileira. Villaça (1998) produziu um amplo estudo sobre a estrutura territorial e as localizações urbanas em seis metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. A segregação é central na argumentação do autor, uma vez que o principal fundamento empírico é o fato de que, em todas as seis metrópoles estudadas, as camadas sociais de alta renda concentram-se num determinado setor específico do espaço metropolitano que aglutina diversos bairros onde predominam tais camadas. A este setor, o autor denominou “região geral de concentração das camadas de alta renda”. Em São Paulo, esta região geral, ganhou o apelido de “quadrante sudoeste”.

De acordo com ele, existem razões específicas para tal segregação dos mais ricos em uma única região geral das cidades, em vez de estarem em bairros espalhados por diferentes regiões da metrópole: “é necessária uma certa geografia, uma certa configuração espacial (a segregação) para viabilizar a dominação através do espaço” (Villaça 1998: 359).

Para Villaça, a segregação deriva da luta pelas localizações urbanas, implicando em uma “apropriação diferenciada do espaço urbano enquanto produto do trabalho humano” (p. 148). A disputa pelas localizações é a disputa pela otimização do tempo de deslocamento dos indivíduos e pela acessibilidade. A localização é um valor de uso decorrente da própria aglomeração urbana, é produzida pelo trabalho humano, mas não pode ser reproduzida, uma vez que cada localização é única⁵. Assim, o acesso às localizações não deve ser confundido com o acesso à infraestrutura urbana, uma vez que esta pode ser reproduzida pelo trabalho humano.

Os diferentes pontos do espaço urbano oferecem diferentes possibilidades de contato com todos os demais pontos. Assim, o espaço urbano é intrinsecamente desigual. (...) o tipo de desigualdade mais frequentemente considerado é a disponibilidade de equipamentos e infra-estrutura e a qualidade das edificações, entre o centro e a periferia, por exemplo. (...) Porém, há outra desigualdade tão ou mais importante como força estruturadora do espaço intra-urbano, pois ela domina também a polarização centro x periferia, e vai além dela. É a desigualdade fruto das diferenças de acessibilidade a todos os pontos do espaço urbano. A segregação das classes dominantes é um me-

⁵ “(...) ela é como as obras de arte e antiguidades: fruto do trabalho humano que não pode ser reproduzido pelo trabalho humano. Só a totalidade da cidade produz e reproduz localizações, mas elas são irreproduzíveis. É impossível produzir duas esquinas das avenidas São João e Ipiranga (...)” (Villaça 1998: 354).

canismo necessário para otimizar a apropriação, em proveito delas, das vantagens do espaço desigual. (Villaça 1998: 355)

A segregação é um “estratagema” para o controle dos tempos de deslocamento por parte das classes dominantes, favorecendo também o controle do mercado, do Estado e da ideologia por estas classes. Concentrando-se em determinado setor, tais classes atraem para perto de si as principais centralidades da metrópole (relegando aos mais pobres outras centralidades). O mercado imobiliário vê com maior interesse e atribui maior valor a estes setores ou áreas adjacentes. O Estado transfere seus órgãos e diversos equipamentos urbanos para estas regiões gerais. Além disso, constitui-se ideologias de que a cidade é aquela parte da metrópole onde estão as classes dominantes. Tal ideologia direciona a própria ação do Estado, que passa a investir, proteger e direcionar suas políticas para estas partes conhecidas como “a cidade”.

É importante notar, neste ponto, que as áreas onde identificamos as principais concentrações de brancos de camadas médias e superiores têm grande correspondência com o “quadrante sudoeste”, a “região geral” delimitada pelo Villaça (1997, 1998, 2001) e por ele denominada de “Área de Grande Concentração das Camadas de Alta Renda”, onde se localizarão não apenas as residências, mas também todas as práticas cotidianas destas camadas⁶.

Às assertivas de Villaça, poderíamos, deste modo, acrescentar que determinados espaços da cidade concentram referenciais identitários compartilhados por parte de classes sociais médias e altas, mediando um reconhecimento mútuo entre seus membros. Ou seja, argumentamos que se trata, portanto, de uma identidade de classe espacializada, materializada no espaço. Questão, esta, pouco explorada por este autor que, não obstante, não deixa de enfatizar que, “Esta [a classe dominante] promove a ideologia segundo a qual *a cidade* se identifica com *aquela parte da cidade* que é de interesse ou é ocupada pela classe dominante.” (Villaça 1997: 1382)⁷. Entretanto, outro aspecto que Villaça não leva em

⁶ “Além de imprimir a uma determinada região geral da cidade um padrão ambiental e estético inexistente no restante do espaço urbano, através da aparência das ruas e edifícios, da arborização, da presença maior de praças etc., as burguesias implantam nessa região a melhor infra-estrutura da cidade, especialmente a viária. Finalmente – eis um aspecto pouco avaliado –, o espaço urbano é tecido de tal forma que todo o cotidiano daquelas camadas se desenrola predominantemente nessa região.” (Villaça 1998: 326).

⁷ Este autor fez um levantamento sobre todas as menções a locais da cidade (ruas, praças, parques, bairros, construções públicas ou privadas etc) no jornal *Folha de São Paulo* durante os anos de 1993 e 1994. As menções a pontos localizados nesta “Área” correspondem a 74,66%

consideração é que o grupo que faz d“a” cidade a sua imagem não se caracteriza apenas por sua posição na hierarquia de classes mas caracteriza-se, também, por sua cor branca.

3.3. RAÇA, ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

Na primeira seção deste capítulo buscamos descrever as hierarquias raciais na estratificação social brasileira a partir do conceito de estamento de Max Weber. Segundo esta interpretação, os brancos formam um grupo de prestígio que ocupa (de forma monopolística) as posições superiores da estratificação havendo, assim, barreiras para a ascensão dos negros a estas posições. Ou seja, as possibilidades de incorporação de negros na classe média é uma questão fundamental para debates sobre a manutenção das desigualdades raciais. Uma das descrições mais precisas dos mecanismos pelos quais os negros são mantidos nas posições inferiores pode ser encontrada no trabalho de Carlos Hasenbalg (2005 [1979]):

(...) como resultado da discriminação do passado, cada nova geração de não-brancos está em posição de desvantagem porque se origina desproporcionalmente de famílias de baixa posição social. Mas, em acréscimo a isso, (...) a filiação racial deverá interferir nos processos de acumulação de (des)vantagens pelos filhos quanto em suas subseqüentes carreiras como adultos. (...) devem ser acrescentados às práticas discriminatórias dos brancos – sejam elas abertas ou polidamente sutis – os efeitos de bloqueios resultantes da internalização, pela maioria dos não-brancos, de uma auto-imagem desfavorável. A forma complexa como esses dois mecanismos funcionam e se reforçam mutuamente leva normalmente negros e mulatos a regularem suas aspirações de acordo com o que é culturalmente imposto e definido como o ‘lugar apropriado’ para as pessoas de cor (p. 208-9).

No que concerne aos negros de classe média ou em processo de ascensão social, não obstante a herança das “desvantagens das baixas posições sociais” ser, certamente, um fator importante, os efeitos da discriminação e a regulação de aspirações⁸ parecem ser especialmente relevantes para o caso de destes

de todas as menções do jornal. “A ideologia tenta transmitir a ideia de que uma parte específica da cidade é a cidade. Qual parte? A área com alta concentração de classes de renda mais altas.” (Villaça 2001: 7).

⁸ Esta regulação de aspirações pode, também, estar vinculada a uma percepção ou “expecta-

indivíduos. Contudo, gostaríamos de realçar especialmente a noção de “lugar apropriado”⁹, à qual o autor alude no excerto acima, e que deve orientar tanto as situações de discriminação como as de regulação de aspirações.

Como resultado destes processos, Edward Telles (2012 [2004]) postula que a sociedade brasileira poderia ser pensada segundo uma clivagem entre uma classe média branca e a classe pobre multirracial. Tal segmentação se assemelha àquela dos grupos de prestígio apontados por Thales de Azevedo. Além disso, de forma análoga a de Hasenbalg, Telles aponta que esta hierarquia se mantém porque existem “barreiras invisíveis” que dificultam a entrada dos negros nas classes médias e uma cultura racista que propaga representações de que os negros deveriam ocupar posições subalternas¹⁰.

Telles, contudo, avança mais ao incorporar a temática da segregação residencial no seu esquema de análise das relações raciais brasileiras. Este esquema é pautado por duas dimensões: a das relações verticais nas quais caracteriza a discriminação e as desigualdades; e a das relações horizontais de sociabilidade, proximidade e interações cotidianas. Em sua proposta de interpretação, este autor segue, assim, tradições teóricas caudatárias da Escola de Chicago, para as quais as relações horizontais seriam indicadores de adaptabilidade, integração e assimilação dos grupos minoritários. A segregação residencial seria uma expressão destas relações horizontais na medida em que revelaria o grau de “distância social” entre os grupos. Noutros termos, a partir da distância física das moradias de diferentes grupos sociais no espaço urbano, o

tiva” de discriminação. De acordo com nosso autor “os negros e mulatos em geral reduzem suas aspirações e deliberadamente limitam sua competição com os brancos, simplesmente para evitar serem lembrados ‘de seus lugares’ e sofrerem a humilhação pessoal implícita em incidentes discriminatórios” (Hasenbalg 2004 [1979]: 210).

⁹ O estudo de Márcia Lima (2001) sobre a posição dos negros no mercado de trabalho, bem como as pesquisas de Ângela Figueiredo (2003, 2004), que abordam as dificuldades de reconhecimento dos negros de classe média como ocupantes legítimos destas posições de classe, fizeram referência a uma ideia de “lugar do negro”. Esta estaria ligada a estereótipos e representações acerca de posições que os indivíduos deste grupo deveriam ocupar. Silva & Reis (2011) apontam também que “A constante lembrança aos profissionais negros de que eles estão “fora de lugar” é institucionalizada em estereótipos negativos que existem com ou sem preconceito individual, e, assim, reduzem o status socioeconômico dos profissionais negros por classificá-los de acordo com a cor da pele, que por sua vez reproduz desigualdades persistentes” (p. 75-6).

¹⁰ Uma consequência marcante destes mecanismos é o fato dos negros de renda mais alta não serem reconhecidos como “da classe média” e, com isso, serem alvo de constantes desconfianças e discriminações (Figueiredo 2003, 2004).

estudo da segregação visa apreender as possibilidades de exposição e contato de um grupo com o outro. Conforme apontado no primeiro capítulo, assume-se que a proximidade física dos lares e o compartilhamento de locais de convívio fazem com que a vizinhança seja considerada uma importante esfera de interação face a face, agregando indivíduos, em geral, socialmente semelhantes (Telles 2012 [2004]).

Uma vez postas estas demarcações, consideraremos as localizações residenciais tendo em vista as barreiras à mobilidade social da população negra e a reprodução das desigualdades raciais que mantêm os negros nas posições subordinadas da estrutura social. A caracterização da segregação residencial por raça e classe na RMSPP parece ter forte relação com a estruturação da estratificação social e das hierarquias raciais no Brasil. Assim, os limites para a inserção e consolidação da posição dos negros nestes estratos médios estariam refletidos na maior distância residencial deles para com os brancos de classe social semelhante. Assim, as “barreiras invisíveis” e a cultura racista podem ser identificadas na distância entre os grupos raciais cultivadas nas relações horizontais (de proximidade e integração, incluindo-se aí relações de sociabilidade, vizinhança, intercassamentos etc.) das camadas médias e altas, que mantêm os negros afastados.

Devemos acrescentar, ainda, que Telles (2012 [2004]) propõe uma interessante hipótese acerca da relação entre segregação e identidade racial, com base na qual podemos propor uma leitura “invertida”. Nos Estados Unidos, “a segregação residencial restringiu as redes de negros a outros negros, o que permitiu o fortalecimento da identidade de grupo e a consciência racial” (p. 175). Isto implicou na criação de uma série de instituições paralelas negras, como bancos, igrejas, universidades etc. Para ele, no Brasil, os níveis moderados de segregação facilitariam as interações interracialis e dificultariam a constituição de identidades raciais e, conseqüentemente, a mobilização do movimento negro. As exceções seriam os bairros de maioria negra “eticamente dinâmicos” como, por exemplo, a Liberdade em Salvador, onde há grande produção e valorização de uma cultura afro-brasileira. Mantida lógica semelhante à deste autor, nossa hipótese seria a de que, em São Paulo, a segregação catalisaria traços identitários espacialmente caracterizados por parte de brancos de classes médias e altas.

Retomando a teoria dos estamentos descrita anteriormente, no que tange à questão da segregação e das localizações residenciais, podemos dizer que a proximidade espacial entre as moradias de determinados grupos pode ser considerada como um elemento de estamentalização, ou pelo menos

um catalisador da manutenção de estamentos, na medida de em que: (1) os estamentos se caracterizam pelas relações sociais entre seus membros, que podem ser facilitadas pela proximidade física; e (2) a moradia em determinadas localizações de maior e menor prestígio pode ser vista como um componente da honra estamental. Ou seja, múltiplas dimensões combinam-se e sobrepõem-se enquanto componentes da honra estamental: a raça, o espaço, e, por fim, as redes de sociabilidade (ou círculos de “comensalidade”) que ainda iremos expor¹¹.

A moradia é entendida, assim, como uma dimensão de realização estamental, tal qual o consumo, por exemplo¹². Assim, podemos enxergar os graus de segregação entre negros e brancos nos estratos médios e altos de São Paulo como reveladores dos limites da inserção dos negros nestas camadas. Os mapas aqui apresentados e os resultados dos indicadores de segregação residencial exibem claramente sobreposições espaciais das localizações residenciais de brancos de camadas médias e altas – formando uma zona de concentração de (brancos) ricos –, isolando-se e distanciando-se dos pobres (brancos e negros) e, até mesmo, dos negros de classes médias e altas. Portanto, tendo em vista o proposto por Weber, de que a honra estamental sempre se baseia em distância e exclusividade, os diferenciais de localização observados nos dados sobre a segregação residencial exibem a clivagem estamental descrita por Thales de Azevedo e “atualizada” por Edward Telles, marcada pelo isolamento dos “brancos-ricos”.¹³ Delineia-se aí um grupo definido pela sobreposição entre classe, raça e espaço.

A dimensão espacial tem sido pouco abordada por estudos que visam caracterizar as particularidades dos negros de classe média (por exemplo,

¹¹ Devemos notar uma característica importante que distingue grande parte dos negros de camadas médias e superiores dos brancos das mesmas camadas: a filiação religiosa. A proporção de negros de camadas média e superiores de religião Protestante ou Evangélica é superior à média da RMSF, estando bem próxima das proporções de fiéis destas religiões nos estratos sociais mais pobres.

¹² A esfera do consumo, aliás, tem sido apontada por estudos sobre negros de classe média (por exemplo, Figueiredo 2004), como um dos espaços no qual se expressa mais fortemente as desconfianças e discriminações contra os negros de renda mais alta.

¹³ Assim, defender ainda a hipótese de que o espaço habitado funciona como um elemento constituinte da identidade coletiva de frações de classes médias e altas brancas. A pesquisa de Pulici (2010) é sintomática nesse sentido, haja vista que a autora utiliza um recorte espacial – i.e. buscou entrevistados em bairros específicos – visando obter uma amostra representativa das elites paulistanas.

^{De} acordo com Briggs (2001): “A branquitude [whiteness] seria definida em oposição aos negros e outros grupos aos quais são negados igual acesso a marcadores de status, incluindo a casa própria [homeownership] em áreas residenciais desejáveis” (p. 16).

Figueiredo 2002, 2003; Soares 2004; Souza 2012). Subsistem ainda diversos pontos a esclarecer no que diz respeito aos mecanismos pelos quais o espaço se configuraria como barreira para a inserção dos negros nos estratos médios e superiores. Assim, pensaremos na ideia de inserção na classe média para além da realização ocupacional em categorias como as de profissionais e empregadores. Este é nosso ponto de partida. Nosso interesse principal é a descrição das práticas espaciais e relações sociais (especialmente localizadas) de negros e negras pertencentes a estes estratos sociais, em contraste com os brancos dos mesmos estratos.

Muitas pesquisas sobre estratificação social têm focado as representações e práticas culturais de determinadas frações de classe média tendo em vista o espaço dos estilos de vida (Cf., p. ex., Pulici 2011, 2013). No nosso caso, pretendemos caracterizar determinadas frações de classe tendo em vista o espaço urbano, habitado, percorrido e frequentado. O pressuposto aqui seria de que distintos grupos fariam distintos usos da cidade, de maneira que, nesse sentido, o local de residência exerceria um papel fundamental, como se fosse um centro de gravidade a orientar relações, trajetos e circuitos pelo espaço urbano.

Assim, propomos uma pesquisa sobre relações sociais, locais frequentados, trajetos e trajetórias no espaço urbano tendo como foco negros de classe média que moram fisicamente distantes da maior parte dos brancos em posição de classe semelhante. Em que medida as diferentes frações das classes médias se encontrariam, conviveriam ou intercambiariam? Onde circulariam? Relacionar-se-iam com indivíduos de quais grupos? Em que partes da metrópole constituir-se-iam as relações e trajetos (e usos do espaço) dos nossos sujeitos? Quais seriam as especificidades destas relações e trajetos em cada espaço? Haveria circuitos fora dessa “zona de concentração de (brancos) ricos”? Quais seriam as representações deste grupo acerca do espaço urbano e de lugares da metrópole? Como a distância entre as residências geraria barreiras entre indivíduos de classes médias e altas? Como a segregação relacionar-se-ia com diferentes experiências e relacionamentos entre negros e brancos nestes estratos sociais?

Estas são questões que tentaremos responder nas partes subsequentes deste trabalho. Os resultados das análises quantitativas dos contornos da segregação residencial foram fundamentais para elaborarmos as interpretações expostas nesta seção. Porém, eles são insuficientes para fornecer respostas às perguntas acima. Tais perguntas demandam abordagens e estratégias metodológicas baseadas em definições de segregação que ampliem seu foco para outros aspectos

relevantes. Proporemos, na seção seguinte, uma alternativa de encaminhamento desta temática.

3.4. SEGREGAÇÃO PARA ALÉM DA VIZINHANÇA E DOS INDICADORES: PROPONDO NOVAS ABORDAGENS EMPÍRICAS.

Da discussão realizada no capítulo 1, depreendemos – dentre outras coisas – que, de um modo geral, podemos conceber o conceito de segregação como sendo o contrário de integração (entre diferentes) ou o contrário do acesso (lugares, pessoas, oportunidades, recursos, enfim, à cidade). Seja de uma forma ou de outra, o local de residência seria um fator determinante da segregação, uma vez que seria o ponto de partida do deslocamento físico em direção à integração e ao acesso. O pressuposto aí é o de que haveria maior contato e maior acesso àquilo ou àqueles que estejam fisicamente próximos. Longe de rejeitar tais definições, problematizamos o fato de que, a partir dela, muitos autores têm dado grande ênfase à esfera local e às relações de vizinhança como campo privilegiado de observação da segregação e seus efeitos.

No entanto, já há muito tempo estudos urbanos têm mostrado que a proximidade física não necessariamente implica em acesso, interações ou proximidade social (por exemplo, Chamboredon & Lemaire (1970), Guest (1985) ou Ribeiro (2008)). Além disso, trabalhos clássicos do campo da análise de redes pessoais demonstraram que, de um modo geral, os indivíduos urbanitas formam mais vínculos pessoais na escala da metrópole do que na da vizinhança (Wellman 1979; Fischer 1995)¹⁴.

Neste sentido, destacamos uma série de problemas na articulação entre distância física e social levantados por Brun (1994): nem toda separação é necessariamente espacial, podendo envolver outras formas de afastamento, ou mesmo pode haver barreiras sociais com proximidade física¹⁵; as clivagens espaciais muitas vezes não são claramente delimitadas ou visíveis¹⁶; desenvolvimentos

¹⁴ Há, porém, significativas variações por classe social (Ver, p. ex., Marques 2010).

¹⁵ “*la mise à l'écart* que submete um grupo da população não é necessariamente de natureza espacial, e em todo caso não concerne sempre conjuntamente todos os usos do espaço. (...) Uma coabitação à fraca distância, ou uma vizinhança funcional, podem ir de par com a existência de barreiras sociais mais rígidas” (Brun 1994: 26).

¹⁶ “A existência de cortes espaciais materializando clivagens sociais e acentuando as incidên-

contemporâneos nos transportes e comunicações põem em questão a distância física enquanto métrica válida para tratar de distâncias sociais; e o bairro enquanto “realidade vivida” caracterizada por interações, identidade compartilhada e uma cultura comum seria uma entidade difícil de identificar.¹⁷

Mesmo estudos norte-americanos de relações raciais têm reportado que brancos que cresceram em bairros racialmente misturados raramente possuem amigos negros (Bonilla-Silva 2013). Bonilla-Silva & Baiocchi (2001) sugerem que “contatos interracialis” não necessariamente significam integração substantiva, uma vez que várias formas de racismo são compatíveis com proximidade física.

Nesse sentido, os indicadores de segregação fundados na localização das residências e calculados com base em áreas delimitadas pelos recenseamentos, apesar de serem importantes pontos de partida para as análises, estão longe de serem suficientes para informar as características da segregação, uma vez que assumem as premissas que temos objetado. Bonilla-Silva & Baiocchi (2001) também criticam uma leitura reificada das medidas de segregação, como o índice de dissimilaridade. Aumento ou diminuição em um dado índice não informa sobre melhora ou piora do fenômeno quando o que realmente aconteceu foram mudanças nas formas do fenômeno se manifestar. Tais considerações tornam ainda mais problemáticas avaliações da segregação no Brasil pautadas por simples comparações com indicadores de outros países¹⁸.

cias é somente um caso limite, frequente sem dúvida, mas ao qual não se pode assimilar todo o resto. Formalmente, temos tratado sobretudo de disposições complicadas ou embaralhadas: gradações sutis, reentrâncias [*indentations*], sobreposições [*emboitements*], enclaves etc. Sem dúvida, como acabamos de ver existem ‘fronteiras’ pouco visíveis, mas simbolicamente fortes: ainda deve-se poder identificá-las. As barreiras sociais não estão todas concretizadas por discontinuidades na construção [*le bâti*], na estrutura do parque de habitação [*parc de logements*], no aspecto da paisagem. Mas, inversamente tais discontinuidades não constituem necessariamente fronteiras sociais...” (Brun 1994: 31).

¹⁷ Apesar de elencar este conjunto de ressalvas, o autor conclui seu argumento defendendo o estudo da segregação: “É sem dúvida uma das razões da resistência, ou uma retomada do vigor da noção de ‘segregação’, malgrado suas ambiguidades: em uma sociedade onde a velocidade dos deslocamentos e as outras formas de ‘conexão’ por ‘redes’ se torna a norma, a marginalização, espacial e social, aparece ainda mais escandalosa. Encontramos aí uma ideia, um conjunto de imagens, que estão no coração do ‘conceito de segregação’: o sentimento de uma incapacidade da cidade moderna produzir a integração” (Brun 1994: 47).

¹⁸ “Simples medidas de segregação não são suficientes para transmitir as diferentes naturezas dos processos de segregação na Europa e nos EUA. Nesse sentido, leituras comparativas dos índices de dissimilaridade em Chicago e Paris, por exemplo, podem não ser muito signifi-

Portanto, não devemos nos restringir aos indicadores e “métricas” das distâncias físicas, pois isso significaria reduzir o espaço a apenas um de seus atributos (Cf. Mailllochon 1999), desconsiderando o ambiente construído da cidade, sua infraestrutura e os conteúdos sociais dos deslocamentos que nelas se desenrolam. Devemos, então, ir além de uma noção “areal” (Brun 1994) de segregação, baseada em espaços delimitados pelos traçados censitários, nos quais se baseiam os indicadores.

A principal fraqueza das teorias sobre segregação residencial está na proposição de explicações (e suas respectivas demonstrações empíricas) sobre como – em quais circunstâncias, para quais grupos ou classes, em quais escalas etc. (Ver Sharkey & Faber 2014) – o local de residência ou a posição no espaço da cidade é importante para o acesso, as distâncias sociais e relações raciais. Nesse sentido, para obter um entendimento mais completo da segregação, deveríamos estudar tal fenômeno para além dos indicadores quantitativos e das relações de vizinhança. Abordagens qualitativas nos possibilitam nuançar delimitações estanques, capturar dinâmicas e processos e, mais especificamente, as práticas cotidianas que denotam a separação física e social, que análises quantitativas não permitem¹⁹. Para Small & Feldman (2012), abordagens qualitativas podem proporcionar perspectivas privilegiadas para que tenhamos acesso direto às maneiras pelas quais os indivíduos lidam com condições do espaço em que habitam.

Assim, tendo em vista a descrição do tipo de segregação que ocorre nas cidades brasileiras, temos que olhar para além dos padrões residenciais e explorar o modo pelo qual os indivíduos experienciam as condições espaciais de onde eles vivem. Partindo de seus locais de residência, para onde as pessoas costumam ir? Onde as pessoas constroem seus relacionamentos? Com quais outros indivíduos? Tais questões dizem diretamente respeito às definições de segregação que discutimos anteriormente. Respondendo a elas, podemos apreender melhor a relevância do local de residência para as distâncias sociais e analisar as formas pelas quais fronteiras sociais se inscrevem no espaço; em quais circunstâncias (ou quais tipos de) discontinuidades espaciais constituem barreiras sociais; ou

cativas se se perdem de vista informações contextuais essenciais; e isto não é apenas uma questão de diferença com relação à escolha de grupos segregados e o tamanho de unidades espaciais” (Maloutas 2012: 15).

¹⁹ “Uma teorização mais forte do racismo – aquela que entende suas características estruturais – necessariamente toma como questão as práticas raciais, tais como aquelas que negam acesso a recursos, nos diferentes tipos de separação (física e social). Isso requereria abordagens mais completas que incluem estudos sistemáticos e etnográficos da interação socioespacial entre grupos raciais dentro das áreas.” (Bonilla-Silva & Baiocchi 2001: 122).

ainda de que maneira que as distâncias físicas poderiam suscitar distâncias sociais.

A análise quantitativa mostrou grandes distâncias físicas entre as residências de negros e brancos nas classes médias e altas. Como a localização das residências destes indivíduos moldaria o acesso à cidade e a integração destes indivíduos com diferentes pessoas e locais? Os recursos materiais que estes indivíduos possuem os ajudaria a superar as distâncias físicas? Tais questões requerem uma descrição especializada das práticas e relações sociais de tais indivíduos. Realizamos, então, uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas e na coleta de redes pessoais visando a espacialização das relações destes indivíduos e mapeamento dos trajetos que eles percorrem, e locais que eles frequentam.

Inspirados pelas propostas de Vera Telles (2006), buscamos, em nossa pesquisa qualitativa, esboçar “territórios de práticas e relações” destes indivíduos, tal como a descrição que a autora fornece:

Ao seguir os percursos de indivíduos e famílias, são traçadas as conexões que articulam campos de práticas e fazem a conjugação com outros pontos de referência que conformam o social nas suas fronteiras e limiares, bloqueios e possibilidades. Os percursos e os sentidos fazem, portanto, o traçado dos *territórios*, e são estes que interessa reconstituir. É preciso dizer que estamos aqui trabalhando com uma noção de território que se distancia das noções mais correntes associadas às comunidades de referência. (...) Nos eventos biográficos de indivíduos e suas famílias, há sempre o registro de práticas e redes sociais mobilizadas (ou construídas) nos agenciamentos cotidianos da vida, que passam pelas relações de proximidade, mas não se reduzem ao seu perímetro. Feitos de práticas e conexões que articulam espaços diversos e dimensões variadas da cidade, os territórios não têm fronteiras fixas e desenham diagramas muito diferenciados de relações conforme as regiões da cidade, as situações de vida e os tempos sociais cifrados em seus espaços. São esses circuitos e conexões que as trajetórias urbanas permitem apreender e que interessa compreender: a natureza de suas vinculações, mediações e mediadores, agenciamentos da vida cotidiana que operam como condensação de práticas diversas (Telles, V. 2006: 71-2).

O traçado de tais territórios, na medida em que pressupõem a mobilidade dos indivíduos pelo espaço da metrópole, se sobrepõe a e atravessa as fronteiras das áreas delimitadas pelos recenseamentos. Tais territórios, apesar de terem a moradia como referência ou centro de gravidade, não se esgotam na vizinhança e se espraiam para outros espaços da metrópole. Resta saber de que maneira a localização da residência, a raça e outros atributos individuais moldariam as

variações nos contornos desses “territórios de práticas e relações”²⁰. Nossa pres-suposição, portanto, é a de que os diferentes grupos de status e frações de classe fariam diferentes usos do espaço urbano, tendo, contudo, o local de residência como ponto focal das práticas e relações sociais²¹.

Porém, isso não deve implicar que o estudo da segregação seja restrito ao espaço residencial e vizinhança. Abordagens que ampliam o escopo da segregação para além do local de residência têm sido desenvolvidas por autores como Maillochon (1998), Marques (2010), Kwan (2013), Kwan e Weber (2003), e Netto *et all* (2015). Pesquisas como estas têm apontado para horizontes nos quais a consideração das possibilidades de mobilidade dos indivíduos no espaço urbano e uma especial atenção na constituição das redes sociais são cruciais não apenas para evidenciar a relevância da segregação, mas também para compreendermos de que modo a segregação é importante.

Mei-Po Kwan (2013) argumenta que as pessoas experienciam a segregação não apenas nas vizinhanças, mas também em diversos outros espaços onde se desenrolam suas vidas cotidianas. Desta forma, os estudos de segregação falham ao ignorar o tempo que as pessoas passam fora de seus bairros sendo, portanto, necessário incorporar as mobilidades diárias e outros espaços frequentados em tais estudos.

(...) apesar de segregação racial ser concebida como a medida na qual membros de um grupo racial moram separados daqueles de outros grupos raciais, as experiências de segregação das pessoas são também afetadas pelo tanto de tempo que elas passam em áreas fora de suas vizinhanças residenciais e pelo tanto de contato social elas têm com outros grupos raciais (...). as experiências espaço-temporais das pessoas são influenciadas não apenas por onde elas vivem mais também por outros lugares que elas visitam, quando elas visitam estes lugares, quanto tempo elas passam lá, o que elas experienciam quando viajam entre um lugar e outro, e com quem elas interagem quando estão naqueles lugares. (...) indo além do espaço residencial estático e examinando como indivíduos alcançam oportunidades sociais relevantes ou entram em contato com outras pessoas ou influências sociais e ambientais na medida em que suas vidas se desenrolam no espaço e tempo, nosso entendimento dos efeitos das diferenças sociais na segregação racial e étnica, resultados de saúde, qualidade de vida e muitas outras questões sociais críticas, serão profundamente enriquecidas. (Kwan 2013: 1079).

²⁰ Neste sentido, nosso entendimento de segregação tende a se aproximar daquele proposto por Schnell & Benjamini (1999), que defendem que segregação deve representar não apenas a localização no espaço residencial, mas também a estrutura das atividades cotidianas das pessoas, as estratégias territoriais que os grupos podem adotar para se isolar de outros.

²¹ De acordo com Logan & Molotch (1987), o local de residência é o “ponto focal” ou ponto de partida da ronda diária [*daily round*], o conjunto de lugares onde as pessoas vão rotineiramente para trabalhar, fazer compras, estudar etc.

A partir destas premissas, a autora desenvolve estudos sobre acessibilidade que não buscam conceber tal temática para além das dimensões de proximidade das localizações (Kwan 2013; Kwan & Weber 2003), enfocando usos do tempo e estratégias de mobilidade dos indivíduos. Diversificar as formas de abordagem, com foco em limitações no espaço-tempo [*space-time constraints*], permite revelar diferenciais de acessibilidade de indivíduos com diferentes atributos – de gênero, raça, orientação sexual, idade etc – vivendo num mesmo domicílio, por exemplo.

O trabalho de Vinícius Netto (Netto *et all* 2015) tem críticas semelhantes a tais abordagens “estáticas” da segregação e também partem da premissa de que “nossas vidas cotidianas são fortemente constituídas pelo movimento” (p. 1086), mas dando maior ênfase à dimensão da integração, a partir de fenômenos considerados por eles seu aspecto chave: os encontros. Estes autores buscaram mapear potenciais oportunidades de encontro entre indivíduos de diferentes camadas sociais por meio de “redes de movimento” de habitantes de Niterói (RJ). Para tanto, foram mapeados os trajetos dos indivíduos entrevistados visando identificar áreas de sobreposição destes: os potenciais locais de encontro (p. 1092).

Os encontros, bem como os locais de encontro, também são aspectos chave do estudo de Florence Maillachon (1998) em Paris. O projeto de pesquisa integrado por esta autora (Gribaudo 1998) forneceu cadernos a entrevistados de diferentes localidades, nos quais cada sujeito deveria compor um “diário” com os registros de locais percorridos e indivíduos encontrados. A partir de tais diários, a autora pôde esboçar redes pessoais de encontros, bem como redes de locais onde ocorreram os encontros. Tanto no estudo de Maillachon (1998) como no de Netto *et all* (2015), tais redes serviram de material que sustentou discussões sobre a importância do local de residência e sobre “como as distâncias social e espacial podem estar entrelaçadas de modos mais sutis e complexos” (Netto *et all* 2015: 1086).

Uma abordagem que articula segregação residencial e redes sociais em São Paulo pode ser encontrada no importante estudo *Redes Sociais, Segregação e Pobreza*, de Eduardo Marques (2010). Nele, o autor realça a importância das redes, não apenas por permitirem a revelação de mecanismos de média escala no estudo da pobreza, mas também por demonstrar que, por um lado, as características das redes dos pobres reforçam as diferenças e desigualdades e, por outro, as diferenças entre as redes ajudam a compreensão das heterogeneidades das situações de pobreza. O estudo cita, ainda, pesquisas que defendem que “A

segregação residencial tende a aumentar a homogeneidade dos padrões de vínculo dos indivíduos, em parte porque as preferências se organizam espacialmente, para além de representarem uma barreira ao contato e às oportunidades” (p. 44). Todavia, em consonância com a problemática proposta aqui, o autor conclui que:

A relação entre segregação e redes se apresentou menos direta e mais complexa do que considerado por uma parcela importante do debate sobre a pobreza urbana. Como vimos, áreas segregadas não apresentam redes menores, menos variadas e mais locais, rejeitando a relação direta entre padrões relacionais e espaciais considerada por uma parte importante do debate. No entanto, entre os indivíduos isolados pelo espaço, aqueles que apresentam padrões de vínculo de sociabilidade mais variados costumam ter melhores condições sociais, o que sugere que as redes realmente podem combater o efeito de isolamento social produzido pela segregação. (Marques 2010: 190)

Além disso, a pesquisa de Marques demonstra que as classes médias que residem no centro expandido de São Paulo têm redes maiores com contatos com pessoas mais distantes e “a separação (...) só ganha sentido se houver dificuldades para o estabelecimento de contato frequente entre eles” (p. 33). Visto isso, a este trabalho objetiva avaliar as relações entre segregação e redes, enfocando indivíduos de classe média, moradores de distintas localidades de São Paulo (não apenas do centro expandido). Ademais, com o levantamento das redes pessoais, a presente pesquisa também pretende fazer uma pequena contribuição visando a inclusão da análise de redes na sociologia das relações raciais no Brasil, articulação ainda inédita neste campo.

Os resultados empíricos obtidos até aqui com dados censitários demonstraram padrões mais agudos de segregação residencial entre negros e brancos nas camadas médias e altas. Por esta razão, estes grupos serão os focos privilegiados de nossa observação. Assim, nosso questionamento direcionar-se-á para as formas pelas quais a segregação operaria e geraria efeitos nas relações raciais nestes estratos, constituindo barreiras aos negros de classe média e alta. Explorar os territórios formados através representações, práticas e relações sociais destes indivíduos pode nos permitir discernir as formas de articulação entre o espaço e as diferentes experiências e destinos sociais de negros e brancos e, portanto, articular segregação e relações raciais.

Conforme apontamos anteriormente, Edward Telles fala de “barreiras invisíveis para a entrada de negros nas classes médias”. Conforme argumentamos neste capítulo, barreiras espaciais parecem ser muito significativas enquanto obstáculo à incorporação de negros nas classes médias. São necessários, no en-

tanto, esforços empíricos para descrever como isto se concretiza. Para tanto, tentaremos responder questões como as seguintes: em que medida negros e brancos de classes médias e altas compartilhariam territórios de práticas e relações semelhantes? Quais seriam as intersecções e distanciamentos de seus territórios? Quais barreiras haveria para os negros? Qual seria a importância do local de residência para a construção destas barreiras? Em que medida a localização das residências limitaria suas redes pessoais e mobilidades pela cidade?

USOS DO ESPAÇO URBANO POR NEGROS E BRANCOS DE CLASSE MÉDIA

TRAJETÓRIAS, REDES PESSOAIS E LOCAIS FREQUENTADOS

Conforme já apontado anteriormente, o objetivo principal desta pesquisa de doutorado é analisar o papel da segregação residencial nas relações raciais do Brasil tendo como lócus a região metropolitana de São Paulo. Temos defendido, ao longo deste trabalho, a importância de uma abordagem que combine diversas técnicas de investigação buscando definições menos restritas e mais aprofundadas para assim elucidar o significado da segregação racial no contexto brasileiro.

Na análise quantitativa, lançamos mão de uma perspectiva mais tradicional que aborda a segregação a partir de indicadores que refletem os diferenciais de localização das residências de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, constatamos, através dos dados dos Censos de 2000 e de 2010, os contornos da segregação residencial por raça metrópole paulistana, manifestando-se com especial agudeza nas camadas médias e altas.

Contudo, em nossa descrição da segregação, buscamos ir além dos diferenciais de distribuição residencial, procurando demonstrar de que maneira as localizações das residências dos diferentes grupos se articulam com a integração entre distintas coletividades e com as possibilidades de acesso de cada grupo à cidade e à alteridade. Pretendemos averiguar como as configurações socioespaciais se relacionam com as características de integração e acesso para negros e brancos

em São Paulo. Ou como a segregação residencial importa para as relações raciais na maior metrópole brasileira. Para tanto, propomos uma pesquisa qualitativa na qual cada indivíduo entrevistado será tomado como um caso revelador de lógicas de articulação entre trajetórias pessoais, localizações residenciais, trajetos urbanos, práticas e relações sociais espacializadas.

Para o entendimento da segregação que perseguimos neste trabalho é indispensável o desenvolvimento de modos de captar as dimensões de integração e acesso, e suas articulações com o local de residência.

Com relação ao acesso, a pesquisa buscou catalogar os mais variados tipos de locais frequentados – para trabalho, estudo, lazer, compras, saúde etc. – pelos indivíduos entrevistados e avaliar em que medida raça e local de residência limitam a frequência a determinados espaços da cidade. Trata-se de um entendimento de acesso mais amplo do que o compreendido pela maior parte dos estudos sobre segregação residencial que se concentram na pobreza e no acesso a serviços públicos e mercado de trabalho por parte de grupos pobres e segregados.

No que tange à integração, levantamos redes pessoais, ou seja, os laços sociais mais próximos (ou íntimos) de cada entrevistado, além de diversos atributos de cada uma das pessoas próximas, tais como raça/cor, escolaridade, ocupação, local de residência etc. Na apreciação destas redes de relacionamentos pessoais, procuramos analisar de que maneira configurar-se-iam segmentações espaciais, raciais, de gênero e/ou de classe social.

Demos enfoque em indivíduos de classe média e abordamos os cruzamentos entre segregação e relações raciais a partir de uma perspectiva que pretende explorar as noções de distância física e distância social, buscando caracterizar os mecanismos através dos quais o local de residência constituir-se-ia como uma “barreira” que contribuiria para manter os negros de classe média socialmente distantes dos brancos destes mesmos estratos. No entanto, convém ressaltar que não entendemos que exista uma relação direta e linear entre distância física e distância social, nem tampouco pensamos que a sociabilidade e práticas sociais do âmbito da vizinhança sejam as mais apropriadas para verificar estas relações. Tal entendimento reforça a necessidade de investigarmos como a relação entre distâncias física e social é mediada pelo espaço urbano, no qual se inscrevem territórios configurados por práticas e relações de indivíduos e grupos sociais.

Nesta pesquisa, os “territórios de práticas e relações” (Telles, V. 2006) serão operacionalizados enquanto “redes de pessoas e locais”. Ou seja, uma vez que a noção sugerida por Vera Telles versa sobre percursos individuais e familiares, práticas e redes sociais construídas e mobilizadas no cotidiano urbano, podemos

nos aproximar dela através da coleta conjunta de trajetórias de vida, redes pessoais e locais frequentados, mas com especial ênfase na espacialização destes últimos. Assim, nossa tarefa será mapear tais territórios a partir do levantamento de trajetórias individuais, redes pessoais, locais frequentados, deslocamentos e circuitos constituídos pelos indivíduos no espaço urbano. A coleta dos relatos de vida de entrevistados e entrevistadas tem como perguntas fundamentais “Como foi?”, “Onde foi?”, “Onde viveu?”, “Onde vive?”, “Onde vai?”, “Faz o que?”, “Com quem?”. Deste modo as descrições das trajetórias e relações sociais de cada caso resulta em coleções de topônimos reveladores dos territórios de práticas e relações.

Para levantarmos as relações sociais, lançaremos mão de técnicas de coleta de redes pessoais (ou ego-centradas)¹. No entanto, cabe ressaltar que não se tratará, aqui, de uma pesquisa do campo de análise de redes sociais. As redes não serão o objetivo principal, mas um meio para delinear os territórios de práticas e relações. Assim, não desenvolveremos noções caras a este campo de estudos – como apoio social, densidade etc. A exceção será, como veremos mais adiante, com relação ao conceito de homofilia, uma vez que daremos grande ênfase aos atributos dos indivíduos que compõem a rede de nossos entrevistados.

Assim, na etapa qualitativa de nossa pesquisa, através de entrevistas semi-estruturadas e do levantamento de redes ego-centradas, abordaremos negros e negras de classe média moradores de determinadas áreas da metrópole – e também brancos com as mesmas características. Nosso intuito visa traçar os territórios de práticas e relações, revelando seus circuitos urbanos e os usos que fazem do espaço da metrópole, tendo em vista demonstrar maneiras pelas quais a segregação residencial, através do local de moradia, estaria relacionada a diferentes redes de relacionamentos, experiências e trajetórias urbanas de negros e brancos.

Este capítulo está dividido em três partes. A primeira discute os fundamentos das metodologias empregadas e as formas de operacionalização adotadas nesta pesquisa. A segunda oferece uma contextualização histórica e socioeconômica dos locais onde foi realizada a coleta de dados primários, além de breves descrições sobre as situações das entrevistas e do emprego do instrumental de pesquisa desenvolvido. A terceira parte descreve e analisa o material colhido, encaminhando algumas conclusões.

¹ Redes egocentradas são redes pessoais que se limitam às relações de um indivíduo (ego) com outras pessoas no máximo a um passo dele. Diferentemente das redes pessoais em geral, que incluem os amigos dos amigos (Cf., por exemplo, Marques & Bichir 2011).

4.1. PARTE I: METODOLOGIAS

4.1.1. Sobre métodos qualitativos

Contrapondo métodos qualitativos a métodos quantitativos, Howard Becker (1996) argumenta que estes últimos se caracterizam por procurar verificar hipóteses derivadas de teorias. Há uma grande ênfase na causalidade e na busca de explicações para os fenômenos, embora não sejam descartados usos exploratórios e descritivos dos métodos quantitativos. Seus resultados permitem revelar grandes tendências concernentes a populações e correlações entre variáveis. Porém, tais métodos não especificam o “como”, quais mediações articulam diferentes variáveis, quais as configurações, condições e práticas concretas estão associadas a determinados resultados. Tais resultados podem ser obtidos através da pesquisa qualitativa que permite, não comprovar ou demonstrar teorias gerais, mas especificar teorias gerais (Becker 1996; Bertaux 2010).

A pesquisa qualitativa visa descrever os fenômenos em profundidade, revelando, portanto, como eles acontecem. Não se trata de fornecer provas da existência de relações entre variáveis, mas sim de mostrar como determinados fatos estão lá juntos [*“how the things hang together”*] ou, em outros termos, como os eventos e as ações das pessoas coexistem em uma rede de influência e interdependência (Becker 1996)².

Investigações qualitativas como pesquisas de campo e estudos de caso adotam, segundo Bertaux (2010), uma perspectiva etno-sociológica que visa identificar lógicas e estruturas a partir do estudo de contextos específicos. A meta não é verificar hipóteses sobre as relações entre variáveis, mas compreender o funcionamento do fenômeno e elaborar progressivamente uma interpretação, um conjunto de hipóteses plausíveis acerca deste funcionamento. O pressuposto

² Becker (1993) enumera uma série de potencialidades das pesquisas qualitativas, sejam elas trabalhos de campo, estudos de caso, histórias de vida etc. Dentre tais potencialidades, mencionamos: a observação da prática das pessoas revela o caráter construído das variáveis com as quais lidamos em análises e desenhos de pesquisa sociológicas; a pesquisa qualitativa pode fornecer exemplos negativos que inviabilizam determinadas teorias, evidências que permitem complementar as teorias e perspectivas da vivência subjetiva de determinados processos por parte dos atores sociais; ela também pode propor novas evidências e questões para áreas de estudo estagnadas, além de revelar detalhes que são apenas inferidos ou especulados pelas pesquisas quantitativas.

subjacente é o de que lógicas operando em determinados microcosmos também podem ser encontradas em outros microcosmos semelhantes ou em contextos mais amplos.

Assim, cada indivíduo entrevistado deve ser encarado como um caso. Nesse sentido, o objetivo não é exatamente vislumbrar os esquemas de representações e práticas daquela pessoa específica, mas delinear configurações de relações, lógicas de ação e mecanismos sociais que aquele caso revela. Cada caso é um testemunho de um contexto social. Cada caso deve ser encarado como revelador de um pedaço da realidade social, uma peça num mosaico social (Becker 1993)³.

Em consonância com esta discussão, Small (2008, 2009) defende que não devemos nos guiar por parâmetros estatísticos que balizam as pesquisas quantitativas, como os conceitos de viés ou representatividade da amostra. As pesquisas qualitativas devem ser vistas não como estudos de amostra pequena [*small-sample studies*], mas sim como estudos de casos múltiplos [*multiple-case studies*]. Ou seja, deve ser aplicada uma lógica dos estudos de casos, não uma lógica estatística, tanto para a seleção de entrevistados quanto para a interpretação das informações coletadas. Ao final da análise, não estabeleceremos sentenças generalizantes, mas poderemos identificar mecanismos operando em determinados contextos e condições que poderão ser convertidos em novas hipóteses de pesquisa⁴.

4.1.2. Sobre análise de redes pessoais

No campo de estudos de análise de redes sociais, há duas formas de se observar as redes: como redes integrais (ou redes completas), ou como redes pessoais (ou redes ego-centradas). No estudo das redes integrais, os pesquisadores buscam uma visão completa de uma dada estrutura de relações. Em geral, define-se os limites de uma população ou grupo investigado e levanta-se uma

³ Bourdieu (1986), no célebre texto “A Ilusão Biográfica” alerta para a tendência dos indivíduos narrarem sua própria história de vida como um encadeamento lógico e linear de acontecimentos sucessivos quando, na verdade, as trajetórias de vida são não apenas marcadas por contingências e reviravoltas, mas, principalmente, condicionadas pelas estruturas de distribuição de capitais em jogo nos campos sociais que as envolvem. Assim, a compreensão das trajetórias deve, obrigatoriamente, levar em conta as estruturas sociais que as abrangem.

⁴ De acordo com Yin (2009), métodos de estudos de casos são indicados quando se busca responder questões “como” ou “por que”.

lista de todos os membros deste grupo e, enfim, todos os laços entre estes membros. No caso de redes de amizade, por exemplo, tratar-se-ia de levantar não apenas os laços entre um indivíduo e seus amigos, mas também os laços entre os amigos dos amigos, e assim sucessivamente, resultando em um grande número de indivíduos e laços.

As redes pessoais são constituídas pelas “pessoas com as quais estamos diretamente envolvidos” (Fischer 1982: 35), ou seja, elas são pequenas e partem de um dado indivíduo como ponto de referência. Trata-se de levantar as relações sociais imediatamente no entorno de determinados indivíduos. Os estudos procedem levantando uma amostra de indivíduos (*egos*), tomados como o centro de sua rede de relações. Boa parte dos estudos de redes pessoais utilizam métodos de *survey*, nos quais os questionários interpelam grandes amostras sobre a composição, os padrões de relação e as características dos componentes de suas redes. As redes de relações pessoais são, também, chamadas de comunidades pessoais e têm atraído o interesse de pesquisadores que buscam estudar apoio social, ou seja, recursos e solidariedades provenientes de laços pessoais próximos.

Abordagens clássicas dos estudos de redes pessoais podem ser encontradas nos trabalhos de Barry Wellman (1979) e Claude Fischer (1982). Ambos os autores levantaram redes pessoais como estratégia empírica para tratar da chamada “questão da comunidade” [*“the Community Question”*]. Trata-se de uma questão sociológica tradicional, que remonta a autores como Georg Simmel e Louis Wirth, e discute em que medida as transformações trazidas pela modernidade e pela urbanização alteram a qualidade das relações sociais, levando a um declínio da comunidade, esta última caracterizada por laços sociais eminentemente locais, vicinais e familiares. Estes autores se contrapõem a tal assertiva mostrando que as redes pessoais formam verdadeiras comunidades pessoais que não se restringem a relações locais.

Mas pessoas modernas e urbanas se tornaram desenraizadas e perderam suas conexões com esta comunidade local na medida em que perseguem relações fugazes no mundo mais amplo. (...) Contra-argumentos podem ser feitos, entretanto: que a vida moderna permite às pessoas construir relações pessoalmente mais gratificantes do que aquelas realizáveis na comunidade locais e criar mundos sociais quase inteiramente livres dos limites artificiais do lugar, criar comunidade sem proximidade [*“community without propinquity”*], e este tipo de comunidade é, no fim das contas, a mais pessoalmente satisfatória (Fischer 1982: 158).

Esta abordagem permite os pesquisadores estudarem comunidade sem necessariamente pressupor que todas as comunidades sejam solidariedades locais (Wellman 1999: xiv). A vizinhança seria apenas mais uma das possíveis dimensões de manifestação das comunidades pessoais. Em artigo clássico, Wellman (1979), demonstra que a maior parte dos laços dos urbanitas são constituídos não na escala do bairro, mas na escala da metrópole.

Em geral, a análise de redes pessoais lida com redes de tamanho muito menor que as redes integrais. A maior parte dos estudos aborda o círculo de pessoas íntimas ou alguns poucos confidentes das pessoas entrevistadas, examinando, de acordo com Wellman (1999), “entre seis e vinte dos vínculos mais ativos” (p. 52). Assim, a análise de redes pessoais enfoca os laços fortes, omitindo laços fracos e pessoas que não são consideradas próximas, mas que podem ter certa relevância no cotidiano. Além disso, os estudos de redes pessoais coletam informações de terceiros dadas pelos entrevistados, dependendo fortemente das percepções e classificações destes últimos. Por fim, há uma dificuldade para asseverar em que medida a composição de uma dada rede pessoal é determinada mais pelo contexto ou pelas escolhas individuais (Halgin & Borgatti 2012).

Não obstante, os autores que lidam com redes pessoais são entusiastas desta metodologia enquanto forma de reconstituir as estruturas sociais a partir das relações dos indivíduos (Gribaudo 1998). Para Fischer (1982), “É através de conexões pessoais que a sociedade é estruturada e os indivíduos são integrados na sociedade. É através dos laços pessoais que a sociedade faz sua marca em nós, e vice-versa.” (p. 3). Este autor acrescenta, ainda, que nossas relações são, em grande medida, escolhas pessoais, pois a manutenção dos vínculos ao longo do tempo depende de esforços individuais contra dificuldades e transformações em circunstâncias sociais. Porém, não é possível dizer que são escolhas totalmente livres, uma vez que são limitadas pelas pessoas e informações disponíveis para cada indivíduo, além das características dos contextos sociais nos quais cada um participa. O bairro é um destes contextos. Em suma, a opção por vincular-se a alguém é “baseada tanto em oportunidades significativas para contatos sociais quanto em ações e preferências individuais” (Briggs 2007: 266).

Em que pese tais limitações e preferências, as pessoas tendem a se relacionar com outros indivíduos com características muito semelhantes a elas. A esta tendência se dá o nome de homofilia. Assim, por exemplo no caso de uma mulher que possui uma maioria de mulheres em sua rede, dizemos que se trata de uma homofilia de gênero. Ou seja, podemos ter os mais diversos tipos de homofilia de acordo com o atributo considerado. Não se trata meramente de assumir que as

peças buscam outros parecidos com elas, pois processos sociais mais amplos incentivam isso ao canalizar as pessoas para contextos sociais que reúnem indivíduos semelhantes. Uma revisão abrangente sobre o tema pode ser encontrada em McPherson, Smith-Lovin & Cook (2001), que definem este conceito da seguinte maneira:

Homofilia é o princípio segundo o qual um contato entre as pessoas semelhantes ocorre a uma taxa maior do que entre pessoas diferentes. O fato que permeia a homofilia denota que as informações culturais, comportamentais, genéticas ou materiais que fluem através de redes tenderão a ser localizadas. Homofilia implica que a distância em termos de características sociais se traduz em distância de rede, o número de relações através das quais uma peça de informação deve viajar para conectar dois indivíduos. (p. 416).

Os autores sugerem relações análogas àquelas colocadas pelas teorias que afirmam que a distância espacial corresponderia à distância social. Ou seja, a composição das redes de determinados indivíduos indica as categorias sociais às quais estão próximos. Trata-se, então, de uma outra forma de investigar distância social sem necessariamente colocar acento nas localizações residenciais. Freeman (1978), que define segregação como restrições à interação (envolvendo ou não o espaço físico), defende que o estudo da segregação “requer o exame das redes de contatos sociais e relações que unem os indivíduos” (p. 413).

Portanto, não se trata aqui de propor a substituição dos estudos das localizações residenciais pelas redes pessoais na análise da segregação, mas sim de combinar as duas abordagens, buscando determinantes espaciais dos diferentes tipos de relação. Rich (2009), por exemplo, afirma que

definir um bairro como racialmente integrado não é simplesmente uma questão de igual representação de cada grupo racial na população, mas também deve incluir um componente social – como, quando, e onde diferentes residentes interagem através das linhas raciais (p. 850).

Briggs (2007) dá grande ênfase nas relações entre membros de distintos grupos sociais. Este autor acredita que tais relações constroem pontes entre as diferenças, promovendo reciprocidades e ampliando comunidades de interesses, favorecendo, enfim, o compartilhamento do poder e a convivência democrática (p. 265-6). A segregação residencial, na medida em que estaria correlacionada a uma segregação das amizades, prejudicaria a construção de tais pontes entre as

diferentes coletividades, contribuindo para a perpetuação de estereótipos negativos.

Porém, o contrário não parece ser factível. Jackman & Crane (1986) demonstram que proximidade física favorece interações, mas estas últimas não implicam em redução de estereótipos negativos e atitudes preconceituosas. “Quando os brancos experienciam um alto grau de contato pessoal com negros, os sentimentos de animosidade pessoal e distância social desmoronam. Isto, porém, não altera a relação de desigualdade que existe entre os dois grupos raciais, da qual os brancos se beneficiam” (p. 481-2).

Além disso, autores argumentam que a segregação pode ser um importante fator para firmar relações entre indivíduos de grupos subordinados, favorecendo reivindicações identitárias e políticas (P. ex. Telles 1996; 2012 [2004]). Lee & Campbel (1999) argumentam, ainda, que para os negros, diante de estruturas sociais discriminatórias, a proximidade espacial com outros negros da vizinhança enquanto arena de interação tem especial importância, levando-os a cultivar maior envolvimento com vizinhos do que os brancos.

4.1.3. Diretrizes operacionais da pesquisa

Seguindo os princípios da pesquisa qualitativa apresentados na discussão mais acima, em nosso desenho de pesquisa, cada entrevistado representaria um caso a ser comparado com um próximo entrevistado com diferenças relevantes do ponto de vista das questões de pesquisa (e não do ponto de vista da significância estatística). Não se trata, portanto, de almejar o local “típico” ou a amostra “representativa” de entrevistados. Os locais e os entrevistados abordados pela nossa pesquisa não pretenderão ser considerados amostras representativas de determinadas situações da metrópole, mas serão selecionados a partir de características relevantes para a nossa pesquisa. Primeiramente, deve haver um requisito que deve ser igual para todas as entrevistas: objetivaremos informações sobre núcleos familiares cujas pessoas de referência e/ou cônjuges possuam ocupação classificada nas categorias profissionais ou de proprietários e que possuam nível superior de ensino. Visamos, segundo os parâmetros utilizados nesta pesquisa, indivíduos de classe média.

E então, somos guiados por três ordens de diferenciação entre os indivíduos, relevantes para nossa pesquisa. Como se trata de uma pesquisa de relações

raciais, a primeira das ordens de diferenciação é racial: as características dos entrevistados negros são comparadas a características de entrevistados brancos.

Na segunda ordem, levaremos em conta as diferenças entre homens e mulheres, haja vista que as pesquisas têm constatado importantes distinções por gênero seja nas redes de relações sociais (Cf. McPherson, Smith-Lovin & Cook 2001), seja nas relações de vizinhança e trajetos pelo espaço urbano (Cf. Agier 1990; Flores 2006; Kwan 2013; Svab 2016).

A terceira ordem de diferenciação diz respeito aos espaços da metrópole. Segundo o desenho original desta pesquisa, por um lado entrevistariamos indivíduos residentes em determinados bairros dos chamados “espaços de elite e classe média-alta”, segundo a classificação de Marques (2014). Estes tendem a concordar com a “região geral” das camadas de alta renda que, de acordo com Villaça (1998), corresponderiam ao que a ideologia corrente preconiza como “a” cidade, orientando as representações sociais a respeito do espaço da metrópole. Por outro lado, entrevistariamos pessoas residentes em outros tipos espaços da metrópole (bairros de classes médias, misturadas e baixas)⁵.

Tabela 13: Atributos dos casos que serão estudados

Indivíduos de classe média (profissionais ou proprietários com ensino superior)			
Espaços com diferentes características socioeconômicas e de centralidade			
Negros/as		Brancos/as	
Mulher	Homem	Mulher	Homem

Iniciamos nossa pesquisa com a coleta de dados em áreas que não se enquadram na “região geral” de elite e classe média-alta. Nesse sentido, os requisitos para a delimitação dos espaços da metrópole onde buscamos nossos entrevistados foram de que as áreas escolhidas contassem com grande concentração de negros de classe média e fossem mais distantes dos “espaços de elite e classe média-alta”, que correspondem às principais centralidades da metrópole. A intenção, neste caso, é a de dar maior ênfase a um contraponto com relação à experiência urbana vivida pelos residentes destes setores de alta renda.

⁵ Convém ressaltar aqui que, com este procedimento, não temos a intenção de reforçar argumentos acerca de uma divisão binária entre centro e periferia da metrópole que tem sido questionado tendo em vista, principalmente, os processos de diferenciação dessas últimas.

Para elencar tais áreas, partimos da análise de mapas semelhantes aos apresentados no Capítulo 2 (Ver o mapa reproduzido no Anexo 12; e também nos anexos 4 e 8). Neles, identificamos um conjunto de áreas de ponderação no entorno de quatro distritos da Zona Leste de São Paulo: Artur Alvim, Itaquera, José Bonifácio e São Miguel Paulista. A maior parte dos espaços dessa região foram classificados por Requena, Hoyle & Saraiva (2015) como “periferias consolidadas”⁶. Tratam-se de regiões que têm passado por importantes transformações, despertando grande interesse do mercado imobiliário – com grande quantidade de lançamentos em período recente – animado por investimentos públicos e pela ascensão social de seus moradores.

Deste conjunto de espaços, escolhemos realizar a coleta de informações na região de São Miguel Paulista, não apenas por se tratar da área mais longínqua – em distância métrica e em termos de tempo de viagem – das principais centralidades da metrópole (centro tradicional, Paulista e Berrini, ver Frúgoli Jr. 2000), mas também por existir lá importante sub-centralidade da Zona Leste, com concentração de comércio, serviços e empregos.

Neste ponto, cabe enfatizar que os primeiros resultados da coleta de dados em São Miguel Paulista ensejaram importantes modificações na estrutura outrora planejada para a pesquisa qualitativa, que foi descrita acima. Algumas questões presentes no roteiro tiveram como objetivo identificar quais locais na metrópole os entrevistados desejariam residir caso não tivessem limitações materiais. A resposta preponderante foi “Tatuapé ou algum lugar da Zona Leste que seja perto do metrô”. Isso nos levou a crer que tais áreas sejam prováveis destinos residenciais de famílias em ascensão originárias de espaços mais periféricos da Zona Leste.

⁶ Camila Saraiva (2008) fez interessante pesquisa em bairros desta região, na qual problematiza a aplicação da expressão periferia consolidada para caracterizá-la. “Se, por um lado, percebemos a presença crescente de equipamentos de consumo coletivos, por outro, ficou nítida a diferença de sua quantidade e qualidade frente a áreas centrais da metrópole. Assim, e considerando os efeitos recíprocos do espaço social e do espaço físico, percebemos porque a periferia, embora com razoáveis condições urbanísticas e mercado de bens e serviços, não deixa de ser percebida como periferia, ou seja, de maneira condicionada à posição social ocupada por seus moradores nas hierarquias sociais que organizam a vida urbana. Não se trata, assim, da superação da velha diferença entre centro e periferia, mas, sim, de sua consolidação através da dinâmica do mercado de trabalho e do consumo, tanto coletivo como individual. Dessa maneira, consideramos, ao longo da dissertação, que periferia consolidada e consumidor emergente poderiam ser considerados como representações conexas de uma mesma experiência urbana.” (Saraiva 2008: 137).

Do conjunto das áreas nobres com maior concentração de brancos de classe média, escolhemos o Itaim Bibi para a realização das nossas entrevistas. Das cinco áreas de ponderação (de um total de 633) da RMSP com maior concentração de profissionais brancos, duas localizam-se no distrito do Itaim Bibi⁷. Além de ser uma das áreas mais elitizadas de São Paulo, o Itaim Bibi está localizado entre as duas principais centralidades contemporâneas, a avenida Paulista e a avenida Luís Carlos Berrini.

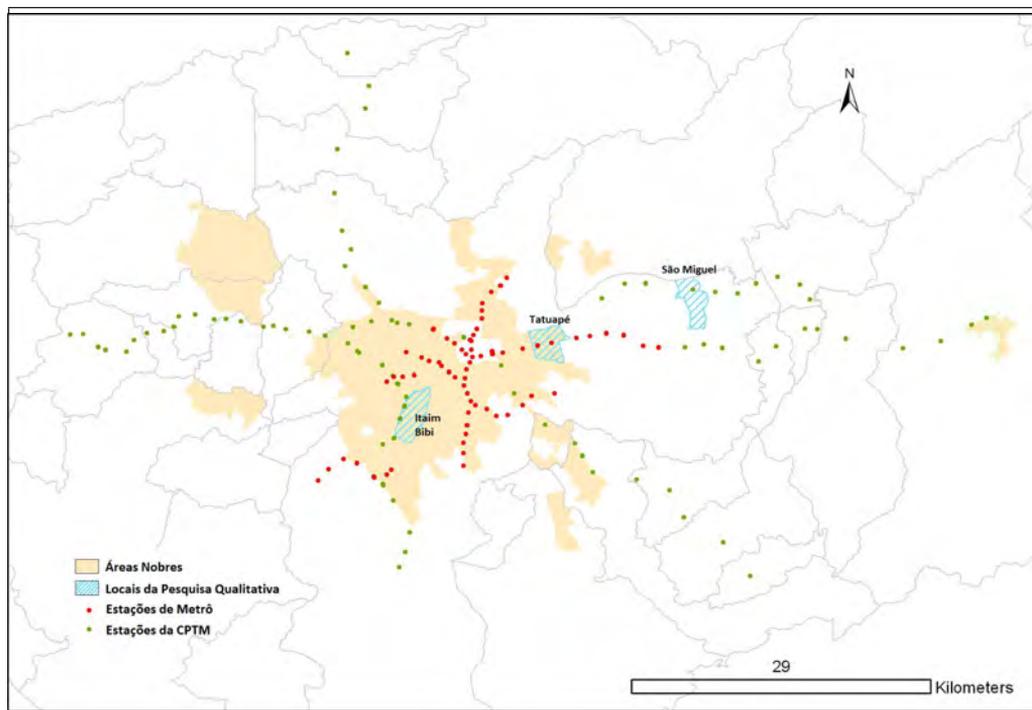
Deste modo, a segunda rodada da pesquisa qualitativa foi, então, dividida em duas partes: um conjunto de entrevistas no Itaim Bibi e outro no distrito do Tatuapé. Isso nos proveu uma perspectiva mais abrangente a respeito de trajetórias de ascensão, além de nos permitir uma abordagem mais nuançada do que a clássica polarização centro-periferia.

O Mapa 8 apresenta a localização dos distritos pesquisados – São Miguel Paulista, Tatuapé e Itaim Bibi – no espaço urbano da metrópole. O mapa destaca, ainda, o conjunto de “espaços de elite e classe média-alta” (Marques 2015), que servirá de importante referência para a construção de nossas análises. A estas, doravante, nos referiremos simplesmente como “áreas nobres” ou “regiões nobres”. Convêm ressaltar o posicionamento dos bairros onde foram realizadas as entrevistas com relação a este conjunto de “áreas nobres”: o Itaim Bibi estando totalmente inserido nesta região, o Tatuapé situado em suas bordas e São Miguel Paulista inteiramente fora delas⁸.

⁷ A outras três estão nos distritos de Moema, Jardim Paulista e Perdizes.

⁸ Os mapas exibidos neste capítulo são reproduzidos em tamanho maior nos Anexos 22 a 28. Como as descrições aqui apresentadas fazem menção a uma pluralidade de locais da região metropolitana, incluímos, no Anexo 20, mapa dos municípios da RMSP, e no Anexo 21, mapa dos distritos do município de São Paulo.

Mapa 8: Localização dos Distritos onde foi realizada a Pesquisa Qualitativa no espaço do Região Metropolitana de São Paulo.



A coleta de informações foi realizada através de entrevistas semiestruturadas e do levantamento de redes pessoais. O encontro com a pessoa entrevistada foi precedido por um questionário socioeconômico mais geral (reproduzido no Anexo 15). Na entrevista semiestruturada são abordados temas como as trajetórias pessoal, familiar, educacional, residencial e ocupacional, características do bairro e relações de vizinhança e locais frequentados na cidade (o roteiro da entrevista encontra-se no Anexo 16).

Na sequência, apresentamos um formulário “gerador de nomes” para que a/o entrevistada/o informe os integrantes de sua rede pessoal, ou seja, as pessoas que o/a entrevistado/a considera próximas ou íntimas. Um “gerador de nomes” é um instrumento muito comum para o levantamento de redes. É feita uma série de questões ao entrevistado cujas respostas são nomes de componentes de sua rede (Anexos 17 e 18).

Claude Fischer propõe, para o estudo de redes pessoais, uma bateria de questões para as quais as respostas denotariam proximidade – no sentido de interações e trocas sociais, materiais ou emocionais (Fischer 1982: 35-6) – entre

o entrevistado e as pessoas citadas⁹. O instrumental de coleta utilizado nesta pesquisa, e apresentado no Anexo 17, utiliza-se de adaptações das questões propostas por Fischer (1982). Uma vez levantados os componentes das redes, pede-se para que o entrevistado informe as seguintes características de cada um deles: sexo, idade, raça/cor, escolaridade, ocupação, onde mora, como conheceu¹⁰, com que frequência encontra.

Desde o início da entrevista foram entregues aos entrevistados um conjunto de mapas impressos em preto e branco, enfocando áreas no entorno de sua residência, bem como diversas outras partes da metrópole. Foram fornecidas também canetas coloridas com as quais as/os entrevistadas/os tiveram de marcar todo tipo de local mencionado no decorrer da entrevista. Em geral, distintas cores de caneta foram utilizadas para marcar diferentes tipos de atividade, como locais de moradia, locais de trabalho, outros locais frequentados e residências dos membros das redes. Um exemplo de preenchimento destes mapas pelos entrevistados pode ser examinado na Figura 2 (reproduzimos uma versão ampliada desta figura no Anexo 19).

⁹ Para Fischer (1982), “As pessoas estão relacionadas umas com as outras na medida em que elas interagem ou trocam umas com as outras, seja esta interação material, como emprestar ferramentas, de sociabilidade, como quando divertem-se juntos, ou emocional, como consolar ao outro” (p. 36). A partir dessa definição de relação, este autor propôs uma bateria de questões para captar os laços pessoais. Em nosso instrumental, empregamos adaptações das questões utilizadas na pesquisa de Fischer.

¹⁰ Incluímos a pergunta “como conheceu?” para substituir uma categorização por esfera de sociabilidade (família, amizade, trabalho, vizinhança etc.). Os primeiros entrevistados tinham dificuldades em determinar qual esfera de sociabilidade cada pessoa próxima citada pertencia. A principal dificuldade residia no fato de que eles não consideravam as opções de esfera como mutuamente excludentes, marcando várias. Além disso, a categoria “amizade” enquanto esfera de sociabilidade não era bem compreendida pelos entrevistados que consideravam praticamente todas os indivíduos mencionados como “amigos”. Assim, substituímos esta questão pela questão “como conheceu esta pessoa?”, e empreendemos uma codificação *a posteriori*.

Figura 2: Exemplo de preenchimento dos mapas pelos entrevistados



4.2. PARTE II: CONTEXTOS E SITUAÇÕES DA PESQUISA QUALITATIVA

4.2.1. Contextualização das áreas pesquisadas

De acordo com Teresa Caldeira (1984), na cidade de São Paulo do início dos anos 1940 “a zona de ocupação contígua não ultrapassava Perdizes, a oeste. Barra Funda e Belenzinho, ao norte; Mooca, a leste; e o Jardim América, ao sul.” (p. 15). As áreas abordadas pela pesquisa qualitativa – São Miguel Paulista, Tatuapé, e Itaim Bibi – não passavam, no início do século XX, de subúrbios afastados ou aldeias semi-rurais. Contudo, cada um desses espaços teve trajetórias de desenvolvimento muito distintas no último século.

As vias férreas foram importantes eixos organizadores das localizações das indústrias e da urbanização de São Paulo no final do século XIX e início do XX. Na zona leste de São Paulo, onde se encontram o Tatuapé e São Miguel, a ocupa-

ção do espaço foi fortemente influenciada pelo traçado da estrada de ferro Central do Brasil, cujo trecho Brás-Penha foi inaugurado em 1875 (Endrigue 2008). A presença das indústrias incentivava a aglomeração residencial, a construção de vilas operárias e a instalação de pequenos comércios. Contíguos a ferrovias estavam os primeiros bairros industriais da zona leste, como o Brás, Belém e Mooca. Na primeira metade do século XX, as instalações industriais vão se expandir para outras áreas da zona leste, incluindo São Miguel Paulista e o Tatuapé, que abrigou (e ainda abriga) numerosas fábricas.

A partir da década de 1970, com os processos de reestruturação produtivas, diminui a participação do setor industrial na economia do município, ganhando forte proeminência as atividades dos setores de comércio e serviços. É marcante deste crescimento da terciarização a proliferação de shoppings centers, hipermercados, universidades privadas, redes de lojas e edifícios de escritórios pelo espaço urbano paulistano. Tal processo trouxe significativas alterações em área antigas de bairros da zona leste que eram, antes, caracterizadas pela presença de pequenos comércios locais. A este processo de terciarização está ligada a emergência de novas centralidades na zona leste, como Penha, Vila Formosa, Carrão e, principalmente, o Tatuapé. (Rolnik 2000). Raquel Rolnik qualifica o Tatuapé como “centralidade emergente” não apenas pela concentração de comércios e serviços, mas também pela maior população de classes médias e altas e pela valorização imobiliária, com forte verticalização marcada por empreendimentos de médio-alto e alto padrão.

No início do século XX, o Tatuapé era um bairro de chácaras voltadas para produção de flores, hortaliças e frutas, principalmente uvas. (Lopes 2011). A partir da década de 1920, dezenas de indústrias se instalam no Tatuapé. Na década de 1940 é que o bairro recebeu obras de infraestrutura e “os primeiros equipamentos urbanos e que se desenvolve o comércio local (...) em torno da Praça Sílvio Romero. Também, neste momento, é que os pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores rurais dão lugar aos operários” (Endrigue 2008: 104).

A partir dos anos 1980, o Tatuapé perde o caráter operário e experimenta grande crescimento das atividades terciárias, da verticalização residencial e da valorização imobiliária. Torna-se, assim, uma centralidade emergente, sendo importante referência para toda a zona leste. Endrigue (2008) atribui os seguintes fatores como explicações para o fato do Tatuapé tornar-se uma centralidade neste momento histórico: (a) A implantação da linha leste-oeste do metrô, cuja estação terminal localizou-se no Tatuapé entre 1981 e 1986. O metrô proporcionou rápido acesso do Tatuapé ao restante da cidade, além de trazer forte valorização do entorno da estação como centralidade comercial. (b) A ampliação das avenidas Radial Leste e

Salim Farah Maluf, melhorias na infraestrutura do bairro e a existência de muitos terrenos vagos fizeram da região atrativa à expansão do mercado imobiliário. (c) Muitos moradores do próprio Tatuapé, enriquecidos pelas atividades industriais e comerciais, representavam forte demanda para empreendimentos imobiliários de alto padrão, muitos dos quais comercializados por construtoras do próprio bairro. Juntamente com os empreendimentos imobiliários vieram shopping centers, hipermercados, universidades, redes de franquias, edifícios de escritórios, hotéis etc (diversos dos quais ocupando espaços de antigas indústrias fechadas). “Nos anos 2000 tomou força o comércio ligado aos ramos de restaurantes, bares e eventos” (Endrigue 2008: 122). A autora destaca, também, a instalação, em 2007, de uma unidade do Hospital São Luiz, tradicional hospital privado voltado para públicos de classe média e alta.

São Miguel Paulista, localizado a cerca de 25km de distância do centro de São Paulo, é considerada uma periferia consolidada (Rolnik 2000; Saraiva 2008). No final do século XIX, a localidade começou a receber moradores que se dedicavam à horticultura, à fruticultura e a atividades primárias como olarias, extração de pedras etc. Mas permaneceu estagnada como uma aldeia de características semi-rurais até a década de 1930.

Bomtempi (1970) destaca três fatores desta época como determinantes para o crescimento e urbanização de São Miguel: (1) A inauguração da linha de ônibus Penha-São Miguel, em 1930. (2) A implantação, em 1932, de uma variante da estrada de ferro Central do Brasil, que saía da Penha, passando por São Miguel e reencontrando a linha principal em Poá. (3) O início da fase industrial do bairro, com a abertura da Companhia Nitro Química Brasileira em 1935. Em 1940, a Nitro Química já empregava um terço da população do bairro.

Daí em diante, a população do local cresceu paulatinamente¹¹ recebendo grandes levas de migrantes nas décadas de 1940 e 1950 e iniciando a “fase dos loteamentos” (Bomtempi 1970). Esta fase, na qual sítios eram loteados e vendidos aos migrantes recém-chegados, em sua maioria da região Nordeste, pôs fim ao caráter rural do bairro. São Miguel passou a se caracterizar, assim, por ser um bairro operário e nordestino (Fontes 2008). A partir da segunda metade da década de 1960, a Nitro Química começa a decair. A indústria funciona até hoje, mas empregando menos operários. São Miguel se transforma, assim, num bairro dormitório (Lopes 2011).

¹¹ Eram 4.702 habitantes em 1920, 7.634 em 1940, 16.022 em 1950, 65.992 em 1960, 235.346 em 1970 e 445.581 em 1980 (Caldeira 1984: 38).

Na década de 1960, é marcante também o crescimento de movimentos populares reivindicatórios em São Miguel, muitos vinculados à igreja católica. Caldeira (1984) qualificava São Miguel como “um bairro de oposição”, pois “(...) através dos diversos caminhos por que seguiram as políticas nacional e local, os habitantes de São Miguel sempre estiveram na oposição” (p. 41). De acordo com a autora, São Miguel, enquanto lar de trabalhadores de baixa renda, possuía forte tendência de voto em candidatos ou partidos que pretendiam representar interesses dos “trabalhadores”, “operários” e “pobres”. Contudo, para além do voto, havia forte mobilização dos moradores em torno de problemas urbanos e de falta de infraestrutura. A antropóloga contabiliza que, no distrito, haviam cerca de 30 Sociedades de Amigos de Bairro em 1979. Além disso, num contexto de forte ativismo e politização da Igreja Católica, São Miguel contava com 24 Comunidade Eclesiais de Base.

Nos dias atuais, São Miguel, em especial sua parte mais antiga, no entorno da estação da CPTM, representa uma importante centralidade comercial e de serviços para diversos distritos da periferia da zona leste paulistana, tais como Vila Jacuí, Jardim Helena, Vila Curuçá, Itaim Paulista, Lajeado, Guaianases etc¹². Quem desce na estação São Miguel Paulista da CPTM, pode atravessar a passarela no sentido norte e encontrar o Jardim Lapena, bairro de ruas estreitas, terrenos pequenos, casas com acabamento rudimentar, algumas ocupações irregulares e favelas de difícil acesso por automóvel, espremido entre a linha férrea e a grande área de propriedade da Companhia Nitro Química. Quem atravessa a passarela no sentido sul encontrará a Praça Padre Aleixo Monteiro Maфра (chamada de Praça do Forró), onde se localiza a antiga capela de São Miguel Arcanjo (patrimônio datado do século XVII) e a atual Catedral de São Miguel Arcanjo. Da praça, no sentido oeste, segue a Avenida São Miguel em direção à Penha, cortando a Avenida Jacú-Pessego Nova Trabalhadores, e passando por Vila Jacuí, Ermelino Matarazzo e Ponte Rasa. Ao sul da Praça do Forró, encontramos a Avenida Pires do Rio, que segue até as fronteiras meridionais do distrito de São Miguel e a Avenida Nordeste, que segue de forma sinuosa para sudeste, passando pela Vila Curuçá e chegando em Lajeado e Guaianases. Para oeste da Praça do Forró está a avenida Marechal Tito que segue sentido Itaim Paulista. A oeste desta praça encontramos, também, o “centro de São Miguel Paulista”, com uma concentração comercial antiga e muito densa e diversificada, com forte ênfase no comércio popular.

O histórico do Itaim Bibi é comumente dividido em três fases pela literatura especializada: a de bairro inicialmente popular, o processo de desenvolvimento

¹² Muitos de nossos entrevistados afirmaram, orgulhosos, que São Miguel Paulista é o terceiro principal polo comercial de São Paulo, perdendo apenas para o 25 de março e o Brás.

urbano que inicia sua verticalização e, por fim, a ruptura com a noção de “bairro” mediante a Operação Urbana Faria Lima (OUFR) nos anos 1990.

Sabe-se que no final do século XIX a região alagadiça e cheia de córregos entre a estrada de Santo Amaro, o rio Pinheiros e a Chácara Vila Mariana era denominada Chácara Ithaim, uma fazenda de 120 alqueires pertencente à família do general Couto de Magalhães - cuja sede encontrar-se-ia no atual número 9 da rua Iguatemi. Seguindo a tendência de crescimento da cidade para áreas rurais contíguas em uma São Paulo que passava de província para uma metrópole nacional, o local teria sido loteado pelos próprios proprietários nos anos 1920 e vendido principalmente para imigrantes italianos e portugueses à procura de terrenos mais baratos – dada a sua situação de várzea. A presença do poder público na região, contudo, só teria chegado na década seguinte, quando se realizou a doação das terras da região à prefeitura de São Paulo em 1934, o que permitiu a chegada de luz elétrica, água encanada, pavimentação e bondes que impulsionaram o comércio e o adensamento populacional. Já entre 1930 e 1940, com a canalização do Rio Anhangabaú, implantaram-se as atuais avenidas Nove de Julho e Cidade Jardim, componentes do Plano de Avenidas de Prestes Maia.

Seu desenvolvimento nas décadas de 1920 a 1950 é marcado por um uso público da região fortemente ligado ao caráter popular semi-rural que o bairro vinha ganhando. Eram principalmente dois locais que concentravam as atividades culturais da região: a Igreja do Divino Salvador (1942) e o Parque do Povo, originário da retificação do rio Pinheiros ocorrida entre 1930 e 1946. Neles, havia muitas quermesses, cortejos, bailes de carnaval, feira livre, cinema, pista de bicicleta, circo-escola, escola de arte, além de torneios esportivos de bocha – que sobrevive ainda nos dias de hoje – e de futebol de várzea com até nove times da região. A efervescência social deste bairro residencial de classe média levou subsequentemente grandes edificações à região, como indústrias de tecelagem, Fábrica Kopenhagen, Sanatório Bela Vista, Sabonetes Phebo, sorvetes Gelato e a loja de departamentos Mappin. “Em contrapartida, algumas favelas começaram a aparecer no bairro, principalmente na região onde hoje se encontra o Parque do Povo, a Rua Helena, a Rua do Rocio, isto é, na baixa Vila Olímpia, por ser uma zona alagada e aparentemente sem interesse ou valor econômico, próximo à Rua Funchal” (Levy 2014: 152).

Mas foi somente a partir de 1970 que o desenvolvimento urbano modificou agudamente a característica de vila da região, incorporando amplamente o bairro ao avanço urbanístico da cidade. É nessa década que ocorre a canalização de vários córregos, dando lugar às avenidas Juscelino Kubitschek, Bandeirantes

e Hélio Pellegrino, além da presença de marginais do rio Pinheiros e de pontes para a sua transposição – como a ponte Cidade Jardim. Ocorre a valorização dos terrenos do bairro, o que estimulou o mercado imobiliário, o adensamento urbano, a ampliação do uso comercial e de serviços e a verticalização da região, levando à “expulsão” de antigos moradores de casas térreas. Já na década de 1980, é possível mesurar a substituição de uma população de classe média para uma mais abastada na região: “entre 1967 e 1980, a renda média familiar do Itaim Bibi saltou de 6,8 salários mínimos para 25 salários mínimos, sugerindo um processo de substituição de população residente.” (Martins 1987: 64)

Tais modificações na área viriam a abrir caminho para a grande obra da região que levou a reestruturações ainda mais profundas, a Operação Urbana Faria Lima (OUFL). O processo de sua implantação data de 1968, quando o então prefeito Faria Lima assina a lei para a sua construção. Desde então, tal processo foi progressivo, iniciando-se de Pinheiros até a avenida Cidade Jardim em 1971; na gestão de Jânio Quadros (1985-1988), o arquiteto Júlio Neves modifica o projeto, que passa a guiar a interligação da avenida Juscelino Kubitschek com a avenida Luís Carlos Berrini. Mas foi somente com Paulo Maluf (1993-1996) que o projeto, após outra reformulação, foi aprovado na Câmara por unanimidade e, então, levado a cabo. Sua aprovação, contudo, contou com muitas intervenções contrárias e favoráveis da população de Pinheiros e Vila Olímpia. Quanto a isso, “esse mecanismo de pressão popular só foi eficaz no caso da OUFL porque se tratava da população de classe média e média alta, já que, ao compararmos este caso com aquele da Operação Urbana Água Espreada, os moradores da favela Jd. Edith, situada em área de intervenção da OUAÉ, não obtiveram o mesmo êxito” (Fernandes 2016: 74).

No total, foram derrubadas 380 casas, além de construções comerciais, alterando drasticamente a paisagem local. Isso levou à ainda maior valorização do solo e perda de densidade populacional, o Itaim Bibi deixando de ser predominantemente domiciliar quando em comparação com bairros entorno (Cidade Jardim, Jardins, parte do Brooklin). A OUFL fomentou ainda a orientação sudoeste do vetor de expansão imobiliária e econômica, dada a posição estratégica do bairro – entre a tradicional centralidade figurada pela avenida Paulista e o futuro do empreendimento paulistano instalado na avenida Berrini. A transformação de uma região alagadiça e de várzea na nova centralidade de São Paulo traduz o acompanhamento da região do Itaim Bibi em relação às diferentes fases de desenvolvimento do poder econômico da cidade. Isso se reflete nas características da população local hoje:

Atualmente, o estilo de vida predominante no bairro é desse novo morador, que em geral são jovens empresários, entre 25 e 40 anos, recém-formados ou em início de

carreira, solteiros ou recém-casados, sem filhos, bem sucedidos, que trabalham em empresas multinacionais instaladas no bairro e desejam morar próximo do emprego. Também se inclui neste perfil os estudantes que resolvem morar próximo das universidades do bairro, como a Universidade Anhembi Morumbi e o Instituto Insper, que possuem cursos de graduação e pós-graduação voltados para as áreas de negócios e economia, atingindo o público alvo, ou seja, os novos moradores. (Levy 2014: 186).

Tabela 14: Indicadores das áreas onde foi realizada a pesquisa qualitativa (2010).

Indicadores	São Miguel		Tatuapé		Itaim Bibi		RMSP	
	Branços	Negros	Branços	Negros	Branços	Negros	Branços	Negros
População, por raça	53,5%	45,2%	84,7%	12,1%	93,6%	4,7%	58,7%	39,3%
Educação: Fundamental incompleto	21,5%	21,0%	16,5%	3,7%	8,0%	1,2%	20,0%	18,5%
Educação: Fundamental completo	10,9%	8,0%	9,7%	1,7%	5,1%	0,3%	9,8%	7,0%
Educação: Médio completo	16,6%	12,9%	22,8%	3,5%	18,7%	1,4%	18,0%	9,9%
Educação: Superior completo	6,3%	2,8%	39,6%	2,7%	63,5%	1,9%	14,4%	2,4%
Ocupação: Trabalhadores Manuais	18,5%	21,4%	8,7%	4,8%	6,8%	2,3%	20,2%	22,2%
Ocupação: Técnicos e Não-Manuais	22,9%	17,9%	24,3%	4,2%	15,0%	1,4%	20,7%	12,9%
Ocupação: Profissionais	11,5%	6,9%	43,1%	4,3%	62,2%	1,7%	17,4%	4,4%
Ocupação: Proprietários e empregadores	0,7%	0,2%	10,3%	0,2%	10,1%	0,4%	2,0%	0,3%
Média da Renda Domiciliar	2935	2261	9644	5134	14066	9159	4839	2311
Média da Renda Domiciliar na Classe Média	4972	3922	13220	8457	17213	11373	10838	5149

A Tabela 14 demonstra fortes diferenças socioeconômicas entre as três áreas pesquisadas. Em São Miguel Paulista, dos indivíduos com mais de 25 anos de

idade, 42,5% não completaram o ensino fundamental. Este grupo não chega a 20% da população do Tatuapé, sendo menor do que 10% no Itaim Bibi. No Itaim, a proporção de indivíduos com ensino superior (65,3%) é cerca de quatro vezes a proporção da região metropolitana (16,8%). Possuidores de diploma universitário são 42,3% no Tatuapé e apenas 9,2% em São Miguel Paulista.

No que tange às características da população ocupada, em São Miguel Paulista 40% são trabalhadores manuais. Além disso, o distrito se caracteriza por uma proporção de técnicos e de trabalhadores não-manuais superior à da metrópole como um todo. No Tatuapé, há uma sobrerrepresentação dos brancos destas categorias ocupacionais. Contudo, neste local a sobrerrepresentação maior é de profissionais e de proprietários e empregadores – categorias consideradas como formadoras da classe média. No Tatuapé, a classe média é 57,9% da população ocupada. A classe média é apenas um quinto da população de São Miguel (19,3%) e quase três quartos (74,5%) do Itaim Bibi.

Deve ser realçada a enorme distância entre as médias de renda domiciliar entre São Miguel e os outros dois locais pesquisados, mesmo em domicílios de classe média. Isto evidencia o fato de que trataremos de classes médias muito distintas no que tange à capacidade de consumo e de mobilização de capital, mesmo se tratando de indivíduos com realização educacional e inserção ocupacional muito semelhantes.

O local com menor desigualdade racial de renda é São Miguel Paulista (a renda média dos negros é 77% da dos brancos). No entanto, a desigualdade racial é maior no Tatuapé (a renda média dos negros é 53% da dos brancos) do que no Itaim Bibi (a renda média dos negros é 65% da dos brancos). É possível que isto esteja associado ao fato do Tatuapé ser um distrito com um processo mais recente de consolidação enquanto área nobre, abrigando maior diversificação social e maiores desigualdades.

Enquanto o Tatuapé e o Itaim Bibi são áreas eminentemente brancas, em São Miguel Paulista, com uma proporção de negros acima da média da Região Metropolitana, há significativa mistura. Pode-se dizer que o Tatuapé e o Itaim Bibi, que costumam ser definidos por qualificativos baseados em características geográficas ou de classe social – respectivamente, “centralidade emergente” e “área nobre tradicional” –, na verdade, caracterizam-se mais pela concentração de brancos do que pela concentração de classe média. Por exemplo, em ambas localidades há mais brancos cuja escolaridade não passa de ensino fundamental incompleto do que negros, estes últimos em qualquer escolaridade ou ocupação. Mais do que áreas de classe média e alta, Tatuapé e Itaim Bibi são áreas brancas.

4.2.2. Contato com entrevistados e situações das entrevistas

A baixa proporção de indivíduos de classe média em São Miguel Paulista e a ainda mais baixa proporção de negros no Itaim e no Tatuapé tornaram especialmente difícil a tarefa de encontrar possíveis entrevistados para nossa pesquisa. Para tentar contornar este empecilho, contratamos um prestador de serviços especializado em localizar indivíduos com determinados perfis ou atributos. Tais profissionais costumam prestar este tipo de serviço de “recrutamento de entrevistados” para empresas de pesquisas de opinião e pesquisas de mercado.

De modo geral, tais profissionais procedem da seguinte maneira. A princípio, recorrem a listas de pessoas que já responderam a outras pesquisas anteriormente. Entram em contato com estas pessoas perguntando se aceitam ser entrevistadas ou se podem indicar algum possível entrevistado que se enquadre no perfil almejado pela pesquisa em pauta. Em caso de não obterem sucesso em recrutar todos os entrevistados pretendidos através destas listas, os recrutadores fazem buscas em redes sociais ou abordam pessoas em pontos de fluxo (locais de grande movimento, estações de trem, metrô, terminais de ônibus, parques) nos quais acreditam terem maior probabilidade de encontrar indivíduos no perfil desejado. Para aqueles que aceitam ser entrevistados pela pesquisa, os recrutadores oferecem uma quantia em dinheiro, chamada de “incentivo”.

Os entrevistados são abordados com a informação de se tratar de uma pesquisa de doutorado em sociologia da Universidade de São Paulo que visa avaliar as práticas e usos que moradores de São Paulo fazem da cidade, incluindo aí sua trajetória pessoal, seus trajetos, deslocamentos e suas relações sociais. Além disso, esclarece-se que as entrevistas são gravadas, mas que é garantido total anonimato aos entrevistados.

O formulário com questões socioeconômicas mais gerais é aplicado a possíveis entrevistados pelos recrutadores. As informações destes formulários (chamados de “questionários de recrutamento”) foram, então, transmitidas a nós, para julgarmos se os atributos individuais estariam de acordo com o visado pela pesquisa. Uma vez obtida nossa confirmação, os recrutadores agendam nosso encontro com os entrevistados.

As entrevistas foram realizadas nos mais diversos locais. Das entrevistas de São Miguel Paulista, seis foram realizadas nos locais de trabalho dos entrevistados, quatro nas residências dos mesmos e outras quatro em locais públicos, como lanchonetes ou no campus da USP. No Tatuapé, uma entrevista foi rea-

lizada no trabalho e outra na casa das pessoas abordadas, três foram feitas em áreas comuns dos edifícios (hall de entrada, salão de festas) dos residentes e as restantes em cafés do Shopping Metrô Tatuapé. Das entrevistas do Itaim Bibi, uma foi realizada no trabalho do entrevistado, outra no salão de festas do prédio da entrevistada e as restantes em locais semi-públicos como Shoppings ou no SESC Pinheiros.

As entrevistas duravam cerca de uma hora e meia (sendo um pouco mais longas em São Miguel Paulista). Como a coleta de redes pessoais foi realizada no final da interação, muitas vezes os entrevistados já estavam cansados e preferiam responder verbalmente as perguntas sobre as características dos componentes das redes, em vez de anotar as respostas no formulário. Nestes casos, recuperamos as informações a partir das transcrições das gravações. É interessante notar, também, que alguns entrevistados rejeitavam empregar a categoria de cor “parda”, classificando a raça/cor de seus vínculos ou como “branca”, ou como “preta”.

Diferentemente de nossa expectativa, muitos entrevistados tiveram dificuldades de lidar com os mapas. Não conseguiam localizar determinados lugares, faziam marcações pouco específicas ou apenas circulavam os nomes de bairros ou distritos, em vez das localizações propriamente ditas. Provavelmente, isso decorre do fato dos indivíduos se orientarem mais por pontos de referências (como prédios, instituições etc.) do que pelo traçado de ruas e avenidas e delimitações geográficas e administrativas. Nos casos em que os entrevistados tinham dificuldades em lidar com os mapas, os topônimos mencionados foram levantados das transcrições das entrevistas e registrados pelo pesquisador.

4.2.3. Características gerais das pessoas entrevistadas

Durante o segundo semestre de 2016, foram realizadas 14 entrevistas com moradores de São Miguel Paulista. Considerando os parâmetros de seleção de entrevistados – indivíduos com ensino superior, exercendo ocupações profissionais ou proprietários –, foram realizadas 3 entrevistas com mulheres negras, 5 entrevistas com homens negros, 3 entrevistas com mulheres brancas, e 3 entrevistas com homens brancos.

Entre os meses de fevereiro e março de 2017, foram realizadas mais 14 entrevistas, 8 no Tatuapé (2 mulheres negras, 2 mulheres brancas, 2 homens negros, 2 homens brancos) e 6 no Itaim Bibi. Neste último local, não foram entrevistados

homens negros, dadas as enormes dificuldades dos recrutadores para encontrar tais indivíduos com as características requeridas.

A renda média dos entrevistados está compatível com a renda média de indivíduos de classe média de cada localidade. Não obstante, há significativa heterogeneidade nas rendas dos entrevistados. Em São Miguel Paulista, as rendas domiciliares variam de R\$ 3.000 a R\$ 10.000, no Tatuapé, de R\$ 5.000 a R\$ 30.000 e, no Itaim Bibi, R\$ 12.000 a R\$ 27.000. Ou seja, a maior heterogeneidade ocorre no Tatuapé e a menor no Itaim Bibi. Além disso, dentre o conjunto de entrevistados, o domicílio com maior renda em São Miguel Paulista não alcança o de menor renda do Itaim Bibi.

Dos seis funcionários públicos entrevistados, cinco são negros, cinco são moradores de São Miguel. Dos três empresários, dois são do Itaim Bibi e um do Tatuapé. Foram entrevistados quatro professores, três da rede pública, moradores de São Miguel, e um morador do Itaim Bibi que leciona em instituição privada.

A média de idade dos entrevistados é de 41,3 anos, o entrevistado mais velho possui 73 anos e a mais jovem tem 26 anos, ambos residem em São Miguel. Dos 28 entrevistados, 23 têm entre 30 e 50 anos de idade.

Os imóveis onde residem 23 dos 28 entrevistados são próprios e quitados. Moram em apartamento cinco dos seis entrevistados do Itaim Bibi, metade dos entrevistados do Tatuapé e apenas dois de São Miguel. Quase todos os entrevistados possuem automóveis, mas as entrevistas revelaram que o uso do carro para deslocamento cotidiano é mais prevalente entre os homens, ao passo que as mulheres se deslocam mais de transporte público.

Estas informações encontram-se compiladas nas Tabelas 14 (a seguir) e 15 (mais adiante). Os nomes dos entrevistados são todos fictícios.

Tabela 15: Características dos indivíduos entrevistados pela pesquisa qualitativa.

ID	Local	Gênero	Raça/ Cor	Curso Superior	Situação de Trabalho	Ocupação	Idade	Filhos	Renda Domiciliar	Pessoas no Domicílio
Joaquim	São Miguel	Masculino	Parda	Direito	Profissional Liberal	Advogado	60	4	5000	3
Amadeu	São Miguel	Masculino	Branca	Tecnologia da Informação	Empregado	Analista de Sistemas	27	Não	10000	4
Lucas	São Miguel	Masculino	Preta	Filosofia	Funcionário Público	Professor	37	Não	8000	3
Rebeca	São Miguel	Feminino	Preta	História	Funcionária Pública	Professora	45	1	7000	4
Regina	São Miguel	Feminino	Branca	Recursos Humanos	Empregada	Supervisora de Qualidade	45	Não	5000	3
Jessé	São Miguel	Masculino	Preta	Teologia	Empregado	Gestor de Negócios	36	2	3300	1
Santiago	São Miguel	Masculino	Preta	Jornalismo	Funcionário Público	Coordenador de Cultura	45	Não	3000	1
Rita	São Miguel	Feminino	Parda	Direito	Profissional Liberal	Advogada	39	1	4000	4
Luana	São Miguel	Feminino	Branca	Jornalismo	Empregada	Gerente de Vendas	23	Não	6000	3
Marcela	São Miguel	Feminino	Branca	Psicologia	Empregada	Psicóloga	35	Não	7000	2
Armando	São Miguel	Masculino	Branca	Odontologia	Profissional Liberal	Dentista Aposentado	73	3	10000	4
Lívia	São Miguel	Feminino	Parda	Matemática	Funcionária Pública	Professora	36		7000	3
Josué	São Miguel	Masculino	Parda	Matemática	Empregado	Analista de Sistemas	50	Não	8000	5

Glauco	São Miguel	Masculino	Branca	Enfermagem	Funcionário Público	Coordenador de Equipe	45	4500	1
Miriam	Tatuapé	Feminino	Branca	Artes Plásticas	Empregada	Assistente de Arte	47	6000	3
Fernanda	Tatuapé	Feminino	Branca	Jornalismo	Empregada	Gerente de Restaurante	38	8000	3
Alan	Tatuapé	Masculino	Branca	Jornalismo	Empregado	Assessor de Imprensa	30	10000	5
Diogo	Tatuapé	Masculino	Branca	Direito	Profissional Liberal	Advogado	34	30000	4
Milena	Tatuapé	Feminino	Parda	Redes de Computadores	Funcionária Pública	Operadora de Redes	26	5000	1
Sabrina	Tatuapé	Feminino	Parda	Gestão em RH	Empregada	Gestora de Pessoas	33	10000	3
Nei	Tatuapé	Masculino	Parda	Administração de Empresas	Empregado	Gerente de Compras	48	11700	4
Orlando	Tatuapé	Masculino	Parda	Química	Empresário	Empresário de Cosméticos	43	12000	3
Olavo	Itaim Bibi	Masculino	Branca	Fisioterapia	Empresário	Empresário de Saúde	38	15000	1
Eliana	Itaim Bibi	Feminino	Branca	Serviço Social	Empregada	Assistente social	50	27000	3
Izilda	Itaim Bibi	Feminino	Parda	Gestão Financeira	Empregada	Assistente Financeira	40	12000	3
Valter	Itaim Bibi	Masculino	Branca	Matemática	Empregado	Professor	46	20000	3
Ivana	Itaim Bibi	Feminino	Parda	Biologia	Empregada	Analista Microbiológica	42	15000	4
Elvira	Itaim Bibi	Feminino	Branca	Turismo	Empresária	Empresária de Confeções	48	15000	4

4.3. PARTE III: DESCRIÇÕES E ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

4.3.1. Introdução

Realizamos 28 entrevistas em três distintas localidades de São Paulo: 14 em São Miguel Paulista, oito no Tatuapé e seis no Itaim Bibi. As entrevistas versaram sobre diversas temáticas cujos conteúdos das respostas respaldariam análises de questões urbanas, de classe social e de desigualdades e relações raciais. Dentre os temas abordados, destacamos: origens familiares, infância e trajetória educacional, construção de projetos de vida e perspectivas; ingresso no ensino superior e vida universitária; trajetória ocupacional; percepções sobre classe social; trajetória residencial; formas de acesso à moradia; formas de locomoção na cidade; opiniões e representações sobre o bairro onde reside; relações de vizinhança e percepções sobre os vizinhos; locais onde os entrevistados almejavam viver; locais onde os entrevistados frequentam; situações de desrespeito e discriminação; redes pessoais e locais de moradia dos componentes das redes. As seções seguintes destacarão alguns dos achados mais relevantes das entrevistas semiestruturadas realizadas. Nossas análises pretendem evidenciar não apenas as peculiaridades das experiências dos moradores dos diferentes locais, mas também as diferenças raciais entre sujeitos de classe média.

Tendo em vista tais comparações e a intenção de revelar especificidades de determinadas categorias sociais, nossa pesquisa visou um equilíbrio na quantidade de negros e brancos e de homens e mulheres entrevistados. Entretanto, não foi possível atingir este equilíbrio em São Miguel Paulista, onde foram entrevistados 6 brancos e 8 negros (3 mulheres e 5 homens); e no Itaim Bibi, onde entrevistados 4 brancos (homens e mulheres) e apenas duas mulheres negras.

Nas próximas quatro seções, apresentaremos a descrição do material recolhido nas entrevistas segundo quatro blocos temáticos: (a) origens socioeconômicas e acesso à educação básica; (b) projetos e perspectivas e acesso à universidade e ao mercado de trabalho; (c) trajetórias residenciais, acesso à moradia e representações sobre a cidade; (d) situações de discriminação. As descrições em cada um destes blocos serão separadas de acordo com os três locais das entrevistas. Nos esforçaremos para realçar os aspectos que distinguem as experiências de negros e brancos em cada um dos blocos temáticos.

4.3.2. Origens familiares e educação básica

São Miguel Paulista

Diversas diferenciações puderam ser observadas acerca das origens familiares dos entrevistados negros e brancos de São Miguel Paulista. Um primeiro fator que chama atenção é que, de todos os 28 entrevistados, apenas três deles vieram de lares que não eram biparentais, os três são negros de São Miguel Paulista. Lucas e Jessé, tendo sido criados apenas pelas mães, são de lares monoparentais, ao passo que Santiago foi criado em um orfanato.

A migração nordestina é traço marcante nas origens familiares dos moradores de São Miguel Paulista, especialmente para o caso dos negros. Dentre estes, são filhos de migrantes Lucas, Josué, Rebeca e Rita. Joaquim e Lívia são, eles mesmos, migrantes. Dentre os brancos de São Miguel, Glauco é filho de migrantes nordestinos e Luana é neta destes.

Para avaliarmos pontos de partida socioeconômicos e herança de capital cultural de nossos entrevistados, consideramos, respectivamente, a ocupação dos pais e a existência de parentes com ensino superior na mesma geração familiar ou em gerações anteriores. De um modo geral, a origem socioeconômica dos entrevistados negros de São Miguel Paulista é mais baixa que entre os brancos. Os pais dos entrevistados negros tinham empregos públicos (p. ex., servente em escola pública) ou privados de baixa qualificação (p. ex., faxineira), ou eram pequenos proprietários (p. ex., ferro-velho). Dos seis entrevistados brancos, quatro eram filhos de proprietários ou profissionais (p. ex. pequeno comerciante, dentista) e as outras duas eram filhas de funcionários públicos ou privados de nível médio.

Cinco dos entrevistados negros são os primeiros a possuírem diploma de ensino superior em suas famílias (Joaquim, Santiago, Josué, Rita, Lívia). Os três restantes (Lucas, Rebeca, Jessé) não são os primeiros, mas fazem parte da primeira geração a entrar na universidade, ou seja, possuem irmãos ou primos com ensino superior.

“Da família paterna eu sou o único [com ensino superior]. Tenho dezenas de primos, mas nenhum deles se formou. Da família materna não fui o primeiro não. (...) Da parte branca tem [gente com ensino] superior, da parte negra sou o primeiro.” (Lucas)

Entre os brancos, apenas Luana foi a primeira da família a entrar na universidade. Glauco e Armando são casos de indivíduos que não foram os primeiros, mas que fazem parte da primeira geração da família a ingressar na faculdade. No entanto, deve-se notar que Armando cursou odontologia em uma universidade pública em 1967, época na qual o acesso à universidade era muito mais restrito. Nas famílias dos restantes (Amadeu, Marcela e Regina) há pessoas com diploma universitário na geração anterior a eles (pais ou tios), ou seja, há maior evidência de transmissão de capital cultural.

Três dos entrevistados brancos (Armando, Amadeu e Marcela) dizem fazer parte das primeiras famílias a se estabelecerem na região de São Miguel nas décadas de 1940 e 50 e há várias gerações apresentam posições sociais acima de média daquele contexto. Armando e Amadeu são, respectivamente, pai e filho. Armando, nascido em São Caetano do Sul, é filho de um comerciante atacadista de frutas que se estabeleceu em São Miguel para vender para indústrias, empresas e varejistas de grande parte da zona leste. Além disso, o pai exercia papéis de liderança na comunidade na época. Estudou na primeira (e única, na época) escola (pública) da região e formou-se em odontologia na Unesp (Universidade Estadual Paulista) de São José dos Campos. Os três filhos de Armando possuem ensino superior (Amadeu dentre eles).

Marcela vem de uma família de imigrantes alemães. Os bisavós “*compraram um terreno na Vila Progresso [bairro na parte sul de São Miguel Paulista] (...) [foram] uma das famílias fundadoras do bairro e lá ficaram desde então.*” Seus pais não possuem ensino superior, mas os tios têm diploma universitário.

Nas entrevistas com os negros, recorrentemente ouvimos um certo tipo de narrativa articulando dedicação aos estudos e sociabilidade na infância e adolescência: quase todos diziam que tinham grande interesse pelos estudos, muitas vezes incentivados pelos pais, e que, em função do fato de se concentrarem em estudar, não cultivavam muitas amizades com outras crianças e adolescentes.

“eu consegui ter um conhecimento que me distinguiu dos outros colegas, até me isolei por conta de ser uma “nerd” (Rebeca).

“Meu pai sempre entendeu que educação era uma coisa, por mais que ele tenha tido pouca, que poderia fazer com que nós tivéssemos uma vida um pouco melhor. E eu, diferentemente dos meus irmãos, busquei a educação como um meio de mudar socialmente. Então, assim, eu sempre fui muito ativo na área com a educação, sempre quis evoluir na área de educação. Porque eu sempre achei que ela ia me levar para lugares mais distantes” (Josué).

Não pretendemos aqui dar a entender que tais fatos não possam ser presentes nas trajetórias dos entrevistados brancos. O ponto é que este discurso é explícita e repetidamente afirmado pelos negros, como se estivessem enfatizando que estas eram características que os distinguiram no meio onde cresceram.

“eu procurava ser sempre o melhor da sala, pra eu poder enfrentar aquela questão de desigualdade” (Joaquim).

Quase todos os entrevistados de São Miguel, negros e brancos, estudaram em escolas públicas do distrito ou de imediações na zona leste. Nesse sentido, tivemos três exceções: Marcela, mencionada acima, cursou o ensino médio em um dos principais colégios particulares da região; O migrante Joaquim, de 60 anos, que, sendo filho de trabalhadores rurais, obteve bolsa em uma escola particular frequentada pela elite de sua cidade de origem, no agreste pernambucano; E a também migrante Lívia.

Esta última tem uma trajetória que destoa dos outros negros entrevistados em São Miguel. Filha de um despachante imobiliário e de uma funcionária pública da Receita Federal, Lívia nasceu em um lar de classe média na Zona Norte do Rio de Janeiro e cursou todo o ensino básico em colégios particulares cariocas e de Recife, para onde mudou-se na adolescência. Passou a morar em São Paulo após casar-se com um paulistano. Em sua criação era tido como obrigatório que ela deveria cursar o ensino superior.

“Pesquisador: Quando você decidiu que iria fazer faculdade?

Lívia: Eu já sabia que tinha que fazer a faculdade.

Pesquisador: Era uma coisa que seus pais falavam?

Lívia: Lógico! Eles pagaram escola particular pra mim a vida toda. E eu não iria fazer uma faculdade? Mas nem ia me enxergar na vida se eu não fizesse uma faculdade” (Lívia).

Em contraste com outros entrevistados negros de São Miguel Paulista. Este caso de Lívia é muito semelhante ao de entrevistados brancos do Tatuapé, que cresceram sabendo que iriam para a universidade, pensando o ensino superior como extensão quase que natural de seus estudos (conforme apresentaremos na próxima seção sobre universidade e mercado de trabalho).

Tatuapé

No Tatuapé, quase todos os entrevistados são filhos de profissionais ou proprietários (médico e donos de indústria, de lojas de laticínio, de salão de beleza), estudaram em escolas particulares, e tiveram parentes com ensino superior em gerações anteriores.

As principais variações com relação a este padrão ocorrem entre os negros. Os pais de Milena e Sabrina nem sempre foram proprietários: são funcionários públicos que decidiram investir em negócios próprios (salão de festas e taxis, respectivamente) paralelamente ao emprego público. Nei e Sabrina estudaram em escolas pública e fazem parte da primeira geração da família com ensino superior. Entre os brancos, a única exceção ao padrão descrito acima é Alan, que estudou em escolas públicas no ensino básico.

No conjunto de entrevistados do Tatuapé, talvez o principal fator de distinção entre brancos e negros é a origem residencial das famílias. Entre os negros, com exceção de Orlando, que é “nascido” no Tatuapé, todos vieram de localidades mais a leste, como Penha (Sabrina), São Miguel Paulista (Nei) e Ferraz de Vasconcelos (Milena). Entre os brancos, Miriam é proveniente da Bela Vista (na região central) e Diogo da Freguesia do Ó (na zona norte); os restantes, Fernanda e Alan, foram criados no próprio Tatuapé.

Itaim Bibi

Nossa análise do Itaim Bibi será prejudicada pela falta de entrevistados homens entre os negros, decorrentes das dificuldades de recrutamento de sujeitos com estas características no local. Considerando que a população desta área conta com menos de 2% de negros com ensino superior, as duas mulheres que se autoclassificam como de cor parda que entrevistamos representam casos raros, que merecem alguns comentários.

Ambas são irmãs e ensejaram uma questão não prevista no roteiro: “por que se classificavam como pardas?”, uma vez que pareciam brancas aos olhos do pesquisador. As duas responderam de forma semelhante: disseram que descendiam de uma família de migrantes nordestinos e que seus pais e, por consequência, elas certamente não seriam brancas. Todos os sete filhos deste casal de migrantes cresceram e estudaram em escolas públicas da região de Guaianases, na zona leste, cursaram ensino superior e possuem posição estável no mercado de trabalho.

Considerando a reduzida quantidade de entrevistados negros, a principal clivagem que pudemos observar no Itaim Bibi foi entre os três entrevistados originários de famílias com posições de classe média mais bem estabelecida e três entrevistados que viverem processos de ascensão social.

Fazem parte do primeiro grupo Olavo, Eliana e Elvira. São filhos de empregadores (donos de transportadoras, confecções etc). Estudaram em escolas particulares e foram criados, ou no próprio Itaim Bibi (como Elvira) ou em outros bairros de classe média, como Pinheiros (Eliana) ou nos condomínios da Granja Viana (Olavo).

O segundo grupo inclui as duas irmãs Ivana e Izilda, além de Valter, todos filhos de empregados, migrantes, e provenientes da zona leste. Valter foi criado no Tatuapé, cursou o ensino fundamental em escolas públicas e o ensino médio em escola particular. As irmãs cresceram na região de Guaianases e estudaram todo o ensino básico em escolas públicas.

Deve ser ressaltado, entretanto, que a experiência de acesso à universidade por membros das famílias não segue a clivagem delineada acima. Cabe aqui contrastar as quatro mulheres entrevistadas. As brancas, Eliana e Elvira, fazem parte da primeira geração de suas famílias a cursarem uma faculdade. Suas pais foram empresários bem-sucedidos a despeito de não terem cursado ensino superior. Os discursos destas entrevistadas nem mesmo revelam uma valorização do ensino superior enquanto ativo significativo para realização socioeconômica.

“Meu pai acreditava que era besteira estudar. Você tem que ter um comércio. (...) Pra que estudar? Ele queria que a gente tivesse qualificação para abrir um comércio, o que a gente quisesse ele abriria. Pra mim e pra minha irmã (...). Só que a minha irmã casou muito cedo, com 15 anos. (...) [E eu] Não sabia o que queria. Aí fui estudar no [Colégio] Santa Marcelina” (Eliana).

“(...) tem que ter um diploma. Pra quando vai servir? Não sei. Mas tem que ter um diplominha (...).” (Elvira)

Por outro lado, as irmãs negras têm pai e mãe com ensino superior. O casal teve sete filhos, e todos possuem diploma universitário e posição social de classe média. Ao que parece, para o caso das entrevistadas provenientes de família negra, o diploma representa um condicionante para o acesso à classe média, ao passo que isso não é necessariamente verdadeiro para as brancas, que herdariam patrimônios mais significativos independentemente de terem se graduado. Ou seja, podemos apontar a hipótese de que para brancos originários de famílias de

classe média, a transmissão do status de classe prescinde da conclusão do ensino superior.

4.3.3. Universidade, Trabalho e Realização Socioeconômica

São Miguel Paulista

Quase todos os entrevistados de São Miguel Paulista cursaram o ensino superior em universidades particulares. As exceções foram Armando (branco, 73 anos) e Josué (negro, 50 anos). O primeiro estudou odontologia na Unesp de São José dos Campos, de 1967 a 1970, uma época na qual a oferta de vagas em universidades particulares era muito menor. Josué estudou na Universidade de São Paulo (USP) no final dos anos 1980. Segundo o entrevistado, não havia outra alternativa para ele que não fosse a universidade pública. A princípio, pensava em estudar engenharia, mas como se tratava de uma graduação muito concorrida, além de ser um curso diurno, que o impediria de continuar trabalhando, optou pela licenciatura em matemática no período noturno.

Para os outros doze entrevistados de São Miguel Paulista, os principais fatores para a escolha de uma determinada universidade particular foram os valores das mensalidades e a proximidade com a casa ou local de trabalho.

“Distância e Desconto. E a empresa [onde eu trabalhava] pagava 50%, quando eu soube disso pensei: ‘tenho que fazer!’ (...) aí foi que eu consegui fazer. [Pela] questão do preço e de estar perto de casa” (Santiago).

Não obstante, dois deles mencionaram também o prestígio ou “renome” da universidade nos cursos nos quais se graduaram, como fator de escolha daquela instituição. Este é o caso de Amadeu e Glauco (brancos).

Iniciaram os estudos superiores mais próximos da “idade ideal”, ou seja, com menos de 20 anos Amadeu, Luana, Marcela (brancos), Rita e Lucas (negros). Este último cursou graduação em filosofia paga pela Igreja Católica, como parte da formação para o sacerdócio, vocação abandonada pelo entrevistado pouco depois da graduação. Com idades entre 20 e 25 anos, ingressaram no ensino superior Armando (branco), Josué, Rebeca e Lívia (negros). Deve-se notar, contudo, que as duas últimas tiveram trancamentos e interrupções na formação universitária, demorando para concluir seus cursos. Os entrevistados restantes

– Glauco, Regina (brancos), Joaquim, Jessé e Santiago (negros) – começaram o curso universitário depois dos 30 anos de idade quando já estavam inseridos no mercado de trabalho. Estes viam o ensino superior como uma forma de adquirir ativos para enfrentar a concorrência profissional no mercado de trabalho.

Ao avaliar as trajetórias ocupacionais, podemos observar diferenças raciais mais marcantes. A primeira que gostaríamos de ressaltar é o fato de que, com exceção de Glauco e Regina, todos os outros entrevistados brancos de São Miguel (Marcela, Amadeu, Luana, Armando) nunca tiveram experiência de atuar em trabalhos manuais ou não-manuais de nível baixo. Dos negros, Rebeca, Santiago, Joaquim, Jessé e Josué desempenharam trabalhos manuais ou não-manuais de nível baixo em suas trajetórias ocupacionais.

Contudo, as diferenças entre brancos e negros são mais explícitas quando consideramos a importância do emprego no serviço público para estes últimos. Dos entrevistados brancos, apenas Glauco é funcionário público, os outros brancos nunca tiveram emprego público. Dentre os negros, Lucas, Rebeca, Lívia (professores) e Santiago (coordenados de projetos culturais em uma escola) possuem empregos públicos. Joaquim já foi funcionário público da extinta CMTC (Companhia Municipal de Transporte Coletivo).

Para estes entrevistados negros, o emprego estatal foi fundamental para as possibilidades de realização pessoal e socioeconômica, como atestam as palavras de Rebeca:

“o Estado foi como um pai para mim, porque ali eu aprendi a dar aula (...) desde o primeiro ano da faculdade (...), então eu consegui começar a pagar a faculdade, dando aula, e assim consegui me formar” (Rebeca).

Esta entrevistada, depois de diversos empregos precários e de baixa qualificação, finalmente teve um emprego estável que a permitiu exercer o conhecimento que sempre cultivou em sua formação familiar e escolar. A importância do Estado é semelhante para a trajetória do Santiago: os únicos empregos formais e estáveis de sua trajetória foram públicos. Lucas e Lívia nunca trabalharam em empregos que não fossem públicos. Deve ser ponderado o fato de que todos estes exemplos são de professores e profissionais da educação, atividade cujo principal empregador é o Estado. Porém, é também de grande relevância o fato de que, em suas carreiras, nenhum deles nunca ter dado aulas em escolas particulares (diferentemente de Valter, o professor branco, morador do Itaim Bibi, que lecionou em escola pública apenas no início de sua carreira).

A respeito do magistério, deve ser mencionado ainda o fato de que tanto Josué quanto Joaquim já terem lecionado como forma de complementar suas rendas. Além disso, Jessé já pensou em ser professor, tendo iniciado o curso normal no final do seu ensino médio. No entanto, ele acabou por desistir da possível carreira com o início da obrigatoriedade de curso superior para o magistério.

Ou seja, dos oito entrevistados negros de São Miguel, sete têm algum tipo de envolvimento com o magistério. É como se fosse uma “guarnição”, uma aposta no capital cultural como uma forma de “patrimônio” ao qual se pode recorrer. Os conhecimentos que lhes conferem a possibilidade de lecionar é um tipo de ativo que os distingue naquele contexto social e lhes garante uma inserção profissional.

Uma última questão que gostaríamos de chamar atenção nesta explanação sobre a inserção no mercado de trabalho dos entrevistados de São Miguel Paulista é o momento de ascensão social em suas trajetórias ocupacionais. Dois padrões foram identificados. Um deles diz respeito ao momento em que estes obtêm um emprego público, como nos casos de Rebeca, Santiago e Joaquim, descritos acima, nos quais o emprego público foi condição para o acesso à universidade. No outro, trata-se dos indivíduos que entram “tardamente” na faculdade e obtêm ganhos de posição no mercado de trabalho a partir disso, como no caso de Regina. O caso de Glauco é um misto de ambos, ele ingressou em uma empresa pública e, a partir da obtenção do diploma, pôde ascender nesta empresa.

Em todas as entrevistas perguntamos a nossos interlocutores sobre projetos de vida que eles cultivavam quando eram mais jovens. Embora houvessem grandes variações em tais projetos de vida, quase todos disseram que desejavam prosseguir os estudos. De fato, prosseguiram, mas não necessariamente do modo como imaginavam.

Os entrevistados cujas trajetórias de realização se assemelhou ao que vislumbravam quando mais jovens foram os de Amadeu, Armando, Marcela (brancos), Rita e Rebeca (negras). Com exceção de Rebeca (que enfrentou os percalços acima descritos e não realizou o desejo de sair de São Miguel), tratam-se de indivíduos que partiram de famílias com posição econômica de classe média e ingressaram no ensino superior logo depois ou pouco depois de concluírem o ensino básico.

Glauco e de Luana (brancos) realizaram o anseio de concluir o ensino superior, mas não fizeram o curso que imaginavam. Glauco desejava estudar medicina e cursou enfermagem, Luana prestou vestibular para história e não passou,

vindo a cursar jornalismo em virtude de uma oportunidade de bolsa. Nenhum dos dois atua na área na qual foram formados.

Os casos restantes – Joaquim, Lucas, Jessé, Santiago, Livia, Josué (negros) e Regina (branca) – tratam-se de indivíduos cujos projetos foram mudando de acordo com diferentes conjunturas de suas vidas. Alguns passaram por circunstâncias que os forçaram mudanças de rumo. Joaquim, quando jovem, desejava estudar agronomia e trabalhar com agricultura em Pernambuco, mas migrou para São Paulo pressionado pela família. Quando finalmente estava ascendeu socialmente com o emprego público na CMTC, a companhia foi fechada pela Prefeitura de São Paulo. Recebendo a indenização pela demissão, pagou a faculdade de direito, mas “*Na realidade(...), esperava uma ascensão melhor*”.

No caso de Livia, a gravidez aos 17 anos marcou sua trajetória:

“Vislumbrar o futuro? Demorou! Eu tenho um filho de 18 anos. Fiquei grávida com 17. Antes de ter ele eu me via em um futuro independente, mas com 18 eu estava com bebê no colo. Na hora de fazer a faculdade, eu não me imaginava professora, (...) [matemática] é um curso que tem menor concorrência. Por que não adiantava querer ser doutora, fazer faculdade de medicina, (...) Quando comecei a fazer matemática ainda estava imatura, (...) não queria aposentar no Estado, não” (Livia).

Os outros entrevistados demonstram satisfação com o curso das mudanças. Este é o caso de Josué que trocou engenharia pela licenciatura em matemática, mas considera-se profissionalmente bem-sucedido; Lucas que desistiu de ser padre para ser professor e hoje cultiva o projeto de ascender a um cargo de coordenação ou direção; Jessé desistiu do direito para cursar teologia e exercer um posto de influência em sua igreja; ou Regina, que adiou o plano de morar na praia para cultivar ambições de carreira.

Ao serem instados a avaliar suas respectivas realizações socioeconômicas e se autoidentificar em termos de classe social, as respostas foram bem variadas. Mas a alusão ao local de moradia manifestou-se como fator fundamental para a identidade de classe social. As respostas também tiveram significativa variação segundo a raça do entrevistado. Por exemplo, nenhum negro afirmou categoricamente que pertencia à “classe média”.

Por outro lado, Regina, Armando e Amadeu (brancos) declaram pertencer à “classe média”.

“Classe média. Porque eu moro numa casa própria, eu tenho um emprego, eu sou formada, eu tenho o meu carro, a minha família tem casa na praia, eu tenho essa pos-

sibilidade de viajar várias vezes no ano pra lá. Eu passo o verão inteiro lá. Então eu acho que sou classe média” (Regina).

Entre os negros, Rita e Santiago disseram ser “de classe baixa” ou “pobre”. Os restantes dividem-se entre “classe C” ou “classe média baixa”, cujas justificativas aludem explicitamente ao local onde moram. Lívia, Lucas e Joaquim dizem fazer parte da “Classe C”:

“eu acho que sou o classe média C, por que o B está lá no Tatuapé” (Lívia).

Rebeca, Josué, Jessé (negros), Marcela, Luana e Glauco (brancos) definem-se como classe média baixa. Mas as justificativas variam em nuances muito reveladoras de como os entrevistados enxergam suas experiências e posições na sociedade. Luana aponta para o local de residência e renda:

“Eu sou de classe média baixa. Primeiro por causa da localização, apesar de ter carro, ensino superior, casa própria. Ainda assim classe média baixa, por conta da localização. Acho que o salário da minha família não chega a ser um salário tão grande, uma renda muito alta, então acho que classe média baixa” (Luana).

A justificativa de Josué trata da localização e renda, mas acrescenta um descompasso entre realização cultural e realização socioeconômica.

Pesquisador: “Mas porque você acha que você é classe média baixa?”

Josué: “Financeiramente, eu acho. Eu acho que uma renda de 6 mil reais é classe média baixa. Mas se você for consumir o que precisa consumir, não digo de roupa, digo de consumir cultura e você ter o seu carro para você sair e você morar bem. Morar bem no bairro que você queira morar com uma infraestrutura melhor. [Isso] pra mim já me qualifica como um sujeito de classe média baixa: morar onde eu moro. (...) Agora se você falar assim pra mim, como é que você se considera em termos de consumir cultura, de estudo, de formação, aí eu vou subir um pouquinho, ao nível classe média, porque eu acho que eu consigo me igualar. Eu acho que tem sujeito de classe média que tem muito pouca informação” (Josué).

Este descompasso entre cultura e realização socioeconômica também está presente na explicação de Rebeca, que ganha conotações políticas:

“Então eu fui conseguindo esse conhecimento e ao mesmo tempo (...) eu fui me distanciando das massas. Eu percebi que existia o popular, e eu não fazia mais parte desse popular, eu fazia parte de uma ‘elite discriminada’ – vamos chamar assim. Não

era uma elite financeira, que, aliás, é idiota para caramba. É essa elite intelectual, que tende mais à esquerda mesmo” (Rebeca).

Tatuapé

No Tatuapé, todos os entrevistados estudaram em universidades particulares. O momento de escolha e entrada na universidade também é um fator de diferenciação entre negros e brancos. Na narrativa dos brancos do Tatuapé, a entrada no ensino superior apareceu como parte de um processo de concretização de planos, de colocar projetos em prática. Na família de Diogo, por exemplo, era dado como certo que todos os filhos deveriam seguir os estudos e ter uma profissão. Bastava que escolhessem a profissão que os pais apoiariam.

“[Éramos] sempre incentivados. Eles falavam: ‘Oh meu, você decide o que você quer da vida, você tem que fazer alguma coisa!’” (Diogo).

Assim, os brancos do Tatuapé, quando não entraram na faculdade logo em seguida do ensino médio, fizeram um ano de cursinho pré-vestibular neste intervalo. Ao serem perguntados as razões de escolherem aquela instituição de ensino, enfatizavam o fato de ser uma boa universidade, com prestígio na área que desejavam seguir carreira.

Para os negros a entrada na universidade soou mais como uma carência que se impunha ou uma oportunidade que não podia ser desperdiçada: uma questão de necessidade gerada a partir do trabalho e de necessidades materiais. Ao ser perguntado sobre as razões de escolher aquela instituição de ensino superior, Orlando (negro) respondeu:

“Eu precisava urgente. Na época não tinha muitas opções, então eu prestei umas duas, três vezes, já estava desgastado. Não queria fazer USP, eu já não me colocava isso. [Isso] era pra cara novinho, que está começando, que é filhinho de papai. Como eu já tinha uma casa [para sustentar], eu falei que o que aparecesse primeiro eu iria” (Orlando).

Sabrina e Milena, as duas entrevistadas negras do Tatuapé, mudaram de universidade por causa de razões de socialização com colegas. Sabrina decidiu cursar o ensino superior depois de ter sido contratada por uma empresa multinacional: “*Eu fui pensar em carreira quando eu entrei na [multinacional]*”. Cursou o primeiro ano de administração em uma universidade escolhida por ser barata.

Mas desistiu deste curso: “*eu não gostei da faculdade, não gostei das pessoas, eu ia mesmo (...) por conta da profissão*”. Abandonando este curso, ela decidiu por uma graduação semipresencial em Gestão de Recursos Humanos.

O caso de Milena envolve mudanças mais radicais. Na verdade, ela pode ser considerada uma exceção entre os negros, pois tinha planos desde bem jovem e ingressou na universidade logo depois do ensino médio, visando concretizá-los. Na adolescência, desejava estudar Cinema, curso cujas únicas alternativas seriam a FAAP (uma das instituições mais caras de São Paulo) ou a USP. Ela abandonou esta ideia uma vez que a primeira seria muito cara e a segunda “*muito difícil de passar*”, além de que ambas envolveriam um grande deslocamento, uma vez que Milena é originária do município de Ferraz de Vasconcelos, na parte leste da região metropolitana. Como alternativa, a entrevistada optou por uma possibilidade mais barata, mais próxima e com vestibular mais fácil de passar: o curso de Rádio e TV em uma universidade particular de Mogi das Cruzes, município que constitui importante centralidade a leste da metrópole. Entretanto, por conta dos referidos problemas de sociabilidade (os quais trataremos em maior detalhe na seção sobre discriminação), ela desistiu da faculdade logo no primeiro ano e começou a trabalhar com operadora de telemarketing. Após um tempo apenas trabalhando, decidiu cursar uma graduação em Redes de Computadores em uma instituição privada especializada em tecnologia localizada no bairro do Aclimação, em São Paulo, desta vez escolhida pelo seu prestígio na área. Depois de ter passado por empregos ligados à informática por curtos períodos, Milena é hoje, tal como foram seus pais, funcionária pública, a única dentre os entrevistados do Tatuapé.

Sabrina e Nei representam casos de ascensão dentro de uma mesma empresa. A primeira, depois de uma série de trabalhos não-manuais de baixa qualificação (como vendedora de loja de roupas e operadora de telemarketing), há doze anos entrou em uma multinacional como auxiliar de escritório e hoje coordena equipes da área de vendas desta empresa. Nei, oriundo do Rio de Janeiro, já teve todo tipo de trabalho (proprietário de fotocopiadora, segurança do metrô do Rio, técnico de equipamentos de fotografia etc.). Desde que mudou para São Paulo, há quinze anos, trabalha em uma empresa de construção civil. Entrou como encarregado de canteiro de obras, passou a auxiliar administrativo e hoje é gerente de compras.

Orlando, filho de proprietários de um comércio de laticínios, com curso técnico e graduação em química, alternou entre trabalhos nesta área como funcionário de indústrias e o comércio de laticínios de sua família. Atualmente possui

uma firma de manufatura de produtos para salão de beleza. Mas não possui funcionários, ele mesmo produz e vende suas mercadorias de forma autônoma.

As trajetórias ocupacionais dos entrevistados brancos são mais homogêneas: entraram “cedo” na universidade e exerceram a mesma profissão desde o estágio da faculdade, com pequenas variações. Miriam desde a faculdade trabalhou com arte em jornais, mas teve apenas dois empregadores: um deles até 2009, o outro a partir de então.

Alan e Fernanda, formados em jornalismo, passaram por diversos empregos. Alan sempre trabalhou com jornalismo e assessoria de comunicação em jornais e empresas privadas. Hoje é assessor de imprensa de uma universidade particular. A maior parte dos empregos de Fernanda foi na área de comunicação ou produção cultural. Contudo, já foi dona de empresa de comércio *online* de produtos para maquiagem por quatro anos. Hoje é assessora de imprensa e coordenadora administrativa de um restaurante.

Diogo é o caso do empresário bem-sucedido. Começou com um pequeno escritório de advocacia no Tatuapé que, em doze anos, cresceu bastante, possuindo, hoje, 26 funcionários.

Com relação à identidade de classe, seis dos entrevistados disseram pertencer à “classe média” ou à “classe média alta”. Em claro contraste com os moradores de São Miguel Paulista, aqueles que se identificam como “classe média alta” são todos negros (Milena, Sabrina e Orlando). Mas as justificativas destes foram muito semelhantes àsquelas dadas pelos que se se identificam apenas como “classe média”: remetem a condição e local de moradia, consumo e estilo de vida (ou, nas palavras de vários entrevistados, “*ter algumas regalias*”).

“Moramos num prédio que o condomínio não é baixo. Temos salão de festa, sauna, academia. E não é qualquer um que tem isso disponível. E tem segurança 24 horas. Tem dois carros. Ter o que quer, comer o que quer. Você se torna da classe A quando você não liga para o que está gastando. Eu ainda tenho que fazer conta. (...) A gente passa certos apertos” (Orlando).

“Eu acho que sou de uma classe social média por morar onde eu moro com a renda que eu tenho (...)” (Alan).

É interessante notar que dois dos entrevistados, Nei e Milena (negros), mencionaram o fato de terem um emprego, como indicador de sua posição de classe.

“Eu diria média alta, porque na minha família nós somos quatro e três trabalham” (Milena).

“Trabalho, não dependo de ninguém” (Nei).

Este último acrescentou como evidência de que estava na classe média o fato de possuir um convênio médico.

“Aí teve um convênio médico para mim, para a minha família (...) Hoje, eu posso dizer, não sou rico. Mas, me sinto rico ao mesmo tempo, pois tenho saúde” (Nei).

Ou seja, os serviços privados de assistência médica lhes conferem segurança com relação a sua saúde e de seus familiares, sendo considerados um relevante fator de distinção para com aqueles que só podem recorrer aos equipamentos de saúde pública.

Os entrevistados do Tatuapé que não disseram ser “classe média” ou “classe média alta” foram Diogo – que acredita estar entre a classe A e B – e Miriam. Esta última considera-se “*classe média um pouco pra baixo*” porque a pensão paga pelo ex-marido representa grande parte da renda do domicílio.

Itaim Bibi

As trajetórias dos entrevistados do Itaim Bibi revelam distintas relações entre trabalho e ensino superior. Elvira e Eliana, como vimos, vieram de famílias que não davam tanto valor ao diploma universitário. No entanto, a primeira, mesmo não tendo certeza sobre quando seu diploma seria útil e tendo um interesse maior na área de comunicação, cursou Turismo em uma universidade privada da Vila Olímpia e, durante dez anos, trabalhou com hotelaria e eventos. Após este período, abriu uma empresa de confecções, mesmo ramo no qual seu pai atuou.

Eliana foi dona de casa durante o período em que foi casada. Chegou a estudar pedagogia em uma universidade federal da região norte, onde morava na época. Mas nunca trabalhou nesta área. Quando se separou e voltou para São Paulo e procurou trabalho, mas sentiu-se muito desqualificada pois não conseguia emprego nem para assistente de professor. Então, decidiu fazer outra faculdade, de serviço social, porque seria um curso rápido e porque desejava “*ajudar as pessoas*”. Matriculou-se num curso uma instituição privada em Pinheiros, que

era considerada uma boa faculdade. Enquanto fazia o curso, trabalhava em um banco e cuidava dos filhos. Ainda durante a faculdade, obteve emprego como assistente social de uma empresa de laboratórios de análises clínicas, onde passou muitos anos. Hoje, é assistente social de um grande hospital privado.

Olavo afirmou que desde adolescente “queria ir para a área da saúde, mas tinha um tino comercial absurdo”. Após o ensino médio, cursou três anos de zootecnia na Unesp (Universidade Estadual Paulista). Desistiu do curso porque não era o que desejava, voltou para São Paulo para estudar fisioterapia em uma instituição particular renomada nesta área. Formado, teve consultórios em Alphaville e no Itaim Bibi, o qual ainda mantêm. Hoje ele é sócio de uma empresa que oferece serviços personalizados de condicionamento físico e atendimento médico para um público altamente elitizado. Olavo diz, orgulhoso: “Nunca tive chefe”.

Os três entrevistados do Itaim Bibi oriundos da Zona Leste e que viveram processos de ascensão social, tomaram decisões sobre seus projetos de carreira a partir de experiências de trabalho.

Valter, quando jovem, desejava ser engenheiro. No entanto, começou a lecionar como professor substituto em escolas públicas da zona leste para pagar seu curso superior de engenharia, em instituição privada na Liberdade. Abandonou a engenharia, mudou-se para o interior de Minas Gerais, onde cursou licenciatura em matemática e atuou como professor da rede pública daquele estado. Voltando a São Paulo, passou a lecionar em escolas particulares, primeiramente no Tatuapé e, em seguida, no Alto de Pinheiros, onde trabalha atualmente.

Ivana desejava ser professora de Biologia. Formou-se em uma universidade privada de Mogi das Cruzes.

“Na verdade, eu queria fazer USP. Prestei e passei na primeira fase. Na segunda, eu não tinha um bom cursinho, então eu sabia que não ia passar e eu fiz por fazer (...) Aí eu comecei a pesquisar faculdades próximo da minha casa (...) os meus irmãos faziam [faculdade em Mogi das Cruzes]” (Ivana).

Durante a graduação, Ivana também lecionava como professora substituta em escolas públicas. Ao deparar-se com um aluno armado em sala de aula, mudou seus objetivos de carreira.

“Aí meu pai falou assim: ‘você está passando fome?’ Eu falei: ‘não’. ‘Então porque você está nessa área?’ E eu disse: ‘porque eu queria ser professora.’ Aí ele disse: ‘você sendo professora você vai passar por isso. Você vai entrar em contato com vários ní-

veis sociais, com violência'. Quando você estuda Biologia você tem que estagiar tanto no magistério quanto na área de atuação do biólogo. Eu estagiei em várias áreas, mas uma que me chamou a atenção foi Microbiologia (...) Aí eu entrei nessa área e não saí mais" (Ivana).

A partir de um estágio obtido nesta área na zona oeste de São Paulo, Ivana mudou-se para o apartamento de um irmão no Itaim Bibi e tem trabalhado com microbiologia em indústrias farmacêuticas localizadas no entorno da Marginal Pinheiros.

A trajetória de um irmão mais velho que foi morar na região do Itaim Bibi foi de grande importância para favorecer a mobilidade social e urbana de Ivana e de sua irmã Izilda. O apartamento deste irmão foi um primeiro "entreposto" que facilitou às duas entrevistadas o acesso à educação superior e ao mercado de trabalho. Ao obter os primeiros trabalhos ou frequentar faculdade nas zonas oeste e sul, costumavam passar os dias de semana no apartamento deste irmão e retornar para casa dos pais apenas nos finais de semana.

Izilda, obteve seu primeiro emprego na área administrativa de um escritório de advocacia localizado na avenida Paulista. Para ter mais fácil acesso ao trabalho, foi morar com sua irmã neste apartamento do Itaim Bibi. A partir das atividades que desempenhava, ela decidiu que gostaria de estudar Administração: "*no trabalho que eu decidi o que eu ia seguir*" (Izilda). Matriculou-se em uma universidade privada localizada no próprio Itaim Bibi, uma vez que seria fácil o acesso.

No que tange à identidade de classe, metade dos entrevistados disseram pertencer à "classe média" (Elvira, Valter e Ivana), a outra metade afirmou ser "classe A ou B" (Olavo, Eliana e Izilda). Mas as justificativas foram muito semelhantes.

4.3.4. Experiências e Representações sobre a cidade

Nesta seção, trataremos de algumas características da experiência urbana dos indivíduos entrevistados, como forma de aquisição da moradia, locais onde residiu, forma de locomoção e relações com vizinhos. Abordaremos também representações sobre locais da cidade, em especial, sobre o bairro onde residem, como resultado das perguntas sobre opiniões sobre o bairro e os vizinhos, das razões pela escolha daquela local para viver e sobre em quais outros lugares da

metrópole a pessoa entrevistada escolheria viver. A exemplo das seções anteriores, trataremos separadamente dos casos de moradores de São Miguel Paulista, do Tatuapé e do Itaim Bibi, sempre tentando enfatizar as diferenças das experiências e representações dos entrevistados negros para com os brancos. Algumas informações sobre moradia e condições de locomoção encontram-se sintetizadas na Tabela 15.

São Miguel Paulista

A análise da trajetória residencial dos entrevistados revela uma forte fixação espacial da maior parte das histórias de vida em São Miguel Paulista ou em outras partes da zona leste. Rita (negra), Amadeu, Armando, Regina, Luana, Marcela, Glauco (brancos) passaram praticamente a vida inteira em São Miguel Paulista (alguns deles vivendo na mesma casa). Há os casos de indivíduos que moraram em outros locais e retornaram para a casa da família, como Lucas, Rebeca e Josué (negros).

O local da casa dos pais é, nesse sentido, uma referência importantíssima a orientar a trajetória residencial dos entrevistados: trata-se do vínculo afetivo familiar. Josué, Rita, Luana, Regina e Amadeu (nenhum deles casado) moram com os pais. Marcela e Glauco alugam imóveis próximos à casa dos pais. Josué, Lucas, e Rebeca, moraram em outros locais, mas retornaram à casa da família, na qual fizeram reformas.

Tabela 16: Características de moradia e locomoção dos indivíduos entrevistados pela pesquisa qualitativa.

Nome	Local	Gênero	Raça/Cor	Tipo de Imóvel	Condição de Propriedade	Veículo Automotor	Locomoção Cotidiana
Joaquim	São Miguel	Masculino	Parda	Casa	Próprio Quitado	Carro	Transporte Coletivo
Amadeu	São Miguel	Masculino	Branca	Casa	Próprio Quitado	Carro	Carro
Lucas	São Miguel	Masculino	Preta	Casa	Próprio Quitado	Não	Transporte Coletivo
Rebeca	São Miguel	Feminino	Preta	Casa	Próprio Quitado	Carro	Carro
Regina	São Miguel	Feminino	Branca	Casa	Próprio Quitado	Carro	Transporte Coletivo
Jessé	São Miguel	Masculino	Preta	Casa	Alugada	Não	Transporte Coletivo
Santiago	São Miguel	Masculino	Preta	Casa	Próprio Quitado	Não	Transporte Coletivo
Rita	São Miguel	Feminino	Parda	Casa	Próprio Quitado	Carro	Carro
Luana	São Miguel	Feminino	Branca	Casa	Próprio Quitado	Carro	Transporte Coletivo
Marcela	São Miguel	Feminino	Branca	Casa	Alugada	Carro	Transporte Coletivo
Armando	São Miguel	Masculino	Branca	Casa	Próprio Quitado	Carro	Carro
Lívia	São Miguel	Feminino	Parda	Apartamento	Próprio Financiado	Carro	Carro
Josué	São Miguel	Masculino	Parda	Casa	Próprio Quitado	Carro	Carro
Glauco	São Miguel	Masculino	Branca	Apartamento	Alugado	Não	Transporte Coletivo
Miriam	Tatuapé	Feminino	Branca	Apartamento	Alugada	Carro	Carro
Fernanda	Tatuapé	Feminino	Branca	Casa	Próprio Quitado	Carro	Carro

Alan	Tatuapé	Masculino	Branca	Apartamento	Próprio Quitado	Não	Transporte Coletivo
Diogo	Tatuapé	Masculino	Branca	Apartamento	Próprio Quitado	Carro	Carro
Milena	Tatuapé	Feminino	Parda	Apartamento	Próprio Financiado	Carro	Transporte Coletivo
Sabrina	Tatuapé	Feminino	Parda	Casa	Próprio Quitado	Carro	Transporte Coletivo
Nei	Tatuapé	Masculino	Parda	Casa	Próprio Quitado	Carro	Transporte Coletivo
Orlando	Tatuapé	Masculino	Parda	Apartamento	Próprio Quitado	Carro	Transporte Coletivo
Olavo	Itaim Bibi	Masculino	Branca	Apartamento	Alugado	Carro	Carro
Eliana	Itaim Bibi	Feminino	Branca	Apartamento	Próprio Quitado	Carro	Transporte Coletivo
Izilda	Itaim Bibi	Feminino	Parda	Apartamento	Próprio Quitado	Não	Transporte Coletivo
Valter	Itaim Bibi	Masculino	Branca	Apartamento	Próprio Quitado	Motocicleta	Motocicleta
Ivana	Itaim Bibi	Feminino	Parda	Apartamento	Próprio Quitado	Carro	Carro
Elvira	Itaim Bibi	Feminino	Branca	Casa	Próprio Quitado	Carro	Carro

Os casos de Lucas e de Rebeca revelam outro fator de relevância da casa dos pais, para além do vínculo afetivo, trata-se também do patrimônio que herdaram ou herdarão, a oportunidade de acesso ao patrimônio. Ambos viveram em outros bairros na zona leste antes de retornarem (ela em Guaianases e na Vila Curuçá; ele em seminários em São Mateus, Ermelino Matarazzo e Penha). Com a morte dos pais, Rebeca herdou a casa. Já Lucas, que vive com a mãe, juntou suas economias e, assim que teve a oportunidade, adquiriu as parcelas dos tios na herança da casa. Josué foi o único dos entrevistados que teve a experiência de residir fora da zona leste, tendo morado em bairros como Consolação e Santa Cecília, além da moradia estudantil da USP, no Butantã. Retornou para a casa da família por conta das condições de saúde de seus pais. Como veremos, é muito provável que esta vivência esteja associada com opiniões e representações sobre o bairro e outros lugares da metrópole.

Há quatro casos de entrevistados que adquiram seus próprios imóveis independentemente do local de residência dos pais. Tratam-se de Joaquim, Jessé, Livia e Santiago. Joaquim (tal como os ancestrais de boa parte de nossos entrevistados) migrou do Nordeste para São Paulo na década de 1970 e passou a morar em imóvel alugado na região de Artur Alvim. Juntou economias e adquiriu um terreno em São Miguel, no qual construiu sua casa. Jessé, morava de aluguel no bairro e, em 2009, ganhou um prêmio em dinheiro em um programa de televisão, com o qual comprou um terreno em Ferraz de Vasconcelos, onde construiu uma casa para sua família. Hoje, recém-divorciado, aluga uma casa em São Miguel. Ambos são casos de indivíduos que pagavam aluguel e adquiriam terrenos em locais mais distantes das centralidades do que aqueles onde moravam anteriormente.

Um caminho inverso – de um local mais distante do centro para outros mais próximos – foi feito por Livia, mas através de outra modalidade de aquisição: o financiamento através de política pública de habitação. Migrante como Joaquim, ao chegar em São Paulo foi morar em uma casa alugada no Itaim Paulista (que, segundo ela, era “*um fuá*”). Descontente com essa má experiência de moradia, começou a pesquisar apartamentos que ela pudesse financiar através do Programa Minha Casa Minha Vida e, ao mesmo tempo, mudou-se para outra casa alugada na Vila Curuçá.

“Porque eu estava desesperada pra sair daquela vizinhança, e eu procurei nas imobiliárias e eu queria ir mais pra frente mesmo. E a Curuçá já ficava no caminho do meu trabalho. Quando a gente foi (...) já estávamos pagando apartamento. (...) Tudo era mais caro do que no Itaim [Paulista] (...) Mas eu falei: ‘pra ficar longe daquilo lá eu pago’. E faltava pouco para entregar o apartamento que compramos na planta. Foi a

época de maior aperto. Chegamos a vender o carro que nós tínhamos para poder dar conta de pagar tudo. (...) Porque o apartamento não é só a mensalidade, tem a reforma, materiais” (Lívia).

Lívia e sua família mudaram para o apartamento em 2013, e continuam pagando o financiamento do Minha Casa Minha Vida. Já Santiago, depois de ter passado a infância em um orfanato na cidade de Poá e vivido em uma série de habitações precárias em diversos locais da zona leste, também financiou a casa onde vive. Mas, no seu caso, o empréstimo foi contraído através da autarquia municipal da qual foi funcionário.

Porém, Santiago e Lívia, são exceções ao adquirir imóveis em locais com valor mais alto do que aqueles onde anteriormente residiam. O que parece ser a regra é a aquisição de imóveis em locais com valores mais baixos e expectativa de valorização. Este também é o caso dos entrevistados que possuem mais de um imóvel: o segundo imóvel é sempre em locais de menores valores da terra. Joaquim está pagando o financiamento de um imóvel em Mogi das Cruzes, Lucas, Jessé e Regina compraram terrenos no litoral.

No que tange aos modos de locomoção pela cidade, chama atenção o fato de que mais da metade dos entrevistados preferem se locomover de transporte coletivo, mesmo alguns deles possuindo automóvel. Do grupo de entrevistados de São Miguel, apenas Rebeca, Lívia, Josué, Rita, Amadeu deslocam-se principalmente de automóvel. Estes três últimos trabalham em localidades mais centrais e usam o carro para ir ao trabalho.

As opiniões expressas pelos entrevistados demonstram que, salvo poucas exceções, possuem um grande apreço pelo distrito onde residem. Praticamente todos os aludiram ao caráter de centralidade de São Miguel Paulista como sendo seu principal aspecto positivo. A maioria mencionou, orgulhosa, o fato do centro de São Miguel ser um lugar que “tem de tudo”, sendo um dos principais polos comerciais de São Paulo, e atraindo pessoas de diversas partes da zona leste, que lá poderiam encontrar todo tipo de comércio e serviços.

“Eu acho que São Miguel é um bairro muito completo, é um bairro que a gente tem uma diversidade, (...) nós temos bastantes escolas estaduais, escolas municipais, temos uma universidade [privada], nós temos estação de trem, terminal de ônibus, então é um bairro bom de você morar. O centro de São Miguel, se eu não me engano, ainda (...) é o terceiro maior polo comercial de São Paulo. Até uns seis anos atrás só perdia para o Brás e para a 25 de março. É um bairro que tem muita qualidade de prosperar e crescer, só não tem [crescido] por causa de espaço, com o tempo as fronteiras começaram a ficar muito limitadas, os bairros, as vilas começaram a crescer e ganhar características próprias” (Luana).

“Aqui é um lugar privilegiado para quem mora na periferia de Guarulhos, Bom Sucesso, Pimentas, Suzano. Quem está mais a leste almeja São Miguel” (Lucas).

Além disso, os entrevistados que são moradores de longa data de São Miguel e que possuem grande sociabilidade na vizinhança mencionaram o fato das pessoas se conhecerem e se ajudarem como outro aspecto positivo do bairro.

Por outro lado, os aspectos negativos mencionados são bons reveladores dos anseios não realizados de sujeitos de classe média que residem em uma “periferia consolidada” como São Miguel. Primeiro, e de forma unânime, todos os entrevistados mencionaram a insegurança do local. Mas sempre fazendo a ressalva de que *“isso tem em todo lugar”*. Deve-se notar que neste aspecto foi observada a diferença mais acentuada nos relatos sobre São Miguel de brancos e negros. Estes últimos, quando falavam sobre violência diziam que:

“Nós sofremos de um lado com a marginalidade, mas também do lado da polícia. Então quem mora em Periferia tem que ter dois cuidados. Um com essa insegurança da parte dos marginalizados e o outro da parte da própria polícia” (Rita).

Esta sensação de insegurança prejudica, inclusive, que possam fruir o espaço público e de oportunidades de lazer na região. Além disso, são recorrentes queixas sobre a “qualidade” das opções de lazer na região.

“São Miguel não tem um atrativo de lazer. O máximo que tem é um bar pra você tomar cachaça, comprar uma pizza e comer em casa. Então não tem” (Santiago).

“(…) acho meio longe das coisas mais “tchans”. (...) Eu gosto de sair à noite, e aqui não tem muita coisa que eu vejo que tem em outras regiões. Tem hora que eu quero um barzinho, (...) tem hora que eu quero uma balada e não tem. (...) Até tem, mas não tem de muita qualidade, coisas diferentes. (...) não tem muitas opções. A gente enjoa quer coisas diferentes. Mas meu marido não gosta de ir muito pra Centro. Acho que tem um muro na Penha que ele não quer passar” (Lívia).

Críticas com relação à “qualidade” não se restringem às opções de lazer. Envolvem serviços públicos de saúde, educação e transporte. Mas também os serviços privados de saúde.

“As coisas aqui são para um público menos exigente. Por exemplo, minha mãe (...) tem um plano de saúde bom, os médicos dela e laboratórios são todos do Tatuapé pra lá. A parte do meu convênio é tudo longe e [aqui] falta alguns serviços” (Lívia).

“eu sempre procuro algo que seja mais perto de casa (...) Só que nem sempre o mais perto é o melhor. Quando eu preciso fazer exame eu preciso me deslocar, porque a qualidade na periferia é muito inferior” (Rita).

A falta de instituições culturais como teatros, bibliotecas e universidades públicas também é lembrada pelos entrevistados.

“temos a USP Leste aqui perto, mas ainda é pouco. Os cursos que as pessoas almejam estão lá no Butantã. (...) Os cursos que têm aqui, não têm muita procura, ou são pessoas de outras regiões que ocupam as vagas” (Lucas).

“nós não temos uma FATEC, não temos uma ETEC, (...) a opção cultural mesmo (...) a gente até tem de sarau, mas eu digo de cinema, de teatro, a biblioteca de São Miguel é muito pequena, (...) os jovens aqui tem que ir para outros lugares, então a gente vai para o Tatuapé, vai para a Penha” (Luana)¹³.

O anseio por “cultura” não se restringe à insatisfação com as instituições culturais do local. Ao apontarem os aspectos que os diferenciam dos demais moradores de São Miguel, os entrevistados aludem a uma certa “*pobreza mental*” das pessoas com as quais convivem no bairro. Sentem que não encontram parceiros de diálogos nos quais possam intercambiar determinados “conteúdos culturais” e compartilhar posicionamentos políticos.

“[A vizinhança] É totalmente diferente. Não em termos materiais, mas em termos ideológicos, valores morais (...) [Eu gostaria de] poder ir encontrar pessoas bacanas, poder conversar com pessoas inteligentes” (Rebeca).

“[Eu tenho uma] Visão política diferente, tudo assim, as coisas que eu gosto pra minha vida, o que eu assisto...” (Rita).

“(...) a cultura inferior. Na medida em que você vai pro ensino médio, vai pra política, pro governo, que faz uma graduação, em conjunto com a perspectiva de vida, do relacionamento com o outro, questões religiosas, questões humanas, então houve uma evolução pessoal. E você percebe que no entorno não tem como externar isso” (Santiago).

¹³ Com exceção de Luana, os entrevistados brancos não deram tanta ênfase a estas “faltas de qualidade” do que é oferecido no bairro. Isso provavelmente se deve ao fato de eles terem maior acesso a regiões mais centrais, nas quais estes serviços sejam providos com maior qualidade.

“Eu converso 10 minutos com os meus vizinhos, depois perde a graça. É difícil. Eles não têm uma formação que permita dialogar de uma forma melhor” (Josué).

Todo este conjunto de descontentamento com São Miguel Paulista, em especial no que se refere à “cultura” de seus moradores, encontra sua expressão mais exacerbada na fala de Josué, que critica até mesmo o que é visto como positivo no local. Este, o único entrevistado que viveu fora da zona leste. Seu último domicílio antes de retornar para São Miguel localizava-se no distrito da Consolação. Vivendo lá, ele tinha o costume de frequentar cinemas, livrarias e teatros da região da avenida Paulista e do centro.

“Eu me sinto angustiado, porque aquele lugar não evolui. (...) Me angustia a falta de perspectiva das pessoas que estão lá. De ter a vontade de crescer, (...) Ali é um bairro de nordestinos que vêm em situação miserável. O bairro não traz pessoas melhores do que as que estão lá. (...) Os que cresceram já foram embora de lá. (...) Eu não vejo as pessoas empenhadas em mudar o contexto de vida. (...) Não tem cinema, não tem teatro, não tem grupos sociais lá para poder reivindicar, para buscar nada. (...) ali as pessoas são todas desagregadas, por conta da formação delas. (...) O comércio é muito popular, e o popular deles é de coisas ruins, porque compra barato porque as pessoas não têm condições de comprar coisa melhor ali. Você não acha coisa de qualidade ali. Ou você se desloca dali para comprar em outro lugar ou você não acha ali. (...) e o bairro ficou pior agora, por conta do avanço desses bairros que ficam mais atrás ainda, São Miguel virou passagem. São Miguel não é fim, mas é passagem. O sujeito que vai comprar em São Miguel, (...) ele não tem identidade com o bairro. (...) Pega um bairro como a Vila Madalena, Pinheiros. A mídia olha os bairros que tem associações, que as pessoas tenham identidade com o bairro. O que que eu vejo ali em São Miguel: as pessoas moram enfiadas uma encima da outra com medo de sair dali. Fazem puxadinho e estragam a estrutura do bairro que fica feio, fica nojento. (...) O que acontece nesta região pra quem mora em São Miguel, é o mesmo fato que se repete em todas essas periferias. As pessoas se conformam com a vida. O pouco que eles têm acham que estão muito bem. (...) Esses bairros de periferia tinham essa troca, de os filhos irem para a casa do outro, fazer aniversário e chamar e isso não tem mais” (Josué).

Luana, por outro lado, apresenta uma interpretação completamente diferente daquela manifesta por Josué. É bem provável que isso se deva a diferenças geracionais. Ela tem menos da metade da idade dele (23 e 50 anos, respectivamente) e faz parte de uma geração que teve maior acesso ao ensino superior e conviveu com a cena de movimentos culturais da periferia. Além disso, durante o período em que foi estagiária de um restaurante na Bela Vista, Luana frequentava shows, museus e teatros das regiões mais centrais (tal como

Josué). Durante a entrevista, ao ser perguntada sobre um eventual crescimento da sensação de insegurança no bairro, ela deu a seguinte resposta.

“Então, eu gosto de analisar os movimentos que acontecem em minha volta. Até uns 10 anos atrás era mais ou menos aquela coisa, os migrantes que eram a maioria nordestinos que vieram para cá, tiveram filhos, esses filhos eram da mesma geração que minha mãe, eram amigos. Estes tiveram filhos, que viraram amigos, que é minha geração. Minha mãe é filha de migrante nordestino (...) Todo mundo se conhecia, era realmente uma vizinhança. Então era uma vila, do nada foi crescendo, crescendo e crescendo. (...) Como eu estou [aqui] há 20 anos, é uma vizinhança consolidada. Há dez anos, nós tivemos as invasões, que são os movimentos de ocupações, aqui próximos. Então esses movimentos de ocupações, vem bastante gente nordestina, (...) agora tem uma reocupação Nordestina. Então veio muita gente que a gente não conhece. (...) como são pessoas desconhecidas, obviamente teve aumento de criminalidade e tudo mais. Não ligado a essas pessoas que vieram morar, nem pelo fato de serem desconhecidos, mas por vir muita gente de fora não tem mais esse negócio de você conhecer todo mundo. (...) É uma área pequena e muita gente morando (...), em situações precárias (...) Atualmente, nós tivemos um movimento que até as pessoas voltaram a estudar e tudo mais (...). E mudou muita coisa com o Galpão [de Cultura e Cidadania do Jardim Lapenna]. [A gente] Começou a enxergar mais as pessoas: ‘Essa pessoa fez faculdade também, essa pessoa gosta de cultura, gosta de tal banda’” (Luana).

A produção acadêmica recente tem dado grande relevância às frequentes manifestações de uma certa identidade periférica em diversas formas de expressão cultural (D’Andrea 2013). Por conta disso, havia uma expectativa de que discursos e narrativas sobre *a periferia* aparecessem frequentemente nas entrevistas de São Miguel Paulista, remetendo a um vínculo identitário-cultural comum entre moradores de diferentes localidades. Entretanto, a palavra “periferia” apareceu, não como um termo identitário, mas, em geral, em expressões com fins de descrição geográfica ou que denotassem a percepção de que vivem em áreas menos favorecidas da região metropolitana.

Gostaríamos de dar destaque, por fim, às respostas que obtivemos às questões acerca de locais da metrópole onde cada entrevistado gostaria de morar ou onde compraria um imóvel no caso de não haver nenhum tipo de limitação material. Nossa intenção original era averiguar quais locais figurariam num determinado “repertório de expectativas e imaginários” ou, em outras palavras, onde cada um se via. Além disso, a menção a determinados locais também podem ser bons indicadores de acesso. Os bairros citados, além de representarem locais nos quais os entrevistados imputam características positivas, são lugares onde cada um dos indivíduos foi alguma ou algumas vezes em suas vidas. Desejar morar

num dado local é precedido por conhecer este local e enxergar nele atributos aos quais se dá valor.

Nas entrevistas de São Miguel Paulista, a maior parte das menções aponta o Tatuapé como local onde se almeja morar. Não se trata apenas do fato deste último se encontrar a meio caminho entre o centro e diversas outras localidades da zona leste, sendo passagem para o acesso ao trabalho, comércio e às centralidades, havendo também certa proximidade física com as residências de familiares e amigos¹⁴.

“sempre quando eu passava de trem eu pensava eu gostaria de morar [no Tatuapé]” (Santiago).

“Porque eu acho que é um bairro que fica na minha direção, porque eu preciso manter o vínculo, porque meus pais estão lá [em São Miguel Paulista] ainda e eu preciso estar no meio do caminho. E o Tatuapé é um lugar que não está longe do centro e nem está tão longe da minha casa. Ele está exatamente no meio” (Josué).

Trata-se também do fato do Tatuapé ser o bairro nobre mais acessível e próximo das experiências vividas por moradores do lado leste da metrópole. Talvez se os entrevistados frequentassem muitas outras áreas nobres, o Tatuapé não seria tão citado. Por exemplo, Amadeu, ao responder para quais locais mudaria, citou Perdizes e Vila Romana, bairros próximos ao seu local de trabalho.

Tatuapé

No Tatuapé, como vimos anteriormente, três dos entrevistados “nasceram” e passaram a maior parte de seu crescimento no bairro: Orlando (negro), Alan e Fernanda (brancos). Alan e Orlando vivem com os pais, em apartamentos; Fernanda herdou a casa da família. Todos os três passaram períodos em que moraram fora do Tatuapé. Alan e Fernanda moraram em bairros vizinhos, mas também de acesso fácil ao centro de São Paulo: ele, na Água Rasa e Mooca; ela, na Vila Prudente e Vila Formosa (além de ter vivido por um curto período no Campo Limpo). Orlando viveu em locais mais distantes do Tatuapé: parte de sua infância foi na Chácara Santo Armando (bairro de classe média na região de Santo Amaro) e, nos anos em que esteve casado, viveu no Campo Limpo.

¹⁴ Na década de 1980, a estação Tatuapé foi ponto final da linha vermelha do metrô. Ou seja, para lá convergiam grandes levas de moradores do lado leste da metrópole que buscavam acessar a cidade através dos trens subterrâneos.

Os outros cinco entrevistados mudaram para o Tatuapé depois de adultos. Os três negros vieram de locais mais a leste: Sabrina veio da Penha, Nei de São Miguel Paulista e Milena de Ferraz de Vasconcelos. Diogo vivia na Freguesia do Ó (zona norte) e Miriam na Bela Vista (região central). Estes últimos e Sabrina mudaram para o Tatuapé para viverem mais próximo das famílias dos respectivos cônjuges. Nei e Milena escolheram o Tatuapé pensando na facilidade de acesso ao trabalho. A casa onde Sabrina vive é uma herança da família do esposo. Os outros quatro adquiriam seus imóveis através de financiamento.

Todos os entrevistados negros do Tatuapé, apesar de possuírem automóvel, deslocam-se preferencialmente de transporte coletivo em suas vidas cotidianas. Dos brancos, Alan não possui automóvel e depende do transporte público. Os três restantes locomovem-se apenas de carro.

As entrevistas não aprofundaram as razões pela opção pelo transporte coletivo. No entanto, deve ser ressaltado que tal “opção” pode não ser necessariamente uma livre escolha por parte das mulheres, como indica o depoimento de Sabrina:

“Se eu quiser trabalhar de carro eu posso, mas o meu marido é muito ciumento, ele fica colocando todo tipo de empecilho para eu não sair de casa com o carro, o carro meu. Mas ele meio que me controla. Às vezes eu vou sair pela região, vou no shopping, ele não liga, mas para ir pro trabalho ele fala: ‘não vai pegar a Radial, a 23 de Maio, lá é perigoso, pode vir motoboy’. Ele fica me colocando tanto medo que eu falo: ‘tá bom, fica com o carro aí’” (Sabrina).

Com relação às opiniões e representações sobre o bairro, todos os entrevistados apresentaram discursos, em linhas gerais, convergentes. Todos enaltecem o fato de que no Tatuapé “tem tudo” e tem acesso muito fácil a outros locais.

“O Tatuapé tem um vício, você acostuma mal. Você acostuma parar carro na porta, você acostuma a ir de carro, você acostuma as coisas perto, você acostuma ter coisas vinte quatro horas, tudo vinte quatro horas, supermercado, farmácia, bar, restaurante (...) Aqui você, inevitavelmente sai mais, tem mais restaurante, tem mais opção” (Diogo).

“tem tudo perto. Posso ir de carro, posso ir de ônibus, posso ir a pé. (...) Eu posso me locomover pra onde eu quiser. Na zona leste eu to na metade. Eu posso tanto ir pra trás quanto ir pra frente.” (Sabrina)

“Dois metrô próximos. Você está perto das avenidas. Você está perto de bairros bacanas Mooca, Belém. Tem tudo. Você não precisa sair do bairro” (Alan).

Como problemas do bairro, todos mencionaram trânsito, barulho e o medo de assalto, apesar de nenhum deles ter sido assaltado no Tatuapé.

“Assalto né? Ele [o bairro] se tornou um chamariz aí pra zona leste” (Diogo).

Os entrevistados que mudaram para o Tatuapé sentem falta de ter um grande número de pessoas conhecidas vivendo próximo de onde moram, das amizades e da sociabilidade “*de bairro*” que tinham antes. Milena e Nei se reclamam de certa “*arrogância*” dos moradores do Tatuapé. A exceção é Miriam, que veio da Bela Vista. Apesar de não cultivar relações próximas com os vizinhos, ela acha que no Tatuapé as pessoas se conhecem mais.

Há importantes diferenças entre os três entrevistados que cresceram no Tatuapé. Alan e Fernanda (brancos) têm fortes relações com vizinhos e falam em tom nostálgico do tempo em que o Tatuapé parecia uma cidade do interior, criticando o enorme crescimento do bairro nas últimas décadas.

“Pesquisador: E o que tem de ponto negativo aqui?”

“Eu acho que esse movimento que está agora. Muito trânsito. (...) Eu vejo a noite muita gente que é de fora zoneando muito e isso me incomoda. Parece que está estragando a minha cidade (...) Eu acho que é o excesso de pessoas morando no bairro. O bairro cresceu muito e acho que ele não está comportando” (Fernanda).

“Houve em cinquenta anos um avanço muito grande (...) Já ultrapassou o limite. Cada apartamento é mais dois carros aqui. (...) E aqui as pessoas não se deslocam muito do bairro. (...) Então é muita gente andando no bairro o dia inteiro” (Alan).

Orlando (negro), apesar de estar vivendo no bairro há muitos anos, não possui relações com pessoas do Tatuapé. Na verdade, a proximidade com as pessoas do bairro é um aspecto que ele sente falta dos tempos nos quais era morador do Campo Limpo.

“Eu achava na época o pessoal mais unido lá. (...) Eu achava que o povo era um pouco mais humilde. Assim, tocavam na sua casa e perguntavam ‘você está precisando de alguma coisa?’ Lá tem isso. (...) Eu acho que [no Campo Limpo] o povo é mais perto” (Orlando).

A experiência de Orlando (homem negro) contrasta fortemente com a que Fernanda (mulher branca) viveu no Campo Limpo.

“No Campo limpo (...) eu não conhecia ninguém. Eu tinha 22 anos. Você vai morar num lugar desse mais humilde e você não conhece ninguém é complicado. Porque você não tem amigos e as pessoas olham pra você como a patricinha” (Fernanda).

Com relação aos locais para onde os entrevistados mudariam, os brancos indicaram localidades mais próximas, como Mooca, Vila Formosa ou Jardim Anália Franco, ao passo que os negros mencionaram localidades mais distantes. No entanto, esta tendência pode ter forte relação com os locais de trabalho, uma vez que os Fernanda, Alan e Diogo trabalham nos arredores do Tatuapé. Miriam, que trabalha na República, indicou a Santa Cecília, como local onde moraria.

Dentre os negros, Milena apontou o Brooklin, no caminho para o seu trabalho, e

Sabrina indicou a Vila Mariana, mesmo bairro onde se localiza seu emprego. Contudo também foram indicados lugares mais distantes pelos negros, esta última mencionou também Alphaville, Nei gostaria de morar no Jabaquara e Orlando, no Morumbi.

Itaim Bibi

No Itaim Bibi, conforme já apontamos anteriormente, nossos entrevistados dividem-se em dois grupos. Um deles é formado por sujeitos que cresceram na zona leste de São Paulo e foram morar no Itaim Bibi como parte de um processo de ascensão social: trata-se de Valter (branco), que cresceu no Tatuapé, e das irmãs Ivana e Izilda (negras), provenientes de Guaianases, no extremo leste de São Paulo. Todos os três vivem em apartamentos que foram comprados através de financiamento. Izilda e Valter vivem com os pais. Ivana, que vive com seu esposo e filhos, ainda possui um segundo apartamento, no Morumbi, que aluga para aumentar sua renda.

Os três restantes são oriundos de famílias de classe média e percorreram um circuito de bairros nobres em suas trajetórias residenciais. Elvira “nasceu” e tem passado toda a sua vida no Itaim Bibi: saiu do apartamento dos pais para residir com seu companheiro, em casa que pertence a ele.

Olavo “nasceu” no Itaim Bibi, mas cresceu nos condomínios fechados da Granja Viana, em Cotia, com sua mãe. Durante parte de sua adolescência, viveu com o pai nos Jardins. Já adulto, comprou um apartamento no Butantã. Hoje, vive num flat no Itaim Bibi enquanto reforma um apartamento que comprou na região da praça Benedito Calixto, em Pinheiros. Ele optou pelo Itaim Bibi pela proximidade com seu trabalho.

Eliana “nasceu” e cresceu em Pinheiros. Ao casar-se, morou dois anos no Tatuapé e depois mudou para a Região Norte do país. Quando se divorciou, retornou a São Paulo e viveu em Pinheiros e na avenida São Luís, no distrito da República. Atualmente vive com a irmã e o cunhado em um apartamento pertencente a eles no Itaim Bibi. Eliana ainda é proprietária de um sítio no município de Itapeverica da Serra, na região metropolitana.

Todos os entrevistados possuem automóvel ou motocicleta. Apenas Eliana e Izilda não fazem uso rotineiros destes veículos, deslocando-se de transporte público para seus trabalhos. No entanto, todos mencionam o fato do Itaim Bibi ser um bairro favorável para percursos a pé como um dos principais atributos do bairro. Além disso, diversos aspectos que os entrevistados elogiam no Itaim Bibi são semelhantes aos elogiados no Tatuapé: o fato de “ter tudo”.

“Esse bairro você faz tudo a pé. Não precisa de carro. (...) aqui tem supermercado que vai a pé. Tem Shopping que vai a pé. Tem o Parque do Povo que é menor que o Ibirapuera. Está muito bem localizado. Tudo que você precisa tem no shopping. Você está muito perto do Shopping Iguatemi que é o primeiro shopping de São Paulo. Tem farmácia. Tudo que você quer tem perto e você pode ir a pé. Padaria, fora os bares que tem também” (Elvira).

“É perto do Ibirapuera. É perto de universidades. É perto de uma ampla área de lazer. Preços de roupas são bons, ótimos. Se você quiser só andar nela você já está se divertindo. É um lugar que tem comida boa” (Ivana).

Os pontos negativos citados também são semelhantes aos do Tatuapé: trânsito e barulho. Os entrevistados também mencionaram o medo de assalto como um fator negativo do bairro. Ao mesmo tempo, dizem que se trata de um local onde se sentem mais seguros do que em outras partes da cidade.

“É um bairro tranquilo. Você pode sair dali pra dar uma caminhada a meia noite e não tem problema. (...) se a pessoa sair duas horas da manhã pra comer é tudo fácil, um bairro bom mesmo” (Eliana).

“Segurança, sem dúvida. Uma região privilegiada, por mais que você tenha problemas de ocorrência a polícia vem rápido. E isso não acontece tão facilmente na periferia e não tem um trabalho tão efetivo da polícia. (...)Mesmo no Tatuapé. Porque o perfil de quem mora nessas regiões [como a do Itaim Bibi] é juiz, promotor e tudo isso tem um peso muito grande, né? E essas pessoas têm muita influência. (...) Do Tatuapé para lá é outra realidade” (Valter).

Ao descreverem as características do Itaim Bibi, foi muito comum os entrevistados que mudaram de outras partes da cidade compararem o bairro com as experiências que tiveram nesses outros locais.

“É porque o Tatuapé já está praticamente na periferia, né? Você vai em lugares ali que, em horário de pico, é complicado para você se deslocar. Você está aqui no Itaim tem tudo perto. Até para andar de transporte público, você tem tudo aqui do lado. Por exemplo, para eu ir para a Paulista – dependendo da minha disposição – dá para eu ir a pé” (Valter).

“o Butantã é mais arborizado, mais tranquilo, menos trânsito. (...) Eu acho que o ruim de lá é o ir e vir (...) Eu sentia muita falta de restaurante bacana, um bar. No Itaim eu acho bacana. Tudo é próximo, tudo é perto. Estou a oito quadras do meu trabalho principal. Porém, o custo de vida é mais alto. A parte boa é que dá para fazer algumas coisas a pé. Pinheiros eu diria que é um Itaim, mas com gente descolada” (Olavo).

Também de forma semelhante ao Tatuapé, os moradores que vieram de outros locais – mesmo aqueles também elitizados – acusaram os moradores do Itaim Bibi de terem uma atitude de ostentação.

“Pesquisador: Alguma outra coisa de ruim?

Eliana: As pessoas. As pessoas são soberbas” (Eliana)

“Eu diria que tem gente com o poder aquisitivo bem menor que o meu, mas com muito status. E eu não gosto disso. Eu sou um cara bem low profile” (Olavo).

“É muito nariz empinado” (Ivana).

“As pessoas são mais desconfiadas” (Valter).

A entrevistada Elvira, no entanto, que nunca viveu fora do Itaim Bibi, mencionou como uma das principais características positivas do bairro “*o nível social das pessoas*”. O pesquisador, então, a provocou: “*eu tive um entrevistado aqui do Itaim que falava do nível social das pessoas como um ponto negativo, (...) como ostentação*”. No que ela respondeu: “*Porque ele não se enquadra*”. O diálogo seguiu com a entrevistada apontando locais considerados nobres, mas nos quais ele nunca viveria.

Elvira: “Sabe onde eu acho que é ostentação? Quem mora no pseudo Morumbi.”

Pesquisador: “O que é o pseudo Morumbi?”

Elvira: “Jardim Guedala. Sabe onde é?”

Pesquisador: “Sim.”

Elvira: “Ou Real Parque. A pessoa fala que mora ali, mas é ao lado da [Favela] Paraisópolis. O condomínio de um apartamento no Morumbi nesta região é mais barato do que aqui onde meu pai mora. O do Real Parque também, de quatro dormitórios com elevador privativo, o condomínio é mais barato que o do meu pai no Itaim. (...) Se você perguntar se eu quero um apartamento no Real Parque, de quatro dormitórios, sauna, piscina aquecida, quadra de tênis eu não vou querer. Porque pegar aquela [avenida] Giovanni [Gronchi]? Só quando eu vou doar sangue do [hospital Albert] Einstein. Eu sou doadora do Einstein. Porque eu tenho pavor de ir pra lá. Por que morar num lugar onde você tem pavor? Não poder sair e voltar pra casa. Tem que ter carro blindado? E lá você faz tudo de carro, no Morumbi. (...) E aí tem outros pontos em volta do bairro que atrapalham. Aqui não tem nada que atrapalha. (...) quem você entrevistou sempre morou no Itaim ou mudou para o Itaim?”

Pesquisador: “Mudou para o Itaim.”

Elvira: “É um público que não é do Itaim. (...) Quem sai do Morumbi e vai para o Itaim. Eu acho que é a mesma coisa de sair da Pompéia e vir pra cá.”

Pesquisador: “Você acha que da Pompéia pra cá causa um estranhamento?”

Elvira: “Sim. Quem vier do Higienópolis não vai estranhar. (...) Mooca e Tatuapé eles não saem de lá. Porque são bairros que cresceram muito, são muito antigos. O Tatuapé agora é muito chique.”

Pesquisador: “É verdade.”

Elvira: “Eu não me vejo lá.”

Pesquisador: “Porque você não se vê lá?”

Elvira: “Como eu estou tão enraizada no Itaim, se eu for tem que ser uma proposta muito boa. Um apartamento muito bom. Porque senão eu vou me sentir um peixe fora d’água.”

Pesquisador: “Entendi.”

Elvira: “Mas eu não sei. Eu não mudo daqui.”

Pesquisador: “Certo. E se você tivesse que sair. Pra onde que você iria?”

Elvira: “Do bairro? Não. Sairia da casa e procuraria ou no prédio que eu morava, se tivesse disponível, ou na Vila Olímpia. Eu não saio daqui, Campo Belo, Brooklin.”

Questionada para quais lugares mudaria, a entrevistada apontou bairros muito próximos da onde ela vive. Esta foi a regra para todos os moradores do Itaim Bibi: foram citados bairros nobres do “Quadrante Sudoeste”, próximos à marginal Pinheiros, tais como Jardim Europa, Moema, Alto de Pinheiros, Granja Julieta, Vila Nova Conceição e Morumbi. O fato de não pensarem em ir para muito longe deve indicar uma grande satisfação por parte dos entrevistados com as localizações de suas residências.

4.3.5. Discriminação

Não é nossa intenção neste trabalho aprofundar uma discussão sobre casos de discriminação. Contudo, nos interessou verificar se haveria algum tipo de padrão espacial que marcava as situações de discriminação sofridas pelos negros de classe média. Na verdade, não houve padrão muito claro: foram citadas situações de discriminação nos mais diversos locais, desde Suzano até no Shopping Ibirapuera, em Moema.

É digno de nota o fato de que relatos de discriminação emergiram nas entrevistas com pretos e pardos em São Miguel Paulista sem que o pesquisador tivesse perguntado sobre tais assuntos. Nos casos em que estes não eram espontaneamente mencionados, no momento da entrevista em que era feita a questão “*já houve na sua vida alguma situação em que você sentiu que foi desrespeitado ou que foi tratado injustamente?*”, os entrevistados negros logo respondiam “*Você está falando sobre discriminação? Você sabe que a gente sofre*”. Isso sugere que o fato de se deparar com um pesquisador negro provavelmente gera uma identificação com entrevistados negros que favorece a abordagem de questões sobre discriminação e talvez outras questões sensíveis ou polêmicas. Isso se refletirá nas próprias descrições das “situações de desrespeito”, mais detalhadas por parte dos negros, como veremos adiante.

A pergunta sobre situações de desrespeito ou tratamento injusto foi feita para todos os entrevistados, inclusive os brancos. Dentre estes, Luana e Glauco, de São Miguel Paulista, mencionaram situações nas quais entraram em lojas e não foram atendidos por vendedores. Já Regina (também de São Miguel), após compartilhar uma informação de gerência com uma colega que era sua confidente, foi demitida de uma empresa não qual trabalhou por dez anos. No Tatuapé foram relatadas situações muito pontuais. Alan reclamou de um segurança de danceteria que o tratou de forma truculenta. Diogo falou do “*Transito, de vez em quando o carro te fecha*”.

No Itaim Bibi, Olavo e Elvira se sentiram desrespeitados em restaurantes. Para o primeiro: “*em lugares que o garçom acha que está fazendo um favor para a gente eu não volto*” (Olavo). Elvira narrou a seguinte “situação de desrespeito”:

“veio o prato que eu escolhi, mas não estava comível, deixei, não comi e fiquei quieta. (...) Aí, na hora da conta, não veio o meu prato [na fatura] e eu achei justo. Mas se tivesse cobrado eu iria pagar. Aí eles falaram que não cobraram, mas eu tinha que responder um formulário. Você não tem noção de como era aquele questionário, perguntando porque eu não ia comer, porque não ia pagar” (Elvira).

Eliana descreveu uma circunstância na qual estava participando de um curso oferecido pelo seu trabalho e fez uma pergunta ao professor.

“Ele falou assim pra mim, que se eu não tinha capacidade intelectual de entender o que ele estava falando que eu me retirasse. (...) Eu falei pra ele: ‘olha, você não tem qualificação pra dar curso, você precisa se educar’. Falei um monte. (...) depois disso, falei pra minha gerente, aí ela abriu uma manifestação, relatando e tal” (Eliana).

Os entrevistados negros descreveram uma maior pluralidade de situações nas quais se sentiram desrespeitados e/ou discriminados. Quatro dos entrevistados de São Miguel Paulista descreveram conflitos com operadores de forças de segurança. Josué e Lucas foram interpelados por seguranças de shoppings centers localizados em bairros nobres. Rita, que é advogada criminalista, foi recebida por policiais com gás de pimenta em seu rosto ao tentar interceder por um cliente em São Miguel Paulista. Santiago enumerou vários momentos de abordagens policiais truculentas pelas quais passou em diversos lugares de São Paulo.

Dos moradores do Tatuapé, Orlando, umbandista, descreveu um caso de preconceito religioso. Milena e Nei mencionaram situações nas quais foram tomados como ladrões ou trapaceiros em lojas. Em outra passagem, Nei foi tido como usuário de drogas.

“Eu passei [a confraternização de fim de ano da firma] na [rua] Bela Cintra, em uma casa que nós fomos. E tinha uma pessoa fumando maconha. O segurança veio e deu ideia no cara e eu fui lá falar para ele parar e curtir a festa. (...) [Outra pessoa] passou e achou que eu estava usando entorpecente. E aí ele foi chamar o engenheiro e falou ‘tem um negão lá com o cara’. O cara era branquinho. Achei uma coisa racista entendeu. Mas, falei com o engenheiro e disse para ele cheirar a minha mão, fazer exame toxicológico porque eu nunca usei ou gostei disso” (Nei).

Entrevistados negros dos três locais pesquisados fizeram alusão a situações nas quais se sentiram desrespeitados em contextos de trabalho. Ivana (Itaim Bibi) diz que “*peessoas invejosas*” tentam sabotá-la. Izilda (Itaim Bibi) afirma nunca ter sofrido discriminação no mercado de trabalho. No entanto, pondera que “*Se eu falar: ‘eu moro lá na zona leste’, em Itaquera, por exemplo, me fecham mais portas*”. Orlando contou que, quando fazia curso técnico em química, ele e outra colega negra nunca conseguiam bons estágios. Jessé (São Miguel Paulista) diz que em seu trabalho são feitas muitas promessas de aumento e promoção que

nunca se concretizam. Para Josué, que teve uma ascensão de cargos na empresa, o pesquisador fez a seguinte pergunta:

“Pesquisador: “Você tem uma função de comando, hoje?”

Josué: “Coordenação.”

Pesquisador: “Em algum momento você se sentiu embarreirado?”

Josué: “Eu acho que [a empresa] mudou muito. Esse olhar é uma coisa nova. Você sabe disso. (...) O negro é estigmatizado. Eu não estou falando a empresa como instituição. Mas como a instituição é formada de pessoas que tem uma formação, que tem um modo de ver as coisas. Eu senti a discriminação. Ela é a pior das discriminações porque ela é velada. O sujeito não te oferece um emprego, não porque você mora muito longe, ele vai falar que você mora muito longe, ele quer dizer que você é negro. Então hoje o racismo é crime e na minha época não era. Você não ouvia falar disso. Isso era um limitador. Você tinha que provar para as pessoas dentro da empresa que você era muito mais que o branco. Mas isso foi o limitador.”

Pesquisador: “Como você foi subindo no trabalho?”

Josué: “Eu sempre fui muito curioso e tive muita disposição. E [a empresa] sempre privilegiou as pessoas que tratavam a educação como meio de crescer. E, assim, eu sempre fui muito responsável pelas minhas coisas. Eu marquei com você aqui, às 15 horas, eu já estava desesperado porque eu tinha que chegar primeiro que você. (...) Eu era uma pessoa pontual, não faltava. (...) Eu sempre fui responsável porque eu achava que tinha que ser. E eu tinha necessidade do serviço, não poderia perder. Nessa época que eu entrei (...), eu precisava muito trabalhar. Eu não podia me dar ao luxo de perder o emprego que me permitia uma série de oportunidades e que ao mesmo tempo ganhar o meu sustento e pra ajudar a minha família” (Josué).

Milena, narrou dois acontecimentos, um no trabalho e outro em ambiente educacional, nos quais ela não viu um elemento racial explícito, mas que podem ser lidos como formas veladas de preconceito.

“Aí eu fui trabalhar [em uma firma de tecnologia] e fiquei lá por nove meses. Lá era legal, mas não era o que eu queria. O meu chefe achava que eu era uma secretária. E eu não era secretária. Eu era Assistente de Projetos Júnior. Só que ele não entendia isso e ficava me mandando atender telefone pra ele, pegar café pra ele. (...) Eu consegui passar [no concurso]. E aí eu fui contar para o meu chefe que eu tinha passado num concurso e que poderia ser chamada a qualquer momento. E ele entendeu isso muito errado e me mandou ficar atendendo a porta” (Milena).

“As únicas pessoas que eu consegui [me socializar na faculdade] foram duas meninas e nós acabamos brigando no meio do curso. Porque eu tinha uma câmera pra filmar (...) Elas falaram que só estavam no meu grupo porque eu tinha as coisas. E isso me doeu tanto que eu falei pra minha mãe que queria sair da faculdade e saí. E aí eu decidi que eu ia trabalhar. Então eu parei com todos os meus sonhos e decidi que eu ia trabalhar em Telemarketing, porque eu não queria mais saber de estudar. Aí só depois que eu comecei a passar por um psicólogo pra entender isso tudo, essa coisa de relação que

daí eu voltei. Só que eu voltei e disse que não iria fazer Rádio e TV, porque eu tenho que lidar com pessoas. ‘Vou fazer TI. Porque na área de TI eu não vou lidar com pessoas’. E aí eu mudei meus sonhos nessa fase” (Milena).

Rita (São Miguel Paulista) também descreveu uma passagem ocorrida em contexto educacional que a levou a abandonar um curso de pós-graduação que estava quase concluindo.

“E um dos professores, ele dizia que eu não era uma aluna pra estudo, eu seria uma aluna de prática, que eu não era uma pessoa inteligente e sim, uma pessoa esperta. (...) É, que eu não era uma pessoa inteligente, era uma pessoa esperta. Então, aquilo me deixou um pouco frustrada porque eu achei que aquilo não era palavra de professor, ele não deveria falar dessa forma. Porque ainda que eu sáisse de uma periferia, ainda que minha faculdade não tivesse o renome da faculdade que eles frequentavam, eu estava buscando o melhor pra mim, eu estava buscando ser uma advogada com experiência mas também uma advogada com base teórica. Então eu achei aquilo tão injusto comigo, por isso que eu não apresentei meu trabalho de final de curso (...) Pra quê que eu vou tentar, pra quê que eu vou ficar me esforçando tanto pra uma pessoa que o objetivo dele era me reprovar? Então eu decidi não apresentar. Eu participei do curso todo aquele tempo. Foram dois anos de curso (...) Então, por esse preconceito, eu preferi não ficar me expondo mais. Dali, eu desisti de frequentar cursos porque eu vi que era uma área onde as pessoas são muito fechadas, então eu desisti” (Rita).

Deve ser realçado aqui que, em contraste com a situação de Eliana (a entrevistada branca do Itaim Bibi, descrita acima), Rita não fez nenhum tipo de reclamação na instituição de ensino. De forma semelhante, quase todas as ocorrências sofridas pelos negros aqui apresentadas não levaram a providências institucionais ou denúncias a autoridades.

4.3.6. Parâmetros da análise das redes de pessoas e locais

Esta seção visa descrever o processo de análise das redes de pessoas e locais. Estas serão o meio através do qual exploraremos a segregação enquanto diferenciais de integração e acesso, para além da localização das residências. Já demonstramos, no capítulo 2, os diferenciais de localização das residências de negros e brancos de classe média. Pretendemos, agora, averiguar como esta segregação residencial se reflete em diferenciais de integração – por meio da análise das redes pessoais – e de acesso – por meio da análise dos locais fre-

quentados. Nossa intenção é tentar discernir diferentes tipos de redes de relações pessoais e locais frequentados, e de que modo estes se associam aos locais de residência e à raça dos entrevistados.

Deste modo, para observar a dimensão “integração”, miraremos a composição das redes pessoais de cada entrevistado segundo as características de raça, classe social e local de moradia de cada um dos componentes. As questões aqui são: quais atributos caracterizam o círculo mais próximo de moradores de São Miguel Paulista, Tatuapé e Itaim Bibi? O que distinguiria as redes pessoais de entrevistados negros e brancos, homens e mulheres, moradores de um mesmo local? Com quem determinados sujeitos se integram? Esperamos, assim, evidenciar barreiras de integração entre certos grupos.

Para tanto, durante a pesquisa, os entrevistados foram instados a mencionarem todo tipo de locais que frequentam e onde ocorreram eventos de suas trajetórias de vida. Isso gerou uma grande quantidade de topônimos. Uma vez levantada a compilação de locais frequentados, a questão que emerge é: a partir de quais referenciais avaliar formas de acesso? Para examinarmos a dimensão “acesso a recursos materiais e simbólicos da cidade” a partir dos locais frequentados pelos indivíduos, os parâmetros de análise são um pouco mais problemáticos.

Neste ponto, aplicamos duas estratégias paralelas baseadas em duas distintas formas de operacionalizar o acesso. Tais estratégias de classificação de locais foram também aplicadas aos locais de residência de cada componente das redes pessoais.

O primeiro critério empregado é se o local acessado é fisicamente próximo da residência. Aqui a questão é o quanto que os indivíduos precisam se deslocar para ter acesso a trabalho, educação, saúde, comércio, lazer etc. Comparamos, então, quais indivíduos precisariam se deslocar mais para acessar o que necessitam. Assim, cada local foi classificado segundo a distância geográfica da residência do entrevistado. Este critério, contudo, implica em situações paradoxais: pode ser positivo que diminuam as distâncias percorridas, mas também restringir-se a acessar tudo que é próximo pode significar um certo confinamento.

O segundo critério diz respeito ao acesso às principais centralidades e áreas nobres da cidade. Nesta operação, lançamos mão de uma classificação binária: se cada local citado se localiza ou não no que chamaremos de “regiões nobres” da metrópole. Tais “regiões nobres” são as áreas de elite e classe média-alta segundo a tipologia de Marques (2015). Estas áreas, demarcadas no Mapa 8, apresentam forte correspondência com a “região geral” que Villaça (1998) de-

nomina “áreas de grande concentração de classes médias e altas” e envolvem as principais centralidades da metrópole¹⁵.

Este critério implica um problema de comparabilidade. Uma vez que o Itaim Bibi faz parte do conjunto de áreas nobres e centralidades de São Paulo, o Tatuapé situa-se nas bordas desse conjunto de áreas e São Miguel distante delas, as avaliações a respeito do acesso parecem já estar dadas. Mesmo assim, empregamos os dois critérios e observamos os resultados.

Assim, no processo de análise, os locais frequentados (mas também os locais de residência dos membros das redes) foram classificados segundo (a) a distância geográfica da casa do entrevistado e (b) fazendo ou não parte de regiões nobres.

No entanto, os próprios conteúdos das respostas das entrevistas fizeram este último critério prevalecer. Não apenas pelo fato de haver maior concentração de empregos, comércios e serviços em áreas nobres e centralidades, de modo que tais localidades representem melhor o caráter de acesso aos bens simbólicos da cidade. Mas também por julgamentos envolvendo a qualidade dos serviços prestados. Houve muitas queixas, por parte dos entrevistados de São Miguel (e, em menor extensão, do Tatuapé) a respeito da qualidade dos serviços ofertados nas proximidades de onde moravam, fato que os compelia a buscar tais serviços em centralidades e regiões nobres. Conforme expectativas (nossas e da literatura), indivíduos de classe média possuem maiores possibilidades de escolha e de mobilidade. Nesse sentido, as entrevistas revelaram que, na ordem de suas prioridades, os sujeitos preferem o satisfatório ou de melhor qualidade ao mais próximo, em termos de deslocamento. Por exemplo, um entrevistado do Tatuapé, diz que apesar de haver um hospital de elite nas redondezas, prefere pagar mais para acessar um hospital melhor na região central¹⁶. Outros dois entrevistados, do Tatuapé e do Itaim Bibi, utilizam o sistema público de saúde de seus respectivos bairros. Mas sua opção não se deve apenas à proximidade, mas principalmente porque os serviços oferecidos lhes parecem satisfatórios.

¹⁵ Poderíamos, visando tornar a classificação mais intuitiva para o leitor, optar por utilizar como critério o traçado do “centro expandido” de São Paulo, ou alguma outra categoria administrativa. Mas estes não seriam adequados para demarcar a “nobreza” de determinadas áreas. Uma vez que existem áreas “não-nobres” no centro expandido (Sé, República, Brás) e muitas áreas nobres fora do centro expandido (região de Santana, Tatuapé, Morumbi, Alphaville etc.).

¹⁶ “Porque assim, tem um hospital aqui que é muito bom, é assim, abriu uma rede, quando lançou era top e tal, que é o São Luiz, tem um São Luiz bem aqui ó [no Tatuapé]. Só que é o seguinte, imagina todo mundo em um hospital só. (...) Aí eu paguei um pouquinho mais de convenio, pra ter o Sírio [hospital Sírio-Libanês, na Bela Vista]” (Diogo).

4.3.7. Redes Pessoais: descrições gerais e locais de residência dos vínculos

O principal meio para avaliarmos integração e acesso serão as redes de pessoas e locais frequentados de cada um dos entrevistados. Primeiramente, apresentaremos as características gerais das redes de pessoas e dos locais frequentados. Mais adiante, através da construção de uma tipologia de redes de pessoas e locais, ambos serão considerados conjuntamente e articulados com outras características sociais levantadas nas entrevistas.

Esta seção quantifica algumas das características preponderantes dos indivíduos que fazem parte das redes pessoais levantadas. Para quantificar tais tendências utilizamos o software E-NET (Borgatti 2006; Halgin & Borgatti 2012) desenvolvido especificamente para análise de redes pessoais. Não pretendemos, com tais quantificações, atingir conclusões estatisticamente representativas sobre as características das redes de determinados locais e grupos sociais em geral. A ideia é apresentar os aspectos das redes dos nossos entrevistados de forma sintética. Não obstante, tais aspectos nos permitem indicar tendências e hipóteses aptas a balizar discussões sociológicas sobre as questões propostas nesta pesquisa.

A partir da coleta das redes pessoais dos 28 entrevistados, levantamos um total de 362 vínculos, resultando em uma média de 12,9 componentes em cada rede pessoal. As menores redes tinham 7 componentes, a maior delas possui 33 vínculos. São pequenas as diferenças nos tamanhos das redes segundo o local pesquisado¹⁷. As redes das mulheres são um pouco maiores que a dos homens¹⁸ em todos os locais pesquisados. As redes de negros também são um pouco maiores que a dos brancos¹⁹, com exceção do Tatuapé²⁰.

Das 362 pessoas próximas mencionadas pelos entrevistados, 166, ou 46%, são parentes. A maioria das pessoas próximas citadas por brancos são de fora da família, enquanto que para os negros, ao contrário, as redes pessoais são compostas majoritariamente por parentes. Isso pode apontar para a ocorrência de dificuldade de socialização e constituição de laços íntimos fora da família para

¹⁷ Média de 11,3 no Tatuapé, 14 em São Miguel, e 13,3 no Itaim Bibi.

¹⁸ Média de 14,2 contra 12 vínculos.

¹⁹ Média de 13,8 contra 12,4 vínculos.

²⁰ Onde as redes dos negros possuem, em média, 9,7 vínculos.

os negros, bem como pode sugerir que negros dependem mais de solidariedade intrafamiliar. Tais possibilidades requerem, contudo, maiores investigações.

Ao questionarmos o contexto de sociabilidade do qual cada vínculo é proveniente, apenas 22 pessoas próximas foram classificadas como “vizinho”. Este dado se combina com outro achado muito relevante para nossas discussões sobre segregação e local de residência: ao mapearmos a localização das residências dos componentes das redes – bem como os locais frequentados – notamos que a maior parcela das práticas e relações sociais dos entrevistados ocorre no distrito habitado e em seu entorno. Isso aponta para uma validação da teoria de que o espaço habitado é determinante para a sociabilidade e outras práticas sociais. No entanto, nossa pesquisa com negros e brancos de classe média não corrobora as assertivas de que o bairro e as relações de vizinhança sejam espaços privilegiados de sociabilidade. Deve-se ressaltar, ademais, que entendemos o bairro como as imediações mais próximas à residência, agregando uma quantidade limitada de pessoas, ao passo que os distritos de São Paulo possuem dezenas de milhares de habitantes.

Mas, afinal, onde moram os indivíduos com quem se relacionam os nossos entrevistados de São Miguel Paulista, Tatuapé e Itaim Bibi? Há diferenças devido ao parentesco? Há diferenças raciais e de gênero?

Dos componentes das redes, 58% residem no mesmo distrito do entrevistado ou em distritos do entorno²¹. Tal característica é mais acentuada em São Miguel Paulista (68,4%), do que no Tatuapé (52,4%) ou no Itaim Bibi (37,7%)²². Considerando-se os entrevistados residentes neste último, 74% dos seus vínculos se localizam em “regiões nobres” da metrópole, enquanto que em São Miguel apenas 9% dos vínculos residem em “regiões nobres”. Já no Tatuapé, situado nas bordas do principal aglomerado de áreas nobres, 51% dos vínculos moram em “regiões nobres” e 49% não.

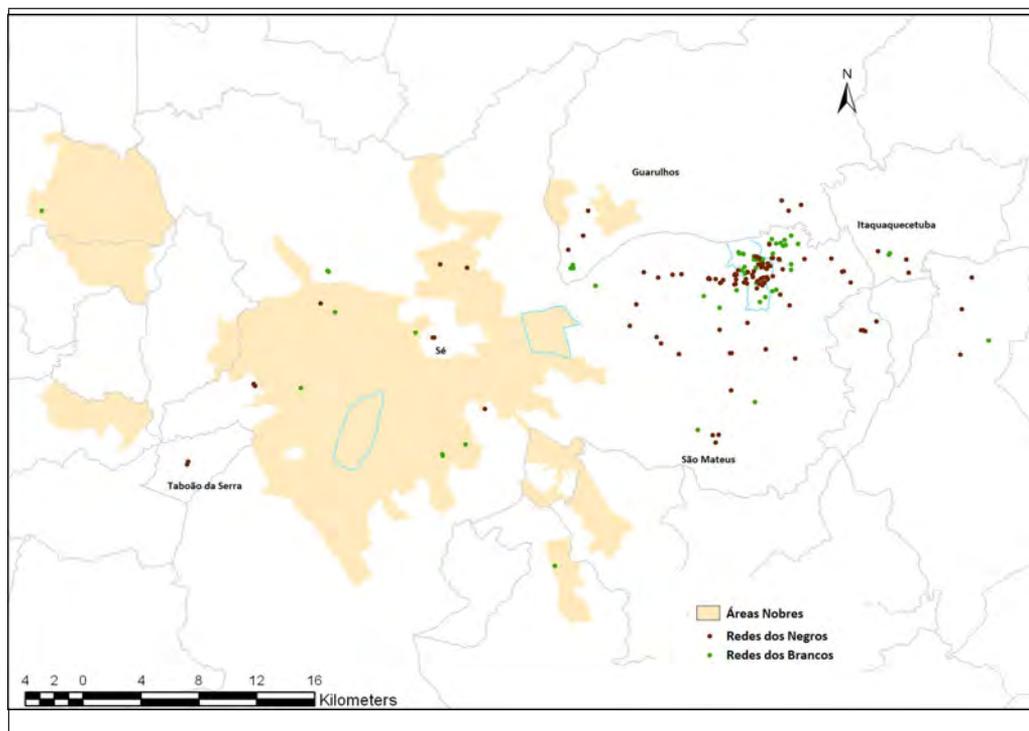
Vejamos agora, tendências mais específicas de cada uma das áreas estudadas.

²¹ Excluímos os casos onde o local de moradia do componente da rede não foi informado pelo entrevistado ou os casos em que o componente reside fora da Região Metropolitana (ambos totalizam 34 dos 362 vínculos mencionados).

²² Podemos nos questionar se isso se trataria de um viés que ocorre pela grande quantidade de parentes nas redes. Porém, mesmo quando excluídos os parentes, tal tendência de concentração dos vínculos no distrito de residência do ego e seu entorno continua forte. Concentram-se no distrito e entorno, 51,2% dos casos. Em São Miguel Paulista são 62% dos casos, 45% no Tatuapé e 35% no Itaim Bibi.

Em São Miguel Paulista, se somarmos os laços com pessoas que residem no distrito, no entorno, e em outros distritos da zona leste e municípios a leste de São Paulo (como Guarulhos, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos e Suzano), chegamos a 84,4% dos casos. Ou seja, quase todos os vínculos dos entrevistados de São Miguel residem nas redondezas do distrito ou em áreas periféricas da zona leste²³. Este resultado está explicitado no Mapa 9.

Mapa 9 – Locais de Moradia dos Membros das Redes Pessoais dos Entrevistados Negros e Brancos de São Miguel Paulista



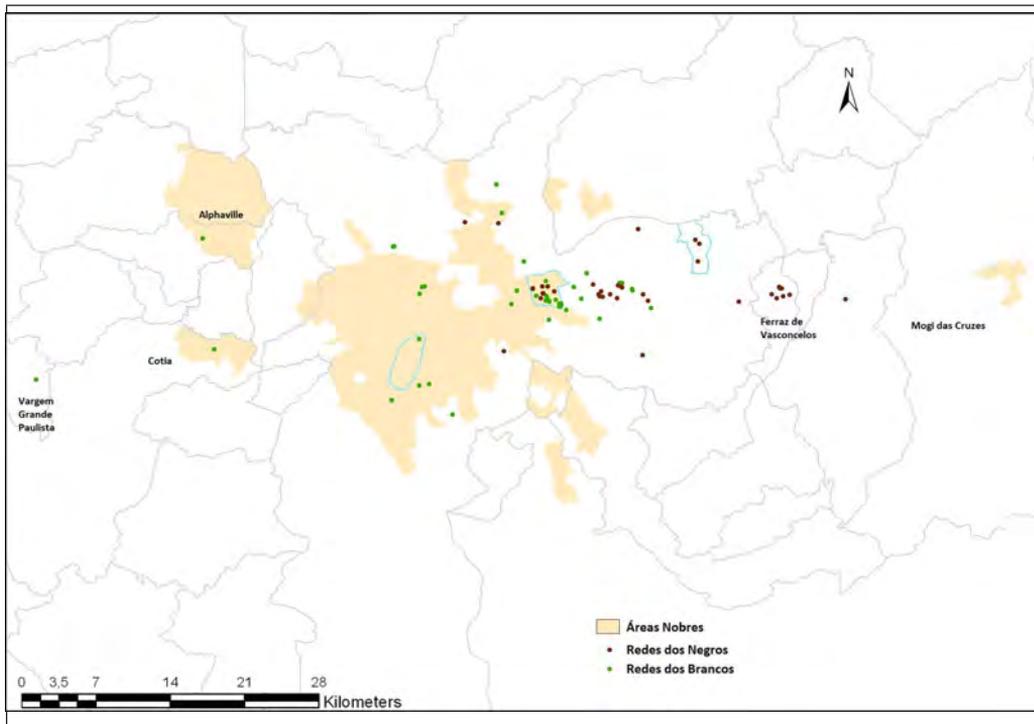
No mapa, vemos que os moradores de São Miguel Paulista possuem poucos moradores de regiões nobres em suas redes. Há diferenças raciais, não muito grandes: os negros com mais contatos em outros distritos da zona leste e município a leste de São Paulo, ao passo que os brancos possuem mais laços em outras partes da cidade de São Paulo e em regiões nobres.

²³ O restante reside em outras cidades da região metropolitana (como Taboão da Serra) ou em outras localidades do município de São Paulo (como Pirituba, Rio Pequeno, República, Santana, Saúde).

No Tatuapé, tal como em São Miguel, é muito grande a parcela de contatos que residem em distritos da zona leste de São Paulo e em cidades a leste da capital. Somando-se estes vínculos com os que residem no distrito e entorno, obtêm-se 76,2% do total dos vínculos. Porém, diferentemente de São Miguel, é maior a participação de componentes das redes que residem em outras partes do município de São Paulo.

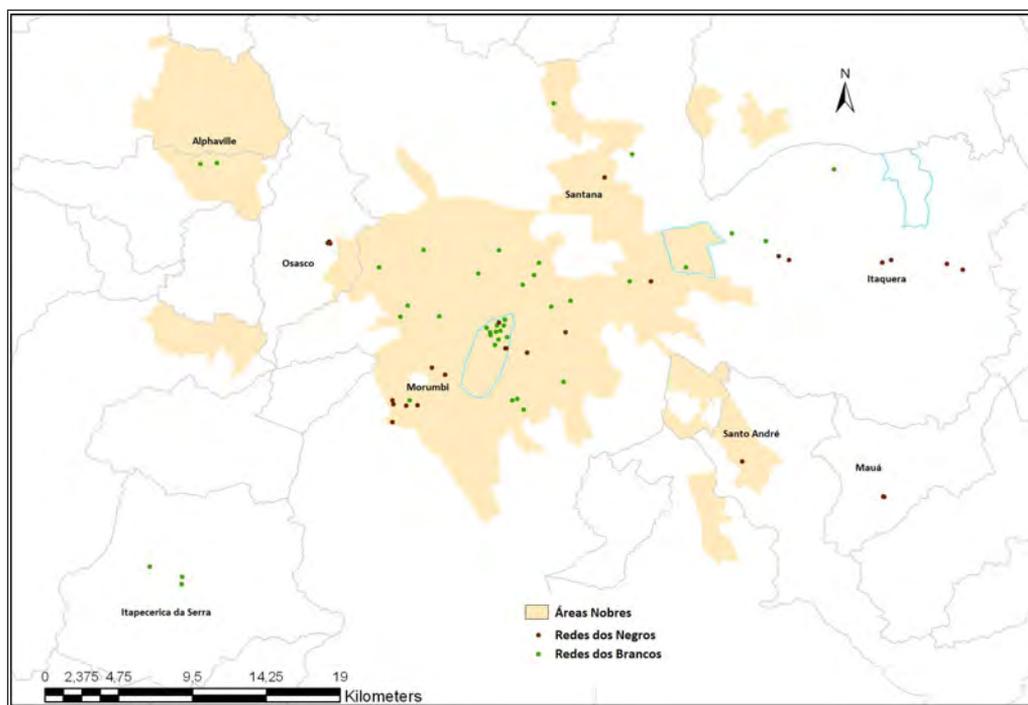
As diferenças raciais no que tange às residências dos vínculos são bastante expressivas no Tatuapé, conforme demonstra o Mapa 10. Enquanto a maior parcela dos contatos dos negros reside em outros distritos da zona leste ou municípios a leste da capital, a maior parcela dos contatos dos brancos mora no próprio Tatuapé ou em outros bairros do município de São Paulo, tais como Campo Belo, Freguesia do Ó e Perdizes. A maioria dos contatos dos brancos estão em regiões nobres, ao contrário da maioria dos contatos dos negros. Observou-se algumas diferenças de gênero nas redes do Tatuapé: as redes dos homens são mais concentradas no próprio Tatuapé e em regiões nobres, enquanto nas redes das mulheres predominam vínculos com pessoas que moram em locais mais distantes, à leste e em outras partes de São Paulo.

Mapa 10 – Locais de Moradia dos Membros das Redes Pessoais dos Entrevistados Negros e Brancos do Tatuapé



No Itaim Bibi (Mapa 11), a maior parte das residências dos componentes das redes pessoais (74%) encontra-se em regiões nobres. Principalmente no próprio distrito, em seu entorno ou em outras localidades do chamado Quadrante Sudoeste²⁴ (como, por exemplo, Butantã e Campo Belo). Além disso, mais do que nas outras áreas onde fizemos entrevistas, há significativa parcela de laços localizados em outros locais da região metropolitana (Alphaville, Osasco, Itapecerica da Serra) ou mesmo fora da região metropolitana. Os pontos do Mapa 11 demonstram que a maior parte dos vínculos residentes fora das regiões nobres são membros das redes das negras (lembrando que no Itaim Bibi entrevistamos apenas duas negras e quatro brancos).

Mapa 11 – Locais de Moradia dos Membros das Redes Pessoais dos Entrevistados Negros e Brancos do Itaim Bibi



A pesquisa de Marques (2010) mostra que as redes de pessoas de classe média costumam ser mais variadas espacialmente. Devemos acrescentar que, considerando diferentes locais de moradia das classes médias destes três locais, notamos distintas “formas de variação”. A localização das redes dos entres-

²⁴ Forma pela qual Villaça (1998) designa bairros nobres localizados em setores a Oeste e Sul de São Paulo.

tados do Itaim Bibi tem razoável variação espacial, mas concentrando-se no interior do aglomerado de áreas nobres. No caso das redes do Tatuapé e de São Miguel Paulista, há uma significativa concentração no entorno destes distritos. Isso pode ser devido à posição mais central do Itaim Bibi, que favorece um maior acesso a vias que conectam a cidade e aos sistemas de transporte. Mas tal achado também pode estar ligado ao fato de que bairros nobres como o Itaim Bibi sejam visados como destino habitacional (mais do que o Tatuapé) de moradores provenientes de diversos outros bairros, nobres ou não; de modo que indivíduos que mudariam para lá trariam consigo vínculos com pessoas de diversas localidades.

De modo geral, esta análise das localizações residenciais das pessoas do círculo pessoal dos nossos entrevistados demonstrou que, apesar do bairro e da vizinhança não parecerem ser muito significativos enquanto esfera de sociabilidade, é forte a tendência destes laços mais íntimos residirem em regiões próximas às dos entrevistados. Em outras palavras, o espaço importa, mas em escala mais ampla que a da vizinhança. E, nesse sentido, separação residencial associa-se a separação espacial das redes.

Mais do que isso, identificamos diferenças raciais entre moradores das mesmas localidades. Brancos possuem mais vínculos com indivíduos residentes em regiões nobres enquanto os negros possuem mais vínculos com indivíduos de áreas periféricas da zona leste e à leste de São Paulo. Esta tendência é ainda mais expressiva no Tatuapé, onde há também maiores desigualdades de renda entre negros e brancos, conforme apontado em seção anterior.

4.3.8. Homofilia Racial nas Redes

Esta seção dedica-se a avaliar a composição racial das redes dos entrevistados. Mais especificamente, pretendemos avaliar os níveis de homofilia racial nas redes, ou seja, em que medida as redes dos entrevistados brancos é composta por outros brancos e em que medida as redes de negros é composta por negros.

Ao discutir homofilia devemos atentar para o fato de que a composição das redes pessoais é moldada tanto por fatores estruturais quanto pela agência individual. Isto é, por um lado os atributos dos componentes das nossas redes são determinados pelas características das pessoas com as quais temos oportunidade de nos relacionar nos ambientes e contextos sociais que frequentamos. Assim, haveria uma tendência da rede de um sujeito que frequenta ambientes onde predominam pessoas de classe média ter sua rede composta majoritariamente por

indivíduos de classe média. Nesse sentido, dados os resultados acima apresentados, de que boa parte das relações dos sujeitos se dão com indivíduos cujas residências encontram-se próximos, podemos esperar que hajam mais brancos nas redes do Itaim Bibi (cuja população é 94% branca) do que em São Miguel Paulista (com 53,5% de brancos).

Entretanto, por outro lado, a formação das redes é, também, uma questão de escolha individual (ou de “ser escolhido”), uma vez que é necessária certa “dedicação” para se manter um vínculo. Assim, a despeito de frequentar ambientes de classe média, um indivíduo pode optar por não cultivar relações com esses indivíduos. Ou então, os próprios indivíduos deste contexto podem ter optado por não se relacionar com o sujeito em questão.

A Tabela 16, a seguir, apresenta percentuais de vínculos racialmente homogênicos nas redes dos nossos entrevistados. Ou seja, por exemplo, qual o percentual de componentes das redes dos brancos é de indivíduos brancos. Convém lembrar, novamente, que não pretendemos, com isso, sugerir tendências estatisticamente representativas das redes de São Miguel Paulista, Tatuapé e Itaim Bibi. Porém, as comparações entre as redes de nossos entrevistados negros e brancos sugerem direções e disposições significativas, estimulando análises e propondo futuras investigações mais aprofundadas.

Tabela 17 - Homofilia Racial

Todos os Vínculos Levantados				
	Branco em redes de brancos	Negro em redes de brancos	Negro em redes de negros	Branco em redes de negros
Todos	79%	21%	50%	50%
São Miguel	66%	34%	56%	44%
Tatuapé	91%	9%	33%	67%
Itaim Bibi	88%	13%	47%	53%
Vínculos Não-Familiares				
	Branco em redes de brancos	Negro em redes de brancos	Negro em redes de negros	Branco em redes de negros
Todos	76%	24%	45%	55%
São Miguel	64%	36%	55%	45%
Tatuapé	88%	12%	25%	75%
Itaim Bibi	80%	20%	33%	67%

Como é muito provável que os caracteres fenotípicos de parentes sejam semelhantes e é alta a participação de parentes nas redes pessoais, isso pode acarretar vieses na nossa análise da homofilia. Por isso, a Tabela X apresenta, separadamente, taxas de homofilia para todos os vínculos e para vínculos com não-parentes. De fato, a exclusão dos vínculos familiares reduz os valores das taxas de homofilia, principalmente dos negros, que possuem mais parentes em duas redes. No entanto, as principais tendências se mantêm.

Os resultados demonstram que os brancos são muito mais racialmente homofílicos do que os negros, que possuem redes racialmente mais misturadas. Convém ressaltar que em São Miguel Paulista, local com expressiva participação de negros na população, os brancos são menos homofílicos e os negros são mais. No Itaim Bibi e no Tatuapé, quase não há negros nas redes dos brancos. Em números absolutos, dos 95 vínculos de brancos desses locais, apenas 10 são com negros.

Como abordamos indivíduos de classe média, e estas classes são majoritariamente brancas, é razoável esperar que haja uma maioria de relações com brancos. Além disso, podemos supor que quanto mais branco for determinado local, mais brancas seriam as redes. Ou seja, há uma expectativa de alta homofilia dos brancos e baixa homofilia dos negros que é confirmada pelos dados. Porém, argumentaremos mais adiante que, em conjunção com outros fatores, esta circunstância deve levar a uma reprodução da estrutura racial descrita no capítulo 3. Principalmente se considerarmos que a participação de brancos em redes de brancos é sempre maior, indicando uma tendência de socialização racialmente segmentada, independentemente do local pesquisado.

4.3.9. Redes de Locais: descrições gerais

Nesta seção desenvolveremos, enfocando os locais frequentados pelos entrevistados, lógica similar à da análise da localização das redes. Questionaremos onde frequentam os moradores de São Miguel Paulista, Tatuapé e Itaim Bibi, e quais as diferenças raciais no que tange aos locais frequentados.

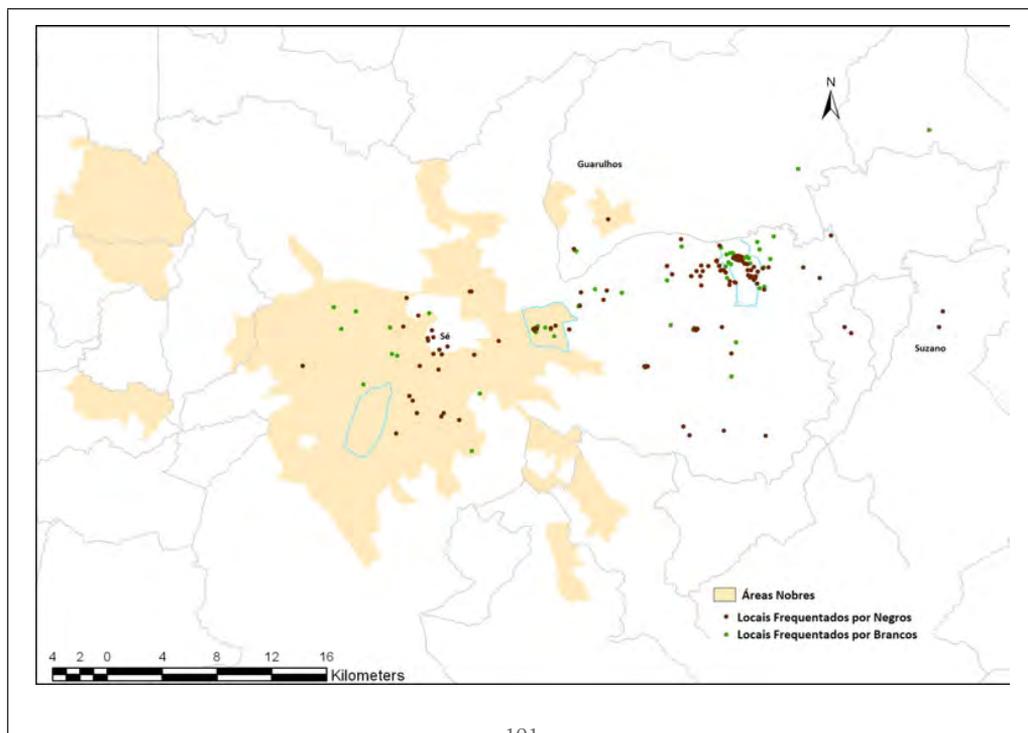
Para os entrevistados de São Miguel, a maior parte dos locais frequentados localiza-se no próprio distrito e em seu entorno. Os pontos no Mapa 12 evidenciam também muitos locais situados no distrito do Tatuapé. Isso demonstra a importância do Tatuapé enquanto referência para a zona leste paulistana, inclusive para moradores com acesso a uma centralidade comercial, como São Miguel.

Há uma quantidade expressiva, porém minoritária de locais situados em regiões nobres como Tatuapé, Liberdade, Lapa, Vila Mariana etc. Os locais de trabalho da maioria dos entrevistados situam-se na zona leste, enquanto que os serviços médicos são buscados principalmente em regiões nobres de São Paulo.

Os brancos têm maior frequência a locais no próprio distrito, enquanto os negros frequentam mais os distritos do entorno e outros locais da zona leste. Nas áreas nobres, os negros frequentam mais lugares situados em distritos da zona sul atendidos pela linha azul do Metrô, ao passo que os lugares frequentados por brancos têm maior concentração em bairros da zona oeste. Há significativa frequência de negros nos distritos que compõem o “centro velho” de São Paulo (Sé e República).

Há um desequilíbrio de gênero significativo, com mulheres se concentrando no próprio distrito e em outras áreas da zona leste, enquanto os homens se deslocam para locais mais distantes da cidade de São Paulo, frequentando mais regiões nobres. Tais tendências são coerentes com estudos que demonstram que o raio de circulação das mulheres é mais restrito que o dos homens (Flores 2006, p. ex.). Isso se reflete, inclusive nos serviços de atendimento à saúde, com homens buscando mais serviços médicos em regiões centrais e nobres, e mulheres restringindo-se mais às redondezas.

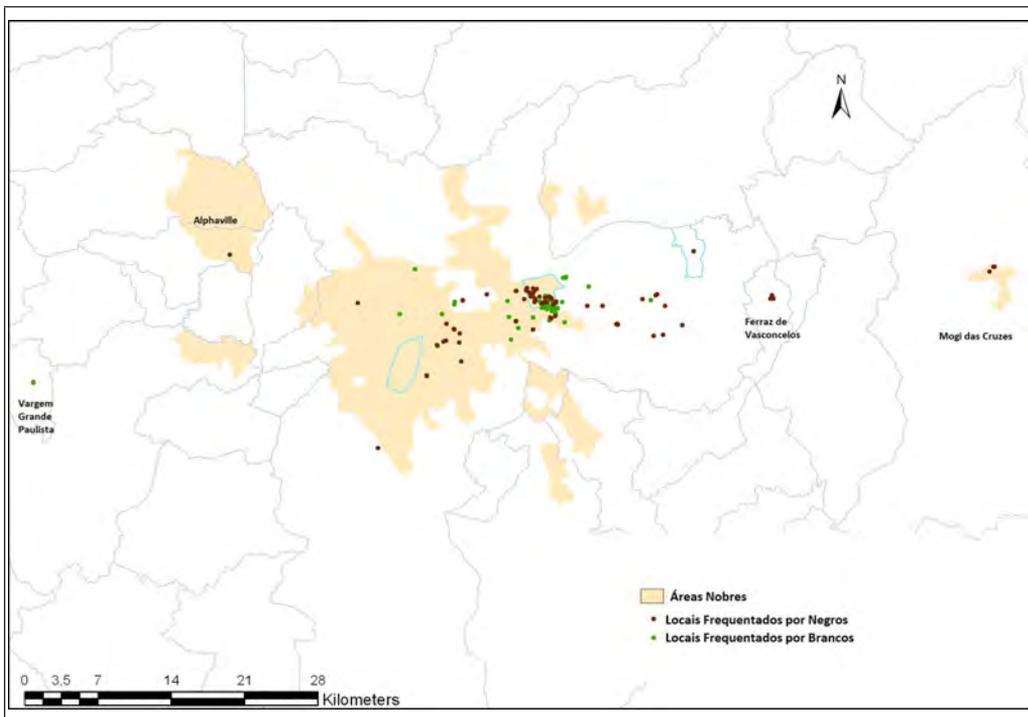
Mapa 12 – Locais Frequentados pelos Entrevistados Negros e Brancos de São Miguel Paulista



Com relação aos entrevistados do Tatuapé, o Mapa 13 aponta que predominam as menções a locais no próprio distrito, seguidas de alusões a locais em regiões nobres da proximidade, como Mooca ou Jardim Anália Franco. Os moradores do Tatuapé se deslocam muito menos que os de São Miguel Paulista, indo principalmente para regiões nobres.

Há grande concentração dos locais frequentados por negros no distrito e entorno, mas não tão forte quanto no caso dos brancos. Pouquíssimos locais frequentados pelos brancos não se localizam no distrito e em seu entorno. Os negros do Tatuapé frequentam mais locais situados na porção leste da metrópole.

Mapa 13 – Locais Frequentados pelos Entrevistados Negros e Brancos do Tatuapé

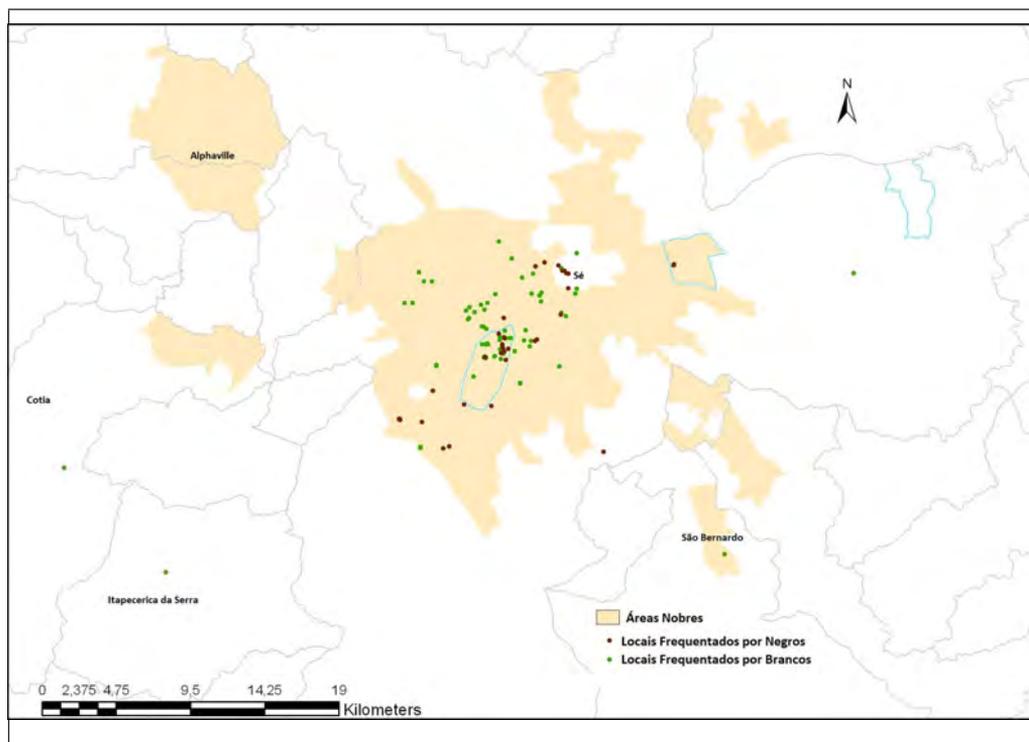


No Tatuapé, as mulheres negras foram as entrevistadas que se deslocam mais para ir trabalhar, enquanto os homens brancos são os que se deslocam menos. Trata-se de uma inversão da tendência de gênero observada em São Miguel. É provável que o fato das mulheres do Tatuapé circularem para lugares mais distantes que as de São Miguel esteja associado à presença do metrô, facilitando o acesso a outras partes da cidade.

Do modo semelhante ao Tatuapé, dos locais mencionados pelos entrevistados no Itaim Bibi (Mapa 14) são preponderantes aqueles situados no distrito ou em seu entorno. Quase 90% dos locais citados encontram-se num raio de 9km a partir do bairro. Poucos são os lugares que não se encontra em regiões nobres. Destes, a maioria se localiza no distrito da República, no “centro velho” de São Paulo, e é frequentado pelas entrevistadas negras. Quase todos os entrevistados do Itaim Bibi trabalham no distrito ou entorno.

De um modo geral, os trajetos e relações têm um padrão “meso”, ou seja, orbitam mais ou menos na escala do distrito, ou em torno de determinadas centralidades. Isso dá a entender que diferentes classes ou grupos sociais de uma mesma área tem a maior parte de suas relações e locais de frequência em determinadas “regiões” da metrópole. Isso aponta para a necessidade de pesquisas sobre a convivência de distintos grupos em determinados pedaços do espaço urbano, não na metrópole como um todo.

Mapa 14 – Locais Frequentados pelos Entrevistados Negros e Brancos do Itaim Bibi



* * *

As descrições desta seção e das anteriores revelaram as tendências mais gerais das redes de pessoas e locais. Constatou-se significativa proporção de parentes dentre os membros das redes, mais acentuada entre os negros, podendo indicar mais dificuldade destes constituírem laços fora do ambiente familiar. Além disso, a vizinhança não exibe grande relevância como esfera de sociabilidade, o que não anula a importância do espaço e das distâncias físicas, uma vez que a maior parte dos laços são constituídos com moradores do distrito de residência dos entrevistados e de seu entorno. Dentre os vínculos dos entrevistados do Itaim Bibi, predominam moradores de áreas nobres, oposto do que ocorre nas redes de São Miguel Paulista. Os componentes das redes do Tatuapé são metade de áreas nobres e metade não. Nos três locais pesquisados, brancos têm mais laços com moradores de áreas nobres do que negros.

Além disso, a análise da homofilia racial nas redes revelou que – coerentemente com a expectativa de um estudo de redes de indivíduos de classe média, predominantemente brancas – há maior homofilia dos brancos e maior mistura racial em redes de negros. No entanto, comparando-se brancos e negros dos mesmos locais, há sempre mais brancos em redes de brancos e mais negros em redes de negros.

Os locais frequentados repetem o padrão de concentração no distrito e entorno. Os entrevistados de São Miguel Paulista percorrem maiores distâncias, havendo, porém, diferenças de gênero mais marcadas: mulheres restringem-se mais ao entorno do distrito ao passo que homens frequentam mais áreas nobres. Para os entrevistados do Itaim Bibi os locais frequentados estão quase todos em áreas nobres. Os entrevistados do Tatuapé são aqueles menos se deslocam para seus locais de frequência, uma vez que estes concentram-se preponderantemente no distrito e entorno.

4.3.10. Tipologia de Redes de Pessoas e Locais

Nesta seção, analisaremos conjuntamente redes pessoais e locais frequentados, articulados com outros atributos dos entrevistados. Para tanto, apresentamos uma tipologia de redes de pessoas e locais constituída a partir de correspondências observadas no material colhido.

Dado que, conforme constatado nas seções anteriores, o local de moradia exerce significativa influência na composição das redes pessoais e nas possibilidades de deslocamento para determinados locais, foram propostos tipos de “redes de pessoas e locais” para cada área pesquisada. Ou seja, agregamos entrevistados em categorias de acordo com semelhanças em suas redes pessoais e em seus conjuntos de locais frequentados. Apresentaremos um total de oito tipos: quatro de São Miguel Paulista (I, II, III, IV), dois do Tatuapé (V, VI) e mais dois do Itaim Bibi (VII e VIII). Na Tabela 16, a seguir, exhibe uma descrição sumária dos oito tipos.

O Tipo I é composto por moradores de São Miguel Paulista que possuem relações com brancos de classe média, muitos vínculos em regiões nobres, e que trabalham e frequentam locais em regiões nobres. Isso não quer dizer que não tenham vínculos ou que não vão a locais de São Miguel ou da zona leste, mas o fato de terem vínculos e frequentarem regiões nobres é o principal traço que os distingue. Neste tipo, foram enquadrados os entrevistados Amadeu, Marcela, Armando. Todos são brancos. Vieram de famílias cujos pais foram profissionais ou proprietários, tendo diversos parentes que concluíram ensino superior (em geração anterior ou na mesma). Trata-se de uma classe média mais antiga de São Miguel Paulista. Todos demonstrando, inclusive, forte vínculo sentimental com a região. Nas trajetórias ocupacionais, é marcante o fato de terem trabalhado em diversos lugares da cidade de São Paulo, para além da zona leste. Sendo que, destes locais, alguns localizam-se em regiões nobres.

Tabela 18: Síntese da tipologia de redes de pessoas e locais.

São Miguel Paulista			
Tipo	Entrevistados	Relações	Locais
I	Amadeu, Marcela, Armando (Branços)	Relações com brancos de classe média	Locais em regiões nobres
II	Lucas (negro), Regina, Luana e Glauco (brancos)	Relações e locais em São Miguel Paulista	
III	Jessé, Santiago, Livia (negros)	Relações com negros de São Miguel Paulista e zona leste	Locais em São Miguel Paulista e zona leste
IV	Joaquim, Rebeca, Rita (negros)	Relações com pobres (família) e classe média da zona leste (não-família)	Locais na zona leste e regiões nobres
Tatuapé			
Tipo	Entrevistados	Relações	Locais
V	Miriam, Fernanda, Alan e Diogo (brancos)	Relações com brancos de classe média na região do Tatuapé e áreas nobres	Locais na região do Tatuapé
VI	Milena, Sabrina, Nei e Orlando (negros)	Relações na região do Tatuapé e zona leste	Locais na região do Tatuapé e em outras partes de São Paulo (nobres ou não)
Itaim Bibi			
Tipo	Entrevistados	Relações	Locais
VII	Olavo, Eliana e Elvira (brancos)	Relações com brancos de classe média no Itaim Bibi e regiões nobres	Locais no Itaim Bibi e regiões nobres
VIII	Valter (branco), Izilda, Ivana, Josué* (negros)	Relações com pobres da zona leste (família) e brancos de classe média de regiões nobres (não-família)	Locais do quadrante sudoeste (nobres ou não)

A principal característica do Tipo II é a forte vinculação destes indivíduos com a região de São Miguel Paulista, suas redes pessoais se concentram no distrito e nas imediações, assim como os locais frequentados. Em suas trajetórias ocupacionais, predominam empregos localizados na zona leste. Além disso, estes foram os entrevistados cujas descrições do bairro deram mais ênfase a aspectos positivos, demonstrando ser este um local onde se sentem muito confortáveis. Destacam o comércio de São Miguel e o fato do bairro proporcionar fácil acesso a diversas outras áreas da metrópole (através do trem, linhas de ônibus e vias expressas da região), sendo um importante ponto de referência da zona leste. Os entrevistados deste grupo, aliás, são os que mais se locomovem de transporte público.

Neste tipo, enquadram-se os entrevistados Lucas, Regina, Luana e Glauco. São duas mulheres brancas e dois homens, um negro e outro branco. Predominam laços com indivíduos mais pobres, negros e brancos. Há uma diferença importante entre as mulheres e homens deste grupo. Apesar de predominar a frequência a locais na região de São Miguel, os homens, quando vão para fora do distrito, costumam frequentar regiões nobres da cidade de São Paulo, como Vila Mariana e Jardins. Os locais frequentados pelas mulheres restringem-se à zona leste, a única área nobre frequentada por elas é o Tatuapé.

O Tipo III é composto por negros cujas redes de relações pessoais são constituídas predominantemente por outros negros (forte homofilia racial), residentes de São Miguel Paulista e de outras áreas periféricas da zona leste (ou municípios na parte leste da metrópole). Seus locais de frequência restringem-se, também, a estas áreas. Tratam-se dos entrevistados Jessé, Santiago, Lívia. São os únicos entrevistados cujas famílias de origem não possuíam imóveis em São Miguel. Na verdade, a aquisição de um imóvel no distrito é parte de um processo maior de estabilização socioeconômica e residencial destes indivíduos. Todos dizem que não gostariam de morar em São Miguel o resto da vida.

O Tipo IV, no qual se enquadram três entrevistados negros (Joaquim, Rebeca, Rita) se caracteriza por uma clivagem significativa nas características de familiares e não-familiares nas suas redes pessoais. Do conjunto de indivíduos citados como mais próximos, os parentes são de classe baixa, ao passo que os vínculos fora da família são indivíduos de classe média. Isto deve ser reflexo de uma trajetória de ascensão social. A maior parte dos componentes das redes (família ou não) reside na zona leste, mas os entrevistados também têm significativa frequência a locais em regiões nobres da cidade. Em suma, são negros que, apesar de virem de famílias pobres, têm grande sociabilidade entre pessoas de classe média, mas restringem-se à zona leste em suas relações. A maior parte de suas trajetórias ocupacionais deu-se em empregos localizados na zona leste de São Paulo. Se locomovem prioritariamente de automóvel. Ressaltam o comércio como aspecto positivo de São Miguel Paulista e, como pontos negativos, todos mencionaram a violência por parte “*da polícia e dos bandidos*”. Eles têm relações com vizinhos, mas, destacam que as discordâncias de opinião e posicionamentos políticos é um fator importante em suas diferenças com os moradores da vizinhança. Os entrevistados, manifestando opiniões políticas de esquerda, queixam-se da dificuldade de diálogo com os vizinhos.

O Tatuapé, localizado no limite das áreas nobres, e sendo o local pesquisado com maiores desigualdades raciais de renda (no geral e na classe média), apre-

senta, também, importante segmentação racial no que diz respeito às redes de pessoas e locais. Os brancos estão voltados para as áreas nobres mais centrais, enquanto os negros estão voltados para o leste mais periférico, isto se reflete nos dois tipos construídos.

O Tipo V é composto pelos entrevistados brancos do Tatuapé (Miriam, Fernanda, Alan e Diogo). Possuem relações com brancos de classe média, principalmente nas cercanias do Tatuapé e em áreas nobres de São Paulo. Os locais de trabalho e outros lugares frequentados situam-se no próprio distrito e em seu entorno. Dois dos entrevistados deste grupo foram criados no próprio Tatuapé e reclamam que o bairro atingiu seu limite de construções e crescimento. No entanto, todos demonstram gostar muito do local, não gostariam de mudar e, se o fizessem, iriam para áreas próximas como Mooca ou Jardim Anália Franco.

Enquadram-se no Tipo VI os entrevistados negros do Tatuapé (Milena, Sabrina, Nei e Orlando). Possuem relações próximas com pessoas do Tatuapé e de áreas mais periféricas da zona leste. Trabalham em locais mais distantes da cidade de São Paulo (como Socorro e Vila Mariana), utilizando sempre transporte coletivo para se deslocar ao trabalho. Com exceção do trabalho, os locais de frequência se concentram principalmente no Tatuapé e entorno, mas também há acesso a regiões nobres, principalmente por parte daqueles que se transitam por estas regiões por razões profissionais ou no caminho para o trabalho.

Três dos integrantes deste grupo (Milena, Sabrina e Nei) são originários de locais mais periféricos da zona leste ou de municípios a leste da metrópole (Ferraz de Vasconcelos, Vila Matilde, São Miguel Paulista). Mudaram-se para o Tatuapé, em parte, para facilitar o acesso ao trabalho. Cursaram ensino superior anos depois da faixa etária considerada “ideal”. Já Orlando é originário de uma família de classe média do próprio Tatuapé. Chama atenção, neste caso, o fato de que suas relações fora da família são com pessoas de classe social mais baixa moradoras de áreas mais à leste (Vila Matilde e Artur Alvim).

No Itaim Bibi, a ausência de dois homens negros entre os entrevistados prejudicou a constituição de tipos segmentados por diferenças raciais. A principal clivagem que distingue os dois tipos do Itaim Bibi é a origem. Os indivíduos do Tipo VII são originários de famílias bem estabelecidas na classe média, oriundos de bairros nobres, como Granja Viana, Pinheiros e do próprio Itaim. Os indivíduos do Tipo VIII são originários da zona leste de São Paulo, de famílias pobres ou de classe média recente.

O Tipo VII é composto pelos entrevistados Olavo, Eliana e Elvira. Todos brancos. Suas redes de relações e locais de frequência se localizam no próprio

Itaim Bibi e em áreas nobres do quadrante sudoeste. Relacionam-se com brancos de classe média residentes destas mesmas áreas. São originários de famílias de classe média bem estabelecidas e estudaram em escolas particulares.

O Tipo VIII também é marcado por uma segmentação entre parentes e não-parentes (como o Tipo IV). Possuem laços com familiares da zona leste de classe mais baixa e laços não-familiares com indivíduos brancos de classe média moradores de regiões nobres. Frequentam locais do quadrante sudoeste, nobres ou não. A principal diferença com relação ao Tipo IV é o fato de cultivarem relações próximas com moradores de áreas nobres.

Originários de famílias pobres ou de classe média recente, estudaram em escolas públicas e trabalharam nos mais diversos locais da cidade de São Paulo. Os imóveis onde residem foram adquiridos através de financiamento. Têm poucas relações com os vizinhos, que consideram “desconfiados” e “de nariz empinado”, mas apreciam viver num bairro considerado “de classe boa”. Fazem severas críticas aos seus locais de origem, na zona leste, principalmente quanto à distância das centralidades, ao “nível cultural” inferior das pessoas que lá residem e por se verem estigmatizados quando moravam lá.

Enquadram-se neste grupo os entrevistados Valter (branco), Izilda e Ivana (negras) do Itaim Bibi, mas também o entrevistado Josué, de São Miguel Paulista. Este último, na verdade, morou durante um bom tempo no distrito da Consolação e em outras regiões nobres, retornando a São Miguel Paulista porque os pais, muito velhos, necessitavam de cuidados especiais.

4.4. SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL, REDES PESSOAIS, EXPERIÊNCIAS URBANAS E RELAÇÕES RACIAIS: ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS

Neste capítulo, propusemos estratégias alternativas para a descrição e análise sociológica do fenômeno da segregação no intento de ir além dos diferenciais de localização das moradias para nos aproximar ainda mais das dimensões de integração e acesso, das quais as localizações residenciais pretendiam exercer a função de *proxy*. Trata-se de uma perspectiva que pretende estudar a segregação residencial levando em consideração as mobilidades dos indivíduos pelo espaço urbano e a constituição de laços íntimos em espaços não restritos à vizinhança. Visando captar a dimensões de integração, coletamos redes pessoais, e visando

observar o acesso, levantados os locais frequentados pelos indivíduos. Como resultado, obtivemos “redes de pessoais e locais” de negros e brancos de classe média moradores de São Miguel Paulista, Tatuapé e Itaim Bibi.

Embora a discussão sociológica de questões de gênero não esteja entre os objetivos principais deste trabalho, alguns diferenciais de gênero se impuseram nas resultados apresentadas neste capítulo. Por exemplo, em comparação com os homens, as mulheres de São Miguel Paulista possuem trabalhos e frequentam locais muito mais próximos às suas residências. No Tatuapé, em contraste, as mulheres se deslocam mais, provavelmente devido à existência do metrô no local. Isto reforça a assertiva de que as políticas de transporte público são especialmente relevantes para a mobilidade de mulheres (Svab 2016). Apesar de não verificarmos a prevalência de uso de transporte coletivo entre elas, observamos que boa parte das nossas entrevistadas que possuem automóvel, mesmo assim se locomovem de transporte coletivo. Além disso, no que tange aos diferenciais de gênero, outro relevante aspecto foi o fato de que a maior parte dos relatos de “situações de desrespeito” e discriminação coletadas foram narrados por mulheres (principalmente pelas mulheres negras entrevistadas).

De um modo geral, as análises confirmam a hipótese da importância do local de residência, mas sem passar pela vizinhança. Ou seja, mantêm-se o pressuposto da escola de Chicago de que as distâncias físicas são importante fator para as relações sociais. Mas não se ratifica a ideia de que existiria grande relevância nas interações face-a-face entre vizinhos.

A análise das redes pessoais aponta o espaço como fator de homofilia. A maioria dos componentes das redes dos entrevistados reside no próprio distrito ou nas imediações do distrito do entrevistado, o que indica que a proximidade física dos locais de residência – mas não necessariamente a vizinhança – pode ter importante contribuição para delimitação do escopo das relações sociais dos indivíduos.

Como previsto por estudos clássicos de redes pessoais (Wellman 1979; Fischer 1995), poucos são os laços das redes pessoais que decorrem de relações de vizinhança. Mas também não podemos dizer, tal como Wellman (1979), que é na escala da metrópole onde se enquadra a maior parte dos laços pessoais. Nossos resultados, porém, apontam redes bem “regionalizadas” no interior da metrópole.

A maior parte dos locais frequentados pelos indivíduos entrevistados localiza-se nos arredores do distrito onde residem. Isso quer dizer que, não obstante possuírem automóvel e recursos materiais que favoreceriam a locomoção, seus

trajetos cotidianos têm localização relativamente próxima à residência. Não se restringem ao bairro, ao entorno imediato da moradia, mas sim a áreas mais amplas nas cercanias deste. Ou seja, em se tratando de acesso e frequência a diferentes lugares, a localização da residência tem significativa importância. Poderíamos, portanto, falar de uma “segregação em uma média escala”.

A avaliação da homofilia racial nas redes pessoais indicou uma tendência de segmentação racial nos relacionamentos dos indivíduos. Independentemente do local pesquisa redes de brancos têm mais brancos e redes de negros têm mais negros. Os tipos construídos na seção anterior ratificam esta tendência, evidenciando as diferenças raciais nas redes de pessoas e nos locais frequentados. As redes de brancos são majoritariamente constituídas por outros brancos de classe média. Ao passo que as redes dos negros são racialmente mais misturadas. Ou seja, os brancos de classe média possuem círculos de relações mais homogêneas brancas, exibindo uma característica de fechamento social. Além disso, considerando-se tanto as redes como os locais frequentados, notamos que os brancos estão mais voltados para as áreas nobres do que os negros.

Uma vez que segregação pode ser concebida como o oposto da integração e do acesso, os tipos mais segregados seriam aqueles cujas redes fossem constituídas por indivíduos muito semelhantes ao ego e os locais fossem restritos às cercanias da residência. São compatíveis com essa descrição os tipos III (relações com negros de São Miguel e zona leste, frequência a locais situados nestas regiões), V (relações com brancos de classe média do Tatuapé, frequência a locais deste distrito e áreas nobres) e VII (relações com brancos de classe média do Itaim Bibi, frequência a locais deste distrito e áreas nobres). Todavia, dizer que tais tipos são parecidos em termos de segregação esconde importantes diferenciações no que diz respeito a oportunidades: ter redes e locais restritos a São Miguel deve implicar maiores limitações e desvantagens do que no Tatuapé ou Itaim Bibi. Na verdade, o Tipo III, em contraposição com os Tipos V e VII representam polos opostos.

Os negros do Tipo III não apenas estão restritos a circuitos periféricos, distantes das localizações de maior valorização material e simbólica e das centralidades mais bem providas de políticas públicas, como também possuem as redes mais homogêneas de todos os entrevistados, o que pode acarretar em desvantagens no que tange a informações, oportunidades e perspectivas que tendem a circular mais através de laços sociais heterogêneos.

Os Tipos V e VII revelam aproximações entre os brancos do Tatuapé e do Itaim Bibi: ambos os grupos cultivam relações sociais predominantemente com

outros brancos de classe média, frequentando locais em seus próprios bairros e em outras áreas nobres da metrópole. Estes manifestam as maiores possibilidades de apropriação das localizações mais valiosas da metrópole, têm fácil deslocamento (com menor tempo) para as principais centralidades e convivem com pessoas que desfrutam destas mesmas condições de fruição do urbano, compartilhando práticas e estilos de vida.

Os outros tipos caracterizam-se por situações intermediárias e estes. Os brancos de São Miguel Paulista do Tipo II aproximam-se do polo inferior (Tipo III) mas com a vantagem de possuírem redes mais heterogêneas. Os do Tipo I aproximam-se do polo superior, mas com as desvantagens da localização e do deslocamento. Comparados aos Tipos V e VII, possuem relações sociais mais variadas e frequência a locais mais diversos.

Os Tipos IV (de São Miguel), VI (do Tatuapé) e VIII (do Itaim Bibi), compostos basicamente por negros, também são marcados pela variedade de relações. Estes tipos possuem as redes mais heterogêneas, frequência em áreas nobres, mas também fortes vínculos com localidades periféricas. Porém os tipos IV e VI não apresentam a presença de brancos de classe média moradores de áreas nobres em suas redes.

Apenas os negros do Tipo VIII apresentam significativa presença de brancos de classe média moradores de áreas nobres em suas redes. A comparação destes últimos com o Tipo I nos sugeriria que os brancos de São Miguel Paulista (representados no Tipo I) teriam tanta probabilidade de relacionamento com brancos de classe média das áreas nobres quanto negros residindo nestes mesmos espaços (Tipo VIII). Podemos insinuar, em outras palavras, que a proximidade fenotípica anularia a desvantagem da distância física e do deslocamento.

As evidências aqui apresentadas, não apenas demonstram a estrutura racial de grupos de status brancos-ricos e negros-pobres (Azevedo 1966 [1956]; Telles 2012[2004]), mas também nos permite vislumbrar mecanismos de sua reprodução.

Nossas análises das trajetórias dos entrevistados de São Miguel Paulista permitem-nos divisar uma tendência daqueles sujeitos permanecerem naquela região por gerações. Primeiro, o vínculo afetivo orienta uma preferência por locais de moradia próximos aos familiares. Além disso, a herança dos imóveis pertencentes aos pais representa singular oportunidade de acesso a bens. Ou seja, para estes indivíduos de São Miguel, o imóvel localizado na zona leste representa o único patrimônio que podem herdar.

É verdade, contudo, que as periferias passaram por muitas transformações e desenvolvimentos nas últimas décadas, ocasionando uma expectativa ou mesmo uma valorização de fato deste patrimônio. Porém, conforme vimos no capítulo 3, o valor das localizações sempre se dá relativamente a outras localizações. Nesse sentido, e em concordância com a argumentação de Camila Saraiva (2008), por mais que se transforme, a periferia se converte em “periferia consolidada”. Ou seja, o próprio peso da história urbana mantém a ordem das coisas.

Ademais, ao serem perguntados para onde mudariam, os moradores de São Miguel almejam bairros na própria zona leste, em especial, o Tatuapé, o primeiro bairro nobre para quem vem do lado leste. Foi no Tatuapé, área nobre relativamente recente, que observamos as maiores segmentações raciais.

Por fim, aqueles que logram adquirir imóvel em áreas elitizadas como o Itaim Bibi estão sob o risco de serem vistos como aqueles que “não se enquadram”, conforme a fala da entrevistada branca apresentada anteriormente, que tem passado toda sua vida neste bairro. A realização socioeconômica não implica uma integração, de fato, com a classe média branca.

Vimos, inclusive, que os sujeitos circulam e constroem relações nos seus próprios distritos e entorno. Ou seja, a suposta possibilidade de mobilidade e, por conseguinte, de acesso à cidade, dos indivíduos de classe média é limitada. Isso em virtude das más condições de locomoção, das desigualdades e deficiências da rede de transporte urbano e também das enormes dimensões urbanas da metrópole.

A estes fatores somam-se os diferenciais de localização das residências descritos no capítulo 2 (que fazem das áreas nobres eminentemente brancas) e as diferenças raciais observadas nas redes pessoais e nos locais frequentados. Os mapas apresentados neste capítulo revelaram que os negros possuem menor frequência e relações em áreas nobres do que os brancos, independentemente do local de residência. Identificamos, também, uma tendência à homofilia racial nas redes pessoais. A sobreposição destas dimensões aponta para uma reprodução das estruturas raciais fomentada por processos ocorridos no espaço urbano.

Apesar de nossa pesquisa não ter aprofundado elementos de identidade, estilo de vida e visão de mundo, podemos crer que tais estruturas de apropriação do espaço favoreçam a constituição, entre os brancos de classe média, de algo similar ao “habitus branco” proposto por Eduardo Bonilla-Silva (Bonilla-Silva 2006; Bonilla-Silva & Embrick 2007).

(...) poucos duvidam que, em geral, o isolamento social e espacial de um grupo leva à diferenciação deste para com outros grupos, assim como ao desenvolvimento de coesão grupal e identidade do grupo segregado. Se esta ideia se aplica a minorias raciais, ela se aplica aos brancos também (...) Afirmamos que a segregação e o isolamento dos brancos com relação às minorias cria um ‘habitus branco’, um processo ininterrupto de socialização racializada que cria e condiciona os brancos a gostos, percepções, sentimentos, emoções e visões sobre questões raciais. Uma das consequências centrais do habitus brancos é que ele promove um sentido de pertencimento grupal (uma cultura de solidariedade branca) e visões negativas acerca dos não-brancos. (Bonilla-Silva & Embrick 2007: 324-5).

Ou seja, o isolamento residencial e social fomentaria o compartilhamento de estilos de vida e traços culturais que poderiam ser lidos como verdadeiros referenciais identitários dos brancos de classe média moradores da região nobre da metrópole. Tratam-se de elementos que contribuem para cristalizar as hierarquias entre negros e brancos.

Ademais, nossos achados nos permitem dizer que tais hierarquias contêm fundamentos semelhantes àqueles teorizados por Norbert Elias em *Os Estabelecidos e os Outsiders* (Elias & Scotson 2000). Não pretendemos sugerir aqui que a metrópole de São Paulo seja uma grande Winston Parva, dividida entre brancos “quatrocentões” estabelecidos e negros recém-chegados. Sabemos que as levadas migratórias de populações brancas e negras em São Paulo foram muitas e em distintas épocas. Contudo, queremos chamar atenção para a descrição que Elias & Scotson (2000) fazem dos alicerces da estrutura dos diferenciais de poder entre estabelecidos e outsiders, que guarda importantes semelhanças com dados apresentados em nossa pesquisa.

Nossos autores mostram que a antiguidade de estabelecimento da moradia num determinado local – as áreas nobres do “Quadrante Sudoeste” têm sido ocupadas pela elite branca há muitas décadas – funda uma forte coesão social. Esta, no nosso caso, é observada nas redes pessoais dos brancos de classe média, resultando numa estreita integração social que só pode ser reforçada pelo compartilhamento de referenciais identitários ligados à frequência a determinados locais. Os autores acrescentam, ainda, que:

A complementaridade entre o carisma grupal (do próprio grupo) e a desonra grupal (dos outros) é um dos aspectos mais significativos do tipo de relação estabelecidos-outsideers encontrada aqui. Ela merece um momento de consideração, pois fornece um indício da barreira emocional erguida nesse tipo de figuração pelos estabelecidos contra os outsiders. Mais do que qualquer outra coisa, talvez, essa barreira afetiva responde pela rigidez, amiúde extrema, da atitude dos grupos estabelecidos para com

os grupos outsiders — pela perpetuação do tabu contra o contato mais estreito com os outsiders, geração após geração, (...) (Elias & Scotson 2000: 25).

Quer os grupos a que se faz referência ao falar de ‘relações raciais’ ou ‘preconceito racial’ difiram ou não quanto a sua ascendência ‘racial’ e sua aparência, o aspecto saliente de sua relação é eles estarem ligados de um modo que confere a um recursos de poder muito maiores que os do outro e permite que esse grupo barre o acesso dos membros do outro ao centro dos recursos de poder e ao contato mais estreito com seus próprios membros, com isso relegando-os a urna posição de outsiders. (Elias & Scotson 2000: 32).

Foram tais barreiras, sejam elas emocionais ou de acesso aos centros de poder, que os esforços empíricos descritos neste capítulo visaram sondar através das narrativas das trajetórias dos entrevistados e do levantamento e mapeamento de suas redes pessoais e locais frequentados. Estas evidências, combinadas às análises quantitativas das distribuições residenciais, apresentam um quadro de reforçados indícios do isolamento – espacial, social, racial e de locais frequentados – por parte dos brancos de classe média de São Paulo. Demonstra-se, portanto, que os negros são, de fato, mantidos à distância, física e socialmente, mesmo quando pertencem a uma mesma classe social que a dos brancos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho descreveu características da segregação residencial por raça na região metropolitana de São Paulo (RMSP), maior metrópole brasileira. Demonstramos, através de variadas metodologias, os contornos e especificidades deste fenômeno e argumentamos que a segregação entre negros e brancos em São Paulo corresponde à estrutura racial da sociedade brasileira, cujas hierarquias e distâncias contribuíram para manter.

Comparações com situações de segregação racial típicas de cidades norte-americanas, aliadas a ideologia de dissimulação das formas de manifestação do racismo no Brasil, têm alimentado discursos que, seja no senso comum ou mesmo na academia, desprezam a importância da segregação enquanto traço característico das relações raciais em nosso país. Esta pesquisa posiciona-se contrariamente a tais discursos, apresentando evidências e argumentos acerca da relevância da segregação por raça na maior cidade brasileira, ensejando estudos mais aprofundados sobre este objeto pela sociologia das relações raciais e pelas pesquisas sobre questões urbanas.

A temática da segregação costuma ser abordada pela sociologia enquanto segregação residencial, ou seja, a partir da perspectiva da separação das moradias e das relações constituídas entorno do espaço habitado. O estudo da segregação

residencial, nas mais diversas partes do mundo, tem recebido forte influência da sociologia dos Estados Unidos, onde este é um objeto de pesquisa tradicional, alvo da atenção do debate público e acadêmico desde a clássica escola de Chicago, cujas principais obras datam do início do século XX. Esta tradição de pesquisas fixou a principal premissa segundo a qual costuma-se interpretar a segregação: a de que as distâncias físicas entre grupos sociais correspondem a distâncias sociais. Partindo deste pressuposto, as pesquisas sobre segregação têm se concentrado no espaço residencial e dado grande ênfase às possibilidades de interação entre membros de diferentes grupos no contexto da vizinhança, entendida como esfera privilegiada para sociabilidade. Na segunda metade do século XX, com a influência do paradigma da economia política na sociologia norte-americana, a concentração de determinados grupos sociais pobres em espaços residenciais restritos passou a ser pensada, também, através da perspectiva das desigualdades e do acesso a recursos e oportunidades.

A partir deste debate, argumentamos que há duas dimensões que definem a importância da segregação residencial enquanto problemática de pesquisa sociológica. Uma delas é a dimensão da integração, na qual a proximidade ou distância entre as moradias implicariam em distintas possibilidades de contatos e relações sociais entre membros de diferentes grupos. A outra é a dimensão do acesso, segundo a qual a localização das residências num dado contexto urbano determinaria desigualdades de acesso a recursos e oportunidades disponíveis na cidade. A maior parte dos estudos sobre segregação não descreve diretamente tais dimensões, uma vez que conclusões a respeito de integração e acesso costumam ser inferidas a partir da análise das localizações das habitações dos diferentes grupos e classes sociais.

Enfocar as dimensões de integração e acesso implica em reconhecer que o estudo da segregação deve ir muito além dos diferenciais de localização das residências, que pautam as mais tradicionais técnicas de mensuração. Ao fixar-nos apenas nestas formas de mensuração nos arriscamos a perder de vista diferenças qualitativas entre os espaços da cidade, como suas características de centralidade, de valorização da localização ou de composição social. Mais do que isso, análises baseadas somente nos resultados de indicadores não especificam as experiências dos sujeitos e a forma como diferentes pessoas lidam com “situações de segregação” específicas e com as oportunidades e limitações colocadas a elas em função do espaço onde habitam.

Desta forma, neste estudo a mensuração de tais diferenciais foi encarada como um ponto de partida, como um componente de um conjunto de diversos

elementos empíricos que, reunidos, permitem-nos explorar as diversas facetas e formas de manifestação do fenômeno. Empregamos diferentes abordagens visando não apenas compor uma descrição mais abrangente da segregação na região metropolitana de São Paulo, mas também buscando propor alternativas metodológicas pertinentes a este objeto de estudo. Assim, empreendemos nossa investigação através de dois “movimentos empíricos”. O primeiro, mais tradicional, baseado na mensuração das desigualdades raciais e da segregação residencial a elas relacionada, a partir de dados censitários. Um segundo, mais “inovador”, consistindo em uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas que combinou o levantamento de trajetórias individuais com foco nos lugares da cidade onde se desenrolam as histórias de vida, a identificação dos locais frequentados pelos indivíduos no espaço da metrópole, e a coleta das redes pessoais dos sujeitos entrevistados, com subsequente mapeamento dos locais de moradia dos membros de suas redes.

No primeiro “movimento empírico”, antes da segregação residencial propriamente dita, apresentamos uma análise das disparidades raciais na estratificação social da região metropolitana de São Paulo. Foram identificados importantes avanços na cobertura do sistema educacional, com crescimento de negros com diploma de ensino superior, bem como exercendo ocupações que requerem tais credenciais. No entanto, a queda da desigualdade racial de renda foi desprezível. Além disso, apesar do crescimento da proporção dos negros nas categorias ocupacionais de empregadores e de profissionais, estes continuam a ser uma minoria fortemente sub-representada nestas ocupações de maior prestígio. Aliás, se ponderarmos o crescimento da proporção de negros em tais ocupações pelo crescimento da proporção de indivíduos que se autoidentificam como pretos e pardos na população, dificilmente poderíamos falar de um crescimento real da participação de negros nas classes médias.

Na sequência, empregamos técnicas quantitativas variadas de medição da segregação, com foco na localização e distribuição das residências pelo espaço urbano: indicadores sintéticos, georreferenciamento, técnicas de regressão, etc. Através da variabilidade das técnicas, pudemos assim compensar deficiências das formas de mensuração e tirar proveito das potencialidades de cada uma. O índice de dissimilaridade, por exemplo, resulta em valores únicos para toda a aglomeração urbana analisada, favorecendo comparações entre cidades e análises de transformações do fenômeno no tempo histórico. O quociente locacional, na medida em que fornece os montantes da concentração de cada grupo social em cada uma das áreas da metrópole permite-nos identificar quais áreas

apresentam maior ou menor concentração de cada grupo, bem como mensurar correlações de concentração dos grupos nos mesmos espaços. Com ambos indicadores revelamos *o quanto* há de segregação racial. A partir dos resultados dos quocientes locacionais, construímos *LISA Maps*. Tratam-se de mapas baseados em indicadores de autocorrelação espacial que evidenciaram em quais espaços da metrópole cada grupo se concentra – “*o onde*”. Por fim, através de técnicas de análise de regressão, construímos modelos de realização locacionais que permitem-nos identificar e comparar o quanto que cada variável individual (como raça, gênero, ocupação, escolaridade, etc.) se associa com características das áreas de residência.

Com este instrumental, demonstramos de distintas maneiras os contornos da segregação residencial entre negros e brancos na RMSP e a continuidade desta segregação entre 2000 e 2010. Explicitamos que a segregação racial é baixa entre os mais pobres, mas é bem significativa em camadas médias e altas. Os espaços residenciais da classe média branca estão particularmente isolados dos pobres e dos negros, mesmo daqueles também de classe média. Os negros de classe média apresentam significativa dispersão pelo espaço da metrópole, estando, contudo, mais próximos dos pobres. Assim, ultrapassando a querela sobre se a segregação no Brasil seria por raça ou por classe social, expusemos evidência de que se trata de segregação residencial por raça e classe.

Além disso, ao mapear as principais concentrações de negros e brancos de classe média, notamos que são grandes as distâncias físicas entre ambos, cada grupo se concentrando em distintas “regiões” da metrópole – os brancos principalmente nas áreas nobres e os negros fora delas. Em outras palavras, na metrópole de São Paulo, negros e brancos de classe média concentram-se, não apenas em áreas *distintas*, mas também em áreas *distantes* umas das outras.

Contudo, conforme argumentamos acima, buscamos ir além dos indicadores residenciais com o objetivo de nos aproximar mais das dimensões de integração e acesso, articuladas à segregação residencial. Em linha com estudos recentes que pretendem renovar a pesquisa sobre segregação considerando deslocamentos e redes sociais e empregando sistemas de informação geográfica para mapear as práticas sociais, colocamos perguntas como: Partindo de seus locais de moradia, onde as pessoas vão? Onde e com quem elas constroem seus relacionamentos sociais? A partir de questões como estas mapeamos os “territórios de práticas e relações” dos sujeitos, buscando asseverar o quanto que a localização das residências e a raça contribuem para moldar as feições destes territórios e os limites das relações e mobilidades constituídas no espaço urbano. Assim, bus-

camos tratar de segregação levando em conta as possibilidades de mobilidade dos indivíduos no espaço urbano, a constituição de redes de relações para além do espaço da vizinhança e o modo como uma mesma situação de segregação residencial pode engendrar diferentes experiências individuais (a depender de variáveis como raça e gênero, por exemplo).

Os “territórios de práticas e relações” foram operacionalizados na forma de “redes de pessoais e locais” de cada indivíduo. Ou seja, realizamos uma coleta de dados primários na qual levantamos redes pessoais com as localizações das moradias dos respectivos componentes e arrolamos os locais frequentados por cada indivíduo entrevistado. Esta coleta de informações deu-se através de uma pesquisa qualitativa na qual entrevistamos 28 indivíduos negros e brancos de classe média residentes de São Miguel Paulista, Tatuapé e Itaim Bibi, dos quais mapeamos suas respectivas “redes de pessoas e locais”. A partir da análise destes dados, averiguamos como a localização das residências organiza diferentes possibilidades de acesso à cidade e diferentes modos de integração racial e social, e como que a raça é um elemento relevante na diferenciação das experiências urbanas dos sujeitos, mesmo em se tratando daqueles que moram em um mesmo bairro.

Como resultados substantivos da análise das redes de relacionamentos e dos locais para onde os entrevistados se deslocam, notamos que, conforme esperávamos, a vizinhança não é um contexto significativo para o conjunto das relações pessoais dos indivíduos. Não obstante, o espaço é muito importante para a conformação das “redes de pessoas e locais”, o local de moradia é fator organizador dos territórios de práticas e relações dos indivíduos. A maior parte dos locais onde moram os componentes das redes e dos locais frequentados pelos entrevistados localizam-se no distrito ou no entorno do distrito onde residem os entrevistados. Ou seja, validamos as abordagens tradicionais que investigam a segregação a partir das localizações das moradias. Comprovamos, portanto, que a segregação é residencial, mas não só.

A consequência mais geral disso é que, se o lugar da residência limita circuitos e relações sociais e uma vez que a análise de dados quantitativos demonstrou as segmentações espaciais na localização das residências de brancos e negros, daí decorrem segmentações espaciais nos circuitos e relações de negros e brancos. Em outras palavras, as longas distâncias físicas entre as residências de negros e brancos de classe média na RMSP se refletem em significativas diferenças nas redes pessoais e nos locais frequentados pelos indivíduos entrevistados. Assim, a partir do isolamento residencial dos brancos de classe média

revelado no capítulo 2 foi possível notar uma sobreposição de outros isolamentos raciais, sociais e espaciais. Brancos de classe média habitam espaços preponderantemente brancos e de classe média, relacionam-se com brancos de classe média e circulam por áreas nobres onde predominam brancos de classe média. Ou seja, na medida em que negros e brancos estão residencialmente segregados, são segregadas também suas redes pessoais e locais frequentados.

De modo mais específico, identificamos uma tendência de homofilia racial nas redes. Ou seja, brancos possuem comparativamente mais brancos e negros possuem mais negros em suas redes. Além disso, independentemente do local das entrevistas (seja em São Miguel Paulista, no Tatuapé ou no Itaim Bibi), os brancos possuem maior frequência em regiões nobres da metrópole do que os negros e se relacionam mais com brancos moradores dessas regiões. Ou seja, a apropriação e o uso do espaço urbano é racialmente diferenciado, e isso não decorre apenas da localização das residências. Tratam-se de reforçadas evidências de coesão social por parte dos brancos de classe média e de limitações às possibilidades dos negros compartilharem espaços e círculos sociais com os brancos de classe média. Percebemos, assim, barreiras interpostas aos negros no que tange a sua integração na classe média e seu acesso à cidade.

Estes achados se conformam à interpretação de que as clivagens raciais identificadas no espaço guardam forte relação com as hierarquias raciais na sociedade brasileira. Diversos intérpretes das relações raciais no Brasil têm apontado uma segmentação entre “classes médias brancas” e “classes pobres multiraciais” nas palavras de Edward Telles ou, em termos weberianos mais clássicos, entre os grupos de status “brancos-ricos” e “pretos-pobres” segundo Thales de Azevedo. Portanto, considerando que a manutenção da honra estamental é calcada em distância e exclusividade, as diferenças nas localizações residenciais, na composição das redes e nos locais frequentados realimentam a diferenciação entre grupos definidos pela sobreposição entre classe, raça e espaço. Tal perspectiva realça o papel do espaço urbano em processos de fechamento social que reforçam barreiras à integração de negros nas classes médias. As classes médias se organizam como grupos de status cujas fronteiras são fortemente baseadas em características raciais, em círculos de sociabilidade (ou “comensalidade”, como em Weber) e também no espaço urbano (habitado e frequentado).

Com tais achados e argumentos, este trabalho buscou contribuir para a constituição de agendas de pesquisa sobre segregação por raça no Brasil e sua importância para as relações raciais em nosso país. O próprio emprego combinado de técnicas quantitativas e qualitativas como formas de abordagem da

segregação pode ser tomado como importante resultado e inovação desta pesquisa. Além disso, investigações acerca de diferenciais raciais em redes pessoais e em trajetos urbanos representam um terreno ainda pouco explorado na sociologia brasileira. Nossos procedimentos, técnicas e achados de pesquisa, além das lacunas e problemas enfrentados, devem suscitar questões tendo em vista o desenvolvimento de novas práticas e problemáticas de pesquisa no campo da sociologia das relações raciais do Brasil.

Assim, é possível que tais resultados decorram de especificidades da estrutura urbana de São Paulo, bem como do fato de esta ser uma metrópole de enormes dimensões que impõe grandes distâncias físicas, separando pessoas e lugares. São necessárias, portanto, investigações comparativas com outras cidades brasileiras e estrangeiras, visando a corroborar uma teoria geral mais abrangente sobre a segregação por raça no Brasil. Além disso, a sociologia das relações raciais pode se beneficiar de estudos enfocando a relação da segregação por raça no espaço urbano com processos regionais de racialização e constituição de hierarquias raciais. Isto enseja, também, estudos que deem especial atenção para a importância da forma e da estruturação do espaço urbano e do tamanho das aglomerações para as possibilidades de integração entre negros e brancos, acesso à cidade e reprodução das desigualdades raciais.

O fato das relações e trajetos individuais concentrarem-se em “regiões” de média escala (conjuntos de distritos) no espaço da metrópole requerem pesquisas localizadas, não na escala do bairro, mas acerca das relações entre diferentes grupos convivendo nessas “regiões”. Assim, o conjunto de métodos que empregamos pode ser aplicado em muitos outros contextos locais (em São Paulo e em outras cidades). Por exemplo, na RMSP, revelamos significativas concentrações de negros de classe média em bairros constituídos a partir de políticas públicas de moradia e marcados pela existência de conjuntos habitacionais. O aprofundamento de investigações nestes contextos pode permitir avanços nas reflexões sobre o papel das políticas habitacionais na conformação de padrões de segregação racial, a importância destas políticas para ascensão social e para a inclusão de negros nas classes médias, as condições urbanas que podem favorecer ou impedir a manutenção destas posições socioeconômicas por parte dos negros, bem como a integração deles em estratos sociais mais favorecidos.

As evidências de homofilia racial aqui expostas representam um raro dado empírico sobre diferenças raciais em redes sociais no Brasil. Estes indícios colocam a exigência de mais estudos sobre redes sociais visando averiguar os

aspectos das segmentações raciais na sociabilidade. Trata-se de uma fronteira na sociologia das relações raciais no Brasil.

Além disso, os desenvolvimentos contemporâneos em sistemas de informação geográfica favorecem o mapeamento destas redes, bem como das diversas práticas sociais, trajetos e locais frequentados, ensejando grandes avanços em pesquisas sobre as maneiras pelas quais os mais diversos grupos e frações de classe se apropriam diferencialmente do espaço urbano.

O foco dado neste trabalho aos diferenciais entre negros e brancos de classe média não deve, de maneira nenhuma, implicar numa omissão com relação à pobreza e às condições das populações negras pobres. O fato de ser fraca a segregação racial nas classes mais baixas não significa a segregação racial na pobreza não deve ser foco de atenção. Ainda mais considerando a nossa constatação de que, entre os muito pobres, ou seja, aqueles com renda domiciliar menor do que um salário-mínimo, houve aumento da segregação por raça entre 2000 e 2010. Assim, a segregação racial nestes estratos e seus impactos perniciosos deve estar continuamente na pauta de estudos sobre questões raciais e urbanas.

Apontamos, outrossim, a necessidade do desenvolvimento de pesquisa brasileiras sobre discriminação no mercado imobiliário e diferenças raciais em processos de escolha de locais de moradia e aquisição da habitação; sobre consequências da segregação que ultrapassem as relações de vizinhança; sobre modos pelos quais a segregação residencial pode fomentar estilos de vida e identidades raciais e de classe.

A proposição desta pluralidade de agendas de pesquisa decorre de um trabalho de pesquisa e reflexão que teve em seu horizonte uma tentativa de expansão das vias de questionamento do campo da sociologia das relações raciais no Brasil, desenvolvendo investigações e interpretações sobre as articulações entre segregação residencial e a estrutura de hierarquias raciais de nossa sociedade. Introduzimos novas metodologias de pesquisa em nosso campo, que devem animar muitas outras práticas de investigação. Esperamos, com isso, ter realizado a tarefa sociológica de desvelamento de estruturas de manutenção dominação racial em nossa sociedade e, conseqüentemente, favorecer a transformação de tais estruturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. “Espaço Urbano, Família e Status Social: O novo operariado baiano nos seus bairros” *Cadernos CRH* Vol. 3 No. 13. 1990.
- ALBA, Richard; LOGAN, John. “Analyzing locational attainments: constructing individual-level regression models using aggregate data”. *Sociological Methods and Research*. 20:367-97. 1992.
- ALBA, R. D.; LOGAN, J. R.; STULTS, B. J. “How Segregated Are Middle-Class African Americans?” *Social Problems*, v. 47, n. 4, p. 543–558, 2000.
- ALMEIDA, Ronaldo; D’ANDREA, Tiaraju “Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 28, mar. 2004.
- ALMEIDA, Ronaldo; D’ANDREA, Tiaraju. “Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo”. In: Eduardo Marques; Haroldo Torres. (Org.). *Segregação, pobreza e desigualdades sociais*. 1ed.São Paulo: SENAC, 2005.
- ALMEIDA, Ronaldo; D’ANDREA, Tiarajú; DE LUCCA, Daniel. “Situações Periféricas: etnografia comparada de pobrezas urbanas”. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 83, p. 109-130, 2008.

- ANDRADE, Luciana; MENDONÇA, Jupira. “Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais”. *Cadernos Metrópole*, v. 12, n. 23, pp. 169-188. 2010.
- ANDRADE, Luciana; SILVEIRA, Leonardo. “Efeito território. Explorações em torno de um conceito sociológico”. *Civitas: Revista de Ciências Sociais* (Impresso), v. 13, p. 381-402, 2013.
- ANSELIN, Luc. “Local indicator of spatial association – LISA”. *Geographical Analysis*, 27, pp. 91-115. 1995.
- AZEVEDO, Thales de. “Classes Sociais e Grupos de Prestígio”. In: *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (1966 [1956]).
- BARBOSA, Rogério; MARSCHNER, Murillo. “Uma proposta de padronização de classificações em pesquisas do IBGE (Censos 1960-2010) e PNADs (1981-2011): educação, setores de atividade econômica e ocupação (ISCO-88, EGP11 e ISEI)”. Working paper. Mimeo. 2013.
- BECKER, Howard. “A História de Vida e o Mosaico Científico”. Em: BECKER, Howard. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec. 1993.
- BECKER, Howard. “The Epistemology of Qualitative Research”. Em: JESSOR, COLBY & SHWEDER (orgs.), *Ethnography and Human Development: Context and meaning in Social Inquiry*. Chicago: University of Chicago Press. 1996.
- BERTAUX, Daniel. *L'Enquête et ses méthodes: Le Récit de Vie*. Paris: Armand Colin Éditeur. 2010.
- BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “Classes e práticas sociais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 28, N. 81. 2013.
- BICHIR, Renata Mirandola. *Segregação e Acesso a Políticas Públicas no Município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP). 2006.
- BICHIR, R. M. “Determinantes do acesso à infra-estrutura urbana no município de São Paulo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, p. 75-89, 2009.

- BLUMER, Herbert. “Race Prejudice as a Sense of Group Position.” *Pacific Sociological Review* 1:3-7. 1958.
- BOBO, Lawrence; ZUBRINSKY, Camille L. “Attitudes on Residential Integration: Perceived Status Differences, Mere In-Group Preference, or Racial Prejudice?” *Social Forces* 74: 883-909. 1996.
- BOGARDUS, Emory. “Measuring Social Distances”. *Journal of Applied Sociology* 9. 1925.
- BOMTEMPI, Sylvio. *O Bairro de São Miguel Paulista: A aldeia de São Miguel de Ururá na história de São Paulo*. Série História dos Bairros de São Paulo VII. São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo. 1970.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. “Rethinking Racism: Toward a Structural Interpretation”. *American Sociological Review*, v. 62, n. 3, p. 465–480, 1997.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. *Racism without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States*. [s.l.] ROWMAN & LITTLEFIELD PUBLISHERS, INC., 2006.
- BONILLA-SILVA, E.; BAIOCCHI, G. “Anything but racism: How sociologists limit the significance of racism”. *Race and Society*, v. 4, n. 2, p. 117–131, 2001.
- BONILLA-SILVA, E.; EMBRICK, D. ““Every Place Has a Ghetto...”: The Significance of Whites’ Social and Residential Segregation.” *Symbolic Interaction*, Vol. 30, No. 3, 2007.
- BORGATTI, S. P. *E-NET Software for the Analysis of Ego-Network Data*. Needham, MA: Analytic Technologies. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. “L’illusion biographique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (62/63):69-72, juin 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil. 1989.
- BOURDIEU, Pierre. “Efeitos de Lugar”. In: *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes. 1997.

- BRIGGS, Xavier. “Ties that bind, bridge and constrain: social capital and segregation in the American metropolis”. Cambridge: Lincoln Institute of Land Police Conference Paper, 2001.
- BRIGGS, Xavier. ““Some of My Best Friends Are . . .”: Interracial Friendships, Class, and Segregation in America”. *City & Community* 6:4 December 2007.
- BRUN, Jacques. “Essai critique sur la notion de ségrégation et sur son usage en géographie urbaine”. In: BRUN, J.; RHEIN, C. *La Ségrégation dans la Ville*. Paris: L’Harmattan. 1994.
- BURGESS, Ernest. “The growth of the city: An introduction to a research project”. Em: PARK, R. E., BURGESS, E. W., MCKENZIE, R. D., *The city*, Chicago (IL), University of Chicago Press. 1925.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense. 1984.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp/Ed. 34. 2000.
- CAMPOS, Andreilino. “Questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: algumas questões teórico-metodológicas”. Em: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: DP et Alii Editora Ltda/ABPN/Ford Foundation/Oxfam, 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das Relações entre Negros e Brancos numa Comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional (Coleção *Brasiliense*, vol. 307). 1960.
- CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: FFLCH-USP. 2003.
- CARVALHO, Inaiá; BARRETO, Vanda Sá “Segregação residencial, condição social e raça em Salvador” *Cadernos Metrôpole* 18, 2o. sem 2007.
- CASTELLS, Manuel. *The Urban Question: A Marxist Approach*. London: Edward Arnold. 1977 [1972].

- CHAMBOREDON, J. C.; LEMAIRE, M. “Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement” *Revue française de sociologie* XI, 1970.
- CHARLES, Camille Zubrinsky. “The Dynamics of Racial Residential Segregation.” *Annual Review of Sociology*, Vol. 29. 2003.
- COMIN, Alvaro A.; BARBOSA, Rogério Jerônimo. “Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil.” *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 91, nov. 2011.
- CORTESE, Charles F.; FALK, R. Frank; COHEN, Jack K. “Further Considerations on the Methodological Analysis of Segregation Indices.” *American Sociological Review* 41:630-37. 1976.
- COSTA, Carolina Souza Ribeiro da; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. “Cor, Status e Segregação Residencial em Belo Horizonte: Notas Exploratórias”. In: XI Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG. 2004.
- DAMACENO, Janaina. *Os Segredos de Virgínia: Estudo de Atitudes e Teorias Raciais na São Paulo dos anos 1940-1950*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.
- D’ANDREA, Tiarajú Pablo. *A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar. 2000.
- ENDRIGUE, Taisa da Costa. *Tatuapé: A valorização imobiliária e a verticalização residencial no processo de diferenciação sócio-espacial*. 230 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J.; PORTOCARRERO, L. “Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies”. *British Journal of Sociology*, vol. 30, 1979.

- EUFRASIO, Mario A. *Estrutura Urbana e Ecologia Humana: A Escola Sociológica de Chicago (1915-1940)*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1972.
- FERNANDES, Patricia Barbosa. *Reprodução da metrópole e a luta pelo uso do espaço: O movimento pela preservação do quarteirão do Itaim Bibi*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP). 2016.
- FIGUEIREDO, Ângela. *Novas Elites de Cor: Estudo sobre os Profissionais Liberais Negros de Salvador*. São Paulo: Annablume. 2002.
- FIGUEIREDO, Angela. *A Classe média negra não vai ao paraíso: trajetórias, perfis e negritude entre os empresários negros*. Tese de doutorado em Sociologia, IUPERJ. Rio de Janeiro, 2003.
- FIGUEIREDO, Angela. “Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira”. *Cadernos Pagu*, no.23. 2004.
- FISCHER, Claude S., *To Dwell Among Friends: Personal Networks In Town and City*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- FISCHER, Claude S. “The subcultural theory of urbanism”. *American Journal of Sociology*, v. 101, n. 3, p. 543–577, 1995.
- FLORES, Carolina. “Consequências da Segregação Residencial: teoria e métodos”. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, SP : UNICAMP/NEPO, 2006.
- FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2008.
- FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. *Raça, Classe e Segregação Residencial no Município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo. FFLCH-USP. 2010.
- FRANÇA, D. S. N.. Desigualdades e segregação residencial por raça e classe. In: Eduardo Marques. (Org.). *A Metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. 1ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

- FRANÇA, D. S. N. Inequalities and Residential Segregation by Race and Class. In: MARQUES, Eduardo Cesar Leao. (Org.). *São Paulo in the Twenty-First Century: Spaces, Heterogeneities, Inequalities*. 1ed. New York: Routledge, 2016, p. 160-174.
- FREEMAN, Lester. “Segregation in social networks”. *Sociological Methods and Research* 6.4, 411–29. 2012.
- FRÚGOLI JR., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp/Fapesp, 2000.
- GARCIA, Antônia. *Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em Antigas Capitais: Salvador, Cidade d’Oxum e Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ. 2006.
- GERRING, John. “Mere Description.” *British Journal of Political Science* 42.4: 721-26. 2012.
- GRAFMEYER, Yves. “Regards sociologiques sur la ségrégation”. Em: BRUN, J.; RHEIN, C. *La Ségrégation dans la Ville*. Paris: L’Harmattan. 1994.
- GRIBAUDI, Maurizio (dir.) *Espaces, temporalités, stratifications. Exercices sur les réseaux sociaux*, Editions de l’EHESS, Paris, 1998.
- GRUSKY, David B. *Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective*. Boulder: Westview Press. 2008.
- GUEST, A. M. “Robert Park and the natural area: A sentimental review”. *Sociology and Social Research* 68:1-21. 1985.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo, Editora 34. 2002.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Como trabalhar com “raça” em sociologia”. *Educação e Pesquisa*, vol.29. 2003.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34. 2005.
- HALGIN, Daniel & BORGATTI, Stephen. “An Introduction to Personal Network Analysis and Tie Churn Statistics using E-NET”. Lexington, KY: LINKS Center for Social Network Analysis, University of Kentucky (Disponível em: www.danhalgin.com). 2010.

- HARRIS D.R. “Why are whites and blacks averse to black neighbors?” *Social Science Research* 30:100-16. 2001.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: Iuperj. 2005 [1979].
- HARVEY, David. *Social Justice and the City*. Athens, Georgia: The University of Georgia Press. 2009 (1973).
- ICELAND, John; WILKES, Rima. “Does Socioeconomic Status Matter? Race, Class, and Residential Segregation”. *Social Problems*, Vol. 53, No. 2, May, 2006.
- JACKMAN, Mary R.; CRANE, Marie. ““Some of My Best Friends are Black . . .”: Interracial Friendship and Whites’ Racial Attitudes.” *Public Opinion Quarterly* 50:459–86. 1986.
- JESUS, Matheus Gato. *Racismo e Decadência. Sociedade, Cultura e Intelectuais em São Luis do Maranhão*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: FFLCH-USP. 2015.
- JOHNSON, Charles. *Patterns of Negro Segregation*. New York: Harper & Brothers Publishers. 1943.
- KWAN, Mei-Po. Beyond Space (As We Knew It): Toward Temporally Integrated Geographies of Segregation, Health, and Accessibility. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 5608, n. June, p. 37–41, 2013.
- KWAN, Mei-Po; WEBER, Joe. “Individual Accessibility Revisited: Implications for Geographical Analysis in the Twenty-first Century”. *Geographical Analysis*, Vol. 35, No. 4, October, 2003.
- LACY, Karyn R. ““A part of the neighborhood?”: Negotiating race in American suburbs.” *International Journal Sociology Social Policy* 22. 2002.
- LACY, Karyn R. “Black spaces, black places: strategic assimilation and identity construction in middle-class suburbia”. *Ethnic Racial Studies*. 2005.
- LEE, Barrett A.; CAMPBELL, Karen E. “Neighbor Networks of Black and White Americans”. Em: WELLMAN, Barry (org.) *Networks in the global village: life in contemporary communities*. Westview Press: 1999.

- LEVY, Dan Rodrigues. A Sociabilidade na Metrópole de São Paulo: Um estudo sobre o bairro da Vila Olímpia. Tese de Doutorado em Sociologia (Cidades e Culturas Urbanas). Coimbra, Portugal: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. 2014.
- LIMA, Márcia. *Serviço de “branco” e serviço de “preto”. Um estudo sobre “cor” e trabalho no Brasil urbano*. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia, UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.
- LIMA, Márcia. ““Raça” e pobreza em contextos metropolitanos.” *Tempo social*. São Paulo, v. 24, n. 2, nov. 2012.
- LIMA, Márcia; RIOS, F.; FRANÇA, D. S. N. “Articulando Gênero e Raça: A Participação das Mulheres Negras no Mercado de Trabalho (1995-2009)”. In: Mariana Mazzini Marcondes; Luana Pinheiro; Cristina Queiroz; Ana Carolina Querino; Danielle Valverde. (Org.). *Dossiê Mulheres Negras: Retrato das Condições de Vida das Mulheres Negras no Brasil*. 1ed. Brasília: Ipea, 2013, p. 53-80.
- LOGAN, John. “Growth, Politics, and the Stratification of Places”. *The American Journal of Sociology*, Vol. 84, No. 2. Sep., 1978.
- LOGAN, John. R. “Making a Place for Space: Spatial Thinking in Social Science”. *Annual Review of Sociology*, v. 38, p. 507–24, 2012.
- LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey. *Urban Fortunes: The Political Economy of Place*. Berkeley and Los Angeles, CA: University of California Press. 1987.
- LOPES, Rodrigo Herrero. *Face Leste: revisitando a cidade*. São Paulo: Mitra Diocesana de São Miguel Paulista. 2011.
- MACHADO, Talita; RATTS, Alex. “Trajetórias socioespaciais dos militantes do movimento negro na Região Metropolitana de Goiânia”. *Ateliê Geográfico (UFG)*, v. 6, p. 202-221, 2012.
- MAILLOCHON, Florence. « Réseaux utopiques. Formes de relations et pratiques spatiales à Paris », in GRIBAUDI Maurizio dir. *Espaces, temporalités, stratifications. Exercices sur les réseaux sociaux*, Editions de l’EHESS, Paris, 1998.

- MALOUTAS, T. “Introduction: Residential segregation in Context”. In: MALOUTAS & FUJITA (orgs.). *Residential Segregation in Comparative Perspective : Making Sense of Contextual Diversity*. London: Ashgate Pub. 2012.
- MARQUES, Eduardo César. “Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado”. In: MARQUES, E. C. & TORRES, H. G. (Orgs.) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades*. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- MARQUES, Eduardo. *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo, Editora Unesp/Centro de Estudos da Metrópole. 2010.
- MARQUES, Eduardo. “Estrutura Social e Segregação em São Paulo: Transformações na Década de 2000.” *Dados*. Rio de Janeiro , v. 57, n. 3, set. 2014.
- MARQUES, Eduardo Cesar Leão (org.). *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2015.
- MARQUES, Eduardo; BARBOSA, Rogério e PRATES, Ian. “Transformações Sócio-econômicas e Estrutura Social”, in E. Marques (org.), *São Paulo, 2000: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM. 2015.
- MARQUES, E. & BICHIR, R. “Redes de apoio social no Rio de Janeiro e em São Paulo”. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP* vol. 90, 2011.
- MARQUES, Eduardo; SCALON, Celi; OLIVEIRA, Maria Aparecida “Comparando estruturas sociais no Rio de Janeiro e em São Paulo.” *Dados* v.51 n.1, 2008.
- MARQUES, Eduardo César; TORRES, Haroldo Gama (Orgs.) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades*. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- MARTINS, Heloisa Helena de Mello. *Renovação Urbana: O caso do Itaim Bibi*. Dissertação de Mestrado em Administração (Administração e Planejamento Urbano). São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 1987.

- MASSEY, Douglas. “Social Class and Ethnic Segregation: A Reconsideration of Methods and Conclusions.” *American Sociological Review* 46:641-50, 1985.
- MASSEY, D. “Back to the Future: Rediscovering Neighborhood Context.” Review Essay on Neighborhood Poverty, Volumes I and II, edited by Jeanne Brooks-Gunn, Greg J. Duncan, and Lawrence Aber. *Contemporary Sociology* 27:570-73. 1998.
- MASSEY, Douglas; DENTON, Nancy. “The Dimensions of Residential Segregation.” *Social Forces* 67:281-315. 1988.
- MASSEY, Douglas; DENTON, Nancy. *American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press. 1993.
- MCPHERSON, M.; SMITH-LOVIN, L. & COOK, J. “Birds of a feather: homophily in social networks”. *Annual Review of Sociology*, 27: 415-444, 2001.
- MUNANGA, Kabengele. “Prefácio”. Em: SILVA, Maria Nilza da. “*Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*”. Doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP. 2004.
- MUSTERD, Sako. “Segregation and integration: a contested relationship”. *Journal of Ethnic and Migration Studies* Vol. 29, No. 4: 623–641 July, 2003.
- MUSTERD, Sako; OSTENDORF, Wim. “Residential Segregation and Integration in the Netherlands”. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 35, No. 9, November 2009.
- NEGRI, Silvio Moisés. “Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises”. *Coletâneas do Nosso Tempo*. Ano VII – v. 8 – n. 8, 2008.
- NERI, Marcelo. *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro, Centro de Políticas Sociais/FGV Editora. 2008.
- NETTO, Vinicius M.; PINHEIRO, Maira; PASCHOALINO, Roberto B. “Segregated Networks in the City”. *International Journal of Urban and Regional Research* (Print), v. 39, p. 1084-1102, 2015.
- OLIVEIRA, Ney dos Santos. “Favelas and Ghettos: Race and Class in Rio de Janeiro and New York City”. *Latin American Perspectives*, Vol. 23, No. 4, 1996.

- OLLIVIER, Michèle. “Status em Sociedades Pós-Modernas: A Renovação de um Conceito”. *Lua Nova* 77. 2009.
- PARK, Robert. “The Concept of Social Distance As Applied to the Study of Racial Attitudes and Racial Relations.” *Journal of Applied Sociology* 8. 1924.
- PARK, Robert. “Urban community as a spatial pattern and a moral order”. Em: BURGESS, Ernest (org.). *The Urban Community*. Chicago: The Chicago University Press. 1926.
- PARK, Robert. “A comunidade urbana como configuração especial e ordem moral”. In: PIERSON, Donald (org) *Leituras de sociologia e antropologia social*. São Paulo: Martins, 1970 [1925].
- PATTILLO, Mary. “Black-middle class neighborhoods”. *Annual Review of Sociology*, n. 31, pp. 305-329. 2005.
- PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo: Editora Nacional (Brasiliense; vol. 241). 1971 [1942].
- PINTO, L. A. Costa. *O Negro no rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ. 1998 (1953).
- PRÉTECEILLE, Edmond. “A construção social da segregação urbana: convergências e divergências”. *Espaço & Debates* 45. 2004.
- PRÉTECEILLE, Edmond. “La ségrégation ethno-raciale a-t-elle augmenté dans la métropole parisienne ?”. *Revue Française de Sociologie*, 50-3, 2009.
- PRÉTECEILLE, E.; CARDOSO, A. Río de Janeiro y São Paulo: ciudades duales? Comparación con Paris. *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, v. XL, p. 617-640. 2008.
- PULICI, Carolina Martins. *O charme (in)discreto do gosto burguês paulista: estudo sociológico da distinção social em São Paulo*. São Paulo: tese de doutorado em Sociologia, USP, 2010.
- PULICI, Carolina. “O gosto dominante como gosto tradicional: preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 91, 2011

- PULICI, Carolina. “Migração de classe e vergonha cultural: Trajetórias ascendentes entre a crítica e o reconhecimento das hierarquias simbólicas”. *Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS*. 2013.
- QUILLIAN L.; PAGER D. “Black neighbors, higher crime? The role of racial stereotypes in evaluations of neighborhood crime”. *American Journal of Sociology* 107:717-67. 2001.
- REQUENA, Carolina; HOYLER, Telma; SARAIVA, Camila. “Integração e segregação: centro, periferia e condomínios fechados”. In: MARQUES, Eduardo (org.). *A metrópole de São Paulo no século XXI: Espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole / Editora da Unesp. 2015.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. “Classe, raça e mobilidade social no Brasil”. *Dados*, 49(4), 833-873. 2006.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. “Status, Cor e Desigualdades Sócio-Espaciais na Metrópole do Rio de Janeiro”. In: XII Encontro da ANPUR. Belém: 2007.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. “Proximidade Territorial e Distância Social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano”. *VeraCidade*, v. 7, p. 113-127, 2008.
- RIBEIRO, Marcelo Gomes. “Território e Desigualdades de Renda em Regiões Metropolitanas do Brasil”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 4, p. 913-950, dez. 2015.
- RICH, Meghan Ashlin. ““It Depends on How You Define Integrated”: Neighborhood Boundaries and Racial Integration in a Baltimore Neighborhood.” *Sociological Forum*, Vol. 24, No. 4, Dec., 2009.
- RIOS NETO, Eduardo. “Desigualdade Raciais nas Condições Habitacionais da População Urbana”. CEDEPLAR/UFMG. Mimeo. 2005.
- ROLNIK, Raquel. “Território Negros nas Cidades Brasileiras (Etnicidade e Cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro)”. *Estudos Afro-Asiáticos* Nº. 19, pp 29-41. 1989.
- ROLNIK, Raquel (coord.) *Reestruturação urbana da metrópole paulistana: análise de territórios em transição*. São Paulo, Puccamp/Instituto Pólis (mimeo). 2000.

- SABATINI, Francisco; CÁCERES, Gonzalo; CERDA, Jorge 2004. “Segregação residencial nas principais cidades chilenas: tendências das três últimas décadas e possíveis cursos de ação”. *Espaço e Debates* 45. 2004.
- SABATINI, Francisco; SIERRALTA, Carlos. “Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana.” In: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, SP : UNICAMP/NEPO, 2006.
- SAFI, Mirna. “La dimension spatiale de l’intégration: évolution de la ségrégation des populations immigrées en France entre 1968 et 1999”. *Revue Française de Sociologie*, 50-3, 2009.
- SALATA, André. “Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidade de Classe”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 58, No. 1, 2012.
- SALATA, André Ricardo. “Uma nova abordagem empírica para hierarquia de status no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 31, N. 92. 2016.
- SALLUM JR., Brasília. “Classes, cultura e ação coletiva”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 65, ago. 2005.
- SAMPSON, Robert. *Great American city: Chicago and the enduring neighborhood effect*. Chicago: The University of Chicago Press. 2012.
- SANTOS, Renato Emerson dos. “Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano”. Em: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: DP et Alii Editora Ltda/ABPN/Ford Foundation/Oxfam, 2012.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. “Efeitos de Classe na Desigualdade Racial no Brasil”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005.
- SARAIVA, Camila Pereira. *A Periferia Consolidada em São Paulo: categoria e realidade em construção*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008.

- SCALON, Celi e SALATA, André. “Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O Debate a Partir da Perspectiva Sociológica”. *Sociedade e Estado*, vol. 27, no 2, 2012.
- SCOTT, J. *Social Network analysis*. Newbury Park, California: Sage Publications. 2000.
- SCHNELL, Izhak; BENJAMINI, Yoav, « Socio-spatial lifestyles and segregation », *Cybergeo : European Journal of Geography* [En ligne], Espace, Société, Territoire, document 94, mis en ligne le 27 avril 1999, consulté le 12 février 2014. URL : <http://cybergeo.revues.org/4856> ; DOI : 10.4000/cybergeo.4856
- SELL, Carlos Eduardo. “Max Weber and the debate on social classes in Brazil”. *Sociologia & Antropologia*. V. 06.02. 2016.
- SHARKEY, P.; FABER, J. W. Where, When, Why, and For Whom Do Residential Contexts Matter? Moving Away from the Dichotomous Understanding of Neighborhood Effects. *Annual Review of Sociology*, v. 40, n. 1, p. 559–579, 2014.
- SILVA, Maria Nilza da. “*Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*”. Doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP. 2004.
- SILVA, Graziella; REIS, Elisa. “Perceptions of Racial Discrimination among Black Professionals in Rio de Janeiro” *Latin American Research Review*, v. 2, p. 55-78, 2011.
- SILVEIRA, Leonardo Souza. “SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E DIFERENCIAL RACIAL DE RENDA: Estrutura e distribuição geográfica por raça na Região Metropolitana de Belo Horizonte” Dissertação de mestrado em Sociologia. UFMG. 2014.
- SILVEIRA, Leonardo Souza; MUNIZ, Jerônimo Oliveira. “Variações intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial”. *Cadernos Metrôpole*. São Paulo, v. 16, n. 31, jun. 2014.
- SCHOR, Silvia. “A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições”. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 24, n. 45. 2004.

- SMALL, Mario L. “Lost in Translation: How Not to Make Qualitative Research More Scientific.” Pp. 165-71 in Michèle Lamont and Patricia White (eds.), *Workshop on Interdisciplinary Standards for Systematic Qualitative Research*. Washington, DC: National Science Foundation. 2008.
- SMALL, Mario L. “‘How Many Cases Do I Need?’ On Science and the Logic of Case Selection in Field Based Research.” *Ethnography*. 10(1): 5-38. 2009.
- SMALL, Mario Luis; FELDMAN, Jessica. “Ethnographic Evidence, Heterogeneity, and Neighbourhood Effects after Moving To Opportunity”. In: Van Ham M., Manley D., Bailey N., Simpson L. & Maclennan D. (eds). *Neighbourhood Effects Research: New Perspectives*. Springer: Dordrecht. Disponível em: https://scholar.harvard.edu/files/mariosmall/files/smallfeldman_2012_prepubversion.pdf. 2012.
- SMALL, M. & NEWMAN, K. “Urban poverty after ‘The truly disadvantaged’: the rediscovery of the family, the neighborhood, and culture”. *Annual Review Sociology*, v. 27, pp. 23-45. 2001.
- SOARES, Reinaldo da Silva. *Negros de classe média em São Paulo: estilo de vida e identidade negra*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: FFLCH-USP. 2004.
- SOUZA, Jessé. *Os Batalhadores Brasileiros. Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?* Belo Horizonte, UFMG Editora. 2010.
- SOUZA, Guilherme Nogueira. *Os negros ascendentes na região metropolitana do Rio de Janeiro: trajetórias e perspectivas*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2012.
- SVAB, Haydée. *Evolução dos padrões de deslocamento na Região Metropolitana de São Paulo: a necessidade de uma análise de gênero*. Dissertação de Mestrado em Engenharia (Planejamento de Transportes). São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. 2016.
- TELLES, Edward. “Cor da Pele e Segregação Residencial no Brasil”. *Estudos Afro-Asiáticos* Nº. 24, pp. 5-22. 1993.
- TELLES, Edward. “Race, Class and Space in Brazilian Cities” *International Journal of Urban and Regional Research* Nº. 19. pp. 295-406. 1995.

- TELLES, Edward. “Identidade Racial, Contexto Urbano e Mobilização Política” *Afro-Ásia* 17. 1996.
- TELLES, Edward. *O Significado da Raça na Sociedade Brasileira*. Disponível em <http://www.soc.ucsb.edu/faculty/telles/>. 2012 [2004].
- TELLES, Edward (org.). *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.
- TELLES, Vera. “Trajetórias Urbanas: fios de uma descrição da cidade”. Em: CABANES, R. TELLES, V. (Orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- TINOCO, Ágata. Um olhar pedestre sobre o mobiliário urbano paulistano: Itaim Bibi de 1995 a 2001. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2003.
- TORRES, Haroldo. “A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições”. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 24, n. 45. 2004.
- TORRES, Haroldo da Gama. “Segregação Residencial e Políticas Públicas: São Paulo na década de 1990”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 19º. 54 fev/2004.
- TORRES, Haroldo da Gama. “Medindo a segregação”. In: MARQUES, E. C. & TORRES, H. G. (Orgs.) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades*. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- TORRES, Haroldo da Gama et al. “Perfis do professorado da rede pública de São Paulo: a interação entre espaço, regras institucionais e escolhas individuais no resultado de uma política pública”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010.
- TORRES, Haroldo da Gama; BICHIR, Renata. “Consequências da segregação residencial para as Políticas Públicas: o caso do atendimento básico em saúde em São Paulo”. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 20, n. 50, ago. 2007.
- TORRES, Haroldo da Gama, GOMES, Sandra e FERREIRA, Maria Paula. “Educação e Segregação Social: Explorando as Relações de Vizinhança”.

in E. Marques e H. G. Torres (orgs.), *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdade*. São Paulo, Senac, pp. 123-142. 2005.

UCHÔA, Christiane; KERSTENETZKY, Célia Lessa; SILVA, Nelson do Valle. “Padrões de consumo e estilos de vida: Em busca da nova classe média”. *Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS*. 2013.

VARGAS, João H. Costa. “Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro.” *Revista de Antropologia* Vol. 48 Nº. 1. São Paulo: USP. 2005.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A Aplicação do Conceito de Segregação Residencial ao Contexto Brasileiro na Longa Duração. In: *Revista Cidades*, v. 1, n. 2, p.259 – 274. 2004.

VIGDOR, Jacob L. “Weighing and Measuring the Decline in Residential Segregation”. *City & Community* 12(2). 2013.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. *Segregación residencial socioeconómica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa?* Santiago: CEPAL, n. 16, agosto 2001.

VILLAÇA, Flavio. “Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira”. *Anais do 7º. Encontro Nacional da ANPUR*. Recife: 1997.

VILLAÇA, Flavio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VILLAÇA, Flavio. “Segregation in the brazilian metropolis”. Cambridge: Lincoln Institute of Land Police Conference Paper, 2001.

VILLAÇA, Flavio. “A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições”. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 24, n. 45. 2004.

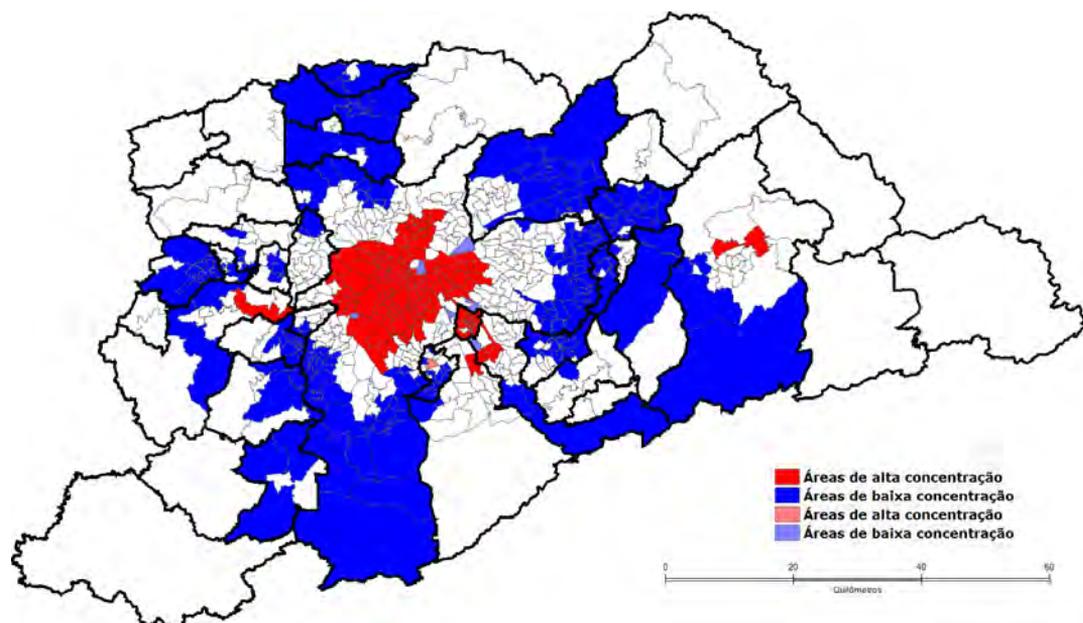
XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. F. “‘Classe C’ e sua Alardeada Ascensão: Nova? Classe? Média?”. *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 38, no 4, pp. 67-80. 2011.

WACQUANT, Loic. “*Banlieues* francesas e guetos norte-americano: do amálgama à comparação”. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2005.

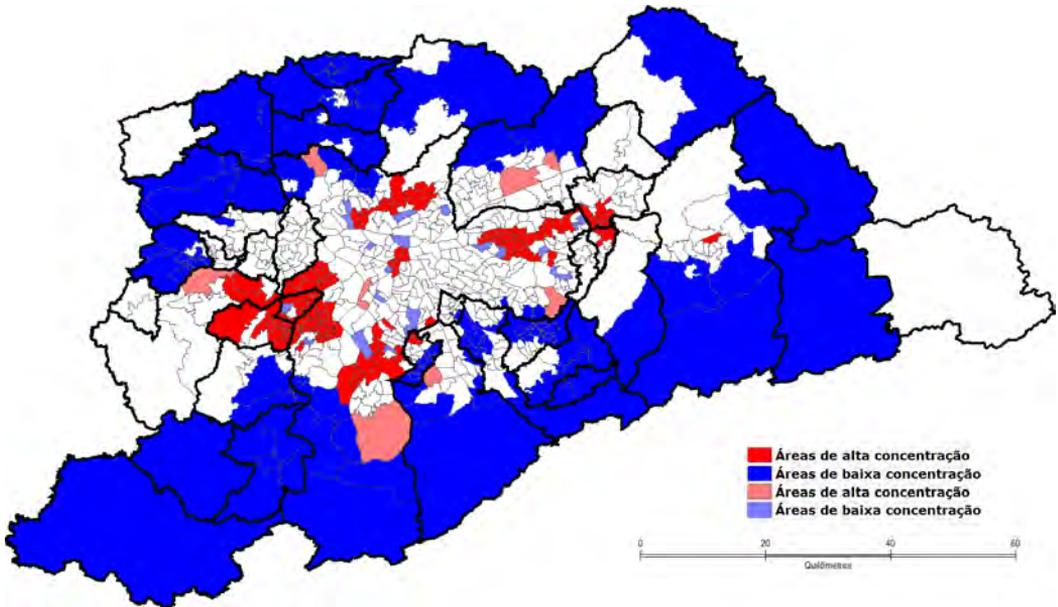
- WEBER, Max “A distribuição do poder dentro da comunidade: Classes, estamentos e partidos.” Em: *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. (Volume 2). Brasília / São Paulo: Editora UnB / Imprensa Oficial. 2004.
- WELLMAN, B. The Community Question: The Intimate Networks of East Yorkers. *American Journal of Sociology*, v. 84, n. 5, p. 1201–1231, 1979.
- WELLMAN, Barry (org.) *Networks in the global village: life in contemporary communities*. Westview Press: 1999.
- WHITE, M.J. “The measurement of spatial segregation”. *American Journal of Sociology* 88(5): 1008-18. 1983.
- WHITE MJ; KIM A; GLICK JE. “Mapping Social Distance” *Sociological Methods and Research* 34 (Nov) 2005.
- WILSON, William Julius. *The Truly Disadvantaged: the Inner City, the Underclass and Public Policy*. Chicago: University of Chicago Press. 1987.
- YIN, Robert. *Case Study Research*. Thousand Oaks, CA: SAGE. 2009.

ANEXOS

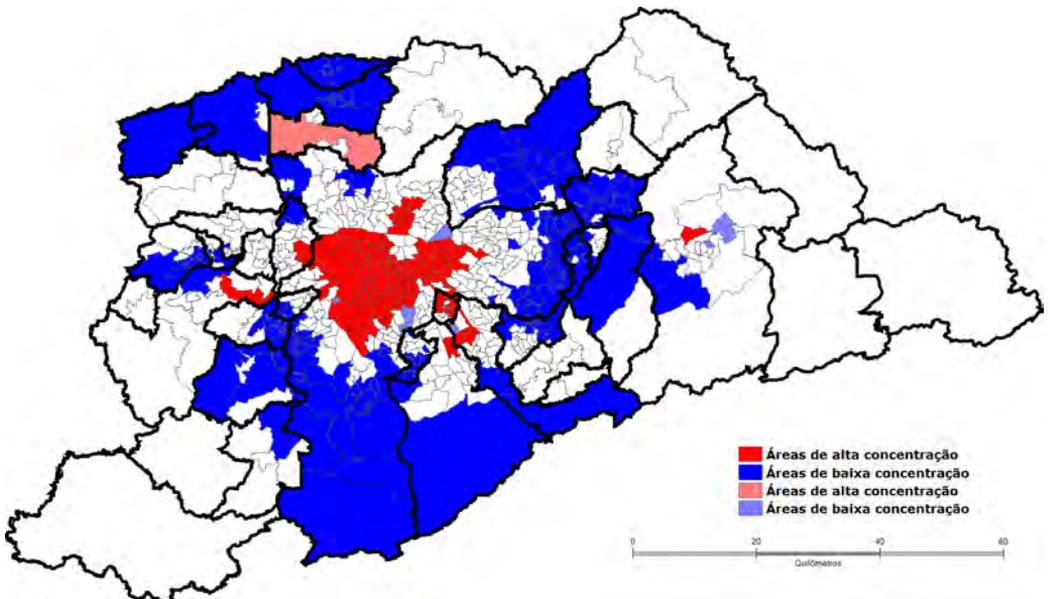
Anexo 1: *LISA Map* dos Brancos de Camadas Superiores (RMSP 2000)



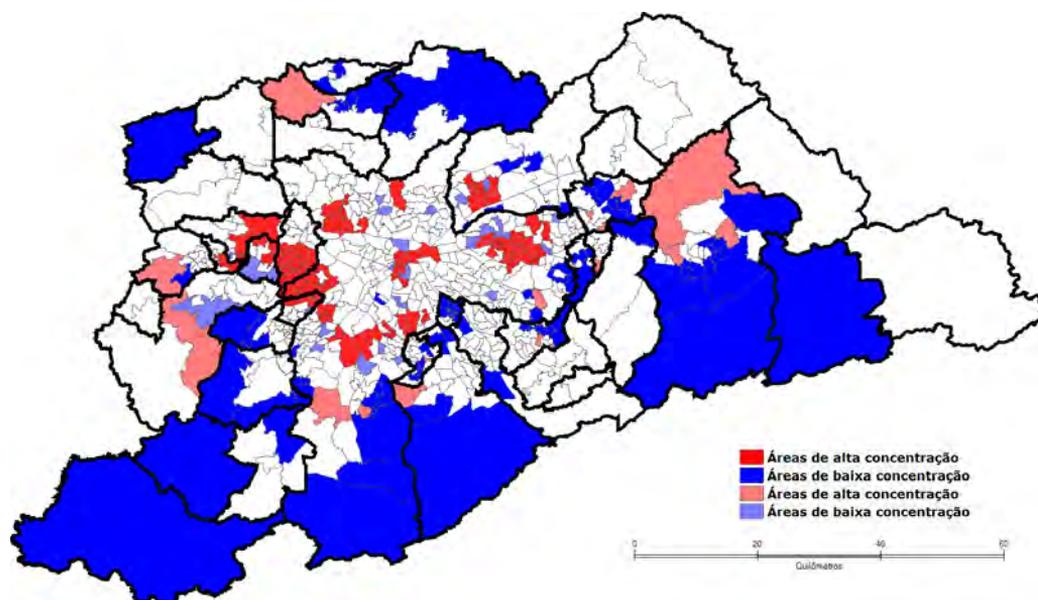
Anexo 2: *LISA Map* dos Negros de Camadas Superiores (RMSP 2000)



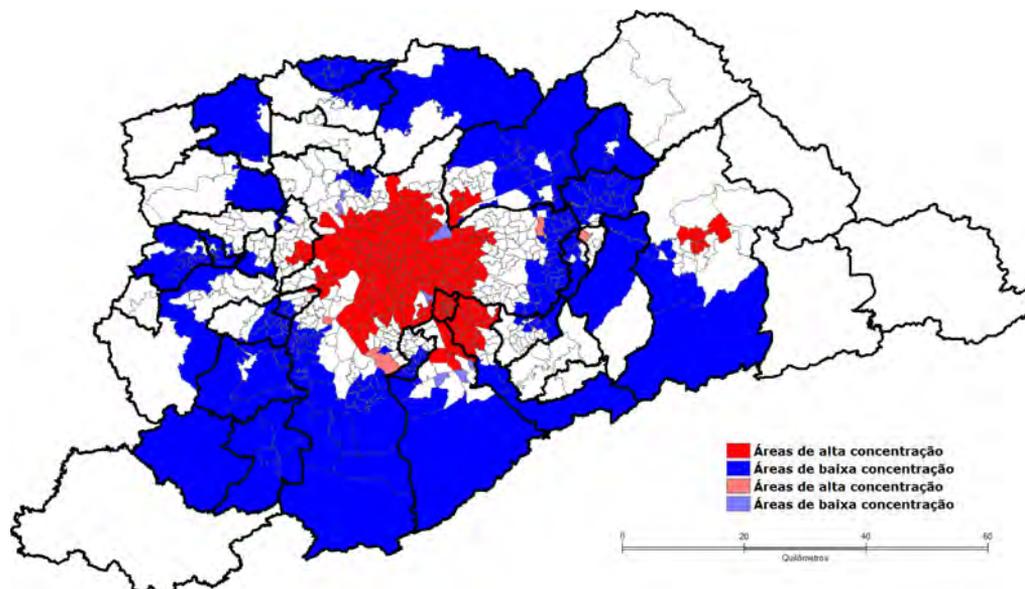
Anexo 3: *LISA Map* dos Brancos de Camadas Superiores (RMSP 2010)



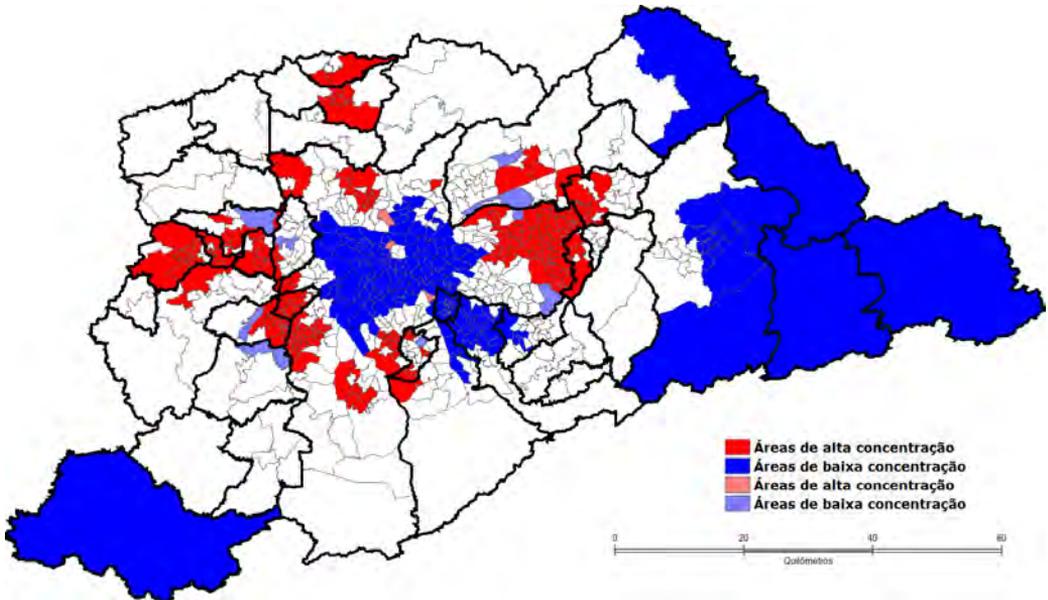
Anexo 4: *LISA Map* dos Negros de Camadas Superiores (RMSP 2010)



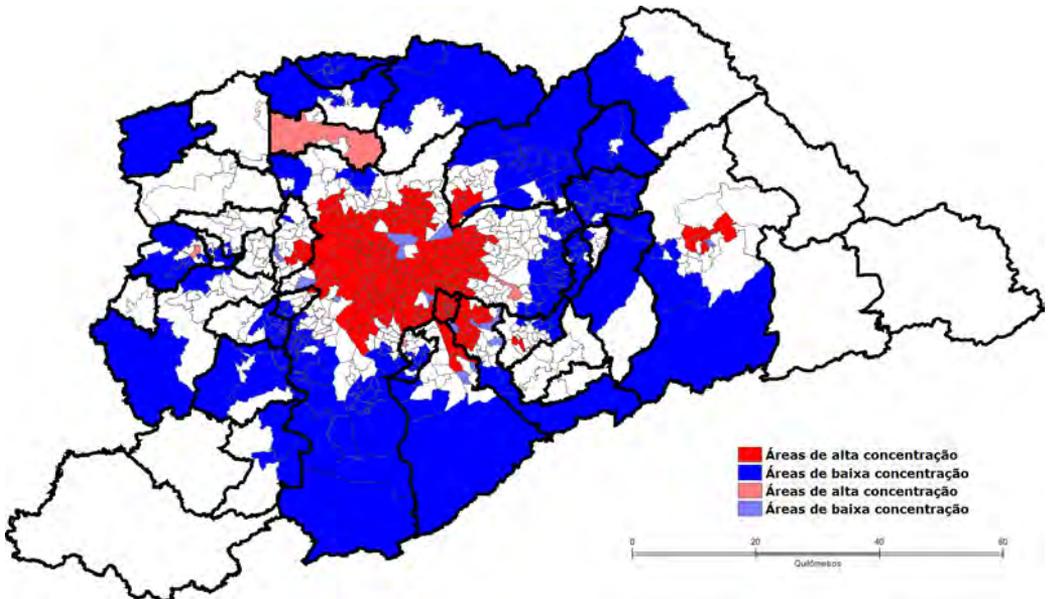
Anexo 5: *LISA Map* dos Brancos de Camadas Intermediárias (RMSP 2000)



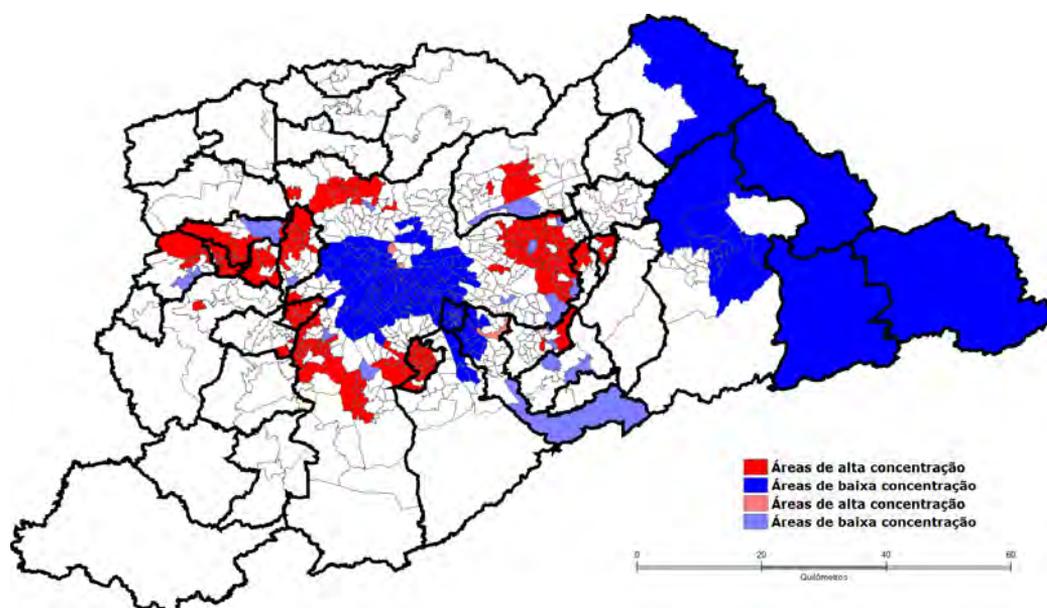
Anexo 6: LISA Map dos Negros de Camadas Intermediárias (RMSP 2000)



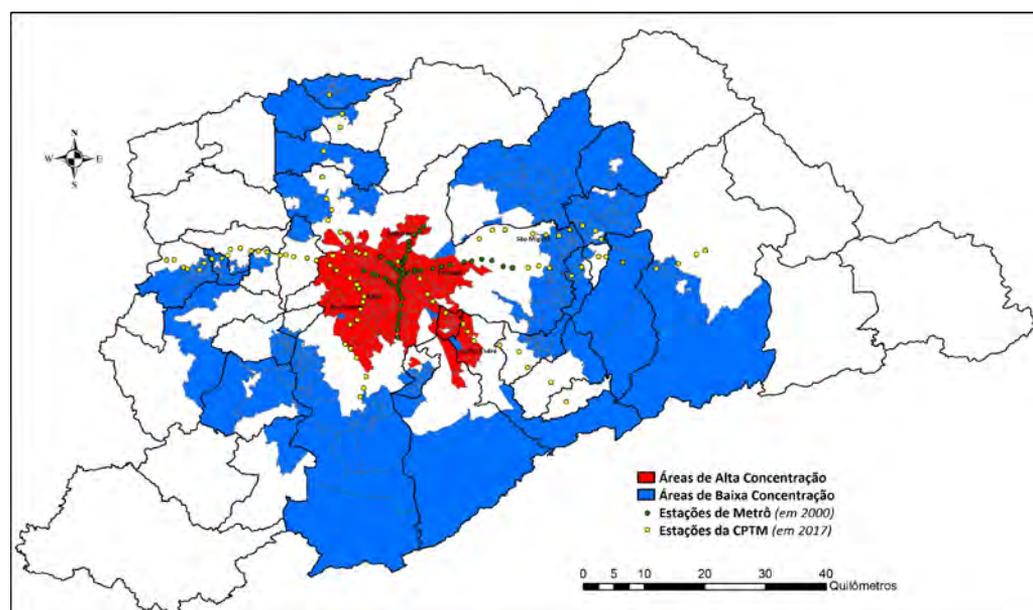
Anexo 7: LISA Map dos Brancos de Camadas Intermediárias (RMSP 2010)



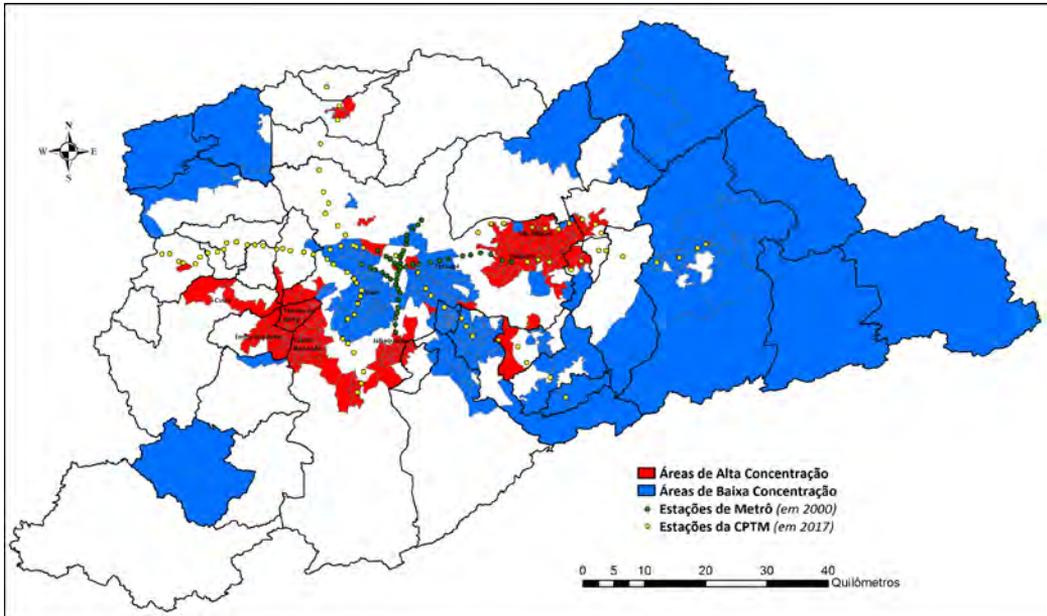
Anexo 8: *LISA Map* dos Negros de Camadas Intermediárias (RMSP 2010)



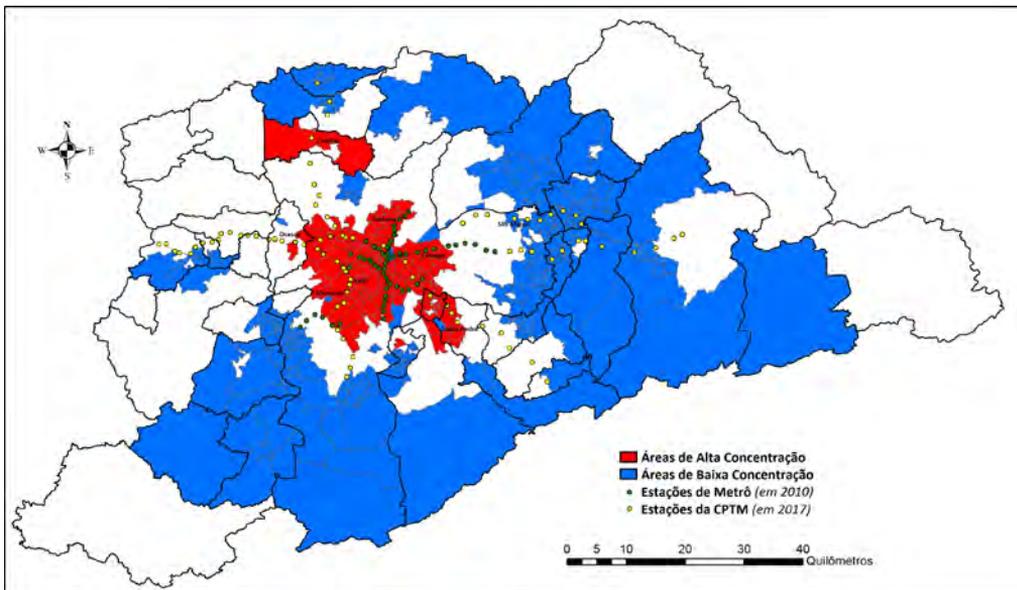
Anexo 9: *LISA Map* dos Profissionais Brancos (RMSP 2000)



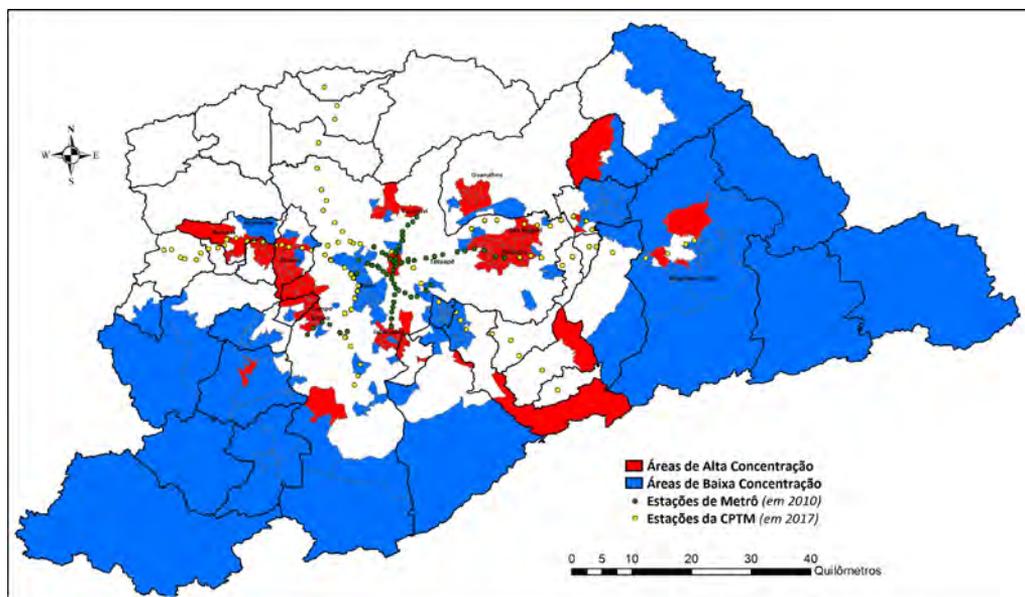
Anexo 10: *LISA Map* dos Profissionais Negros (RMSP 2000)



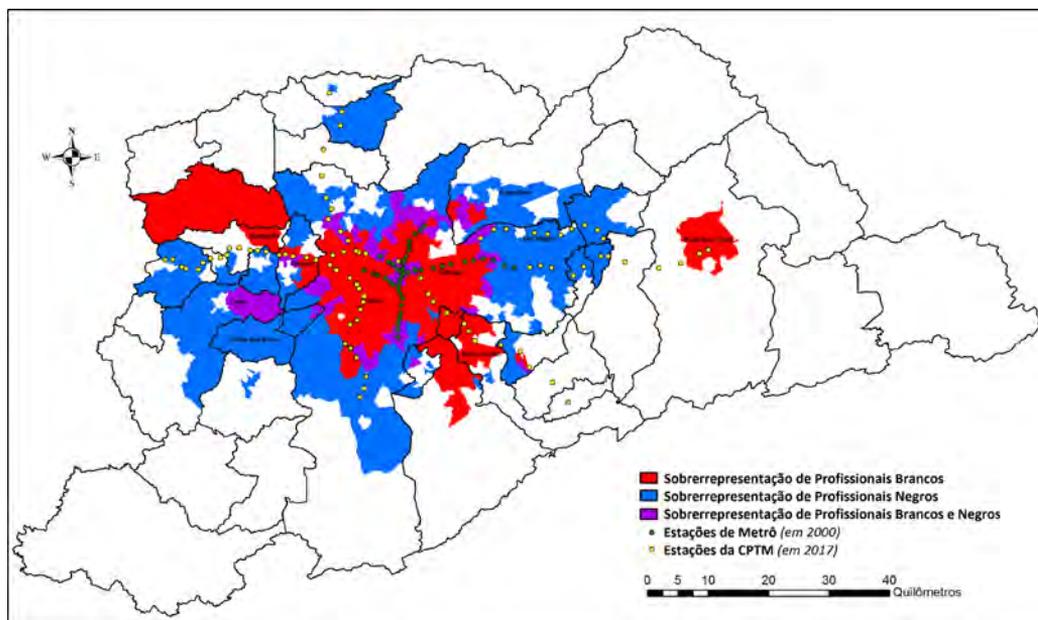
Anexo 11: *LISA Map* dos Profissionais Brancos (RMSP 2010)



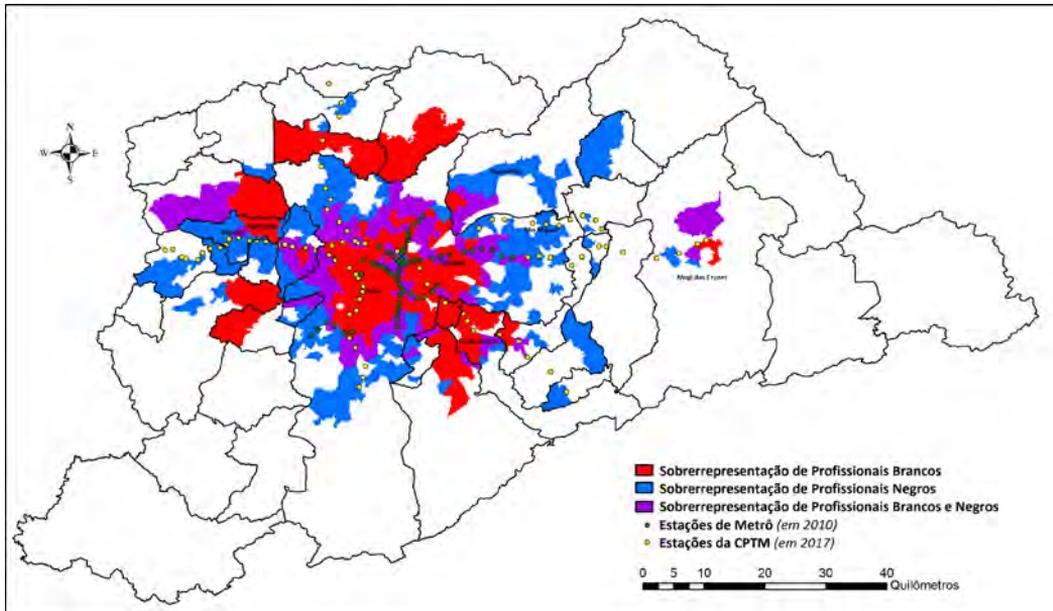
Anexo 12: *LISA Map* dos Profissionais Negros (RMSP 2010)



Anexo 13: Áreas com sobrerrepresentação de Profissionais Negros e Brancos (RMSP 2000)



Anexo 14: Áreas com sobrerrepresentação de Profissionais Negros e Brancos (RMSP 2010)



Anexo 15: Questionário socioeconômico de recrutamento**QUESTIONÁRIO DE RECRUTAMENTO**

Apresentação: Bom dia / Boa tarde / Boa noite. Meu nome é XXX, estou trabalhando para um projeto de pesquisa de doutorado da Universidade de São Paulo que estuda hábitos e percepções e usos que moradores da São Paulo fazem da cidade, incluindo aí sua trajetória pessoal, trajetos, deslocamentos e relações sociais. Não se trata de venda de produtos ou serviços em hipótese alguma.

DADOS DO ENTREVISTADO		
NOME:		
EMAIL:		
TEL RESIDENCIAL	TEL CELULAR	
RG	CPF	
ENDEREÇO:		
BAIRRO:	CIDADE	CEP
PONTO DE REFERÊNCIA		
DATA AGENDADA DA ENTREVISTA: ____ / ____ / ____		
HORÁRIO DA ENTREVISTA: ____ horas ____ minutos		
LOCAL DA ENTREVISTA:		

FILTRO

P1. Sexo: (ANOTAR SEM PERGUNTAR)

ATENÇÃO RECRUTADOR! Observar cotas de sexo

Masculino	()
Feminino	()

P2. Considerando as opções neste cartão, qual a sua raça ou cor?

P3. Qual o seu grau de escolaridade?

Fundamental incompleto	Primário incompleto (do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental)	ENCERRAR	
	Primário completo (concluiu o 4º ano do Ensino Fundamental)		
	Ginásio incompleto (do 5º ao 7º ou 8º ano do Ensino Fundamental)		
Fundamental completo	Ginásio completo (concluiu o 8º ou 9º ano do Ensino Fundamental)		
Médio incompleto (do 1º ao 2º ano do Ensino Médio)			
Médio completo (concluiu o 3º ano do Ensino Médio)			
Superior incompleto			
Superior completo			()
Pós-graduação / MBA / Mestrado			()

P4. Qual o curso que você está fazendo ou já fez?

ANOTAR: _____

P5. Qual a sua situação de trabalho? (LER)

Empregado com carteira assinada	()
Funcionário Público/Militar	()
Empregado sem carteira assinada	()
Empresário	()
Profissional liberal	()
Autônomo / trabalho por conta própria	()
Outro tipo de trabalhador	()
Dona de casa	ENCERRAR
Aposentado/Pensionista	
Desempregado/Não tem rendimentos	

P5.1. Qual a atividade profissional que você exerce atualmente?

ANOTAR: _____

P6. Você atualmente reside na região do Tatuapé ou Itaim Bibi?

ATENÇÃO RECRUTADOR! Mostrar o mapa e localizar onde o entrevistado mora e marcar

Sim	()
Não	ENCERRAR

P7. Há quanto tempo você reside nesta localidade?

ATENÇÃO RECRUTADOR! Mostrar o mapa e localizar onde o entrevistado mora e marcar

Mais de 1 ano	()
1 ano ou menos	ENCERRAR

DADOS PESSOAIS

P8. Qual é a sua idade?

ANOTAR IDADE EXATA: _____ anos

P9. Qual é o seu Estado Civil?

Solteiro(a)	()
Casado(a), amigado(a) ou juntado(a)	()
Separado(a) ou Divorciado(a)	()
Viúvo(a)	()

P10. Você tem filhos?

Sim	()
Não	()

Quantos filhos? _____ (anotar número exato)

P11. Que tipo de imóvel você mora atualmente?

Apartamento	()
Casa	()

P12. Qual a condição de ocupação desse imóvel que você mora atualmente?

Próprio quitado	()
Próprio financiado	()
Alugado	()
Convidado para morar com alguém	()
Emprestado	()
Outro. Qual?	()

P13. Aproximadamente, qual é a sua renda familiar? A renda de sua família é composta pela renda de todos os moradores da casa, então eu gostaria que você considerasse todos os ganhos da sua família, entre salários, aluguéis, bicos, bolsa família, renda mínima, etc. (ESP)

ANOTAR VALOR EXATO: R\$ _____

P14. Atualmente, quantas pessoas moram em sua residência e vivem da renda que você acabou de informar?

ANOTAR NÚMERO EXATO DE PESSOAS NA RESIDÊNCIA: _____

P15. Pensando em um dia típico da sua rotina, qual os percursos que você realiza e que tipo de transporte ou carona você utiliza nestes percursos? Você tem carro ?

AGRADEÇA E AGENDE A PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Data: ____/____/____

Horário: ____:____

Local da entrevista:

Anexo 16: Roteiro de entrevista semiestruturada

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Mostrar o questionário de recrutamento respondido e pedir para o/a entrevistado/a confirmar as respostas. Complementar com perguntas sobre automóveis e pessoas que residem no domicílio.

A entrevista que faremos agora terá como foco três tipos de informação, a sua trajetória de vida e os locais onde viveu; os trajetos e percursos que você faz na metrópole, ou seja, onde você costuma ir; e a sua rede pessoal, ou seja, quem são as pessoas com as quais você se relaciona e onde elas vivem.

A) TRAJETÓRIA, FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E PROJETOS DE VIDA

Se você tivesse que narrar brevemente sua história de vida, como você contaria?

Fale um pouco sobre suas origens familiares. Onde foi que você nasceu? O que faziam seus pais? Você tem irmãos/irmãs? O que eles fazem hoje?

Você poderia contar para mim a sua trajetória residencial? Quais foram os lugares que você morou e quando?

Agora eu gostaria que você me falasse um pouco sobre as escolas que você estudou, onde elas ficavam e sobre pessoas que você encontrou no seu percurso educacional.

As escolas onde você estudou eram públicas ou particulares? Onde ficavam?

Como você fazia para ir para a escola? Quanto tempo demorava?

Quem era o seu grupo de amigos na escola? Eles moravam perto da sua casa?

Além dos colegas da escola, com quem você costumava se relacionar na sua infância? Você ainda mantém algum amigo/a de infância?

Quando você era mais jovem, quais eram suas perspectivas? Como você se imaginava adulto?

Havia algum familiar ou conhecido que você via como exemplo? Você teve algum parente que entrou na universidade?

Como as pessoas em volta reagiam frente aos seus planos? Seus familiares te apoiavam e incentivavam? Quem mais?

Estes projetos envolviam mudar do lugar onde você cresceu? Para onde você gostaria de ir?

E, hoje em dia, quais são seus projetos? O que você imagina para o seu futuro?

Onde foi que você fez faculdade?

Você trabalhava e estudava ou só estudava?

Como você fazia para ir para a faculdade? Quanto tempo demorava?

Você sempre pensou em fazer faculdade? Quando você decidiu entrar na universidade?

Quem era o seu grupo de amigos na faculdade? O que eles tinham de diferente dos outros alunos da faculdade na época?

[SE FOR CASADO/A] Você pode descrever sua família para mim?

Onde você conheceu seu cônjuge? O que ele/a faz? Você pode contar rapidamente algo da trajetória dele/a?

[SE TIVER FILHOS/AS] Me fale um pouco sobre seus filhos?

E seus filhos/as? Onde estudam / trabalham? O que eles fazem de lazer / para se divertir? Da onde é a maioria dos amigos deles? O que você imagina para o futuro deles? Você acha que eles vão querer continuar morando aqui neste bairro?

B) TRABALHO E PERCEPÇÕES SOBRE CLASSE SOCIAL

E sua trajetória ocupacional? Quais foram os trabalhos pelos quais você passou?

Onde se localizavam?

Como é o seu trajeto para o trabalho? Quando tempo demora?

[SE UTILIZA MEIOS DE TRANSPORTE] Como são as pessoas que você encontra no ônibus / trem / metrô?

Como era o trajeto que você fazia para os locais de trabalho anteriores? Você acha que antes era melhor ou pior do que atualmente? Por que? Acha que ganha o tanto que deveria?

Em termos de classe social, a qual classe você acha que pertence e por quê? Você acha que as pessoas com as quais você se relaciona também são dessa classe?

C) O BAIRRO

Você pode me falar o que você acha da sua casa? O que mudaria nela?

E sobre o seu bairro, como você o descreveria?

O que há de melhor e de pior? Tem coisas que você acha que morar neste bairro te atrapalha? Tem coisas que você acha que morar neste bairro te favorece?

Você continuaria morando onde está por muitos anos ou tem vontade de mudar do seu bairro?

Você acha essa vizinhança agradável? Como são as outras pessoas que vivem no seu bairro? Você acha que são pessoas parecidas com você? Você se relaciona com seus vizinhos? De que modo, quais atividades? Você e seus vizinhos fazem pequenos favores e empréstimos uns para os outros?

Por que você mora neste bairro e não em outro? Seus pais ou outros familiares também vivem neste bairro? Por que você decidiu vir morar neste bairro? Como foi o processo de compra / aluguel do imóvel.

Você possui outros imóveis?

E os outros lugares você viveu, como eram? Como eram as pessoas lá? Com o que você se identificava nesses lugares? Por que você mudou desses lugares? Quais era as suas opções?

Se você tivesse que mudar para outro lugar na região metropolitana, para onde você iria? [INSISTIR PARA NOMEAR LOCAIS] Por que? O que você acha que mudaria na sua vida se você vivesse nesses locais?

Se você tivesse dinheiro para comprar um imóvel em qualquer lugar de região metropolitana, quais lugares você escolheria? Por que? Como você acha que seria sua vida lá? E seus vizinhos?

Quais bairros você acha que combinam com você? Por que?

Você faz parte de alguma associação de moradores do seu bairro? Você frequenta alguma outra organização, por exemplo igreja, sindicato, maçonaria, organização política, movimento social? Onde ficam estas instituições? De que forma você participa? Quem são os outros membros? Que tipo de pessoa participa?

D) TRAJETOS E CIRCUITOS URBANOS

Agora vamos tratar da sua relação com a região metropolitana e dos espaços da cidade que você frequenta. Para isso, vou falar sobre uma série de atividades que as pessoas costumam fazer na cidade. Eu gostaria que você me respondesse quais delas você realizou nos últimos seis meses.

Onde você costuma ir para fazer pequenas compras para você e para sua casa? Por que você prefere este lugar e não outros?

E compras grandes?

Onde costuma comprar roupas? Por que?

Frequenta algum shopping-center?

Vai a alguma igreja ou templo religioso?

Quais lugares que você costuma ir para ocasiões de lazer e diversão?

Você frequenta bares ou botecos? Restaurantes? Parques? Assiste a shows, teatro, exposições?

Se sim, Quais? Onde ficam? Com quem vai? O que você diria sobre cada um destes lugares e sobre as pessoas que os frequentam?

Se não, por que não frequenta tais espaços? Já experimentou ir a algum deles?

Frequenta academias ou salões de beleza? Pratica algum esporte? Onde? Com quais pessoas se encontra nestes lugares?

Quando precisa ir ao médico, onde vai?

Quando precisa ir ao banco, onde vai?

Mais algum lugar que você costuma frequentar e que não foi mencionado?

Existem lugares que você prefere não ir? Por que?

Você pode falar sobre lugares em que você se sentiu desconfortável ou mal recebido? E o contrário? Tem lugares onde você se sente mais seguro, mais aceito e à vontade? Como é um lugar que você se sente à vontade?

Você pode falar sobre lugares onde você passou por situações em que sentiu que você foi tratado de maneira injusta, desrespeitosa ou constrangedora? Onde foi que isto aconteceu?

Você já se sentiu desrespeitado ou achou que não foi bem tratado em alguma situação ocorrida no bairro em que você mora?

Por que você acha que isso aconteceu? Como você reagiu?

[PARA NEGROS OU MULHERES] Você acha que se tratou de discriminação? [SE, SIM] Você acha que tais situações têm a ver com a sua cor / com o fato de você ser mulher? Você acha que teria sido diferente se você fosse branco ou homem?

Você acha que alguns lugares em São Paulo recebem melhor os negros do que outros? Você poderia citar ou descrever? Por que? Você acha que os negros se sentiriam mais à vontade morando em alguns bairros?

Anexo 17: Instrumental de Coleta de Redes: Questionário

Agora, faremos um levantamento da sua rede pessoal. Ou seja, as pessoas das quais você se sente próximo. Tendo em vista esta listagem de pessoas, peço-lhe que responda as seguintes perguntas:

- 1) Se você tivesse que ficar fora da cidade por um tempo, haveria alguém com quem você deixaria as chaves da sua casa para que tomasse conta dela?*
- 2) Com quem você falaria se você precisasse conversar com alguém sobre problemas ou decisões relativos ao seu trabalho?*
- 3) Algum amigo ou parente ajuda você com consertos na sua casa ou tarefas domésticas?*
- 4) Quem são as pessoas com as quais você realiza atividades sociais? Por exemplo, quem são as pessoas que te visitam em casa? Quem são as pessoas que você visita? Com quem você sai ou encontra fora de casa?*
- 5) Quem são as pessoas com as quais você gosta de papear nos pequenos momentos de lazer cotidianos (seja para falar sobre hobbies, interesses mais gerais, futebol, algo que passa na televisão ou as notícias do momento)?*
- 6) Quem são seus melhores amigos?*
- 7) [para quem não é casado] Você namora ou está saindo com alguma pessoa?*
- 8) Quando você está preocupado/a com alguma questão ou problema pessoal, com quem você conversa?*
- 9) Quando você sente que precisa ouvir a opinião ou conselho de alguém, quem você procura?*
- 10) Se acontecer alguma situação urgente na qual você precise pedir dinheiro emprestado ou para ser seu fiador, para quem você pediria?*
- 11) Nessa tentativa de listar as pessoas mais próximas a você, levantamos os seguintes nomes [ler os nomes mencionados]. Tem mais alguém que é importante para você que não está aparecendo nesta lista?*

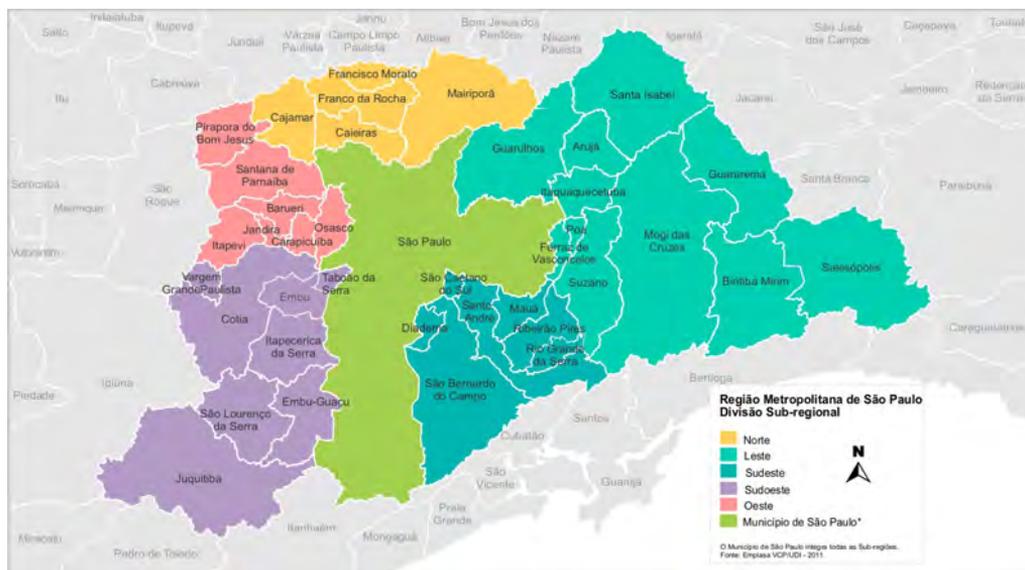
Anexo 18: Instrumental de Coleta de Redes: Gerador de Nomes

Nome (não será divulgado)	Sexo Idade	Raça / Cor	Escolaridade	Ocupação / Profissão	Onde mora? (indicar no mapa)	Como conheceu? [exceto família] Em que lugares / situações costuma encontrar?	Com que frequência encontra? / Quando foi a última vez?
	() M () F Idade:	() Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena () -----					
	() M () F Idade:	() Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena () -----					
	() M () F Idade:	() Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena () -----					
	() M () F Idade:	() Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena () -----					

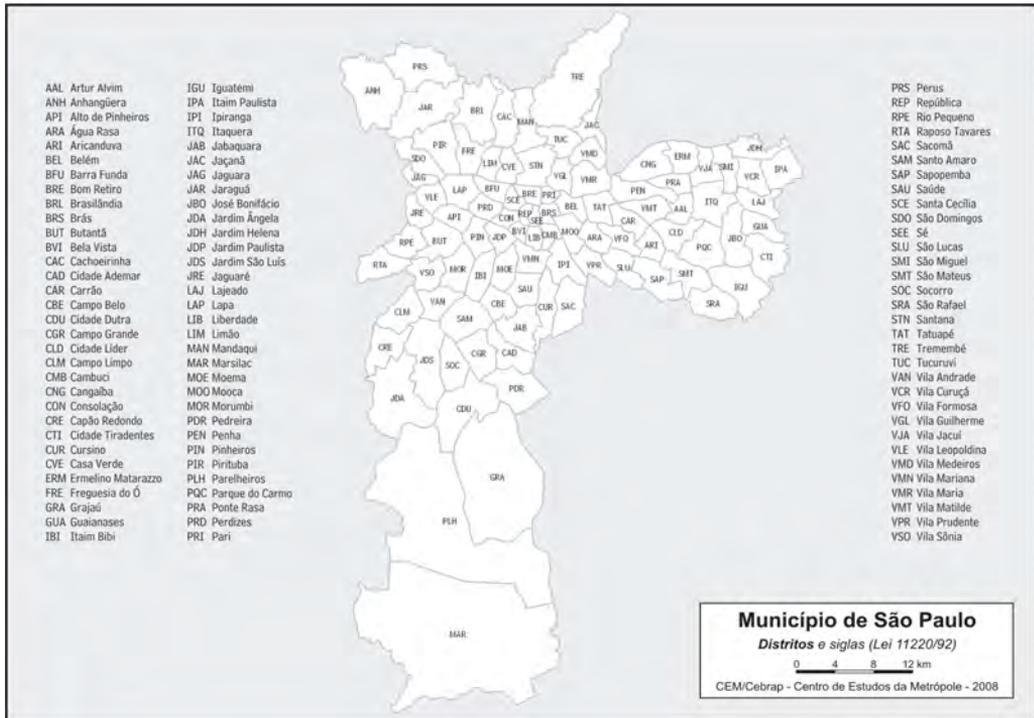
Anexo 19: Exemplo de preenchimento dos mapas pelos entrevistados



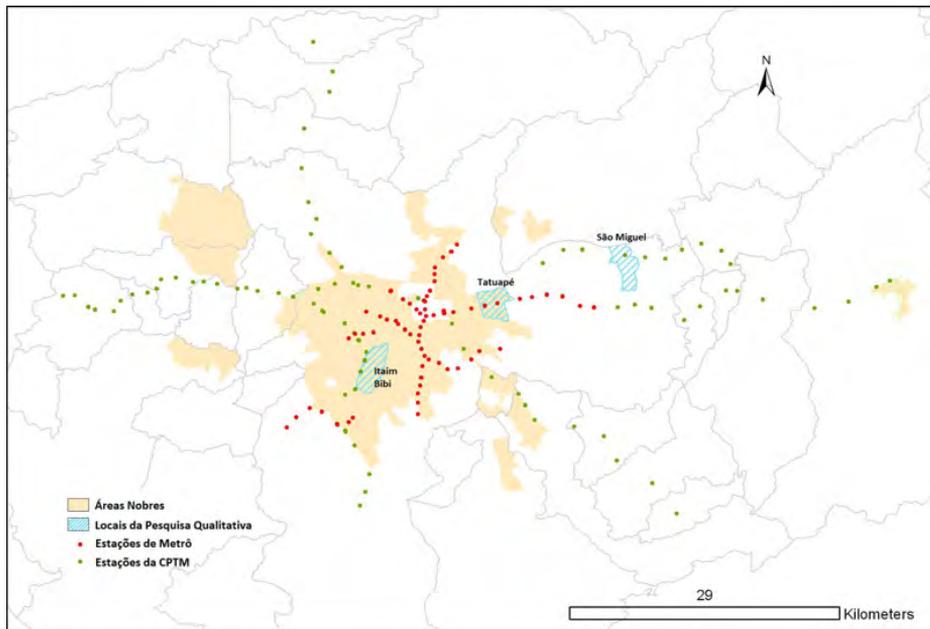
Anexo 20: Municípios da Região Metropolitana de São Paulo



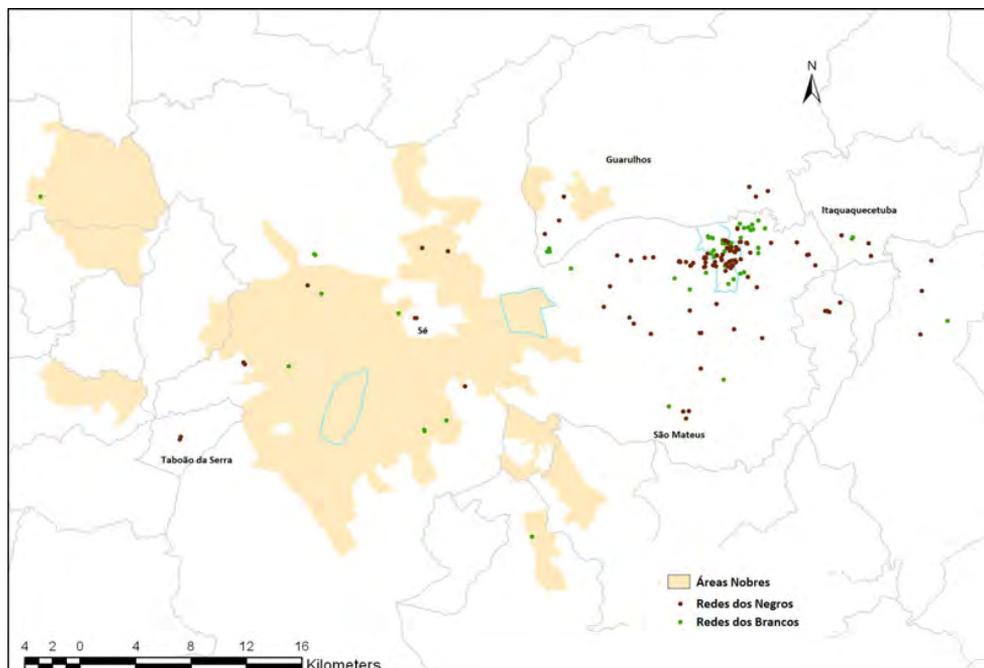
Anexo 21: Distritos do Município de São Paulo



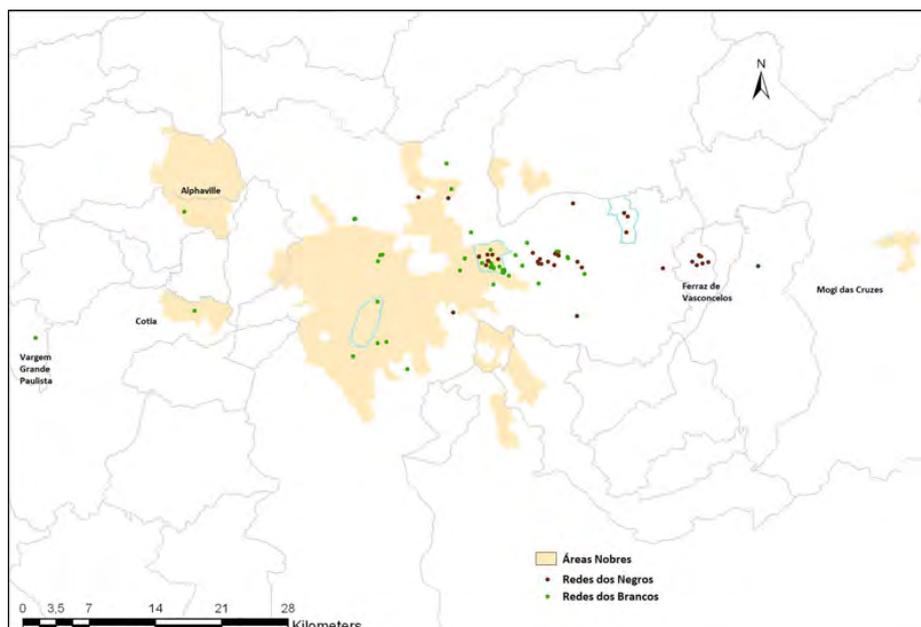
Anexo 22: Localização dos Distritos onde foi realizada a Pesquisa Qualitativa no espaço do Região Metropolitana de São Paulo.



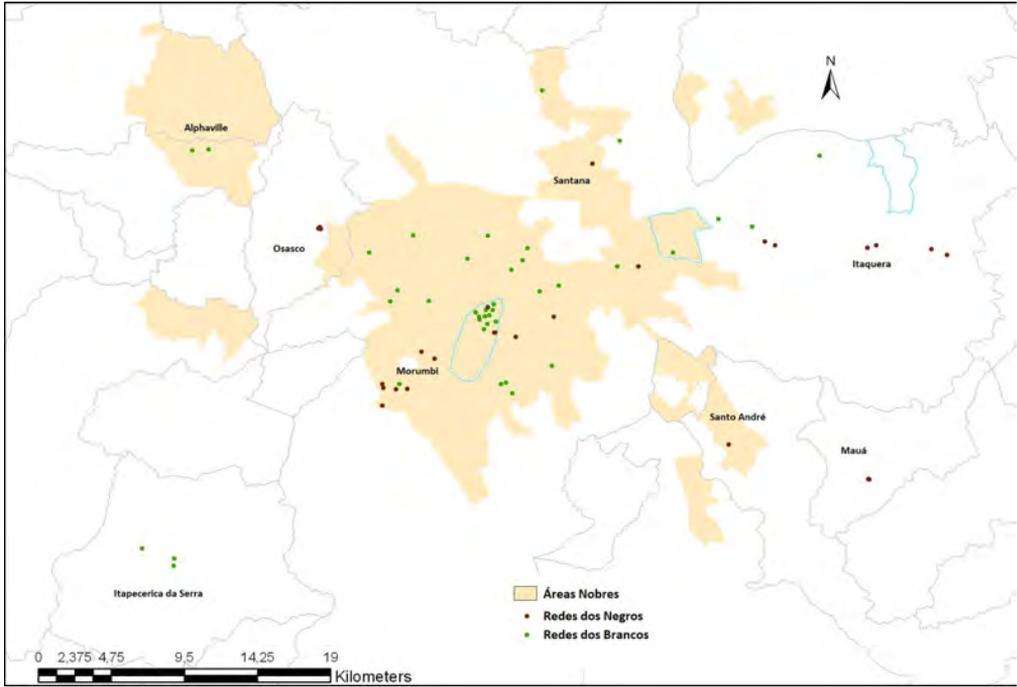
Anexo 23: Locais de Moradia dos Membros das Redes Pessoais dos Entrevistados Negros e Brancos de São Miguel Paulista



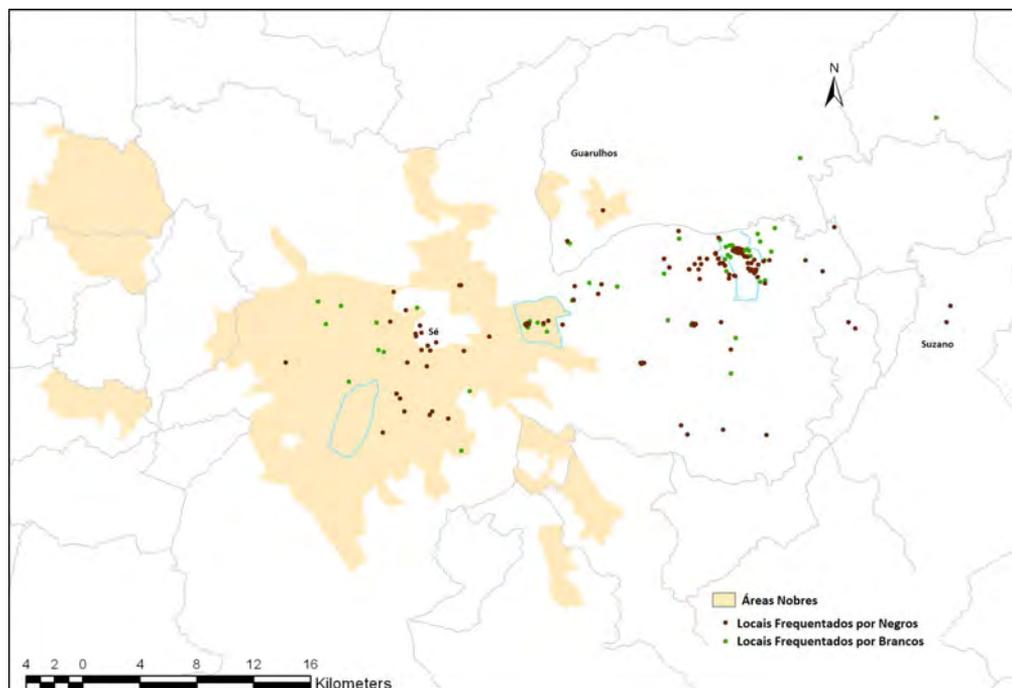
Anexo 24: Locais de Moradia dos Membros das Redes Pessoais dos Entrevistados Negros e Brancos do Tatuapé



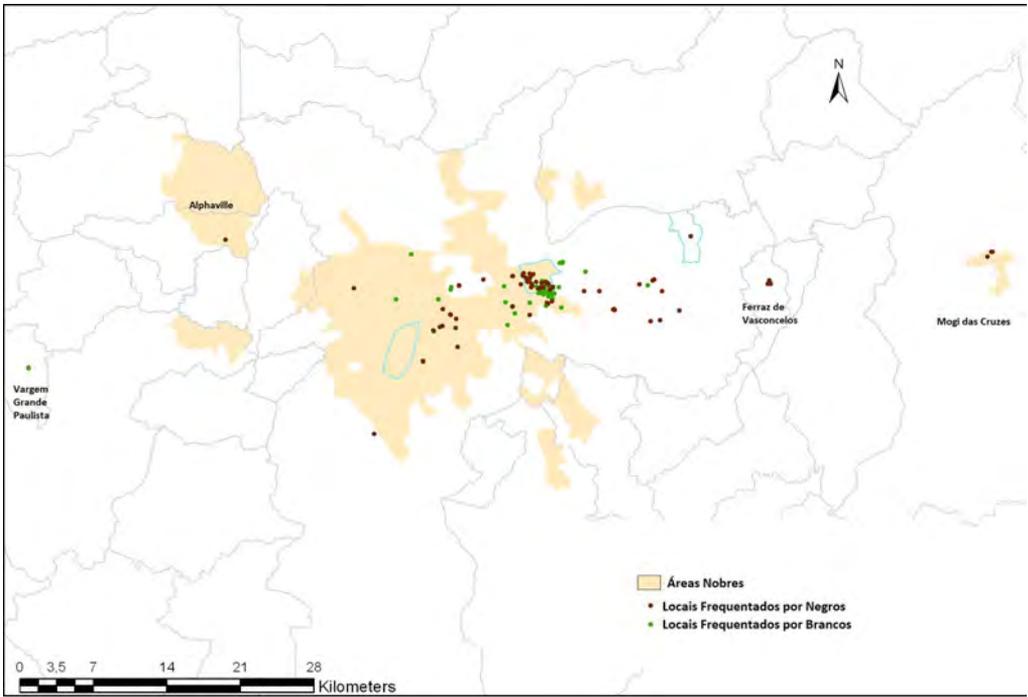
Anexo 25: Locais de Moradia dos Membros das Redes Pessoais dos Entrevistados Negros e Brancos do Itaim Bibi



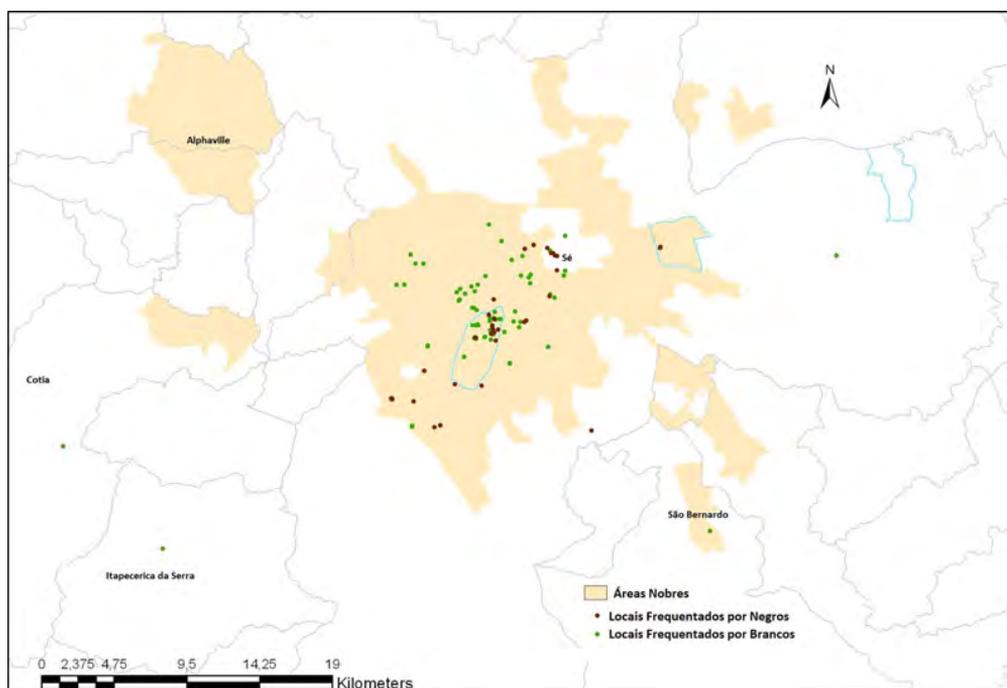
Anexo 26: Locais Frequentados pelos Entrevistados Negros e Brancos de São Miguel Paulista



Anexo 27: Locais Frequentados pelos Entrevistados Negros e Brancos do Tatuapé



Anexo 28: Locais Frequentados pelos Entrevistados Negros e Brancos do Itaim Bibi



EPÍLOGO

Este livro consiste na tese de doutoramento que defendi no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo no ano de 2017. Ou seja, há cinco anos. Daquele momento até o presente dei continuidade a uma agenda de pesquisas sobre segregação racial em cidades brasileiras, alcançando alguns novos achados que mencionarei a seguir.

No principal desdobramento desta pesquisa, foram comparadas as características da segregação por raça em nove das dez maiores regiões metropolitanas brasileiras (França 2022). Reproduzimos na tabela abaixo os resultados dos índices de dissimilaridade calculados na escala das áreas de ponderação e para a escala dos setores censitários, a menor escala disponível. Os resultados apontam que São Paulo está entre as metrópoles com maior segregação racial, juntamente com Porto Alegre, Salvador e Campinas. Fortaleza e Recife apresentam os menores valores, com Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba ocupando posições intermediárias.

Tabela 19 - Índice de Segregação Racial em Nove Metrôpoles Brasileiras (2010)

RM	ID: AP	ID: Setores
São Paulo	0,27	0,33
Salvador	0,27	0,32
Campinas	0,26	0,33
Porto Alegre	0,25	0,34
Belo Horizonte	0,24	0,29
Rio de Janeiro	0,23	0,30
Curitiba	0,21	0,30
Recife	0,16	0,22
Fortaleza	0,14	0,21

Contudo, a despeito da variação no indicador geral mostrado na tabela 17, foi possível discernir que há um padrão recorrente de segregação por raça e classe nas nove regiões metropolitanas que parece constituir um padrão geral de segregação no Brasil. Em todas elas, verificamos um maior isolamento dos brancos de classe superior em um conjunto restrito de áreas nas localizações mais centrais e valorizadas, que são habitadas também por brancos de classe média, mas possuem baixa presença das classes baixas, negras e brancas. Ou seja, observamos brancos de classes alta e média em um lugar e pobres noutros. Os locais de maior concentração dos negros de classe alta e média apresentam maior variação entre as regiões metropolitanas. Em algumas delas estão mais próximos dos brancos ricos, em outras, estão mais próximos das periferias. Este último padrão ocorre em São Paulo, conforme verificamos neste livro, mas também em locais como Porto Alegre e Campinas, por exemplo. Esta tendência parece ser reforçada pelos próprios movimentos migratórios intraurbanos. Em França & Cunha (2020) fizemos uma análise das mudanças de local de residência na região metropolitana de São Paulo segundo grupos de raça e classe e notamos uma maior migração de negros para localidades periféricas independentemente da classe social.

Tais achados ensejam estudos mais aprofundados da formação e das transformações das periferias segundo a perspectiva das relações raciais. No período recente observamos fenômenos como o crescimento da reclassificação racial e da autoidentificação dos brasileiros como negros; e, num contexto de crescente heterogeneidade social das periferias urbanas, o afloramento de movimentos culturais que formulam e difundem uma “identidade periférica” que, mais do que uma alusão a um espaço, é também racial. Isso aponta para a construção de uma leitura que reflete sobre o periférico não apenas como espaços, mas principalmente como coletividades de raça e classe.

Todas as análises quantitativas presentes neste livro e nas publicações citadas acima derivam de dados do Censo de 2010, até agora o mais recente disponível. No Brasil, salvo raras exceções, os estudos sobre segregação são feitos a partir das bases de dados do Censo, que permitem análises espaciais em uma escala intraurbana. No presente momento, já deveríamos estar acompanhando debates acadêmicos sobre as mudanças na segregação na última década, com dados do Censo que deveria ter ocorrido em 2020, mas que só irá a campo neste ano de 2022. Este atraso na realização do Censo provocou um enorme vácuo de informações não apenas para os estudos de segregação, mas para vários outros campos de pesquisa. Aguardemos, então, os resultados do Censo de 2022 para

saber se o crescimento da pobreza e da desigualdade racial do período recente foi acompanhado pelo recrudescimento da segregação racial em nossas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRANÇA, Danilo. *Atlas da Segregação Racial em Metrôpoles Brasileiras*. Campinas: Librum. 2022 (no prelo).

FRANÇA, D. S. N.; CUNHA, J. M. P. Migração intrametropolitana, raça e segregação na região metropolitana de São Paulo. In: *Anais do IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población*, 2020.



Este livro explora o tema da segregação entre negros e brancos e sua relevância para relações raciais no Brasil, a partir da análise de dados da região metropolitana de São Paulo. Comparações com contextos estrangeiros de segregação racial aliadas a narrativas de dissimulação das manifestações do racismo no Brasil têm alimentado discursos que desprezam a importância do fenômeno e argumentam que em nossas cidades ocorre segregação apenas por classe social. Esta pesquisa se opõe a tais discursos e apresenta evidências de que a segregação por raça ocorre em diferentes camadas sociais. Mais especificamente, demonstra-se um padrão de segregação por raça e classe, no qual brancos ricos e de classe média residem mais próximos entre si nas áreas mais privilegiadas da metrópole e se distanciam de pobres e negros (mesmo aqueles de classes médias e altas). Além disso, com a aplicação de métodos qualitativos e o mapeamento dos locais frequentados pelos indivíduos, bem como de suas redes pessoais de relações, conclui-se que, na medida em que negros e brancos estão residencialmente segregados, são segregadas também suas redes pessoais e locais de frequência. Ressalta-se, assim, a importância do espaço urbano para a manutenção das hierarquias raciais em nossa sociedade.



openaccess.blucher.com.br



Blucher Open Access